

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS (NHC)  
CÂMPUS DE PORTO VELHO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS (PPGML)**

**ALINE GASPAR PEREIRA**

**LINGUAGEM E CONSPIRAÇÃO:  
PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19**

Porto Velho  
2022

**Aline Gaspar Pereira**

**LINGUAGEM E CONSPIRAÇÃO:  
PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação apresentada à banca de defesa do Mestrado Acadêmico em Letras da Unir, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha 1: Estudos descritivos e aplicados de línguas e linguagens.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Lima Pimentel  
Cotinguiba

Coorientador: Prof. Dr. Tiago José Freitas Batista

Porto Velho  
2022

Catálogo da Publicação na Fonte  
Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir)

---

P436l Pereira, Aline Gaspar.

Linguagem e conspiração: produção de sentidos na pandemia da Covid-19 / Aline Gaspar Pereira. - Porto Velho, 2022.

193 f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba.

Coorientador: Prof. Dr. Tiago José Freitas Batista.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras. Núcleo de Ciências Humanas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Análise do discurso. 2. Semântica global. 3. Teoria da conspiração. 4. Vacinas. 5. Pandemia. 6. Covid-19. I. Cotinguiba, Marília Lima Pimentel. II. Batista, Tiago José Freitas. III. Título.

Biblioteca Central CDU 81'4:616-022.6(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
MESTRADO EM LETRAS  
LISTA DE VERIFICAÇÃO  
**ALINE GASPAR PEREIRA**

LINGUAGEM E CONSPIRAÇÃO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19

Dissertação apresentada em 22 de dezembro de 2022 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Presidente da Banca e Orientadora (UNIR);

Professor Dr. Lucas Martins Gama Khalil, Membro Interno ao Programa (UNIR);

Professor Dr. Tiago José Freitas Batista, Membro Externo (UFRJ);

Professora Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa, Membro Externa (UFPA)



Documento assinado eletronicamente por **MARILIA LIMA PIMENTEL COTINGUIBA, Docente**, em 15/02/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fátima Cristina da Costa Pessoa, Usuário Externo**, em 16/02/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARTINS GAMA KHALIL, Docente**, em 16/02/2023, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1179992** e o código CRC **A513E691**.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Marília Lima Pimentel Cotinguiba e ao Prof. Tiago José Freitas Batista.

À Prof.<sup>a</sup> Fátima Cristina da Costa Pessoa e ao Prof. Lucas Martins Gama Khalil, pelas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa.

Ao José Wesley V. Matos, pelos diálogos e pelas sugestões de leitura, e à Prof.<sup>a</sup> Maria das Dores Nogueira Mendes, que nos colocou em contato.

À Gabriele Cortez Modesto, estagiária do PPGML.

Aos coordenadores, aos professores e aos colegas do PPGML.

À Unir.

## RESUMO

Nesta dissertação, a partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa, propomos um estudo de teorias da conspiração a respeito das vacinas contra o Coronavírus no contexto da pandemia da Covid-19, produzidas em língua portuguesa e difundidas na rede social digital *Facebook*. O objetivo geral é compreender como se dá o funcionamento da linguagem nesses discursos e quais as suas especificidades e regularidades. Para isso, mobilizamos, principalmente, o conceito de semântica global, desenvolvido pelo linguista francês Dominique Maingueneau ([1984] 2021). Para a constituição do *corpus*, realizamos um levantamento, sobretudo, em perfis, páginas e grupos públicos do *Facebook* que se opõem abertamente à vacinação, de modo a identificar enunciados que fizessem referência a determinados elementos que consideramos essenciais para a classificação de um discurso como uma “teoria da conspiração” – “conspiradores”, “vítimas” e “plano secreto maligno” (NICOLAS, 2016; INTRONE *et al.* 2020). A partir desse procedimento, fizemos a seleção de 25 (vinte e cinco) enunciados para análise. Partimos da hipótese de que o discurso conspiratório, no espaço discursivo em que se instaura uma discussão em relação às vacinas contra o Coronavírus, aspira à mesma função social do discurso midiático tradicional, ou seja, ele pretende “informar” e fixar normativamente uma dada organização do real. Sendo assim, propomos que a grande mídia pode ser considerada o Outro do nosso objeto e que uma operação de rejeição às versões oficiais que circulam nessa autoridade epistêmica é fundamental para a constituição da identidade do discurso conspiratório. A partir dessas premissas, analisamos cinco planos da semântica global – temas; vocabulário e estilização da escrita; intertextualidade; estatuto do enunciador e do enunciatário; e dêixis enunciativa. Com isso, foi possível estabelecer uma sistematização dos semas reivindicados e rejeitados pelo discurso em questão. Os principais efeitos de sentido analisados encaminham-se para um estilhaçamento da noção de “verdade” compartilhada na esfera pública, associando os imunizantes ao mal absoluto, em uma inversão da interpretação hegemônica.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Semântica global. Teorias da conspiração. Vacinas. Pandemia. Covid-19.

## ABSTRACT

In this work, from the perspective of an enunciative Discourse Analysis (DA), we propose a study of conspiracy theories about vaccines against the Coronavirus in the context of the Covid-19 pandemic, produced in Portuguese and disseminated on the social network *Facebook*. The main objective is to understand how language works in these discourses and what are their specificities and regularities. In order to do that, we use mainly the concept of global semantics, developed by the French linguist Dominique Maingueneau ([1984] 2021). For the constitution of the corpus, we considered, mainly, *Facebook* profiles, pages and public groups that openly oppose vaccination, in order to identify statements that made reference to certain elements that we consider essential for the classification of a discourse as a “conspiracy theory” – “conspirators”, “victims” and “evil secret plan” (NICOLAS, 2016; INTRONE *et al.* 2020). Based on this procedure, we selected 25 (twenty-five) statements for analysis. We hypothesized that the conspiratorial discourse, in the discursive space in which a discussion is established in relation to vaccines against the Coronavirus, aspires to the same social function as the traditional media discourse, that is, it intends to “inform” and normatively fix a given organization of reality. Therefore, we propose that the mainstream media can be considered the Other of our object and that an operation of rejection of the official versions that circulate in this epistemic authority is fundamental for the constitution of the identity of the conspiratorial discourse. Based on these assumptions, we analyze five discursive planes of global semantics – themes; vocabulary and writing style; intertextuality; statute of the enunciator and of the enunciatee; and enunciative deixis. Doing so, it was possible to establish a systematization of semes claimed and rejected by the discourse in question. The main meaning effects analyzed are related to a shattering of the notion of “truth” shared in the public sphere, associating such vaccines with absolute evil, in an inversion of the hegemonic interpretation.

**Keywords:** Discourse Analysis. Global semantics. Conspiracy theories. Vaccines. Pandemic. Covid-19.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO .....  | 9   |
| 2 TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA .....                               | 22  |
| 2.1 Mapeando a produção acadêmica sobre teorias da conspiração .....                | 22  |
| 2.1.1 Teorias da conspiração sobre vacinas.....                                     | 51  |
| 2.2 As teorias da conspiração e a problemática da “verdade” .....                   | 60  |
| 2.3 O conspiracionismo na era digital .....   | 72  |
| 3 ANÁLISE DO DISCURSO: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....                       | 81  |
| 3.1 A AD de linha francesa: genealogia e conceitos fundamentais .....               | 81  |
| 3.2 A AD de base enunciativa .....  | 84  |
| 3.2.1 Semântica global e outras seis hipóteses de <i>Gênese dos discursos</i> ..... | 87  |
| 3.3 Algumas características do discurso digital nativo.....                         | 97  |
| 4 DAS ANÁLISES: LINGUAGEM E CONSPIRAÇÃO – UMA SEMÂNTICA GLOBAL .....                | 100 |
| 4.1 Procedimentos metodológicos, estabelecimento do <i>corpus</i> e análises .....  | 100 |
| 4.1.1 Temas .....   | 108 |
| 4.1.2 Vocabulário e estilização da escrita.....                                     | 129 |
| 4.1.3 Intertextualidade .....   | 147 |
| 4.1.4 Estatuto do enunciador e do enunciatário.....                                 | 159 |
| 4.1.5 Dêixis enunciativa .....  | 162 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 168 |
| REFERÊNCIAS .....   | 174 |
| APÊNDICE ÚNICO .....  | 190 |



## 1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o surto de um então novo tipo de Coronavírus, o SARS-CoV-2<sup>1</sup>, podia ser caracterizado oficialmente como uma pandemia, pois havia atingido um estado de transmissão sustentada nos diversos continentes (OPAS, 2020b). Na tentativa de conter a propagação do patógeno, cuja transmissão se dá principalmente por via aérea, diferentes países adotaram – em maior ou menor grau – algumas medidas sanitárias, entre as quais se destacam as de proteção individual da população, por meio do uso de máscaras respiratórias, e as de distanciamento social, as quais visavam à diminuição da circulação de pessoas em espaços coletivos públicos e privados. Inicialmente, tendo em vista a inexistência imediata de medicamentos com eficácia comprovada para conter a gravidade da doença causada por esse novo agente infeccioso – a Covid-19, que apresenta uma taxa de mortalidade estimada em 1,2% (WHO, 2023) –, essas intervenções não farmacológicas representaram um manejo alternativo à crise sanitária até a aprovação de vacinas contra o SARS-CoV-2. Mesmo assim, passados praticamente três anos do anúncio oficial da pandemia, mais de 6,6 milhões de pessoas em todo o mundo morreram em consequência da doença (WHO, 2022). À medida que essa crise (ainda) se desenrola, as mais diversas áreas do conhecimento tentam lançar um olhar para as consequências políticas, sociais e econômicas em questão.

Em uma palestra promovida pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin) em junho de 2020, o linguista francês Dominique Maingueneau afirmou que a pandemia da Covid-19 é um fenômeno que pode interessar às mais diversas ciências da linguagem e, particularmente, à Análise do Discurso (AD), a partir de dois pontos de vista: primeiro, em razão de essa crise proporcionar novos objetos de análise, ou seja, novos *corpora*; em segundo lugar, porque ela permitir testar os limites das abordagens discursivas mais tradicionais. Podemos relacionar esse primeiro ponto de vista referido pelo linguista a um fenômeno conhecido como “infodemia”. Trata-se de um aumento exponencial nas informações em circulação durante eventos específicos – e foi precisamente isso que aconteceu durante a crise de saúde pública causada pelo Coronavírus. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020a, p. 2), apenas entre março e abril de 2020, 361 milhões de vídeos foram carregados no *YouTube* com a classificação “Covid-19” ou “Covid 19”; no *Twitter*, apenas em março de 2020 foram 550 milhões de publicações. Portanto, podemos, de fato, afirmar que, especialmente na esfera digital, existem muitos *corpora* em

---

<sup>1</sup> Sigla que, em português, significa “Síndrome Respiratória Aguda Grave”, causada por um Coronavírus tipo 2.

potencial, produzidos especificamente em razão da pandemia, boa parte dos quais está ainda completamente inexplorado.

Esse aumento exponencial de informações está também associado à produção de conteúdos (*posts*, áudios, vídeos) que podem ser classificados como falsos ou pouco precisos ou de narrativas que poderiam ser rotuladas de “teorias da conspiração”, atendendo a determinadas características que apresentaremos adiante nesta introdução. Esses conteúdos acabam por moldar a visão dos indivíduos sobre a pandemia e, conseqüentemente, a adesão às medidas sanitárias. Um agravante é o fato de que, na economia da atenção extremamente competitiva que vigora na Internet, os algoritmos tendem precisamente a impulsionar a proliferação desse tipo de publicações – as alarmistas ou “polêmicas” –, pois são elas que maximizam o tempo de tela dos usuários. No contexto de uma das maiores crises sanitárias já enfrentadas pela humanidade, a infodemia foi representando um desafio para a própria contenção da doença.

Nesse contexto, um alvo importante dos discursos conspiratórios têm sido as vacinas contra o SARS-CoV-2. O início oficial das primeiras pesquisas voltadas para a produção desses imunizantes se deu ainda em janeiro de 2020 (G1, 2020), antes mesmo da decretação da pandemia pelos órgãos responsáveis e apenas alguns dias após a conclusão do sequenciamento genético do novo vírus encontrado na cidade de Wuhan, na China. Desde então, as vacinas foram sendo apregoadas pela ciência, pelas autoridades sanitárias estatais e pela grande mídia como um instrumento fundamental para a diminuição drástica do número de mortes e dos casos de desenvolvimento de formas graves da doença. No dia 08 de dezembro de 2020, o Reino Unido se tornou o primeiro país ocidental a vacinar a sua população contra o novo vírus. No Brasil, as primeiras doses foram oficialmente administradas na cidade de São Paulo, em 17 de janeiro de 2021 (G1 SP, 2021), depois de mais de 50 países terem iniciado a sua vacinação em massa (CNN BRASIL, 2020). À época, o chamado “movimento antivacinas”, até então relativamente inexpressivo em um país com uma tradição de ampla cobertura vacinal como o Brasil, comemorava um crescimento de 18% nas redes sociais consideradas em conjunto (AGÊNCIA FAPESP, 2020) – um fenômeno que pode ser associado à entropia informacional a que aludimos de início e, mais especificamente, a narrativas que apresentam as vacinas como instrumento central de diversos cenários “conspiratórios”, cujos elos causais estariam ocultos da maior parte da população.

Autores como Nicolas (2016) e Introne *et al.* (2020) propõem uma definição para “teorias da conspiração” baseada na identificação da presença de determinados elementos considerados essenciais para uma diferenciação desse objeto. Assim, tais teorias podem ser

definidas como sendo discursos que buscam explicar um fato ou evento, a) por meio da alusão a uma ação coordenada entre indivíduos, grupos ou instituições (os conspiradores); b) ação essa que é executada secretamente, escondida dos inocentes (as vítimas que não conspiram); c) e que tem por objetivo prejudicar ou manipular um personagem, uma instituição, grupos de pessoas ou populações inteiras (o plano secreto maligno). De forma mais ampla, pode-se afirmar que o conspiracionismo propõe uma visada alternativa para os acontecimentos, que rompe com as versões ditas oficiais apresentadas pela grande mídia, hegemonicamente aceitas por uma sociedade em uma época determinada, com base na chancela de outras autoridades epistêmicas como a ciência e o Estado.

Nesta pesquisa, a partir da perspectiva da AD, propomos um estudo de teorias da conspiração a respeito das vacinas contra o Coronavírus no contexto da pandemia da Covid-19, produzidas em língua portuguesa e veiculadas na rede social digital *Facebook*. Para a constituição do *corpus*, conforme explanaremos mais em detalhe adiante neste trabalho, realizamos um levantamento de *posts* sobre vacinas contra o Coronavírus, colocados em circulação a partir de março de 2020, marco oficial da pandemia, sobretudo em perfis, páginas e grupos públicos do *Facebook* que se opõem abertamente à vacinação. Considerando a definição apresentada anteriormente, realizamos uma leitura preliminar desses *posts*, de modo a identificar a presença de determinados elementos essenciais para a classificação de um discurso como uma “teoria da conspiração” (NICOLAS, 2016; INTRONE *et al.* 2020) – “conspiradores”, “vítimas” e “plano secreto maligno”. A partir disso, fizemos a seleção de 25 (vinte e cinco) *posts* para uma análise mais detida. O objetivo geral é compreender como se dá o funcionamento da linguagem nesses enunciados e quais as suas especificidades e regularidades. Para isso, mobilizamos, principalmente, o conceito de semântica global, desenvolvido por Maingueneau ([1984] 2021b) para uma AD de base enunciativa. Em relação aos objetivos específicos, esta pesquisa pretende: a) identificar e analisar o conjunto de restrições semânticas que regem o discurso conspiratório sobre vacinas contra o Coronavírus, considerando cinco planos discursivos – temas, vocabulário e estilização da escrita, intertextualidade, estatuto do enunciador e do enunciatário e dêixis discursiva; b) compreender os mecanismos pelos quais se põe em jogo o processo de significação da pandemia por esse discurso; c) analisar alguns efeitos de sentido que emanam dos enunciados do *corpus*; d) refletir sobre as condições de produção do conspiracionismo na esfera digital.

Partimos da hipótese de que o discurso conspiratório pode ser considerado um discurso do campo das mídias de informação, pois ele busca propor formas (alternativas) de dar sentido aos acontecimentos, ao espaço, ao tempo, aos diferentes atores da esfera pública e

às suas ações, reorganizando o modo como os sujeitos significam o real e se significam<sup>2</sup>. Tal como entendidas por Charaudeau (2019, p. 21), as mídias podem ser definidas como “o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espço público: imprensa, rádio e televisão”. Esse papel de “informar” resulta na construção da opinião pública e, conseqüentemente, de modos interpretar e de agir sobre o mundo. Sendo assim, defendemos que o conspiracionismo, ao propor certa visada alternativa para os acontecimentos, disputa com a grande mídia esse papel de atuar como estabilizador dos sentidos da realidade. Entendemos como “grande mídia” (ou “mídia corporativa tradicional”) o conjunto de veículos de comunicação com forte poder de influência na sociedade, que tende a refletir correntes de pensamento dominantes e que abocanha a maior parcela da audiência, impactando um número muito grande de pessoas (CHOMSKY, 2015). Provida de grandes recursos, essa instância é integrada por corporações que, muitas vezes, imiscuem-se ao topo da estrutura de poder social. Adiante neste trabalho, retomaremos essa hipótese.

É oportuno referir que estamos cientes de que a expressão “teoria da conspiração” é muitas vezes usada como um rótulo pejorativo, como sinônimo de elocubrações fantasiosas ou infundadas sobre um fato ou evento. Autores como Coady (2003) e Hayward (2021) criticam o uso da expressão precisamente por esse motivo. Cassam (2019, p. 12) propõe inclusive que ela seja grafada com letras maiúsculas para distinguir certo tipo de narrativas consideradas “extraordinárias” e “improváveis” de teorias plausíveis sobre conspirações reais e já comprovadas. Por isso, não surpreende que, em diferentes espectros políticos, essa expressão seja mobilizada quando se quer desmerecer determinada alegação. Vejamos dois exemplos aleatórios, dentre outros mais de dois milhares que encontramos ao digitar a frase “tudo isso não passa de teoria da conspiração” no *Google* (assim aspeada, de modo a retornar somente resultados nessa exata sequência de palavras). Em entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* em outubro de 2019, o antropólogo Martin von Hildebrand – idealizador do Corredor Triplo A, uma iniciativa ecológico-sociocultural que visa proteger a Amazônia – usou a frase para caracterizar a alegação do então presidente da República Jair Bolsonaro segundo a qual a referida iniciativa seria uma forma de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras invadirem o Brasil e acabarem com a soberania nacional: “Hildebrand afirma que tudo isso não passa de teoria da conspiração” (FOLHA DE S. PAULO, 2019b, on-line). Em 31 de

---

<sup>2</sup> Reforço o agradecimento ao Prof. Lucas Martins Gama Khalil, pela contribuição fundamental para a formulação desta hipótese durante a banca de qualificação.

outubro de 2020, em um *post* no *Facebook*<sup>3</sup>, a deputada de extrema direita Bia Kicis, apoiadora de Bolsonaro, usou a mesma frase em registro irônico, como encerramento de um texto no qual alegava que o Partido dos Trabalhadores (PT) estaria atuando em parceria com chineses e russos para a criação de “uma outra ordem mundial” em um fórum internacional realizado na Rússia: “E ainda existem pessoas que acham que tudo isso não passa de ‘teoria da conspiração’...”. Essa formulação “não passa de” sublinha uma insuficiência ou uma falta da alegação a que se alude – é *apenas* teoria da conspiração, o que não é o *bastante*.

Esses exemplos mostram que, ao nos propormos a estudar “teorias da conspiração”, ao nomearmos assim o nosso objeto de pesquisa, acabamos, mesmo que involuntariamente, por atribuir a ele um rótulo que é muitas vezes negativo, adotando um ponto de vista que não deixa de ser o de um juízo de valor. Provavelmente, os sujeitos responsáveis pela produção dos enunciados analisados nesta pesquisa não se veem como “teóricos da conspiração”, tampouco aceitariam de bom grado que esse rótulo fosse atribuído os enunciados de sua autoria. A problemática em questão – em que o simples gesto de nomear pode ser confundido com um julgamento depreciativo – está diretamente relacionada às especificidades do nosso objeto e às tensas relações que ele estabelece com outros conceitos, como o de “verdade”. Em parte, essa é uma contenda que também preside ao estudo de fenômenos emergentes que têm sido designados como “ascensão do populismo”, “movimento antissistema” ou “crise de representação”, aos quais se atribuem posições negacionistas, etnocêntricas, racistas etc. Legitimando a aproximação que ora estabelecemos, é oportuno notar que autores como a antropóloga Letícia Cesarino (2020; 2022) têm estudado as teorias da conspiração como uma das facetas de um populismo digital que ganhou força nos últimos anos. Longe de serem agitações periféricas, tais manifestações têm conquistado poder nuclear em países como o Brasil, os Estados Unidos da América (EUA), a Hungria e a Índia.

Em um artigo intitulado “Uma fratura discursiva preocupante”, Maingueneau (2020b) endereça o estudo desses fenômenos pela AD e desenvolve algumas considerações pertinentes para o tratamento do nosso objeto de análise. O autor (2020b) começa por notar que, tradicionalmente, a AD se ocupa de discursos que têm uma posição bem definida em um determinado campo (por exemplo, no campo político). Contudo, os fenômenos que referimos anteriormente parecem resistir a essa lógica clássica do posicionamento – embora essa lógica continue a funcionar, ela é fragilizada pelo que o autor (2020b, p. 32) chama de uma “fratura discursiva”. Não se trata de uma fratura no interior de um discurso, mas do próprio espaço

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3dHaBzM>. Acesso em: 26 set. 2022.

público, que acaba por ser fendido pela divergência entre dois regimes heterônomos do discurso. Esses enunciadores emergentes – grupo no qual incluímos os enunciadores estudados nesta pesquisa – não só se rebelam contra os privilégios, a corrupção e a indiferença das ditas elites, mas também contestam uma distribuição assimétrica do discurso que lhes nega o acesso a uma “esfera autorizada”, onde circulam as palavras que têm mais peso, autoridade e audiência na sociedade (a grande mídia e as instituições oficiais). Para tais enunciadores, essa esfera está a serviço de uma elite privilegiada, que se apropria ilegitimamente do poder, desqualificando ou prejudicando as pessoas comuns, o “povo” – nos termos mais específicos desta pesquisa, as “vítimas” que pertencem a esse povo, ou seja, as pessoas que não conspiram. Com isso, a fratura discursiva se organiza sobre uma oposição elementar e fortemente axiologizada entre o “alto” e o “baixo”. O valor que é conferido a essas instâncias não é o mesmo em ambos os lados da fissura. Para uns, a posição “alta” deve-se a uma superioridade moral e intelectual de uma instância que tenta resistir a forças vindas de baixo; para outros, a verdadeira fala é a das pessoas de baixo, e a alta posição visada por aqueles que os desqualificam é fruto de uma opressão ilegítima.

Se para exercer plenamente a sua função analítica, a AD deve adotar procedimentos adequados aos objetos que ela estuda, como podemos, então, designar os enunciadores de um e de outro regimes sem adotar o ponto de vista de um deles? A solução proposta por Maingueneau (2020b, p. 33) consiste em utilizar denominações distintas, caso se faça referência a um lado ou outro da fratura. No caso desta pesquisa, trata-se de reconhecer a existência de um ponto de vista “moral”, que avalia positivamente um enunciator “moral” (as autoridades epistêmicas em geral, das quais destacamos a grande mídia), e negativamente um enunciator “imoral” (teórico da conspiração ou conspiracionista); e de um ponto de vista “popular”, que avalia positivamente um enunciator “popular” e negativamente um enunciator “conspirador”, o qual, nos termos de Maingueneau (2020b), acaba por ser lido como pertencente a uma “elite globalizada”.

De acordo com o autor (2020b), confrontados com os fenômenos como o aqui em questão, os analistas do discurso têm uma reação imediata de rejeição – seja porque tais fenômenos vão de encontro a certas convicções pessoais, seja porque a própria prática científica à qual esses analistas estão alinhados se opõe a certas características que se atribuem a esses discursos. Assim, ao analisar os enunciados de um enunciator “popular”, o analista frequentemente tenta mostrar as fragilidades e deficiências desse discurso e adota, assim, o ponto de vista de um enunciator “moral” – trata-se de um trabalho em alguma medida útil e tranquilizador do ponto de vista ético e epistemológico. Contudo, ao procederem

assim, esses pesquisadores permanecem dentro da fratura discursiva. Por outro lado, se vão mais longe e tentam refletir sobre a própria fratura, a impressão que se pode gerar é a de uma validação de um ponto de vista do qual o analista deseja se demarcar. Na avaliação de Maingueneau (2020b), para enfrentar tal desafio intelectual e moral, são necessárias respostas complexas, mas isso não pode levar à perda desses objetos – ou seja, à invalidação do estudo desses fenômenos.

Nesta dissertação, estamos cientes dessa complexidade e dos riscos teóricos e metodológicos que uma pesquisa nos termos da nossa suscita. É importante, por isso explicitar que, ao nomearmos o nosso objeto de estudo como “teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus”, partimos das assunções de que: 1) existe uma visão oficial dominante sobre tais vacinas, chancelada pela grande mídia enquanto autoridade epistêmica (ou “esfera autorizada”), que alega fundamentalmente que esses imunizantes são benéficos à coletividade e que foram desenvolvidos visando à diminuição do número de mortes por Covid-19 e ao controle da pandemia; 2) e de que existem discursos que contrariam essa versão oficial, ao associar tais vacinas a diversos “planos secretos malignos”, conduzidos por agentes “conspiradores”, visando prejudicar determinadas “vítimas” (NICOLAS, 2016; INTRONE *et al.* 2020) – esses discursos, marcados por um caráter não oficial (alternativo) e pela mobilização desses três elementos que acabamos de referir, são tradicionalmente chamados de “teorias da conspiração” na literatura especializada. Com base nessas assunções, julgamos que é possível adotar uma postura menos axiologizada em relação ao nosso objeto de estudo. Não se trata aqui de simplesmente “desmentir” ou tampouco “validar” as teorias da conspiração que pretendemos analisar, o que sequer é necessário quando o que se pretende é compreender o funcionamento discursivo desses enunciados. Julgamos que essa compreensão é importante na medida em que esses discursos circulam amplamente na esfera digital (a respeito de diversos assuntos) e podem vir a ter importantes consequências individuais e coletivas, as quais, de fato, consideramos preocupantes. O que aqui propomos, portanto, é um posicionamento cambiante: ora fora da fratura discursiva (na medida do possível), ora assumindo nitidamente um de seus lados.

É importante referir que o conspiracionismo é um fenômeno expressivo no Brasil. Um estudo da Agência Lupa (2020b) concluiu que o nosso país está entre os que mais produzem teorias da conspiração relacionadas às vacinas contra o Coronavírus, ficando apenas atrás dos EUA. Essa miríade de discursos conspiratórios em circulação na sociedade brasileira, especificamente nas redes sociais, representa um rico *corpus* para a AD, ainda praticamente inexplorado. Em geral, as abordagens às teorias da conspiração têm sido mais

comuns nos campos da ciência política, das ciências sociais e da psicologia. Conforme aponta Pereira (2021), são ainda escassas as pesquisas realizadas sob a perspectiva da linguística e da AD. No caso específico das teorias da conspiração relativas às vacinas contra o Coronavírus, ainda não existem tais pesquisas.

Como referimos anteriormente, recorrendo a uma fala de Maingueneau (2020a), a pandemia da Covid-19 é um fenômeno que interessa às ciências da linguagem em razão de proporcionar novos objetos de análise – novos *corpora*, que agora, passados mais de dois anos da decretação oficial dessa crise sanitária, começam a ser estudados por diversas abordagens, incluindo a da AD, principalmente a linha francesa, materialista ou enunciativa. Esses trabalhos, com os quais partilhamos a abordagem metodológica e um objeto mais geral, constituem uma amostra do encaminhamento da produção científica sobre esses novos *corpora* e ajudam a compreender como o fenômeno em questão vem sendo discursivizado, particularmente no espaço-tempo brasileiro. Por exemplo, a obra *Discursos sobre pandemia: entre dores e certezas*, organizada por Angela Baalbaki e Luís Felipe Andrade Silva e publicada em 2020, reúne nove textos produzidos por pesquisadores de diversas instituições brasileiras que pretendem analisar os sentidos atribuídos à pandemia em diferentes materialidades – imagens, memes, vídeos, documentos oficiais, notícias, capas de revista. Principalmente com base na AD de base materialista, os diferentes capítulos desenvolvem reflexões que podem ser envelopadas pela pergunta: “o que (não) é possível dizer sobre uma tragédia de escala global no Brasil de hoje?”. Na introdução, os organizadores afirmam que essas reflexões procuram compreender a pandemia enquanto acontecimento, ou seja, como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 17), explicitando disputas de sentidos em torno da pandemia e do modo como ela vai sendo nomeada, descrita, identificada, normalizada. Os trabalhos demonstram a complexidade dos processos de discursivização de um acontecimento disruptivo, de proporções e impactos inicialmente desconhecidos, e enfatizam as diversas facetas da crise – sanitária, política, econômica, social. Por outro lado, as análises também mostram como essas práticas discursivas emergentes são atravessadas por sentidos já presentes e enunciados em outras formações discursivas, entendidas aí como uma identidade enunciativa fincada em um dado posicionamento.

Entre junho e agosto de 2022, realizamos um levantamento, em periódicos brasileiros, de outros artigos científicos que têm como objeto discursos à volta da pandemia



da Covid-19 e simultaneamente adotam a AD como ferramenta analítica<sup>4</sup>. A partir de uma análise dos resultados, podemos subdividir essa produção em três grandes grupos. Em primeiro lugar, destacados por uma recorrência expressiva, estão os artigos que analisam discursos proferidos a respeito da pandemia por Jair Bolsonaro, presidente da República em exercício durante a crise sanitária, ou por agentes ligados ou alinhados a seu governo. Por exemplo, Ponsoni e Firmiano (2020), no artigo “O discurso destrutivo do capital e a crise da pandemia”, pretendem compreender as formas de imbricamento entre os discursos do grande capital e as falas de Bolsonaro, figura que, para os autores, seria um porta-voz dos interesses da burguesia no Brasil. Com fundamentação teórica na AD francesa e nos estudos marxistas, Ponsoni e Firmiano (2020) analisam discursos proferidos pelo então presidente em diversos espaços midiáticos ao longo dos primeiros meses de pandemia. Em “O discurso bolsonarista sobre o viés ideológico na pandemia da Covid-19”, Ferreira, Agnoletto e Seraglio (2021) propõem uma análise do discurso de Bolsonaro em relação à atuação da OMS no combate ao Coronavírus. Os autores buscam compreender como uma FD antiglobalista se materializa na fala do presidente, que associa um “viés ideológico” apenas a posicionamentos à esquerda do espectro político brasileiro, aos quais deseja se opor. Em “A nação pró-tratamento precoce: cenas de enunciação e a constituição do discurso”, Fonseca e Khalil (2022) propõem a análise do pronunciamento de uma médica durante o evento “Encontro Brasil vencendo a Covid-19”, promovido pelo Governo Federal em agosto de 2020. Com base em conceitos de Maingueneau, como os de “semântica global” e de “cenas de enunciação”, os autores (2022) pretendem compreender como se constitui o discurso em defesa do chamado “tratamento precoce”, que recorre a medicamentos cuja eficácia contra a Covid-19 não foi comprovada. As análises mostraram, entre outros aspectos, que o pronunciamento privilegia uma cenografia – conceito que remete àquilo que o ato de enunciação mobiliza progressivamente como seu próprio dispositivo de fala a partir de um gênero específico (MAINGUENEAU, 2015) – que transita entre uma exposição que se pretende como científica e uma fala que encena as características de outros gêneros, como o testemunho e o sermão, emprestados de uma cena englobante religiosa.

Em um segundo grupo, podem ser incluídos os trabalhos que analisam discursos de diversas fontes produzidos a respeito da pandemia e em circulação nos mais variados suportes – jornais, revistas, redes sociais, *outdoors* etc. Por exemplo, no artigo “Rindo da/na pandemia”, Possenti e Muniz (2020) acionam os conceitos da AD para analisar um conjunto

---

<sup>4</sup> Nesse levantamento, privilegamos os trabalhos que adotaram a AD de linha francesa, materialista ou de base enunciativa.

de textos humorísticos de diversos gêneros, alguns associados ao cotidiano do confinamento e outros expressando posicionamentos políticos ou científicos. Os autores tentam mostrar como tais textos retomam outros discursos. Outro exemplo é o artigo “Não são apenas números: análise dos obituários na cobertura da pandemia de Covid-19 na *Folha de S. Paulo*”, de Carmo e Almeida (2021). Nele, os autores buscam compreender a utilização de histórias de vidas na cobertura jornalística da pandemia da Covid-19 no Brasil. Para isso, analisam, com base na AD de linha francesa, obituários das vítimas da pandemia publicados durante o mês de junho de 2021 na seção “Aqueles que perdemos” do jornal *Folha de S. Paulo*. As análises procuram mostrar como os relatos reconstruíram as trajetórias dessas personagens e como as vítimas da pandemia foram retratados por um dos jornais de maior circulação do país. Em “Cenas discursivas da pandemia de Covid-19: o discurso sobre o isolamento social na imprensa”, também com base na AD de linha francesa, Alves, Pimenta e Antunes (2021) analisam discursos sobre a estratégia de isolamento social como forma de contenção da pandemia da Covid-19, veiculados pelo *Jornal O Globo*. Foram consideradas notícias e reportagens publicadas pelo jornal durante as duas primeiras semanas de medidas. O objetivo foi o de compreender se houve deslocamentos de sentido em relação às medidas e aos embates discursivos que tiveram lugar entre a própria população e autoridades políticas e sanitárias. Por último, no artigo “Saúde, ciência e política na encruzilhada de discursos: outra guerra da vacina”, Silva e Baalbaki (2021) pretendem analisar o discurso sobre a vacinação contra o Coronavírus, com base no quadro teórico da AD materialista. O *corpus* principal foi constituído por publicações da rede social *Twitter*, e o *corpus* secundário, por charges publicadas em jornais do início do século XX e imagens postadas em outra rede social, o *Facebook*. Os autores pretendem observar o modo de funcionamento das marcas linguísticas presentes nas textualidades selecionadas. Segundo eles (2021, p. 1), há uma guerra (informacional) à volta da vacina: “sentidos favoráveis e contrários circulam e fazem ecoar efeitos de sentidos que percorreram outros momentos históricos por meio de um trabalho da memória discursiva”. Os autores apontam a constituição de um discurso “anticiência”, com base na interlocução com o discurso conservador.

Por fim, em menor número do que o dos dois primeiros grupos, temos os artigos que se propõem a refletir sobre as relações entre a pandemia e a própria AD e os desafios que esta tem imposto àquela. Por exemplo, no trabalho “A análise do discurso diante da crise do Coronavírus: algumas reflexões”, publicado no final de 2021, Maingueneau pretende examinar a pertinência das noções de “momento discursivo” e de “vulgarização” para descrever a produção suscitada pela pandemia. Segundo o autor (2021a), a pandemia da

Covid-19 coloca em evidência duas características presentes na definição clássica que a AD faz de “momento discursivo” – a intensidade da produção e a diversidade dos gêneros de discurso relacionados. Contudo, em alguns aspectos a crise sanitária extrapola essa definição. Por exemplo, em um momento discursivo habitual, a produção de enunciados pode ser considerada “intensa”, mas geralmente não a ponto de saturar a totalidade do espaço midiático durante meses, como o fez a pandemia, funcionando como uma espécie “de buraco negro midiático que absorve toda a informação” (MAINGUENEAU, 2021a, p. 142). Já a propósito da noção de “vulgarização”, o linguista (2021a) afirma que uma característica importante dos discursos produzidos a respeito da pandemia é a proliferação de enunciados que pretendem “normalizar” o fenômeno, recorrendo a especialistas que aparecem diariamente na mídia e que têm a função de explicar tudo aos leigos. Maingueneau (2021a) afirma que essa noção talvez seja muito fluida para dar conta da crise. Por exemplo, ele argumenta que o modelo tradicional da vulgarização é aquele que veicula uma palavra de autoridade, tornando-a inteligível para os não especialistas, relegados a uma posição inferior. Na pandemia da Covid-19, esse modelo é minado pela potência da comunicação digital, que ocupa um espaço crescente em relação ao das mídias dominantes e que se mostra cética e até contesta os enunciados vindos “de cima” – aliás, como veremos, é isso que mostram as publicações de *Facebook* analisadas nesta pesquisa.

Reafirmamos que, nesse levantamento que acabamos de esquematizar, não encontramos trabalhos que se dediquem a estudar as teorias da conspiração à volta da pandemia da Covid-19 sob a perspectiva da AD, mais especificamente sobre vacinas. Além disso, outra justificativa para a pertinência desta pesquisa está relacionada às características inerentes ao nosso objeto. De fato, como já adiantamos, no contexto de uma pandemia, a circulação de discursos conspiratórios molda a percepção da crise e traz consequências para a saúde das populações e para a sociedade em geral. Portanto, estudar o conspiracionismo à luz da AD pode ajudar a compreender melhor como estão estruturados discursos que têm impacto na nossa realidade imediata e quais as relações que, a partir deles, podem ser estabelecidas entre os sujeitos e as instâncias política e social de uma crise sanitária como a que (ainda) estamos vivendo.

Nesta pesquisa, partimos também da hipótese de que as teorias da conspiração produzidas sobre a pandemia do Coronavírus e, mais especificamente, sobre as vacinas contra esse agente infeccioso constituem um *corpus* importante para compreendermos essas relações. A partir disso, indagamos: à luz da AD, como se dá o funcionamento discursivo desses textos e o que ele indica sobre o processo de significação da pandemia? Como os discursos

conspiratórios que circulam em uma rede social como o *Facebook* e que são, portanto, fortemente marcados pela noção de interatividade contribuem para uma “diluição do real” (ORLANDI, 2020) – ou seja, para um estilhaçamento da própria noção de “verdade”?

Conforme já adiantado, o principal conceito que mobilizaremos nas análises é o de semântica global, elaborado por Maingueneau na obra *Gênese do Discurso* (2021b). De forma resumida, esse conceito propõe que a produção e a circulação dos discursos de uma determinada formação discursiva (FD) estão organizadas de acordo com sistemas de restrições semânticas que incidem sobre as mais variadas dimensões desses mesmos discursos – daí o adjetivo “global”. Essas dimensões são chamadas por Maingueneau (2021b, p. 22) de “planos discursivos”. A proposta do autor (2021b) rompe com uma teoria da significação concentrada especificamente no estudo do vocabulário ou da sintaxe, uma vez que essa semântica global gera “regras” para o funcionamento de todas as instâncias do discurso, de todos os seus planos discursivos – ou seja, não há um lugar tido como privilegiado para a constituição de sentidos. Rejeita-se, assim, a noção de superfície textual como a instância única de materialização do significado. Não só vocabulário e sintaxe, mas também temas, modo de enunciação e coesão, dêixis enunciativa, entre outros aspectos, concorrem para a construção dos sentidos, de acordo com um mesmo conjunto de elementos coercitivos. Nesta pesquisa, essa proposta teórica se mostrou uma ferramenta privilegiada, no sentido em que julgamos que ela possibilita compreender um “modo de falar” específico da FD conspiratória. Além disso, durante as análises, mobilizaremos outros conceitos que se mostraram relevantes no percurso de pesquisa.

Em concordância com a perspectiva teórica aqui adotada – a da AD de base enunciativa –, compreendemos que o discurso está associado a uma dada “dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 15). Não se trata de descrever certos aspectos históricos, encarando-os como mero “pano de fundo” do nosso objeto de estudo e preterindo a materialidade discursiva. Sendo assim, as bases metodológicas que encaminham esta pesquisa estão fundamentadas na seleção não aleatória de um grupo de textos relacionados diretamente à nossa hipótese e à nossa proposta de pesquisa, os quais serão descritos e analisados, considerando simultaneamente as suas condições sócio-históricas e o seu funcionamento discursivo.

Esta dissertação está organizada em outras três seções, para além desta introdução e das considerações finais. A próxima é inteiramente dedicada às teorias da conspiração. Na sua primeira subseção, percorremos a produção acadêmica à volta desse objeto nas últimas

décadas, com a intenção de compreender como tais teorias foram sendo abordadas por diversas áreas do conhecimento – da psicologia evolutiva à ciência política, passando pela filosofia, pela história e pela sociologia. Em seguida, na subseção que se desdobra a partir dessa primeira, abordamos a produção à volta das teorias da conspiração sobre vacinas de um modo geral e sobre vacinas contra o Coronavírus em particular. Na subseção que desdobra dessas duas primeiras, procuramos refletir sobre as relações que se estabelecem entre as teorias da conspiração e a noção de “verdade”, sobretudo a partir do contexto científico, mas sem perder de vista como esse contexto influencia a “verdade” de outros campos, como o midiático. Por último, ainda nessa segunda seção, refletimos sobre o conspiracionismo na era digital. Passamos, então, à seção 3. Nela, primeiro apresentamos os fundamentos da AD, traçando uma genealogia dessa teoria e, em seguida, iluminamos os conceitos que mais serão mobilizados durante as análises, seguidos por uma breve exposição acerca das características dos enunciados nativos digitais que analisamos. Em seguida, na seção 4, começamos por explicitar os critérios para a constituição do *corpus* e outros procedimentos metodológicos. Depois, apresentamos as análises, que se organizam em cinco subseções, atendendo aos cinco planos discursivos que nos propomos a observar na FD conspiratória.

## 2 TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA

Conforme acabamos de referir no finalzinho da introdução, nesta segunda seção, apresentamos uma fundamentação teórica acerca do conspiracionismo. Para uma melhor organização dessa exposição, dividimos esta parte em três subseções. Na primeira, desenvolvemos uma revisão da literatura acerca das teorias da conspiração, procurando contemplar as mais diversas abordagens ao fenômeno, advindas de várias áreas do conhecimento. Isso nos permitirá uma compreensão mais verticalizada do nosso objeto de estudo e, a partir disso, estabelecemos a abordagem à qual nos alinhamos nesta pesquisa. Em seguida, abrimos outra subseção para apresentar a produção acadêmica sobre teorias da conspiração à volta de vacinas e, mais especificamente, à volta de vacinas contra o Coronavírus. Conforme o leitor notará, uma boa parte dessa literatura foi produzida em inglês, o que reflete a expressividade desse fenômeno em países anglófonos, especialmente nos EUA. As traduções de citações diretas de todos os artigos e obras estrangeiros são nossas.

Na terceira subseção, apresentamos uma reflexão sobre o conceito de “verdade”, considerando o atrito que se gera quando essa noção resvala sobre o nosso objeto de estudo. Para isso, mobilizamos, entre outros, autores como Michel Foucault (1996), Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) e Thomas Kuhn (2006). Por último, tecemos algumas considerações sobre as relações entre o conspiracionismo e as redes digitais, especialmente considerando o modelo de negócio de plataformas como o *Facebook*, onde circularam as teorias da conspiração que integraram o *corpus* desta pesquisa.

### 2.1 Mapeando a produção acadêmica sobre teorias da conspiração

O dicionário *Houaiss* (2022, on-line) define “teoria” como sendo um “conjunto de regras ou leis, mais ou menos sistematizadas, aplicadas a uma área específica”, um “conjunto sistemático de opiniões e ideias sobre um dado tema” ou um conhecimento sistematizado, “fundamentado em observações empíricas e/ou postulados racionais, voltado para a formulação de leis e categorias gerais que permitam a ordenação, a classificação minuciosa e, eventualmente, a transformação dos fatos e das realidades da natureza”. No contexto do discurso científico, o termo pode ser definido como um modo de organização dos fatos, que procura estabelecer relações, explicar e prever a realidade (RAUEN, 2015). Etimologicamente, “teoria” deriva do termo grego “*theoria*”, que significa “contemplar”, “ver”. Nessa mesma raiz, derivaram termos como “*theatron*” (teatro ou lugar em que se vê) e

“*thea*” (visão). Nessa acepção etimológica, “teoria” é aquilo que torna algo visível. O substantivo “conspiração”, por sua vez, designa o ato de “agir contra” ou de “planejar ações contra ou, mais raramente, a favor de (alguém ou algo)” (HOUAISS, 2022, on-line). A origem etimológica do termo é o vocábulo latino *conspirationem*, que significa “acordo”, “união” ou “unanimidade”. Trata-se da forma substantivada do verbo *conspirare*, que significando “unir”, “planejar”, “estar em harmonia” ou “respirar conjuntamente”. A partir dessa última acepção etimológica, “conspirar” passou a designar um ato executado em grupo e à surdina, sob sussurros e cochichos. No campo jurídico, em códigos penais, o termo designa o ilícito de reunir um grupo de pessoas para planejar ou cometer um crime.

O dicionário *Houaiss* (2022, on-line) define “teoria da conspiração” como uma “hipótese ou crença de que algo sucedido tenha resultado de um conluio entre interessados” ou a “opinião de que algum agente oculto e poderoso (por exemplo, com motivações políticas ou econômicas) seja o responsável por determinado fato, cuja causa não foi determinada”. Na formulação de Pereira (2021), em termos estritamente semânticos, uma definição para a expressão “teoria da conspiração” poderia ser a seguinte: conjunto sistematizado de supostas observações e evidências que indicariam a existência de um conluio criminoso contra um determinado alvo. Tratando-se de uma teoria, a demonstração das supostas evidências que a sustentam levaria os sujeitos a *enxergarem* a realidade ocultada pelos conspiradores – já que “uma teoria é o que tornaria visível determinados elementos da realidade, ampliando o escopo da ação humana sobre o mundo à sua volta e revelando o que antes estaria oculto” (PEREIRA, 2021, p. 17). Conforme já adiantamos na introdução, autores como Nicolas (2016) e Introne *et al.* (2020) propõem uma definição para “teorias da conspiração” baseada na identificação de determinados elementos considerados essenciais para uma diferenciação desse tipo de enunciados. Assim, tais teorias podem ser definidas como sendo discursos que buscam explicar um fato ou evento, a) com base na alusão a uma ação coordenada entre indivíduos, grupos ou instituições (os conspiradores); b) ação essa que é executada de forma oculta, escondida dos inocentes (as vítimas que não conspiram); c) e que tem por objetivo prejudicar ou manipular um personagem, uma instituição, grupos de pessoas ou populações inteiras (o plano secreto maligno). Neste trabalho, conforme também já adiantamos, a consideração desses elementos foi importante para a constituição do nosso *corpus*. Mahl, Schäfer e Zeng (2022, on-line) propõem uma definição semelhante, ao afirmarem que o conspiracionismo apresenta “explicações epistemológicas singulares que refutam explicações oficiais e oferecem, em seu lugar, explicações alternativas para eventos ou práticas que envolvem indivíduos ou grupos que agem em segredo”.

A expressão em questão começou a ser popularizada sobretudo a partir da década de 1960 (AYTO, 1999, p. 15), em grande parte como resultado da intensa cobertura midiática em torno do assassinato do presidente John F. Kennedy (JFK), ocorrido em 23 de novembro de 1963 (KALIL *et al.*, 2021). Esse episódio histórico que deu origem a inúmeras teorias a respeito da autoria do crime – com agentes conspiradores tão diversos quanto a CIA (a Agência Central de Inteligência norte-americana), George H. W. Bush ou o governo cubano. Ao longo dessa década, também foram produzidas algumas das primeiras abordagens acadêmicas aos discursos conspiratórios. Ao se debruçarem sobre essa temática em publicações mais recentes, alguns autores (cf., por exemplo, Silva (2010); Faltay Filho (2020); Pereira (2021)) referem a relativa escassez de trabalhos sobre teorias da conspiração, sobretudo em língua portuguesa e considerando a expressividade que o fenômeno tem alcançado nos últimos anos no Brasil e no mundo. Em nível internacional, podemos afirmar que há um crescente interesse sobre o tema, como atesta, por exemplo, a criação de grupo “Comparative Analysis of Conspiracy Theories in Europe” (Compact). Fundado em 2016 e financiado pela União Europeia, trata-se de uma organização intergovernamental e multinacional que tem como objetivo estudar as origens, os efeitos e o funcionamento de teorias da conspiração, em especial no contexto europeu, mobilizando perspectivas teóricas de diversas áreas do conhecimento (COMPACT, 2022).

Refletindo esse crescente interesse, há mesmo quem afirme que estaríamos vivendo a “era de ouro” das teorias conspiratórias (STANTON, 2020), impulsionada pela pandemia do Coronavírus. Em um artigo recente, Uscinski *et al.* (2022) endereçam essa alegação, sobretudo considerando as realidades norte-americana e europeia. Eles afirmam não haver evidências robustas que sustentem a tese de que a crença nesses discursos tenha aumentado significativamente ao longo dos últimos anos. Contudo, reconhecem que as teorias da conspiração têm ganhado a ribalta do debate público, especialmente em virtude da plataforma de amplo alcance que têm na Internet, o que dá expressividade singular ao fenômeno. Como afirmamos adiante neste trabalho, o conspiracionismo é um fenômeno presente ao longo da história. O que as plataformas digitais têm possibilitado é, sem dúvida, uma maior conexão entre públicos que antes estariam dispersos e menos organizados. Além disso, talvez essa impressão de um aumento exponencial do número de pessoas que adere ao fenômeno também esteja relacionada ao contraste gerado por uma expectativa “iluminista” de irrestrita rejeição a alguns desses discursos – especialmente aqueles que podem parecer absurdos ou muito inverossímeis –, em uma época pretensamente gerida pelos valores da ciência, da razão. Por outras palavras, acreditar que a Terra é plana e que líderes globais, com o apoio da Nasa (a



agência espacial dos EUA), estariam escondendo essa verdade do público, como parte de um plano para desacreditar a existência de um ser divino, colide com certa expectativa de que tal crença não teria lugar “em pleno séc. XXI”, em que supostamente se tem amplo acesso à informação e à divulgação científicas. Essa é uma problemática que discutiremos adiante nesta seção.

Na sistematização que fazem aos trabalhos acerca das teorias da conspiração, Boullier, Kotras e Siles (2021) apontam duas grandes tendências: uma que se empenha em condenar moral e politicamente esses discursos, tratando-os como irracionais e patológicos, como uma ameaça à racionalidade, à objetividade científica e à própria razão; e outra que defende que esse enviesamento das análises não daria conta de sustentar um entendimento mais profundo acerca da complexidade do fenômeno em questão, que pode ser caracterizado, dadas as suas recorrência e influência contemporâneas, como uma “cultura de conspiração” (KNIGHT, 2000; BARKUN, 2003) ou ainda como uma “cultura da paranoia” (MELLEY, 2000).

Um importante representante da primeira tendência é o historiador Richard Hofstadter. Em um ensaio intitulado “O estilo paranoico na política norte-americana”, publicado em 1964, Hofstadter sustenta que o conspiracionismo é uma das linhas de força da política ianque<sup>5</sup> desde os primórdios da fundação do país, especialmente na direita. Por exemplo, o autor refere que as ideias iluministas foram introduzidas nos EUA em 1797, em um volume intitulado “Evidências de uma conspiração contra todas as religiões e governos da Europa, forjada secretamente em encontros de maçons, *Illuminati*<sup>6</sup> e sociedades secretas”, da autoria de John Robison, um físico escocês. Robison defendia que o Iluminismo e a Revolução Francesa eram movimentos essencialmente anticristãos, cujos objetivos principais seriam acabar com a religião e derrubar governos europeus. Além disso, tinham como projeto corromper as mulheres, promover os prazeres carnais e abolir os direitos à propriedade

---

<sup>5</sup> Os EUA têm sido chamados de “país de teóricos da conspiração”, dadas a expressividade e a importância desse fenômeno ao longo da história ianque. Harding e Stewart (2021, p. 216-217) afirmam que o conspiracionismo tornou-se tão profundamente enraizado no imaginário político norte-americano “que abrange todos os pontos do espectro político e é tão característico do centro quanto de grupos marginais”. Por exemplo, mais da metade dos cidadãos norte-americanos acredita que houve um encobrimento oficial ou uma conspiração no caso do assassinato de JFK (FIVE THIRTY EIGHT, 2017); em 2020, 63% dos entrevistados em uma pesquisa conduzida pelo *Yahoo News/YouGov* afirmaram acreditar que Bill Gates usa a campanha de vacinação em massa contra a Covid-19 para monitorar bilhões de pessoas pelo mundo afora (YAHOO NEWS, 2020). Para uma história das teorias da conspiração na cultura e na política norte-americanas, da era colonial até os atentados de 11 de setembro de 2001, cf. *The United States of Paranoia: a conspiracy theory* (WALKER, 2014).

<sup>6</sup> Historicamente, o termo está ligado aos *Illuminati* da Baviera, uma sociedade secreta do séc. XVIII. Atualmente, muitas teorias da conspiração consideram que o mundo é controlado por indivíduos ligados a essa sociedade secreta. Eles estariam empenhados em estabelecer uma Nova Ordem Mundial, baseada em um governo de alcance global e totalitário (BUTTER; KNIGHT, 2020). A maçonaria é uma associação frequentemente apontada como linha auxiliar dos *Illuminati*.

privada. Para Robison, os iluministas escondiam planos de desenvolver um chá abortivo sob a forma de uma substância tão potente que seria capaz de cegar ou matar quando esguichada no rosto. Em meados do séc. XIX, começam a entrar em circulação obras emblemáticas de uma mentalidade anticatólica no seio do protestantismo ianque. Uma delas, da autoria de Samuel Morse (sim, o inventor do telégrafo), afirmava que já estava em curso uma conspiração jesuíta para dominar os EUA e novamente fazer do país uma colônia europeia.

Segundo Hofstadter (1964), já no séc. XX, com o advento dos meios de comunicação de massa, os vilões da direita estadunidense tornam-se muito mais vívidos dos que os de seus predecessores paranoicos. De maçons e frades jesuítas, os supostos conspiradores passam a ser presidentes da República, políticos conhecidos, secretários de Estado, juízes da Suprema Corte e intelectuais. Embora muito diversas, essas teorias da conspiração modernas apresentam em comum um forte sentimento anticomunista. Nesse contexto, segundo o autor (1964), o porta-voz paranoico da direita norte-americana deve ser distinguido do paranoico clínico. Este último vê o mundo como um lugar hostil contra ele mesmo; já aquele percebe a hostilidade como algo dirigido contra uma nação ou um modo de vida. Uma vez que porta-voz paranoico não se enxerga como uma vítima individual de uma conspiração direcionada, ele tende a ser mais racional. A percepção de que as suas intenções são, de fato, altruístas e patriotas acaba por intensificar um sentimento de retidão e de indignação moral.

Esse porta-voz ideal também enxerga o destino sempre em termos apocalípticos – ele trafega no nascimento e na morte de mundos e de sistemas de valores, sempre à espera de um ponto de inflexão, “com a ansiedade daqueles que estão vivenciando os seus últimos dias na Terra” (HOFSTADTER, 1964, p. 82). Ele não encara os conflitos sociais como problemas a serem mediados e resolvidos. Uma vez que o que está em jogo é sempre um conflito entre o bem e o mal absolutos, não são admitidas concessões – o inimigo, encarado como uma espécie de super-homem amoral, sinistro, onipresente e poderoso, deve ser totalmente eliminado. Além disso, Hofstadter (1964) argumenta que há um significado escatológico mais profundo na figura dos que não conspiram: nessa luta espiritual entre o bem e o mal, que é o modelo arquetípico do mundo paranoico, o renegado traz consigo uma promessa de redenção e de vitória bastante sedutora.

Nessa análise da mentalidade conspiratória, o historiador (1964) refere ainda que a ausência de fatos verificáveis não constitui um traço de distinção do estilo paranoico – pelo contrário, os seus porta-vozes estão sempre prontos a listar inúmeras informações e revelam uma ardente paixão pelos fatos. Só que, a fim de provar seus argumentos – e aí reside a particularidade –, os paranoicos operam um “salto de imaginação” em algum momento

importante do relato. Assim, o autor (1964) defende que aquilo que torna o estilo paranoico plausível é justamente a apresentação de um trabalho exaustivo de acumulação de provas e de evidências para as conclusões mais imaginativas e inacreditáveis. Longe de ser um fenômeno exclusivo ao contexto norte-americano, a mentalidade paranoica está presente em inúmeras épocas e culturas, podendo ser vista como um fenômeno psíquico persistente (HOFSTADTER, 1964, p. 86). Contudo, determinadas tradições religiosas, estruturas sociais e catástrofes históricas podem favorecer a libertação de tais energias psíquicas, transformando o conspiracionismo em um movimento de massas.

O ensaio de Hofstadter, publicado no auge da Guerra Fria, veio a influenciar outros autores que se propuseram a compreender o fenômeno das teorias da conspiração, sobretudo no contexto dos EUA e a partir da visada das ciências políticas. Entre tais autores podemos citar nomes como Daniel Pipes (1997), Michael Barkun (2003), Jeffrey Bale (2007) e Robert Brotherton (2013). Barkun (2003), por exemplo, propõe a seguinte esquematização, frequentemente citada, do raciocínio de adeptos das teorias da conspiração: a) nada acontece por acaso, e os eventos que parecem coincidência são propositalmente arquitetados para criar essa impressão; b) tudo está interligado, precisamente porque nada é por acaso. A rede de conexões entre os diversos eventos é que está oculta; c) nada é o que parece ser – as aparências enganam, porque os conspiradores querem nos enganar de modo a disfarçar as suas identidades e propósitos; d) a maior parte da informação emitida pelos governos e em circulação na mídia são suspeitas. Mídia e governos são agentes partícipes de atividades conspiratórias. Por contraste, fontes obscuras e pouco conhecidas, assim como os testemunhos pessoais não verificáveis são fontes credíveis de informação.

Embora essas características listadas possam ser bastante pertinentes para uma compreensão do objeto em questão, esses autores que acabamos de mencionar tendem depois a encarar os discursos conspiratórios como sintomas de falta de informação ou de falhas lógicas individuais, como representativos de uma visão implausível e defectiva de como a realidade funciona, como uma amostra de pensamento paranoico, produto de mentes perturbadas, que representam uma ameaça às sociedades modernas. Extremistas e irracionais, segundo essa perspectiva, as teorias da conspiração são inimigas da ciência moderna e da democracia. Butter e Knight (2018, p. 34) referem-se a essa abordagem como sendo a do “paradigma patologizante”, a qual, por vezes, faz com que esse objeto não seja levado tão a sério e estudado em profundidade.

Fora do cercadinho ianque, o francês Gérald Bronner figura como um exemplo de representante dessa primeira perspectiva. A abordagem de Bronner (2015), baseada nas

ciências comportamentais e neurológicas, volta-se para os preconceitos individuais que estariam na base da adesão ao conspiracionismo. Os discursos conspiratórios seduzem principalmente aqueles que têm a inclinação de ver o mundo de forma paranoica, e o autor compartilha o positivismo de seus pares norte-americanos ao pressupor uma fronteira evidente entre o “verdadeiro” e o “falso”. Essa abordagem também defende uma concepção normativa de “conspiração” como resultado da “demagogia cognitiva”, que apela “às vertentes menos honrosas” e mais intuitivas de nossas mentes (BRONNER, 2015, p. 11). Para o autor, a desconfiança que o poder inspira é inerente à democracia, mas no impasse que se trava entre a credulidade nesse tipo de discursos e a credulidade no conhecimento, a difusão do fenômeno acaba por fortalecer uma “democracia de crédulos”.

Ao desenvolver um estudo multidisciplinar sobre a representação e a problematização da realidade do final do século XIX até o início do século XX, Luc Boltanski (2015) aborda o tema do conspiracionismo e, em uma espécie de história das ideias nos moldes foucaultianos, mostra, de maneira minuciosa, como as teorias da conspiração foram sendo relacionadas a uma enfermidade mental, a paranoia, o que influenciou a formulação desse “paradigma patologizante” cujas linhas gerais referimos anteriormente. O autor (2015, p. 207) começa por referir que o termo “paranoia” aparece pela primeira vez na Psiquiatria moderna em 1863, na obra *Tratado de Psiquiatria*, do médico alemão Emil Kraepelin. Na sexta edição da obra, em 1899, Kraepelin associa o termo a um conjunto de sintomas que serviriam para identificar um novo quadro nosológico com ramificações políticas e sociais. O termo remeteria, de maneira indissociável, a um tipo de personalidade patológica e a um tipo social, caracterizado por traços psicológicos como desconfiança, orgulho, rigidez psíquica e inadaptabilidade. Os paranoicos são descritos como “reivindicadores” que, inadaptados socialmente e imbuídos em um constante delírio persecutório, de interpretação e de grandeza, julgam-se vítimas de injustiça. Esse pretense delírio fundamenta convicções religiosas e políticas, as quais podem apresentar um caráter altruísta ou idealista, sendo sempre defendidas com uma devoção que leva ao fanatismo.

Boltanski (2015, p. 213) afirma que esse caráter de enfermidade mental social da paranoide é particularmente enfatizado pelos discípulos franceses de Kraepelin. A partir de finais do séc. XIX, a formulação e a difusão de teorias conspiratórias foram amplamente associadas à “paranoia” pela literatura médica. Os paranoicos seriam aqueles que se incumbiram da missão de desvendar grandes conspirações, como, por exemplo, as envolvendo sequestros orquestrados por extraterrestres ou operações de controle mental levadas a cabo por meio de produtos químicos veiculados pelo ar. Esses indivíduos passam

então a fascinar particularmente os cientistas sociais que se dedicam ao estudo de grupos militantes, com frequência ligados à extrema direita.

Em 1985, em um artigo submetido a um simpósio de psicologia social dedicado ao conspiracionismo, Erich Wulff propõe uma etiologia dos casos de paranoia, inspirado na teoria freudiana. Wulff define a paranoia como sendo um cancelamento parcial ou total da inversão (“*cathexis*”) direcionada ao mundo exterior, que pode desembocar na catatonia. Na psicanálise, a catexia (ou investimento emocional) é definida como o processo de alocação de energia mental ou emocional a uma pessoa, objeto ou ideia. Para lutar contra esse cancelamento, o enfermo desenvolve um delírio, que corresponde à paranoia.

Boltanski (2015) lembra que, nas teorias psicológicas, no curso do desenvolvimento infantil, de um lado, a inversão, como relação afetiva dirigida ao mundo, e, do outro, a aprendizagem cognitiva das estruturas do mundo seguem um processo paralelo. Na idade adulta, o desenvolvimento das estruturas cognitivas se interrompe, mas a inversão pode ser objeto de importantes variações e retirar-se de certos objetos ou da totalidade do mundo exterior – então, o conjunto da experiência da realidade resulta afetado. O mundo exterior segue sendo pensado e imaginado pela manutenção das estruturas cognitivas, mas perde seu sentido imediato, pelo cancelamento das estruturas a percepção do próprio corpo acusado de enviar mensagens impossíveis de interpretar. A intencionalidade se mantém, mas se encontra sufocada por efeitos onipresentes, cuja verdadeira causa não pode ser identificada, o que dificulta a orientação à ação. Enquanto a inversão está perdida, as tentativas de reparação não podem oferecer mais que um alívio temporal, de modo que a busca por realidades e por causalidades ocultas é um trabalho infinito ao qual o indivíduo se dedica sem cessar. Esse trabalho vem acompanhado por uma correspondência dos diversos componentes interpretativos, o que tem de eliminar a possibilidade mesma do azar ou, inclusive, da aceitação de uma incerteza que permitirá chegar à conclusão de se contar com informações incompletas. Isso resultaria na ação consistente de satisfazer-se com explicações parciais, interromper a investigação e passar para outra coisa ou colocar entre parênteses a questão da “verdade”, tida como um absoluto – o que constituirá o caráter distintivo de um comportamento que se pode qualificar como “normal”. Wulff distingue os sentimentos e as ações que acometem esses enfermos. Eles podem fazer referências a conspirações desencadeadas de múltiplas formas e mais frequentemente dirigidas a minorias.

Segundo psiquiatras alinhados ao pensamento de Wulff, os paranoicos se entusiasmam com projetos e invenções quiméricas, elegem uma pessoa ou um grupo de pessoas para perseguir com seu ódio e defendem a existência de uma corrupção universal.

Onde alguns veem azar ou coincidência, eles, graças a uma pretensa clarividência, conseguem desenredar a verdade das relações secretas entre as coisas. Com uma tendência a investigar, além das aparências, as causas e as consequências dos acontecimentos fortuitos ou sem relação com os outros, esses médicos relacionam esses sujeitos com o outro personagem – o sociólogo, uma figura em emergência quando dos primeiros escritos sobre a paranoia. Para esses médicos, em sua aparente diversidade, esses “reivindicadores” são, em certa medida, idênticos – seja alguém empenhado na reparação de uma injustiça, real ou imaginária, ou o investigador da pedra filosofal que emprega sua fortuna e energias em levar adianta vãs investigações de laboratório ou o sociólogo sonhador, que se empenha em propagar suas teorias e insistir em sua concretização. Nessa mesma linha argumentativa que temos vindo a descrever, essas diversas manifestações de delírio têm raiz em uma personalidade degenerada, estimulada por fracassos e pela falta de energia para lutar pela vida. O que caracteriza o paranoico, em comparação com os fracassados normais, seria um combate apaixonado contra os infortúnios da vida, nos quais enxerga influências externas.

Boltanski (2015, p. 215) mostra, então, como essas ideias extrapolaram o campo da psiquiatria, se difundiram e influenciaram outras áreas a partir do final do séc. XIX. Nesse contexto, começa a germinar a ideia de que aqueles que controlam os dispositivos do poder devem reforçar a fronteira entre as verdadeiras elites e a massa de indivíduos pretensiosos e perigosos, que se alimentam de ilusões e que negam a autoridade. O autor examina em detalhe uma obra de Max Scheler que seria representativa dessa mentalidade. Trata-se do ensaio “O homem ressentido”, de 1912. Nele, o autor empreende uma análise do conceito de “ressentimento”, a partir da obra *A genealogia da moral*, de Friedrich Nietzsche. Scheler define o ressentimento como um autoenvenenamento psicológico que encontra a sua origem no desejo de vingança, como a manifestação de uma incapacidade e de uma impotência que caracterizam os débeis, os que estão imbuídos por uma ilusão sistemática e, por isso, se rebelam contra as autoridades instituídas. Essa disposição conduz a atos de destruição – exemplo disso seria a Revolução Francesa, que Scheler interpreta sob a chave de uma explosão de um ressentimento contra a monarquia. Esses fracassados em seus projetos de vida e, por isso, ressentidos vivem em um mundo ilusório, irreal, incapazes de enxergar a realidade, propensos a cultivarem ideias radicais e a converterem-se em revolucionários.

O autor (2015) vê nesse tipo social descrito por Scheler semelhanças com as descrições dos paranoicos desenvolvidas por Kraepelin: propensão niilista a entregar-se à crítica de tudo e de todos; impotência perante as exigências da vida; recusa em reconhecer o próprio fracasso; mania de interpretação malévola, imune à realidade; criação de uma

realidade paralela. Da patologia individual, chega-se, assim, a uma patologia de dimensões políticas e sociais. Boltanski (2015, p. 215) comenta que essa é uma das patologias das democracias ditas modernas (ou “liberais”), quando, ao caírem na armadilha que representa o deslizamento da igualdade formal para a igualdade real, arrancam, sobretudo por meio da escolarização, os indivíduos às suas condições de origem e os fazem crer que terão acesso a conjunturas sociais às quais, à partida, não podem aspirar e as quais se opõem às próprias estruturas econômicas dessas mesmas democracias. Conforme referimos mais à frente neste trabalho, vários autores recentes têm abordado as teorias da conspiração como um fenômeno que pode vicejar mais livremente no neoliberalismo<sup>7</sup> ou nas estruturas privilegiadas por esse sistema.

Do séc. XVII ao XIX, o tópico do ressentimento vai ainda ser associado à problemática do “excesso de homens letrados” e, conseqüentemente, do acesso à cultura – à alegação da existência de uma cultura benéfica, útil ao bem comum, e de uma cultura de efeitos deletérios. A cultura seria benéfica quando encarnada em homens que ocupam um lugar social de responsabilidade. Fora isso, tem-se um excesso inútil de homens letrados ou semiletrados, de pequenos intelectuais frustrados, pobres e mais propensos às ideias radicais. Por exemplo, segundo Boltanski (2015), na Inglaterra do séc. XVIII, a superprodução de homens com diplomas pelas universidades e a escassez de cátedras nessas mesmas instituições resultava em um contingente de conferencistas indigentes, que não deixavam de sofrer pela diferença entre a importância das aspirações aguçadas por anos de estudos e a miséria, sobretudo a econômica, das suas condições de existência. Esse excesso foi sendo visto como a principal causa dos movimentos ditos extremistas e revolucionários. Segundo Boltanski (2015), para explicar a ascensão do fascismo, essa alegação serviu tanto a posições conservadoras, contrárias a anarquistas, comunistas ou socialistas, quanto a posições progressistas ou liberais (na acepção clássica do termo), além de ter dado origem ao chavão segundo o qual os “extremos se tocam”, argumento que ocupou um papel importante no surgimento do neoliberalismo nos anos 1940-1960. Além disso, o tema do intelectual medíocre e frustrado foi resgatado por historiadores do séc. XIX para explicar a Revolução Francesa e, mais tarde, generalizado por inúmeros sociólogos e politólogos dos anos 1970

---

<sup>7</sup> Segundo Wendy Brown (2020, p. 29), o neoliberalismo é comumente associado a um “conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores financeiros”. Esse conjunto de políticas foi imposto, de forma pioneira, no Chile do ditador Augusto Pinochet, nos anos 1970, tendo depois se disseminado por vários outros países, do Sul ao Norte global. Segundo a autora (2020), o neoliberalismo pode também ser visto como um projeto que visa submeter toda e qualquer a dimensão da vida humana à lógica extremamente competitiva do mercado, impondo valores, práticas e métricas mercantis a todas as relações sociais.

para explicar a gênese das disposições revolucionárias.

A característica principal do ressentimento, a enfermidade dos tais intelectuais fracassados, cuja forma-limite é a paranoia, consiste em estimular insatisfação e rebelião sem quaisquer justificativas no mundo real. Ao apresentarem um caráter existencial, não podem sequer satisfeitas nem adequadamente combatidas pelo Estado. Uma vez estabelecida a relação entre o individual e o coletivo, as referências à paranoia, até então tratada como uma enfermidade individual, passam a apresentar dimensões sociais e políticas subjacentes à identificação dessa patologia. Uma base científica autoriza, pois, a resgatar o termo “paranoia” do consultório de psiquiatria e a diagnosticar os revolucionários como loucos ou como produtos de delírios coletivos. Nesse contexto, a luta de classe se vê reduzida a um combate entre saúde mental e loucura, e a história política pode ser então interpretada sob uma oposição entre racionalidade e irracionalidade, entre patologia e normalidade. Boltanski (2015, p. 227) refere que esse foi o argumento de muitos intelectuais liberais norte-americanos nos anos 1950-1960, no contexto da Guerra Fria e em um período durante o qual os EUA viviam sob o “Macarthismo”, um movimento de combate sistemático ao comunismo. Termos como “paranoia”, “paranoico” e “paranoide” passaram a ser amplamente mobilizados para qualificar certos movimentos políticos. Aos poucos, a imputação de formular “teorias conspiratórias” é dirigida a quaisquer discursos que pretendem desvelar ou denunciar conluios entre membros da elite, círculos intelectuais e instituições internacionais envolvidas na proposição e na difusão de mecanismos econômicos vinculados ao neoliberalismo. Os limites entre as concepções políticas desses indivíduos e os delírios de loucura se confundem. Boltanski (2015, p. 228) afirma que o “estilo paranoide” cunhado por Hofstadter (1964), que expusemos anteriormente, passa a desempenhar um papel comparável ao do “totalitarismo” e do “populismo” na ciência política, e a expressão “teoria da conspiração” passa a designar uma acusação, uma elucubração falsa e perigosa. Essa genealogia das ideias que o autor desenvolve escancara a enorme complexidade do fenômeno em questão e ilumina as suas relações com outros temas e concepções, alguns dos quais ligados a debates que protagonizaram a nossa história recente.

Vejamos agora como outras áreas do conhecimento abordaram a problemática em questão. Keeley (1999) afirma que, tradicionalmente, as teorias da conspiração não têm recebido a atenção dos filósofos. O autor credita essa omissão ao fato de a maioria dos acadêmicos achar que as teorias da conspiração seriam um subproduto da cultura popular, algo tolo e sem sentido, na senda do paradigma patologizante. Já Rääkkä e Ritola (2015) analisam trabalhos mais recentes e afirmam que as abordagens nessa área têm procurado



responder a quatro questões principais: (1) a questão conceitual de qual seja a definição apropriada para “teoria da conspiração”; (2) a questão epistêmica sobre a racionalidade e a justificativa das crenças conspiratórias; (3) a questão moral do *status* ético da teoria da conspiração; e (4) a questão prática de como as instâncias de poder devem lidar com o fenômeno do conspiracionismo. Os autores (2015) começam por referir que a expressão de “teoria da conspiração” é comumente usada em uma acepção pejorativa – como mostramos na introdução, com o recurso a dois exemplos aleatórios, afirmar que dada alegação “não passa de uma teoria da conspiração” é, de fato, uma forma de desqualificar essa alegação. Na linguagem comum, as pessoas fazem uma distinção entre teorias da conspiração e outras explicações que se referem a conspirações. Por exemplo, a tentativa de assassinar o imperador Nero e o golpe de Estado iraniano de 1953 são geralmente explicados com referência a conspirações, mas as pessoas não acham que haja algo de problemático nessa referência a uma forma específica de ação política para explicar determinado fenômeno. Os autores (2015, p. 57) afirmam que “adultos normais geralmente sabem que as conspirações acontecem e que não há mais exotismo nas conspirações do que há, digamos, na corrupção”. Então, as teorias da conspiração devem ser distinguidas das explicações sociais comuns que se referem a conspirações? Há discordâncias quanto a essa questão.

Segundo Räikkä e Ritola (2015), alguns autores defendem uma resposta afirmativa. Podemos referir o filósofo Quassim Cassam (2019) como exemplo disso. Conforme adiantamos na introdução, o autor propõe que a expressão “teoria da conspiração” seja grafada com as iniciais maiúsculas para distinguir certo tipo de narrativas extraordinárias e improváveis de teorias plausíveis sobre conspirações reais, já comprovadas. Segundo Cassam (2019), a teoria de que, em 2001, um conjunto de terroristas conspiraram para implodir as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, não constitui uma “Teoria da Conspiração”. Já a alegação de que esse evento teria sido orquestrado pelo próprio governo estadunidense reúne as características de algo que poderia receber esse rótulo. Para o filósofo (2019), de forma geral, todos nós somos teóricos da conspiração (com letras minúsculas), no sentido em que todos nós acreditamos que indivíduos ou grupos de pessoas, às vezes, se juntam em segredo para fazer coisas malignas, mas não somos todos Teóricos da Conspiração (com letras maiúsculas). Como, então, distinguir uma “teoria da conspiração” de uma “Teoria da Conspiração”? De acordo com o autor (2019), as Teorias da Conspiração seriam especulativas por natureza; antagonistas das versões oficiais; esotéricas, apelando a explicações bizarras ou imaginativas; amadoras, fabricadas por “detetives de Internet”, muito longe de serem especialistas nos assuntos sobre os quais

teorizam; e pré-modernas, ficadas na premissa de que as coisas sempre acontecem por alguma razão. Além disso, essas Teorias *até* podem ser verdadeiras, mas é muito improvável que o sejam. Para Cassam (2019, p. 13), a função principal desse tipo de narrativas é “promover uma agenda ideológica”, e não dizer a verdade. Aí reside o caráter sedutor dessas Teorias: elas contam as histórias que as pessoas querem ouvir.

Em relação à problemática do estatuto epistêmico, Räikkä e Ritola (2015) começam por notar que, ao longo do tempo, pessoas em posições de poder foram se envolvendo conspirações que vieram a ser reveladas ao público – portanto, não é tolice pensar que essas pessoas o fazem; tolo é pensar que não o fazem. No entanto, por uma razão ou outra, os teóricos da conspiração não têm sido bem-sucedidos em retirar suas narrativas desse *status* marginalizado de “teoria da conspiração”. Geralmente, essa tarefa é levada a cabo por historiadores, cientistas sociais, pesquisadores, agências estatais, jornalistas investigativos ou os *whistleblowers* (denunciantes). Portanto, segundo os autores (2015), essa mudança de *status* apenas reforça o papel das autoridades epistêmicas convencionais, mostrando que as teorias da conspiração não conseguem renovar a nossa compreensão das causas dos fenômenos sociais. Por outras palavras, o papel dos teóricos da conspiração no desvendar de conspirações é basicamente o de fornecer aos outros uma motivação para aprofundar algumas questões políticas ou econômicas.

Ao tentar responder à problemática acerca da plausibilidade das teorias da conspiração – seriam elas plausíveis, uma vez que desafiam os pontos de vista chancelados pelas autoridades epistêmicas? –, alguns filósofos argumentam que, como grupo, elas não são plausíveis nem implausíveis, e que algumas teorias da conspiração são plausíveis, enquanto outras não o são. No entanto, Räikkä e Ritola (2015) afirmam que há um problema fundamental na afirmação de que não podemos tratar as teorias da conspiração em termos gerais. Embora seja óbvio que tais teorias devem ser avaliadas caso a caso, nem por isso deixa de fazer sentido indagar o seu estatuto epistêmico de forma geral. A generalização é compatível com o “particularismo” (que nos encoraja a avaliar teorias individuais com base em evidências). A resposta à questão de saber se as teorias da conspiração são, em geral, implausíveis depende da nossa visão acerca da confiabilidade das instituições nas quais comumente nos baseamos para consolidar as nossas crenças. A problemática em questão resvala na problemática de saber se a mídia corporativa, os jornalistas investigativos, várias autoridades e agências estatais, a comunidade científica e os historiadores profissionais são, em geral, confiáveis. Sendo assim, segundo os autores (2015, p. 58), na medida em que “aceitamos que, de um modo geral, essas instituições funcionam razoavelmente bem,

devemos concluir que toda teoria da conspiração é *prima facie* implausível e que o ônus da prova recai sobre os teóricos da conspiração”.

Em relação à problemática de saber se as autoridades epistêmicas referidas anteriormente são, em geral, confiáveis, e apesar de não terem a pretensão de esgotar um tópico tão complexo, Rääkkä e Ritola (2015) referem três aspectos importantes, sempre a partir da leitura de outros estudos filosóficos. Em primeiro lugar, a nossa confiança na experiência de terceiros é sólida e quase automática. Embora as autoridades epistêmicas funcionem imperfeitamente e cometam erros, elas ainda são as principais instituições sociais que usamos na consolidação daquilo em que comumente acreditamos. Especialmente em países ditos democráticos, a confiabilidade na mídia corporativa, na comunidade científica e nas agências estatais é uma postura hegemônica na formação da opinião pública – neste trabalho, mobilizamos precisamente essa alegação. Em segundo lugar, as pessoas críticas e racionais muitas vezes suspeitam das informações fornecidas pelas autoridades epistêmicas, mas essa desconfiança geralmente é baseada em crenças que são apoiadas por outras visões dessas mesmas autoridades. Em geral, nós sabemos das falhas das autoridades epistêmicas precisamente porque elas produziram informações que nos ajudaram a perceber essas falhas. Por exemplo, em junho de 2020, a revista *The Lancet* publicou uma retratação a um estudo que refutava os benefícios da hidroxiquina e da cloroquina no tratamento para a Covid-19. Entre as versões mais conspiracionistas da defesa do tratamento precoce no Brasil, esse caso é evocado como “prova” da não confiabilidade das grandes revistas científicas, o que não leva em conta o fato de que foi a revista que reconheceu o seu erro e retirou o artigo do ar (CESARINO, 2021b).

Em terceiro lugar, os adeptos das teorias da conspiração geralmente defendem que vivemos em uma sociedade que apenas parece transparente. No entanto, aqueles que afirmam que as autoridades epistêmicas podem não ser confiáveis parecem confiar nelas quando conspirações são reveladas. Esse tipo de confiança seletiva não precisa ser necessariamente problemático, mas se uma pessoa considera a mídia corporativa, as agências estatais e assim por diante como não confiáveis, essa pessoa deve duvidar deles também quando eles revelam conspirações. Do ponto de vista filosófico, alguém que afirme que todos os especialistas que negam a existência de uma conspiração são mentirosos provavelmente deveria acrescentar que todos os especialistas que confirmam a existência de uma conspiração também o podem ser.

Em relação aos vícios epistêmicos do conspiracionismo, segundos os autores (2015), muitos críticos afirmam que teóricos da conspiração são ingênuos, dogmáticos, de mente

fechada, cínicos e preconceituosos. Além disso, na visão desses críticos, essas teorias seriam irrefutáveis, e a aceitação de uma explicação conspiratória leva à situação em que um teórico da conspiração deve elucubrar conspirações cada vez maiores, mais impactantes. Para Rääkkä e Ritola (2015), essas alegações, no entanto, são injustas. Embora as teorias da conspiração pareçam, em geral, implausíveis, isso não implica que elas contenham sempre afirmações contraditórias. Algumas são bastante refinadas, e seria equivocado pensar que todas devem ser falsas. Autoridades epistêmicas cometem, sim, erros, e a má conduta não é algo incomum. Um teórico da conspiração pode apresentar uma teoria que nunca venha a ser confirmada pelas autoridades epistêmicas, talvez porque envolva um de seus agentes (tal como uma agência estatal). A confiança geral nas autoridades epistêmicas não descarta a possibilidade de erros e, portanto, aquilo que temos hoje como uma explicação geralmente aceita para determinado fenômeno pode não o ser no futuro. Podemos afirmar que esse olhar filosófico colide com muitas das premissas do “paradigma patologizante” que vimos anteriormente. Trata-se, sem dúvidas, de uma leitura mais nuançada. Além disso, em alguns aspectos, adianta algumas discussões que apresentamos em 2.2 acerca do estatuto epistemológico das teorias da conspiração e da relação estabelecida por elas com a noção de verdade.

No campo da psicologia e, mais especificamente, da psicologia social, há diversos estudos sobre o fenômeno em questão, com diversas abordagens. Vejamos alguns deles. Tratando o conspiracionismo como um fenômeno psicológico e social, Van Prooijen e Douglas (2018) identificam quatro características comuns a esse tipo de discurso: a universalidade, pois as teorias da conspiração são encontradas em diferentes épocas e nas mais diversas sociedades; a emoção, já que procuram influenciar sentimentos, em detrimento da racionalidade; a consequencialidade, pois acreditar em tais teorias aparentemente proporciona um bem-estar psicológico a certas pessoas; e a questão social, pois interferem nas relações entre grupos, culturas e nacionalidades. Ao comentarem os estudos acerca dos fatores psicológicos que levam a uma adesão a esse tipo de discursos, Van Prooijen *et al.* (2020) afirmam que os psicólogos têm investigado com especial afinco como a tendência em acreditar em teorias da conspiração está relacionada à personalidade (por exemplo, abertura à experiência, amabilidade etc.) e a outras variáveis demográficas (por exemplo, nível de educação, narcisismo, autoritarismo). Além disso, diversos estudos têm examinado como as circunstâncias situacionais (por exemplo, eventos sociais angustiantes, conflitos entre grupos, diferenças de poder) aumentam ou diminuem a adesão às teorias da conspiração. Uma vez que a psicologia social defende que fatores individuais e ambientais determinam conjuntamente as percepções, crenças e comportamentos das pessoas, outros estudos têm investigado como

experiências situacionais (por exemplo, rejeição interpessoal ou baixa autoestima) influenciam a adesão ao conspiracionismo.

Em um artigo acerca dessas abordagens, que revisou centenas de estudos no campo da psicologia, Lantian, Wood e Gjoneska (2015) afirmam que essas pesquisas mostram que o pensamento analítico tende a desestimular a crença em uma visão de mundo conspiracionista – assim como em outros tipos de crença não convencional –, enquanto o pensamento intuitivo parece ter o efeito contrário. As pessoas que tendem a confiar em impressões gerais para tomar decisões sobre o mundo tendem a acreditar mais em teorias da conspiração, enquanto as pessoas que tendem a pensar com “cuidado, explicitamente e racionalmente” tendem a acreditar menos (LANTIAN; WOOD; GJONESKA, 2015, p. 159). Isso também acontece com outras crenças, como a relacionada à atividade paranormal. Segundo os autores (2015), ambos os casos mobilizam uma capacidade de raciocínio probabilístico, uma vez que as pessoas muitas vezes inferem causas paranormais para eventos que parecem intuitivamente (mas nem sempre racionalmente) muito improváveis de acontecer por meios naturais. De maneira análoga, os argumentos a favor das teorias da conspiração são “frequentemente baseados em interpretações sinistras de coincidências aparentes” (LANTIAN; WOOD; GJONESKA, 2015, p. 159).

No que diz respeito aos traços adaptativos, os autores centraram as análises no chamado modelo “*big five*”, que mede a personalidade humana usando cinco dimensões em uma escala contínua: extroversão, neuroticismo, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade. Por exemplo, segundo os autores (2015), vários estudos mostram que pessoas que acreditam firmemente em teorias da conspiração tendem a cultivar sentimentos mais negativos em relação a si mesmas, expressos na forma de baixa autoestima. Se não fossem as explicações conspiratórias, essas pessoas atribuíram a si mesmas ou aos grupos aos quais pertencem (endogrupo) a culpa por acontecimentos negativos. Sendo assim, segundo os autores (2015), a mundivisão conspiracionista garante certa preservação da autoestima nesses indivíduos. Nessa mesma direção argumentativa, o conspiracionismo tem sido associado à depressão e à ansiedade. Outros estudos indicaram que pessoas que tendem a ver a humanidade de forma pessimista e o mundo como um lugar perigoso ou como uma “selva” também são mais propensas a aderir a esses discursos (LANTIAN; WOOD; GJONESKA, 2015).

Com base em outra extensa análise de literatura sobre o assunto, especialmente centrada em abordagens nos campos da psicologia e da psicologia política, Douglas *et al.* (2019) procuraram responder a questões como: que fatores estão associados a uma adesão aos

discursos conspiratórios?, e quais são os riscos e recompensas sociais associados ao fenômeno? Em relação à primeira pergunta, os autores (2019) dissecaram os diversos fatores que levam alguém a acreditar em teorias da conspiração – psicológicos (subdivididos em existenciais, epistêmicos e sociais), políticos, ideológicos e demográficos. Por exemplo, segundo Douglas *et al.* (2019), nos EUA, a adesão ao pensamento conspiratório está relacionada a níveis mais baixos de educação e de renda. Nesse mesmo país, o crédulo tende a ser homem, solteiro e desempregado. Em relação a fatores sociais, os autores (2019) referem estudos que mostram que as teorias da conspiração podem ajudar as pessoas a manter uma imagem positiva de si mesmas e, assim, podem ser associadas ao narcisismo e à necessidade de validação externa. Acreditar em tais teorias ajuda as pessoas a sentirem-se únicas: elas se vêm na posse de informações raras e importantes que outras pessoas ignoram completamente, o que as faz sentirem-se especiais. As pessoas também podem recorrer às teorias da conspiração quando suas necessidades existenciais estão ameaçadas. Os autores (2019) mencionam estudos mostrando que as crenças conspiratórias estão associadas a sentimentos de impotência e de ansiedade existencial – elas fornecem explicações consistentes que permitem às pessoas preservarem as suas convicções em momentos de incerteza e contradição.

Outro aspecto frequentemente relacionado às teorias da conspiração no campo da psicologia diz respeito ao viés da proporcionalidade, um tipo de viés cognitivo que designa a tendência natural de assumir que grandes eventos têm necessariamente grandes causas (LEMAN; CINNIRELLA, 2007). Por exemplo, sob esse viés, é difícil acreditar que um acontecimento tão importante quanto o assassinato de um presidente norte-americano tenha sido perpetrado por um só homem em plena luz do dia (falamos novamente do caso JFK). Do mesmo modo, torna-se difícil para algumas pessoas aceitar que um evento tão disruptivo quanto uma pandemia tenha resultado de um evento zoonótico ou de um processo de seleção natural que garantiu a um vírus uma alta capacidade de se ligar às células humanas e, assim, de se tornar altamente contagioso. Para essas pessoas, é mais verossímil admitir que o agente infeccioso tenha sido criado em laboratório e depois disseminado como parte de um plano de dominação global de um inimigo inescrupuloso (o governo chinês, o comunismo etc.).

No campo da psicologia evolutiva, as explicações para o conspiracionismo também recorrem a vieses cognitivos, tais como: 1) o essencialismo, baseado na assunção de que membros de uma mesma categoria compartilham propriedades localizadas em um núcleo não observável; 2) a teleologia, que consiste na atribuição de propósito a eventos ou objetos; e 3) a identificação de agência onde esta não existe (por exemplo, quando um objeto se mexe,

pensamos imediatamente que se trata de uma pessoa ou de um animal) (CESARINO, 2022). Nos grupos de caçadores coletores, esses vieses envolviam uma ponderação entre probabilidade de verdade e velocidade de reação. Cesarino (2022) menciona dois exemplos: se um *Homo sapiens* percebia algo se mexendo no mato, em termos de economia evolutiva, fazia mais sentido presumir que se tratava de um predador do que o contrário; se uma fruta era dada como comestível, presumia-se que todas as outras parecidas com ela também o fossem. Além disso, o *storytelling*, sob a forma de fofocas, histórias, rumores, narrativas míticas etc., também teve um papel evolutivo importante, ao ajudar nossos antepassados, organizados em comunidades face a face, a saberem em quem confiar. Essas histórias proviam roteiros coletivos para que os indivíduos de um grupo pudessem identificar um possível inimigo. A autora (2022) nota ainda que a capacidade de diferenciar a realidade de ficção já estava prefigurada em alguns animais, ativada na distinção entre uma mordida real e uma de brincadeira, por exemplo. Contudo, no *Homo sapiens*, o refinamento dessa capacidade foi provavelmente o traço distintivo que possibilitou um salto evolutivo sem precedentes na história do gênero *Homo* – ao falarem sobre ficções, foi possível aos grupos humanos ultrapassarem os limites da interação face a face. Por outro lado, Cesarino (2022, p. 225) nota que esse avanço evolutivo passou a representar uma dependência extrema do indivíduo para com as mediações culturais – o que, nas sociedades industriais do início do sex. XX, alcançou níveis inéditos com as grandes mídias de comunicação. Atualmente, à medida que o *storytelling* começa “a passar cada vez mais pela infraestrutura acelerada e não linear das novas mídias [digitais] e sua economia de atenção, a linearização das narrativas coletivas, propiciada pela estabilidade [...] da confiança social a ela associada, vai se desfazendo”. Intensificado por um colapso entre fato e ficção propiciado pelas mídias digitais, o conspiracionismo seria disso exemplo.

Por sua vez, Franks, Bangerter e Bauer (2013) mobilizam conhecimentos da ciência cognitiva da religião para defender que as teorias da conspiração são representações quase religiosas e que seus conteúdos, formas e funções são paralelos aos encontrados em crenças e práticas de diversas religiões institucionalizadas. Os autores detalham esse ponto de vista em algumas proposições, das quais destacamos algumas a seguir. Identificar conspiradores como lagartos alienígenas constitui um apelo ao mistério, tal como acontece em dogmas religiosos específicos – por exemplo, o da transubstanciação no catolicismo. A estrutura de crenças religiosas, que podem assimilar aspectos contraditórios, se coaduna com a constatação de que as pessoas podem acreditar simultaneamente em duas teorias contraditórias sobre o mesmo objeto (por exemplo, que a Princesa Diana de Gales foi assassinada por um conspirador X e

que ela encenou sua própria morte). A formulação e o compartilhamento de teorias da conspiração contribuem para um gerenciamento da ansiedade, transformando angústias difusas em medos focados, sendo, por isso, dispositivos para lidar com traumas coletivos. Nesse sentido, as narrativas conspiratórias seriam análogas aos rituais religiosos – ambos proporcionam respostas a perguntas compartilhadas, firmando uma declaração de fé e de identidade de grupo. O conspiracionismo responde não apenas questões relacionadas à conspiração, mas também antecipa críticas e difamações de que venham a ser alvo, tal como o pensamento religioso. O compartilhamento de uma narrativa central consolida a identidade do endogrupo e reforça a difamação do exogrupo; a narrativa geral da supressão do controle dos conspiradores oferece um foco para as ansiedades. Assim, eventos coletivos traumáticos e aparentemente aleatórios podem ser assimilados por meio da explicação conspiratória – atribuição de uma causalidade, por meio da conspiração, permite lidar com a sensação de perda de controle causada pela experiência traumática. Tal como o pensamento religioso, teorias da conspiração frequentemente envolvem disputas à volta de valores sagrados e são, por isso, mais bem-sucedidas. Esse tipo de narrativas é menos aberto à refutação empírica e fornece uma motivação para uma ação mais enérgica contra os conspiradores. Alegar a existência de agentes conspiradores empenhados na destruição de crenças ou práticas profundamente arraigadas (por exemplo, o marxismo cultural<sup>8</sup>) constitui um procedimento análogo ao conflito religioso sobre valores sagrados, aos quais não se pode fazer concessões. Um resultado importante disso seria a redução da probabilidade de diálogo e de conciliação entre os grupos. A disseminação de teorias da conspiração também se dá por meio de processos de ancoragem e de objetivação. Trata-se de dois processos pelos quais as representações sociais são elaboradas. “Ancorar” é dar nome um objeto ou evento desconhecido; com isso, o objeto é classificado e inserido em um campo semântico familiar, que o liga a outros elementos que ele normalmente acompanha ou pelos quais pode ser substituído, assim o diferenciando de seus opostos. O objeto passa a ser reconhecível e menos ameaçador, podendo ser discutido pelos membros do endogrupo – no domínio religioso, o ato da confissão, praticado pelo Catolicismo, desempenha uma função semelhante. A objetivação é outra forma de lidar com o desconhecido. Por meio de uma metáfora ou de uma imagem

---

<sup>8</sup> O marxismo cultural é uma teoria da conspiração que acusa várias tendências ditas progressistas (do feminismo liberal ao pós-estruturalismo) de planejarem uma guerra cultural contra o Ocidente e a religião cristã (SILVA, SUGAMOSTO; ARAÚJO, 2021), visando à instauração de uma ditadura comunista. Por exemplo, o panfleto *Communism, hypnotism and The Beatles*, de 1965, do líder religioso David A. Noebel, defende que a banda The Beatles faria parte de um plano para “converter” os jovens ao comunismo por meio da música. No Brasil, o ex-presidente da Fundação Nacional de Artes durante o governo de Jair Bolsonaro, Dante Mantovani, e o astrólogo e escritor Olavo de Carvalho propagaram alegações semelhantes (FOLHA DE S. PAULO, 2019a).



visual concreta, conteúdos abstratos tornam-se mais tangíveis – no campo religioso, a hóstia seria disso exemplo. As características dinâmicas e fluidas das teorias da conspiração também facilitam a sua disseminação. Em sua diversidade, esse tipo de narrativas constitui quadros gerais dentro dos quais inúmeros eventos atuais podem ser acomodados de forma flexível. Trata-se de uma replicação do processo de ancoragem, pelo qual discursos complexos e abstratos, geralmente dominados apenas por especialistas, podem ser reinterpretados à luz do conspiracionismo. A objetivação acontece porque a difusão dessas teorias na mídia de massa envolve um forte componente visual – por exemplo, o “olho que tudo vê” dos *Illuminati* como uma encarnação da onisciência, ou representações de alienígenas reptilianos<sup>9</sup> semelhantes à figura do diabo, tido como o conspirador original.

Franks, Bangerter e Bauer (2013) concluem que o caráter quase religioso das teorias da conspiração pode oferecer também uma nova forma de interpretar as relações paradoxais entre tais teorias e a sociedade civil moderna em boa parte do mundo. Por um lado, pluralismo e laicidade são pré-condições para a “bricolagem” que engendra o conspiracionismo. Por outro lado, certas teorias da conspiração podem tentar contrariar tal pluralismo, ameaçando grupos externos que podem ter poder semelhante ou maior do que o endogrupo (ver, por exemplo, as teorias da conspiração antissemitas). Ao questionar disparidades econômicas e políticas estabelecidas, teorias da conspiração podem oferecer uma “oportunidade” de mudança para a sociedade civil. Portanto, tal como as crenças religiosas, não são necessariamente uma ameaça à sociedade civil. Contudo, segundo os autores (2013), elas simultaneamente são uma ameaça, pois, enquanto forma de pensar quase-religiosa, disseminam um fundamentalismo intransigente que diminui as perspectivas de um diálogo intergrupar frutífero.

Butter e Knight (2015, p. 30-31) afirmam que produzir “pesquisas empíricas axiologicamente neutras sobre ‘teorias da conspiração’ é uma falácia, pois o conceito em si não é axiologicamente neutro” – na maior parte das vezes, afirmar que dada alegação é uma “teoria da conspiração” já constitui um posicionamento, como vimos. Segundo esses autores (2015), as pesquisas quantitativas sobre os traços psicológicos, as rotinas cognitivas e a demografia do pensamento conspirativo avançam em terreno escorregadio, sobretudo se carecem de uma compreensão histórica e sociológica desse objeto de estudo. Para superar essas deficiências teóricas e metodológicas, conforme já adiantamos, outros pesquisadores

---

<sup>9</sup> Existe um conjunto de teorias da conspiração alegando, basicamente, que, usando disfarces humanos e oriundos de uma civilização avançada e antiga, répteis habitam a Terra e controlam os governos, a grande mídia, o universo. Artistas, políticos e membros da monarquia integrariam esse grupo de reptilianos humanoides (BUTTER; KNIGHT, 2020).

têm preferido conceituar as “teorias da conspiração” como construções culturais coletivas, na contramão do “paradigma patologizante”. É a partir do final da década de 1990 e sobretudo no contexto da crítica cultural e dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade (CTS), especializados na investigação de como verdades e realidades são produzidas na prática, que surgem novas abordagens às teorias da conspiração. Distanciando-se de uma leitura patológica e negativa, diversos autores passam a ver o fenômeno em questão como “produções de sentido que negociam com o processo de globalização econômico e de políticas neoliberais, bem como com o crescente avanço tecnológico e de ferramentas massivas de vigilância” (FALTAY FILHO, 2020, p. 85). As lentes analíticas voltam-se também para o conspiracionismo enquanto fenômeno praticado pelo prazer do entretenimento que ele proporciona, com um forte componente de gamificação, com tonalidades paródicas, irônicas e autorreflexivas das relações de poder, podendo ser algo identificado em todos os espectros políticos (DEAN, 1998), embora tenham demonstrado maior afinidade com a “política da transgressão” das ditas “direitas alternativas” (*alt-right*) (NAGLE, 2017).

Nesse contexto, as teorias conspiratórias são entendidas não como um fenômeno que se restringe a um conluio subscrito à ação de determinados atores; elas passam o encapsular o entendimento de diversas formas de controle e de esferas sociais – assassinatos, doutrinação política, perseguições, vigilância, investigações policiais, manobras jurídicas etc. Trata-se de uma organização, tecnologia ou sistema tão grande e disperso que chega a constituir a própria antítese da conspiração tradicional, tramada sob segredo (MELLEY, 2000). No centro desse conspiracionismo difuso, Melley (2000) atribui um sentimento de crise generalizada à maneira como as pessoas – os norte-americanos em particular, pois é deles que o trabalho em questão trata – veem a autonomia e a individualidade humanas. O autor (2000, p. 8) designa “pânico da agência” (ou “*agency panic*”) como uma preocupação intensa em relação a uma aparente perda de autonomia e autocontrole por parte dos indivíduos, com base na convicção de que eles estão sendo controlados por alguma força externa poderosa. Para Melley (2000), os conspiracionistas veem intencionalidades onde outras pessoas enxergam meras coincidências. De forma semelhante, as máquinas – por exemplo, por meio de algoritmos – forjam padrões a partir de ruídos informacionais, detectando estruturas em meio ao caos e trazendo à luz significados ocultos, que os outros não os percebem. Desse modo, segundo o autor (2000), pode-se afirmar que a crença em teorias da conspiração reflete um método sistemático de processamento de informação, que propõe uma visão de mundo geral capaz de explicar os eventos, de dar ordem ao caos, de mediar a nossa relação com a realidade. Por isso, “até descobriremos algum acesso magicamente não mediado à realidade”, o

conspiracionismo “não pode ser simplesmente patológico” (MELLEY, 2002, p. 13).

Nessa mesma linha argumentativa, Peter Knight (2000, p. 4-5) afirma que o atual conspiracionismo deixa de conjunturar sobre eventuais perturbações na ordem estabelecida, para expressar a suspeita de que a própria “ordem natural das coisas” guarde semelhanças com uma conspiração. O autor identifica uma mudança: da obsessão com inimigos ocultos, própria da atmosfera dos anos 1950 e do contexto da Guerra Fria, para uma suspeição generalizada acerca de forças conspiratórias. Passou-se, assim, de um sentimento seguro de paranoia, que sustentava a identidade dessas pessoas, para uma versão muito mais insegura de uma ansiedade desencadeada pelas conspirações, que envolvem suspeitas infinitas. O “eles” frequentemente invocado nesses discursos deixa de ser um outro exótico, distante e estrangeiro, e caminha em direção a uma paranoia sobre a sociedade contemporânea em si mesma e sobre as suas instituições tutelares. Os conluios passam a ser identificados com as grandes corporações, os laboratórios científicos, a própria política como um todo. Instaure-se, assim, um estado de incerteza permanente.

Em um interessante trabalho etnográfico em uma igreja e em um movimento religioso, Harding e Stewart (2021) analisam a explosão de teorias da conspiração nos EUA na virada do milênio. As autoras evitam isolar a sensibilidade conspiratória como mero padrão hermenêutico/epistemológico exótico ou tratá-lo como tipo de ideologia específica. Na abordagem por elas proposta (2021, p. 214), as teorias da conspiração são vistas como parte de uma “estrutura de sentimento”, um “sistema nervoso” e um “discurso metacultural” amplo, difuso e inclusivo, apesar de atualizado em diversas intensidades. Segundo Harding e Stewart (2021), a “ansiedade de influência” – um sentimento agudo de raiva por estarmos sendo manipulados por sistemas de *expertise* que sustentam a ordem contemporânea – desemboca em uma semiótica ansiosa, obcecada pela leitura de “sinais” que desvelam uma “verdade final” intencionalmente obscurecida pelos agentes conspiradores. As autoras afirmam ainda que o “pensamento conspiratório é uma história com vários sotaques, um conjunto sobreposto de discursos heteroglóssicos que conjuga reações e resultados contraditórios e competitivos em uma estrutura de sentimento que anseia desesperadamente por soluções definitivas”. Na direita religiosa, esse pensamento deu vazão a uma nova “política das coisas últimas”, que lê a ordem política por meio de uma lente milenarista, guiada por questões fatídicas colocadas em jogo em um confronto final. Na esquerda, movimentos políticos que lutam contra as desigualdades usam teorias da conspiração para rastrear os efeitos de uma submissão forçada sobre as identidades, os corpos e o corpo político. Em ambos os lados do espectro político, poderes estabelecidos são vistos como “funcionários do campo adversário” (HARDING,

STEWART (2021, p. 218).

Aupers (2012) afirma que a proliferação de uma sensibilidade conspiratória no Ocidente é causa e consequência de sua progressiva normalização na cultura contemporânea – confiar nas autoridades e acreditar em histórias “oficiais” chanceladas pelo Estado, pelos políticos ou pela mídia corporativa são facilmente descartadas como sinal de ingenuidade. O autor (2012) lembra que, de uma perspectiva histórica, esses discursos sempre fizeram parte do pensamento ocidental e podem ser rastreados desde a Antiguidade Clássica, passando pelas cruzadas cristãs no início Idade Média até o Terceiro Reich na Alemanha dos anos 1930<sup>10</sup>. Nas últimas décadas, o desenvolvimento de sistemas sociais cada vez mais tecnológicos e autônomos apenas radicalizou esse fenômeno. Por isso, segundo Aupers (2012), do ponto de vista cultural, não é possível classificar os adeptos desses discursos de conspiração nem como céticos racionalistas ou crentes espirituais. Eles misturam racionalização com um forte pendor metafísico. Ao aplicarem “simultaneamente essas estratégias epistemológicas para encontrar a ‘verdade lá fora’, demonstram desafiar a distinção típica entre ceticismo e crença; o secular e o sagrado; desencantamento e reencantamento em que se baseia uma cultura moderna” (AUPERS, 2012, p. 11-12). Assim, para o autor (2012), a proliferação do conspiracionismo pode ser interpretada como parte integrante do próprio projeto da modernidade, sendo que, mais recentemente, a modernização tecnocientífica, com a democratização da Internet, foi agente motivador do impulsionamento da popularidade dessas narrativas (endereçoamos essa questão em 2.3). Elas podem, então, ser interpretadas como uma estratégia de racionalizar ansiedades, desenvolvendo explicações para forças aparentemente inexplicáveis.

Em seu estudo sobre o fenômeno em questão, Harambam (2020) emprega uma abordagem sociológica e cultural que enfatiza três dimensões: significado (estudar teóricos da conspiração sem contrapô-los a qualquer pretensão padrão de normalidade); diversidade (reconhecer que os teóricos da conspiração são caracterizados por uma multiplicidade de traços em vez de fatores unidimensionais); e relacionalidade (considerá-los como grupos profundamente relacionados e não isolados). Para Harambam (2020), as teorias da conspiração são uma “cultura” na medida em que representam “um conflito social mais amplo sobre conhecimento e verdade nas sociedades contemporâneas, forçando uma reconsideração

---

<sup>10</sup> O imperador romano Nero teria propositalmente causado o grande incêndio de Roma em 64 d.C.; na Idade Média, a caça às bruxas era justificada pela alegação de que essas mulheres estariam conspirando com o diabo; o historiador francês Pierre-André Taguieff (2020) dedica a um livro a mostrar como os *Protocolos dos Sábios de Sião*, um texto que difunde uma teoria conspiratória antissemita, foram inspiradores para a ideologia nazista. A leitura desse documento deu a Hitler um modelo para interpretar a revolução bolchevique, ajudando a cunhar a expressão “bolchevismo judaico”, que representava o judeu como um mestre das finanças internacionais empenhado em dominar o mundo. Esses temas conspiratórios foram usados massivamente pelos serviços de propaganda do Terceiro Reich até as vésperas da Segunda Guerra Mundial.

do que conta como conhecimento legítimo e por quê” (p. 213). O autor defende a existência de uma “hermenêutica da suspeita”, através da qual os teóricos da conspiração buscam descobrir “a verdade real” sobre o mundo. Assim, tais teorias podem ser ligadas a disputas mais amplas sobre a autoridade e a legitimidade das instituições (instituições científicas, particularmente) na produção de conhecimento e verdade. Na próxima subseção, discutiremos mais em detalhe essa perspectiva.

Ao estudar padrões de mobilização política na Internet no contexto daquilo que designa como “populismo digital”, Cesarino (2020, 2022) identifica sobreposições desses padrões com outros fenômenos, entre os quais estão as teorias da conspiração. É importante esclarecer o que se entende aqui por “populismo”. Para autores como o filósofo argentino Ernesto Laclau (2005), trata-se de um fenômeno centrado em uma liderança carismática, que emerge sobretudo em contextos de insatisfação generalizada. Esse líder alega estar fora do sistema e se coloca como único operador da ruptura e da mudança, capaz de contemplar as demandas reprimidas de diferentes grupos sociais. Ele se propõe a representar e defender o povo, os “de baixo”, contra uma elite privilegiada, interesseira, hipócrita, corrupta, malévola. Produz-se, então, um antagonismo entre o sistema líder-povo, lido como amigo, e uma alteridade ameaçadora, vista como inimiga. Conforme veremos adiante nas análises, entendemos que esse sistema guarda ressonâncias importantes com o modo como o discurso conspiratório opera um “reconhecimento bifurcado” do mundo (CESARINO, 2022, p. 200).

Cesarino (2020) procura identificar que inflexões a digitalização tem proporcionado para o populismo, devido às novidades que resultam da própria arquitetura da mídia digital e da episteme que ela proporciona. Ao tratar especificamente do fenômeno QAnon – uma teoria da conspiração ligada à extrema direita que ganhou bastante relevância nos EUA nos últimos anos –, Cesarino (2020) alude à “gamificação” que responderia por um dos atrativos desse fenômeno no contexto digital e até mesmo por seu caráter viciante. Em resumo, essa teoria da conspiração alega que o mundo seria governado por uma cabala de pedófilos, canibais e adoradores de Satanás que controlam os políticos e a mídia corporativa tradicional, em um plano secreto de dominação denominado de “Estado profundo” (“*deep State*”). Eles continuariam impunes a governar o mundo, não fosse o empresário Donald Trump, eleito presidente dos EUA em 2016 precisamente para acabar com a cabala. As lutas de Trump nos bastidores da política norte-americana estariam sendo reveladas por “Q”, um usuário anônimo que regularmente fazia *posts* enigmáticas na plataforma *4chan* e que muitos adeptos da teoria acreditam ser um agente da inteligência militar. O caráter lúdico dessa crença estaria precisamente nas tarefas de decodificar esses *posts* (conhecidos como “*Q drops*”), de procurar

por pistas nos discursos de Trump ou em outras fontes, de fazer a tarefa de casa (“*do your own research*”), de estar atento aos “sinais”. Por isso, autores como Hugh Davies (2022) investigam as teorias conspiratórias como uma forma de entretenimento, uma espécie de jogo de realidade alternativa (*alternate reality game*).

Ainda a propósito do QAnon, Cesarino (2020) alude à estrutura fractária que caracteriza o conspiracionismo. Essa teoria se ramifica em diversas direções, misturando princípios religiosos do milenarismo e apocaliticismo com elementos da cultura *pop*. Segundo a autora (2020), essa estrutura extremamente fragmentada não chega a constituir um sistema de crenças coeso, mas prolifera justamente pela sua dispersão. Esse caráter “fractário” também é notado por Pereira (2021, p. 16), que afirma que enquanto “boatos são fenômenos razoavelmente isolados, materialidades discerníveis e de recorte mais preciso, teorias da conspiração são intrinsecamente amplas”. Por exemplo, o autor (2021) lembra que não há uma única teoria conspiratória sobre vacinas, mas várias que orbitam esse tema, entrecruzando inúmeros textos e discursos, sendo difícil elencá-las em termos de importância.

Essa tendência fragmentária do fenômeno em questão acaba não favorecendo a obediência a princípios epistêmicos básicos, como o da não contradição. Nesse sentido, é possível estabelecer semelhanças entre o conspiracionismo e algumas etnografias de sistemas de crença não modernos, como a bruxaria dos Azande na África subsariana. Em uma obra hoje clássica sobre esse povo do sul do Sudão, intitulada *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, o antropólogo britânico Edward Evan Evans-Pritchard (2005) mostra como lá a bruxaria integra parte de um sistema de pensamento capaz de dar sentido não apenas a eventos físicos e objetivos, como faz a racionalidade científica ocidental, mas também aos acasos e aos acontecimentos imprevisíveis. Os Azande veem a bruxaria como uma condição hereditária e biológica, que é disparada por um ato psíquico, por vezes involuntário, fruto de sentimentos como ciúme, inveja, ódio ou cobiça, sendo capaz de desencadear uma série de infortúnios a quem ela se destina. Nesse contexto, não existem coincidências, “má sorte” ou “azar” – tudo tem uma causa oculta. Se o indivíduo consegue descobrir quem o enfeitiçou, ele pode então persuadir o bruxo a parar o feitiço; o bruxo pode inclusive desconhecer o mal que está causando a outrem. Uma vez que os infortúnios vão das situações mais comezinhas até a morte, os Azande recorrem cotidianamente a diversos tipos de oráculos, que tanto revelam a identidade do bruxo quanto sanam dúvidas sobre assuntos impossíveis de serem revelados por uma inferência lógico-experimental.

Não só tanto a bruxaria azande quanto as teorias da conspiração descartam a ideia de coincidência, procurando guarnecer o indivíduo com uma explicação para os fenômenos mais

aleatórios, mas ambas as epistemes representam uma rejeição ao chamado “sistema de peritos”. De acordo com Cesarino (2021a), uma separação funcional das esferas sociais – religião, economia, política etc. – fez sentido, sobretudo, quando a sociedade e o Estado operavam para produzir ativamente essa diferença entre contextos. Contudo, desde pelo menos desde os anos 1970, a convergência crescente entre neoliberalismo e digitalização vem produzindo efeitos na contramão disso, complicando ou mesmo dissolvendo essas fronteiras, um fenômeno que tem sido chamado, nos estudos das novas mídias, de “colapso de contextos” (MARWICK; BOYD, 2011). Segundo a autora (2021a),

A digitalização dissolve a separação entre contextos que o arranjo moderno da esfera pública buscava delimitar: público e privado, consumidor e produtor de conteúdo, fã e celebridade, espontaneidade e fabricação, indivíduo e coletivo [...]. Também dissolve a separação funcional entre as esferas ou os campos sociais: os fatores de eficácia da política, *marketing*, entretenimento, parentesco, mundo do trabalho, religião passam a se confundir cada vez mais. Três décadas antes, Foucault [...] já havia notado como o avanço da neoliberalização também se dá por processos de diferenciação: entre patrão e empregado, vida e trabalho, produtor e consumidor, na figura híbrida do empreendedor de si. (CESARINO, 2021a, p. 85).

Estaríamos, nesse sentido, em meio a uma crise de paradigma, na qual a racionalidade moderna e o sistema de peritos se desestabilizaram. Por “sistema de peritos” ou “constituição moderna”, a autora (2021a) entende a forma como a sociedade ocidental, mais especificamente a europeia, se organizou após as guerras religiosas travadas a partir do século XVII. O Estado moderno foi então fundado com base na ideia de “soberania popular” e na divisão de competências – a política reporta-se ao bem comum; à ciência, competem os assuntos da natureza; e a religião, que antes influenciava todos os aspectos da vida em sociedade, passa a estar circunscrita ao domínio da intimidade dos indivíduos. Com isso, tem-se uma marcada separação entre o público e o privado. A ciência passa, então, a produzir verdades e a organizar conhecimento de forma muito consistente e estável a partir do caos que é a realidade. Com o neoliberalismo e a revolução digital, esse aparato mediacional tem se modificado. Quando os discursos conspiratórios instam os sujeitos a pesquisarem por si mesmos de modo a desvendar a “verdadeira realidade” oculta pelos conspiradores (“*do your own research*”), essa “pesquisa” é bastante diferente da científica – que é baseada em revisão por pares, reprodutibilidade, metodologia etc. Contudo, é essa nova episteme que vem ocupar o lugar da científica, nesse contexto de crise da constituição moderna. Instaure-se, assim, uma “*I-pistemology*” (“eu-pistemologia”), uma racionalidade na qual os sujeitos passam a suspeitar do conhecimento proveniente de instituições oficiais e de especialistas, e o substituem pela verdade proveniente de suas próprias experiências, moralidades e opiniões individuais

(ZONEN, 2012).

Boltanski (2015), que já citamos nesta subseção, vê as teorias da conspiração como uma expressão do impulso humano fundamental de impor significados ao mundo, expressão essa ligada ao próprio processo de investigação científica. Mobilizando conhecimentos de três campos disciplinares – psiquiatria, ciência política e sociologia –, o autor (2015) defende que, como processos mais ou menos simultâneos, o aparecimento e o rápido desenvolvimento dos romances policiais e de espionagem, a identificação da paranoia e o desenvolvimento das ciências sociais permitem compreender a essência dos dispositivos políticos que surgiram final do século XIX. A questão da verdade (manifestada na tensão entre o oficial e o não oficial), a extensão da suspeita e a articulação dos Estados-nação com o capitalismo são algumas das tensões que o autor aborda. Em linhas gerais, o argumento de Boltanski (2015) é o de que as teorias da conspiração respondem a um modo de investigação inseparável das tensões inerentes à formação do Estado como projeto unificador que institucionaliza a realidade social e estabelece limites da previsibilidade e do que pode ser considerado “normal”. Os mistérios surgem das armadilhas da realidade chancelada pelo Estado, ou seja, de eventos que possam ser considerados anormais no contexto de uma ordem normal da vida social sustentada pelas instituições estatais. A proposição de conspirações reflete, portanto, uma ansiedade mais ampla inerente aos Estados modernos em relação aos *loci* do poder: contra a realidade mantida pelas instituições estatais, os inquéritos sobre as conspirações procuram explicar mistérios postulando outra realidade mais profunda. Tudo o que perturba a universalidade do Estado-nação, do conflito de classes aos assuntos políticos e ao crime é fonte de tensão entre essas duas realidades. Investigar essas tensões, portanto, sempre envolve o potencial de pensamento de conspiração (por exemplo, as alegações acerca dos negócios obscuros das elites financeiras).

Pereira (2021, p. 7) faz uma ponderação convergente a essa, ao afirmar que teorias da conspiração produzem um processo de individuação que reconforta o sujeito, após uma perda de confiança na capacidade de o Estado gerir sentidos. O autor (2021) sustenta que, nesse contexto de ruptura, esses discursos assumem a existência de um modelo de Estado omissivo, ineficiente ou corrupto; por isso, propõem um modelo alternativo, sustentado por ideais míticos que deveriam nortear o desenvolvimento da sociedade como um todo. Segundo Pereira (2021, p. 238), assim como acontece com os boatos, as teorias da conspiração não seriam a causa de um “problema de desinformação”, mas antes um sintoma “de que algo fala antes para o sujeito e apaga as ambiguidades que tais tipos de enunciado carrega”, “um sinal de insatisfação do contrapoder com o Estado”. Com base nos princípios teóricos da AD de



linha francesa, o autor propõe um estudo do funcionamento discursivo de três diferentes teorias da conspiração, de modo a determinar se é possível classificá-las como gênero do discurso na perspectiva bakhtiniana. Ele conclui que se trata de um gênero híbrido, entre o romance e a paródia, que mobiliza diferentes estratégias para constituir uma “narrativa unificada que descreve, detalha, simplifica e explica o mundo para os sujeitos, mas que, devido à sua ambiguidade, depende do efeito de evidência proporcionado pela ideologia para se sugerir autoevidente” (PEREIRA, 2021, p. 243). Em outro trabalho, o autor (2019) argumenta que, em funcionamento, as teorias da conspiração se assemelham aos boatos, tomados discursivamente como notícia anônima que se difunde publicamente sem confirmação. Ambos são dizeres não oficializados pelo Estado e outras instituições legitimadoras de sentidos, tais como a universidade. Ao entrarem em contradição com os dizeres oficiais, as teorias da conspiração procuram desestabilizá-los por meio de uma reorganização narrativo-ideológica dos acontecimentos a ela relacionados, apontando possíveis lacunas no percurso de um sentido validado socialmente. Os produtores desse tipo de teorias procuram resolver essas lacunas, “preenchendo os espaços ‘sem sentido’ com sentidos possíveis, não necessariamente verdadeiros, instaurando assim um mundo ‘semanticamente normal’ para o sujeito” (PEREIRA, 2019, p. 6).

Ainda em relação a abordagens no campo da linguística, é oportuno citar Orlandi (2020). A autora também propõe que a teoria da conspiração possa ser pensada paralelamente ao boato, pois ambos os tipos de discurso constituem uma forma de exercício de poder e dependem de um “gatilho social” – ou seja, só funcionam na medida em que se espalham rapidamente. Em outro trabalho, ao analisar os boatos, a autora (2008, p. 135) afirma que é essencial atentarmos para os silêncios e as ausências na produção de sentido desses discursos: “o boato atesta o fato de que os sentidos são feitos de silêncio, indício de que há em toda situação de fala relações que jogam com o não-dito, uma política do dizer determinada para fixar sentidos onde há múltiplos sentidos possíveis”. Assim, “no boato o discurso se baseia entre a relação do ‘já-dito’ e o ‘não-dito’, se apresentando como um ‘diz-se-que’” (ORLANDI, 2008, p. 135).

Nesta subseção, ao apresentarmos uma leitura de diversos trabalhos que mostram como as teorias da conspiração têm sido estudadas ao longo dos últimos anos por diversas áreas do conhecimento, angariamos também fundamentos para analisarmos as regularidades enunciativas do nosso objeto na seção 4. Distinguimos ainda duas abordagens que resultam desses trabalhos: a do paradigma patologizante e aquela que se distancia de uma chave de leitura essencialmente negativa para estudar o conspiracionismo como uma forma de

expressão humana, cuja ampla disseminação, nos dias de hoje, é resultado de um crescente avanço tecnológico e de formas de subjetividades e sociabilidades contemporâneas.

É a essa última abordagem que nos alinhamos, pois julgamos que ela é melhor capaz de compreender o fenômeno em suas nuances e complexidades e porque vai ao encontro de alguns fundamentos teóricos que adotamos nesta pesquisa. Sendo assim, encaramos as teorias da conspiração como uma manifestação ligada às necessidades humanas de efabulação, de atribuição de sentido, de ordenação do caos – um mundo governado por répteis humanoides é pelo menos um mundo com uma ordem discernível e um senso de propósito claro. Ao falar de uma “cultura de conspiração”, essa última abordagem permite-nos refletir sobre a noção de “prática discursiva”, sobre a qual discorreremos também na seção 3. Segundo essa noção, as FDs não são definidas unicamente a partir de aspectos textuais. Conforme afirma Maingueneau (1997, p. 56), a noção de prática discursiva integra dois elementos: de um lado, a FD, e, de outro, a “comunidade discursiva”, entendida como o “grupo ou organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva”. Essa última noção, por sua vez, não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas a tudo o que esses grupos desenvolvem no plano da organização material e nos modos de vida. A comunidade discursiva não é, pois, um mero “conjunto de indivíduos” (no sentido em que não é o caráter biográfico individual que importa); ela engloba ao modo como o alinhamento dos sujeitos a determinado posicionamento engendra certas formas de existência.

No caso da FD conspiratória, a ideia da constituição de uma comunidade discursiva remete-nos às relações de pertencimento que se fundam no seio dos indivíduos que aderem a esse discurso. Por exemplo, um dos “lemas” do QAnon é a frase “*where we go one, we go all*” (“aonde um vai, todos vamos”), o que encapsula um sentimento de grupo, unido com inquestionável lealdade contra uma ordem hegemônica ameaçadora. A sigla “WWG1WGA” é usada como um signo desse pertencimento, sendo encontrada em cartazes de manifestações, camisetas, bonés, carros etc. Tem lugar, então, uma economia de afetos que é quase religiosa, no sentido exposto anteriormente por Franks, Bangerter e Bauer (2013). Quando se adere a essa teoria, além de uma explicação para as contradições de um mundo incrivelmente complexo, o sujeito ganha confirmação social em uma comunidade que o apoia, partilha com ele visões de mundo e enche-o de códigos estéticos, seguidores e “likes”, alçando-o à relevância. Além disso, com essa adesão, esse sujeito passa a escandalizar as instâncias de poder que supostamente o enganaram a vida toda. Postulamos que um fenômeno semelhante acontece com a adesão a outras teorias da conspiração, como as que dizem respeito às vacinas

contra o Coronavírus. Conforme referimos na próxima subseção, ao falarmos dos imunizantes de forma geral, a crença em determinada teoria está frequentemente acompanhada da adesão a outras narrativas conspiratórias.

### 2.1.1 Teorias da conspiração sobre vacinas

Nesta subseção, apresentamos a leitura de alguns trabalhos dedicados especificamente às teorias da conspiração sobre as vacinas e, ainda mais especificamente, sobre as vacinas contra o Coronavírus. Para começo de conversa, é oportuno referir: as vacinas podem ser definidas como agentes imunizantes, em diferentes formas biológicas, como bactérias, vírus atenuados ou RNA artificial, que, uma vez introduzidos no corpo humano, ajudam na produção de anticorpos e impedem uma infecção futura ou formas graves da doença daí derivada (DOBRACHINSKI, 2011). Ullah *et al.* (2021) lembram que uma oposição mais ou menos organizada à vacinação data desde os estágios preliminares da descoberta científica dessa ferramenta sanitária no séc. XVIII. Os primeiros experimentos vacinais começaram em 1796, com a imunização contra a varíola, e, antes mesmo disso, a variolação – uma técnica que basicamente consistia em administrar o material da varíola através de um pequeno arranhão na pele, com a finalidade de prevenir formas graves da doença – já era praticada em muitas partes do mundo, da África ao Império Otomano. Não isenta de risco, essa forma de vacinação rudimentar foi introduzida na Inglaterra na década de 1700 pela aristocrata Mary Wortley Montagu, que aprendera a técnica na Turquia. As primeiras vozes opositoras não tardaram a surgir, e, entre elas, figuravam inclusive membros de academias científicas da época, como a Royal Society. Esses detratores argumentavam que a variolação não funcionaria, pois se travava de um recurso médico oriundo do domínio islâmico, uma região vista como atrasada e perigosa pelos europeus. Além disso, a técnica vinha sendo realizada sobretudo por mulheres, além de ter sido apresentada por uma. Isso desqualificava o procedimento, uma vez que o público feminino não fazia parte da comunidade médica e científica (SOARES, 2018). Mais tarde, na Inglaterra de 1853, a vacinação contra a varíola foi tornada obrigatória por meio de um ato governamental – o “*Compulsory Vaccination Act*”. Isso suscitou reações enérgicas de diversos setores da sociedade inglesa, principalmente da classe média alta, levando à criação da Liga Anticompulsória de Vacinação (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015). Nos EUA, uma liga semelhante foi criada em 1879. Na Índia e na África Ocidental, a oposição vacinal tinha como protagonistas líderes religiosos e curandeiros locais. Eles afirmavam que,

por ter sido introduzida por estrangeiros, a vacina poderia irritar os deuses, que puniriam os vacinados com a própria varíola ou com outras doenças purulentas (BBC NEWS BRASIL, 2022).

No Brasil, o episódio conhecido como “Revolta da Vacina” é um marco na história antivacínista (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2005). Em 1904, quando o número de internações diárias devido à varíola chegava a quase 2 mil doentes na capital carioca, as camadas populares rejeitavam a vacina, que consistia na injeção de um líquido de pústulas de vacas doentes – corria pela cidade o boato de que quem se vacinava adquiria feições bovinas. Quando a obrigatoriedade da vacinação foi implementada em todo o território nacional, a população revoltada saiu às ruas. Houve 30 mortes, edifícios públicos e particulares depredados, bondes queimados, árvores derrubadas. Em 05 de novembro desse mesmo ano, foi criada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2005). É importante ressaltar que alguns autores posicionam essa revolta no contexto de um processo eugenista do pós-abolição da escravidão, que abandonou os ex-escravizados à própria sorte. Silva e Baalbaki (2021) lembram que os empreendimentos sanitaristas do início do sec. XX acabaram por assumir uma feição autoritária, com a invasão de casas particulares por agentes estatais, visando alterar a estrutura de esgoto e de água encanada e moldar o comportamento das populações para que se adequassem às novas regras relativas não só à vacinação, mas também à coleta de lixo e a regras de higiene pessoal. Essas ações garantiriam uma gentrificação das regiões centrais do Rio de Janeiro, com a migração da população negra e pobre para regiões mais periféricas da cidade. Não por acaso, os casos de mortos e feridos na revolta de 1904 foram sobretudo entre as classes trabalhadoras, provavelmente com uma maioria de negros e pardos (SILVA; BAALBAKI, 2021).

Como se vê, a hesitação vacinal é um fenômeno antigo, complexo e disseminado entre diversas populações. Essa expressão dá nome ao atraso ou à recusa da administração das vacinas preconizadas pela Medicina, apesar da sua disponibilidade (WHO, 2014). Assim, a hesitação abarca um amplo espectro de posturas, desde o receio até a total recusa. Ela pode, por exemplo, levar o indivíduo a se vacinar com determinado imunizante, mas a recusar outro, ou a seguir o calendário de vacinação, mas sempre se sentindo inseguro. É oportuno distinguir a hesitação vacinal do que chamamos hoje de “movimento antivacinas”. Atualmente considerado como uma das dez ameaças globais à saúde pela OMS (WHO, 2019), esse movimento pode ser definido como uma oposição organizada à vacinação pública, reunindo uma vasta gama de críticos dos imunizantes (CAFIERO, 2020). Mais recentemente, em 1998, um artigo do ex-médico britânico Andrew Wakefield, publicado na revista *The Lancet*, ajudou

a dar novo fôlego aos antivacinistas. Com base em dados posteriormente comprovados como falsos, o artigo associou a vacina tríplice viral – que protege contra sarampo, caxumba e rubéola – ao desenvolvimento do autismo em crianças (BBC NEWS BRASIL, 2017). Atualmente residindo nos EUA, Wakefield continua a desempenhar um papel de protagonismo na cruzada antivacinas, sendo reverenciado como um “Deus absoluto” por outros ativistas antivacinas<sup>11</sup>.

Atualmente, com alcance global e forte presença na Internet, o movimento encontra nas teorias da conspiração uma ferramenta para desencorajar a vacinação (INTRONE *et al.*, 2020; MACHADO; SIQUEIRA; GITAHY, 2020). Para examinar o desenvolvimento do “pseudoconhecimento” sobre vacinas em ambientes digitais, Introne *et al.* (2020) abordam tais teorias encarando-as sobretudo como narrativas que contam histórias sobre o passado, presente e futuro e explicam para um determinado público como o poder nuclear funciona. Os autores lembram que as narrativas desempenham um papel central para a cognição humana e, portanto, o conspiracionismo à volta das vacinas não deve ser ignorado ou mesmo estigmatizado. Partindo dessas premissas e com base em uma análise de 1.800 *posts* em inglês em fóruns na Internet, Introne *et al.* (2020, p. 189) apresentam um quadro-resumo dos elementos mais recorrentes nas teorias analisadas. Entre os agentes conspiradores mais comuns, estão governos, indústria farmacêutica, médicos antiéticos, universidades, mídia corporativa e elites malignas. Os alvos desses agentes seriam a população em geral, as crianças e os cientistas antivacinistas. As vacinas seriam um instrumento para fazer o mal, ganhar dinheiro, causar dependência química e reduzir a população, levando à morte. Elas introduziriam no organismo humano toxinas, *microchips*, desregulação hormonal, doenças e problemas como os mentais e os relacionados à infertilidade. Além disso, os imunizantes seriam responsáveis por uma lavagem cerebral na população.

Em um trabalho que aborda a desinformação sobre vacinas em vídeos do *YouTube* em língua portuguesa, Machado, Siqueira e Gitahy (2020) referem que a presença on-line de movimentos antivacinação parece ter aumentado nos últimos anos. Na referida plataforma, a expressão “indústria das doenças” é frequentemente convocada em teorias da conspiração antivacinas: governos, cientistas e médicos estariam envolvidos em um conluio com empresas farmacêuticas para causar sofrimento às populações e lucrar com isso – as vacinas seriam mais um instrumento desse plano maligno. Nesse contexto, os autores destacam o papel dos defensores de soluções de medicina alternativa, que podem então se apresentar como

---

<sup>11</sup> O epíteto “Deus absoluto” atribuído a Wakefield aparece nos minutos finais do documentário *A conspiração antivacina* (2021), que faz um retrato da trajetória antivacínista do ativista, dos anos 1990 aos dias de hoje.

corajosos antagonistas a esse “sistema corrupto”. O neologismo “conspiratorialidade” tem sido usado para aludir a essa interlocução entre o conspiracionismo e a indústria da espiritualidade, do bem-estar e das medicinas alternativas, especialmente no contexto da chamada “Nova Era” (CESARINO, 2022). Ainda de acordo com os autores (2020), essas teorias da conspiração defendem que as populações precisam exercer sua autonomia, como base na liberdade de escolha e na realização de pesquisas independentes, de modo a protegerem a si mesmas e às suas famílias desses atores malévolos e poderosos – mídia corporativa tradicional, médicos e organizações de saúde pública não são confiáveis. Surgem, assim, dois grupos: o de pessoas confiáveis, formado essencialmente por membros de uma comunidade que partilha a recusa das vacinas e profissionais da dita medicina alternativa (endogrupo); e aqueles que, de forma geral, endossam os protocolos de vacinação (exogrupo). Como vimos na subseção anterior, o compartilhamento de uma narrativa conspiratória consolida a identidade do endogrupo e reforça a difamação do exogrupo.

Brotas *et al.* (2021) também analisaram o discurso antivacina no *YouTube* de 2018 a 2019. Os autores selecionaram os 14 vídeos em língua portuguesa mais relevantes nessa plataforma, considerando a quantidade de interações (aspectos como número de visualizações e comentários). Os influenciadores antivacineiros falam em um plano mundial de redução populacional, uma espécie nova eugenia para eliminar os pobres e fracos via imunizantes. A intenção dos poderosos seria vacinar pobres, feios e velhos, para que, assim, eles sejam eliminados aos poucos, com doenças como câncer. Os autores referem o uso recorrente de uma palestra de Bill Gates como suposta comprovação de que aos imunizantes seriam um meio dissimulado e lento de matar pessoas e reduzir a população mundial. Vale referir que a origem dessa narrativa conspiratória tem sido, de fato, associada a essa palestra, proferida pelo bilionário em 2015. Nela, Gates defendia que a maior ameaça à sobrevivência da humanidade não seria uma guerra nuclear, mas, sim, um vírus desconhecido que atingisse uma escala global de difusão. A imprensa norte-americana credita ao *site Infowars*, do conspiracionista de extrema direita Alex Jones, a difusão da alegação de que Gates saberia antecipadamente sobre a pandemia da Covid-19 (THE NEW YORK TIMES, 2020).

Goldberg e Richey (2020) afirmam que os posicionamentos antivacineiros guardam estreita relação com a crença em teorias da conspiração em geral, refletindo uma propensão psicológica em acreditar nesse tipo de narrativas. Por meio de uma análise fatorial confirmatória, os autores tentam mostrar que as convicções antivacineiras estão diretamente correlacionadas a crenças como as de que o ex-Presidente norte-americano Barack Obama seria muçulmano e de que os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 não teriam

acontecido. Os autores (2020) apontam uma correlação negativa entre a crença nessas teorias e a confiança política, o conhecimento político e a educação e uma correlação positiva com o autoritarismo.

É oportuno referir que o movimento antivacinas é um negócio lucrativo. Para as plataformas digitais que o abrigam, estima-se que ele gere cerca de \$1 bilhão por ano, ao alcançar uma audiência de mais 62 milhões de pessoas (CCDH, 2021). A indústria antivacinas, por sua vez, lucra aproximadamente \$36 milhões por ano. Em língua inglesa, apenas seis influenciadores são responsáveis por até 70% dos conteúdos antivacinas compartilhados no *Facebook* (CCDH, 2021) – conteúdos esses que podem ser traduzidos para outras línguas (JORNAL DA USP, 2021). Em plataformas como o *Substack*, figuras proeminentes do movimento chegam a ter mais de um milhão de assinantes pagos, que recebem *newsletters* com títulos como “Mais crianças morreram da vacina contra a Covid do que de Covid”. Com esse tipo de conteúdo, eles faturam pelo menos \$2,5 milhões (THE GUARDIAN, 2022). Pesquisadores que monitoram a atuação on-line desses influenciadores afirmam que a pandemia representou uma oportunidade única de crescimento para o movimento em todo o mundo. No caso da realidade brasileira, a União Pró-Vacina (UPVacina), um projeto do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com outras universidades e centros de pesquisa, estima que o conteúdo antivacina em grupos brasileiros no *Facebook* tenha crescido 131% com o início da imunização em massa contra a Covid-19, em janeiro de 2021 (JORNAL DA USP, 2021). A quantidade de *posts* por autor também chama a atenção no nosso caso: apenas 16 usuários responderam por quase metade das publicações (JORNAL DA USP, 2021).

Ao debruçarmo-nos sobre os trabalhos acerca das teorias da conspiração à volta das vacinas contra o Coronavírus, deparamo-nos com vários artigos que se propõem a analisar como tais teorias afetam a percepção das pessoas sobre a segurança e efetividade dos imunizantes e, conseqüentemente, a intenção de se vacinar (ISLAM *et al.*, 2021; YANG; LUO; JIA, 2021; CAYCHO-RODRÍGUEZ *et al.*, 2022; MCCARTHY *et al.*, 2021; SIMONE *et al.*, 2021; GINOSSAR *et al.*, 2021; SILVA; MARTINS; FERMOSELI, 2021). De forma geral, esses estudos mostram que a crença nessas teorias está relacionada a um aumento da hesitação vacinal em diversas populações. Yang, Luo e Jia (2021) afirmam que essa hesitação alcançou níveis recordes durante a pandemia – e trata-se de um fenômeno que teve início antes mesmo de ela ser oficialmente decretada. Ginossar *et al.* (2021) analisaram 930.539 *tweets* em inglês que discutiam vacinas contra o Coronavírus postados entre fevereiro e junho de 2020. Os antivacínistas mudaram rapidamente o discurso para se adaptar ao cenário

pandêmico emergente: das alegações de que as vacinas causariam autismo para teorias da conspiração que apresentavam Bill Gates como agente conspirador – as vacinas seriam uma mera estratégia do bilionário para monitorar pessoas a partir de um *microchip* incluído no líquido imunizante. A análise mostrou ainda que os 20 vídeos mais compartilhados nesse período se opunham à vacinação e propagavam teorias da conspiração.

Couto, Barbieri e Matos (2021) lembram que o Brasil é um país com uma tradição de ampla cobertura vacinal. Desde a década de 1960 e especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1975, o país vivenciou a ascensão de uma “cultura de imunização”. O PNI é responsável pela definição e coordenação das ações de vacinação no Brasil, padronizando a oferta dos imunizantes de modo geograficamente uniforme, gratuito e universal e garantindo um calendário vacinal unificado. A partir de 2016, contudo, as autoridades sanitárias observam uma tendência de queda de cobertura vacinal brasileira, o que tem como consequência o recrudescimento de doenças transmissíveis já controladas, como é o caso do sarampo e, mais recentemente, da poliomielite. Segundo as autoras (2021), a explicação para essa queda é multifatorial – inclui desde as desigualdades socioeconômicas até o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A hesitação vacinal é outra importante causa.

Conforme já adiantamos na introdução, no Brasil, durante a pandemia da Covid-19, o movimento antivacinas cresceu em 18% nas redes sociais em geral, segundo um levantamento de pesquisadores da Universidade de São Paulo (AGÊNCIA FAPESP, 2020). Silva, Martins e Fermoseli (2021) mostraram que, dos indivíduos pesquisados que indicaram discordar totalmente de tomar a vacina para a Covid-19, 84% acreditavam em declarações conspiratórias sobre a pandemia. Os autores consideram que indivíduos que recusam a vacina contra o Coronavírus tendem a já nutrir reservas em relação aos imunizantes em geral e a acreditar em teorias conspiratórias – ou seja, trata-se de um processo de crença e de mudança de atitudes progressivos.

Nesse contexto, devido à sua projeção e ao seu caráter institucionalizado, é importante destacar algumas declarações de Jair Bolsonaro, presidente em exercício durante a pandemia. Em meados de 2020, Bolsonaro começou a deturpar as vacinas contra o Coronavírus publicamente (G1, 2021b) – historiadores afirmam que, desde o séc. XVIII, o mandatário é possivelmente o único líder político a abertamente desencorajar a vacinação (cf., por exemplo, Vignaud (2021)). Kalil *et al.* (2021) analisaram nove pronunciamentos oficiais desse político na rádio, na televisão, em entrevistas e em manifestações em redes sociais ao longo de 2020 e cruzaram o material com base de dados de três agências de checagem. Os



pesquisadores (2021) concluíram que, sob o comando do presidente, as teorias da conspiração viraram discurso de Estado e guiaram políticas públicas. Eles lembram que, em uma tentativa coordenada de ataques à vacina Coronavac, desenvolvida por uma biofarmacêutica chinesa, Bolsonaro passou a se referir ao imunizante como “vachina” (trocadilho que aglutina “vacina” e “China”), o que ecoa o epíteto “vírus chinês”, utilizado no bolsonarismo para aludir à teoria da conspiração segundo a qual o Coronavírus teria sido criado artificialmente pela China para destruir as economias ocidentais e impor uma hegemonia econômica comunista (sobre essa hipótese, cf. Holmes *et al.*, (2021)). No dia 05 de maio de 2021, o presidente afirmou que ninguém sabia a origem do novo vírus; já os militares saberiam “o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês”, em referência à China (CORREIO BRAZILIENSE, 2021). Meses antes, no dia 17 de dezembro de 2020, em um discurso durante um evento público, Bolsonaro afirmou-se contrário à ideia de “mexer no sistema imunológico das pessoas” e confirmou que não se vacinaria. Ao comentar uma cláusula do contrato de venda dos imunizantes da farmacêutica Pfizer, segundo a qual a empresa não se responsabilizaria por eventuais efeitos colaterais da imunização, o presidente afirmou: “Se você virar um chi..., virar um jacaré, é problema de você, pô [*sic*]. [...] Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher, ou algum homem começar a falar fino, eles [Pfizer] não têm nada a ver com isso” (G1 BA, 2020). Essa fala ecoa teorias da conspiração segundo as quais as vacinas seriam vetores de doenças e de alterações profundas no organismo humano.

Com base em um levantamento nas plataformas *Twitter* e *Facebook*, Kalil *et al.* (2021) analisaram as teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus e chegaram a uma classificação dos quatro principais grupos de narrativas em circulação no Brasil. Uma vez que nos baseamos nessa classificação para a constituição do nosso *corpus*, vejamos cada um desses grupos em detalhe (KALIL *et al.*, 2021):

1) autoritarismo, vigilância e comunismo: este grupo enfatiza a visão de que a tecnologia pode ser usada por governos tirânicos como um sistema de vigilância e controle de corpos. Por exemplo, a imunização seria uma forma de inserir um *microchip* subcutâneo na corrente sanguínea das pessoas vacinadas; o *microchip* seria controlado por meio de antenas de celular 5G construídas pela empresa chinesa Huawei ou teria sido desenvolvido por Bill Gates como forma de rastrear indivíduos. Diferentes inimigos públicos aparecem nessas teorias: o governador Dória estaria em parceria com a China em uma trama de controle populacional, em uma suposta conspiração comunista global;

2) sexualidade, experimentos humanos e mutação genética: a imunização alteraria o DNA humano, causando mutações genéticas em pessoas vacinadas ou transformando-as em seres híbridos, entre o humano e o animal. A “transformação” de “não gays” em “gays” é outra alegação – tem-se aí a ressignificação da homossexualidade como condição médica, uma forma de “comportamento desviante”;

3) difusão de doenças: este grupo enfatiza que alguns dos potenciais efeitos colaterais da vacina seria o desenvolvimento de outras doenças (como demência, câncer, autismo, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida etc.) e de homossexualidade, uma lista que remete a medos sociais profundos. Parte das teorias do grupo também alega que a vacina seria uma forma de promover deliberadamente o contágio da população com o vírus ativo causador da Covid-19;

4) aborto, contracepção, controle populacional e genocídio: os “poderosos” do mundo estariam usando as vacinas contra o Coronavírus para matar populações específicas ou reduzir a população mundial por meio de esterilização forçada. As mortes atribuídas à Covid-19 são parte de uma trama para colocar em circulação uma vacina capaz de produzir todo tipo de dano que inflama o imaginário dos movimentos antivacinas: da infertilidade ao aborto ou à contracepção forçada medidas. Neste grupo, defende-se também que a vacina seria produzida a partir de células de fetos humanos abortados.

Segundo Kalil *et al.* (2021), o conspiracionismo bolsonarista pode ser entendido à luz da noção de “pânico moral”, presente em situações ou eventos em que uma pessoa ou grupo passa a ser visto como uma ameaça a determinados valores morais e, portanto, à sociedade em geral. Sendo assim, os autores argumentam que as posições antivacinas de Bolsonaro são guiadas por uma lógica e por uma noção de moralidade semelhantes à encontrada em movimentos contra os direitos dos LGBTQI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgênero, *queers*, intersexo e outras minorias) ou em iniciativas contra os direitos reprodutivos. Portanto, a formulação de teorias da conspiração antivacinas pode ser entendida para além de ignorância ou de uma recusa irracional de aceitar a ciência. Segundo os autores, tais narrativas são parte de um repertório de “pânicos morais” superutilizados ao longo da história, mobilizando posicionamentos anticomunistas, sinofóbicos, homofóbicos etc. – ou seja, teorias da conspiração sobre as vacinas contra o Coronavírus fazem com frequência uma adaptação de narrativas já previamente estabelecidas, o que remete à incorporação fractal que assinalamos em 2.1.

Cesarino (2022) nota que, no conspiracionismo, a recorrência de alusões a substâncias corporais, como sangue, células, DNA e esperma, aponta para uma centralidade

do medo em relação a qualquer ameaça à integridade do corpo individual e do corpo social. Ao envolver uma incisão na pele e a injeção de substâncias artificiais nos corpos dos indivíduos por uma pessoa desconhecida, a vacina sempre foi terreno fértil para as alegações conspiratórias. Contudo, em sua feição atual, o que as teorias da conspiração têm propiciado é “uma longa cadeia de inversões interconectadas, que fazem com que a margem se torne centro, a exceção (por exemplo, efeitos adversos graves das vacinas) se torne regra (pânico diante da profusão de notícias sobre vacinadores morrendo com sequelas)” (CESARINO, 2022, p. 240).

Conforme já adiantamos, ainda são escassas as pesquisas que abordam o conspiracionismo a partir da visada dos estudos da linguagem. Trabalhos sobre teorias da conspiração à volta de vacinas com essa abordagem são ainda mais escassas. Melo, Broietti e Salvi (2021) analisaram o discurso de uma publicação antivacina do *YouTube* de enquadre conspiracionista. Procurando evidenciar relações entre um discurso antivacina e disposições do pensamento crítico, os autores (2021) partiram da premissa de que teorias conspiratórias são parte de um sistema cultural e psicossocial complexo, não exclusivamente relacionado às disposições de pensamento. As análises foram encaminhadas com base em conceitos formulados por Maingueneau, como os de interdiscurso e simulacro, e considerando contribuições sobre o pensamento crítico. Como resultados, os autores (2021, p. 111) afirmam que identificaram “a relutância de teóricos da conspiração frente a evidências e informações científicas, a demarcada oposição aos conhecimentos científicos e o caráter ideológico desses discursos”.

Costa, Madeira e Martins (2022) analisaram as teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus presentes em conteúdos audiovisuais divulgados na rede social *Twitter*. Situando as discussões no campo da linguística-pragmática, com base em situações retóricas, os autores (2022, p. 284) mostraram que “a exposição recorrente a uma série de argumentos contra a vacinação molda um discurso que pode gerar ou alimentar a desconfiança em relação às vacinas, principalmente entre aqueles que já têm dúvidas”. As estratégias mais comuns apelam à emoção e à experiência pessoal, em detrimento da racionalidade científica.

Essa afirmação de Costa, Madeira e Martins (2022) remete-nos a uma possível abordagem às teorias da conspiração que expusemos na subseção anterior: elas podem ser lidas sob o viés da chamada “crise do sistema de peritos”, no contexto da qual os sujeitos rejeitam as instâncias que tradicionalmente estão incumbidas da produção e da estabilização dos sentidos de verdades em um contexto epistêmico moderno e ocidental – Estado, ciência, especialistas, mídia corporativa. Além disso, conforme a subseção anterior também

evidenciou, o fenômeno do conspiracionismo resvala na problemática da verdade por suas características intrínsecas. Ao se apresentarem como uma explicação alternativa para um fato ou evento – explicação essa (ainda) não chancelada por essas instâncias tradicionais –, as teorias da conspiração podem perder esse *status* marginalizado, caso a visão sobre esse fato ou evento se altere em uma dada época. É sobre isso que nos detemos na próxima subseção, na qual discutimos as relações podem ser estabelecidas entre o nosso objeto de estudo mais amplo e a noção de “verdade”.

## 2.2 As teorias da conspiração e a problemática da “verdade”

Iniciemos esta subseção contrastando dois exemplos envolvendo o país onde, como já referimos, o fenômeno do conspiracionismo tem particular relevância. Diversos atores internacionais acusam os EUA de conspirar para depor contra governos democraticamente eleitos, especialmente de países da periferia do capitalismo. Em diversos casos, essas alegações ainda têm caráter de *teoria da conspiração* – ou seja, constituem uma explicação alternativa à de certo consenso generalizado, que (ainda) não angariou amplo apoio das ditas autoridades epistêmicas e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. O processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, concluído em 2016, é disso exemplo. Veículos e figuras ligados sobretudo à esquerda afirmam que o governo estadunidense teria atuado como articulador da deposição da mandatária brasileira, principalmente por interesses econômicos<sup>12</sup>. Outras fontes negam essa versão. Por exemplo, em uma reportagem da *BBC News Brasil* de 22 de maio de 2016, lê-se: “O histórico recente da relação entre os dois países [Brasil e EUA], porém, se contrapõe a essas teorias [da influência do governo norte-americano na deposição de Rousseff] – que tampouco encontram respaldo entre a maioria dos especialistas no tema”. Os próprios defensores admitem o caráter marginal dessas alegações: “Até entre as posições mais progressistas, muita gente tem receio de enfatizar a participação dos Estados Unidos no golpe que derrubou a presidente legítima do Brasil. [...] Falar da interferência dos Estados Unidos parece coisa de *teoria conspiratória*” (KANAAAN, 2019, p. 1, grifo nosso). Pode-se afirmar, assim, que se trata de uma versão ainda em disputa, que pode ou não vir a perder esse caráter marginalizado, tal como já aconteceu com outros casos de alegações de interferência do governo norte-americano no destino de certos países. Por exemplo, a participação de Washington em assassinatos em massa na Indonésia, sobretudo de militantes comunistas,

<sup>12</sup> Cf., por exemplo, a obra coletiva *A resistência internacional ao golpe de 2016* (2016) e o artigo de “EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil”, de Brian Mier (2018).

entre os anos de 1965 e 1966, não tem estatuto de teoria da conspiração, embora já tenha circulado nessa condição. A ajuda estadunidense teria sido crucial para a deposição do então presidente eleito e para a instauração de uma ditadura que durou 31 anos. Há várias obras que documentam essa atuação, recorrendo a provas documentais (cf., por exemplo, Bevins (2022)), e tribunais internacionais também chancelam essa versão.

Do mesmo modo, atualmente (2022), a alegação de que o Coronavírus teria sido criado em laboratório pelo governo chinês e disseminado como parte de um plano global de dominação comunista constitui uma teoria da conspiração<sup>13</sup>. Não se pode descartar que essa alegação – embora, de pronto, há quem possa considerá-la absurda ou ofensiva – venha a ser, em algum momento, a versão oficial ou dominante da explicação para as causas da crise sanitária, chancelada por instâncias como a grande mídia, a ciência, o Estado. Isso decorre do caráter precário e provisório que subjaz à própria noção de “verdade”. Para endereçar essa problemática, cuja compreensão tem efeitos diretos no objeto desta pesquisa, dedicamos esta subseção à apresentação de algumas considerações sobre o que se entende por “verdade” e quais os seus mecanismos de produção e de circulação.

O tópico em questão é, sem dúvida, um dos temas centrais na obra do filósofo Michel Foucault. Em *A ordem do discurso*, o autor (1996, p. 9) afirma que, em toda sociedade, a formulação dos discursos “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Esses procedimentos de exclusão são a interdição e separação ou rejeição. A interdição limita aquilo que se pode dizer, especialmente em áreas como a política e a sexualidade; a separação determina que certos discursos não podem circular da mesma forma que outros, ou sequer são escutados ou levados em consideração. Dadas as características desses procedimentos (que seriam arbitrários, em constante modificação e colocados por práticas pelas instituições via pressão e violência), e situando-nos no nível de uma proposição, no interior de um dado discurso, Foucault (1996) hesita em igualá-los a um terceiro sistema de exclusão – a oposição do verdadeiro e do falso. Contudo, se nos posicionamos em outra escala e se levantamos a questão de saber qual foi “a vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que

---

<sup>13</sup> A respeito da hipótese de o Coronavírus ter sido criado pelo homem, cf. Holmes *et al.* (2021) – os autores apontam a maior probabilidade de um evento zoonótico. Contudo, há ainda outra explicação em disputa no campo científico – a hipótese de um escape acidental do vírus do Instituto de Virologia de Wuhan (a esse respeito, cf. Maxmen e Mallapaty (2021)). É oportuno referir que, no surto de SARS-1, de 2002 a 2004, os esforços para rastrear as origens geográficas e taxonômicas do SARS-CoV e se chegar a uma conclusão levaram 14 anos.

rege a nossa vontade de saber” (p. 14), então podemos ver desenhar-se um sistema de exclusão, igualmente histórico, institucionalmente constrangedor. O autor cita como exemplo a Grécia do séc. VI. Nesse contexto, inicialmente, o discurso com estatuto verdadeiro, ao qual era preciso se submeter, era o discurso pronunciado por quem de direito – por exemplo, o do sistema judicial, que pronunciava a justiça, ou dos oráculos, que profetizava o futuro. Um século mais tarde, a verdade já não residia no que *era* o discurso, ou no que *ele* fazia, mas no que ele *dizia*. Por outras palavras, a verdade se deslocou do ato ritualizado de enunciação para o próprio enunciado – seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação, seu referencial no mundo. Assim, entre o discurso de um poeta e de um filósofo, foi estabelecida uma divisão, apartando o discurso verdadeiro do discurso falso. O discurso verdadeiro deixou de ser o discurso ornamentado, agradável aos ouvidos – é nesse contexto que florescem as críticas à figura dos sofistas. Foucault (1996) afirma que essa divisão histórica formatou a nossa vontade de saber e foi se modificando ao longo do tempo. Se por um lado as grandes revoluções científicas podem ser lidas como a consequência de uma descoberta (por exemplo, a teoria do heliocentrismo, que propunha um modelo cosmológico em que o Sol – e não a Terra – ocupava no Universo e que resultou de observações usando telescópios), por outro, elas também resultam da aparição de novas formas na vontade de verdade. Fazendo remissão à criação do método científico e à ideia da experimentação como fonte de conhecimento, o autor afirma:

Há, sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que não coincide nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objeto aos quais se dirige, nem pelas técnicas sobre as quais se apoia, com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica. Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar, certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar), uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico de qualquer do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é das verdades que constroem: história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento. (FOUCAULT, 1996, p. 16-17).

Segundo Foucault (1996), essa vontade de verdade, tal como os demais sistemas de exclusão, também está apoiada sobre um suporte institucional. Ela é simultaneamente reforçada por todo um conjunto de práticas (livros, bibliotecas, laboratórios etc.) e reconduzida pelo modo como o saber é aplicado, valorizado e distribuído na sociedade. Essa

vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. O autor apresenta vários exemplos disso. Desde o séc. XVI, a economia procurou fundamentar uma teoria das riquezas e da produção; o sistema penal foi buscar suporte à teoria do Direito e ao saber sociológico. Os outros dois grandes sistemas de exclusão referidos anteriormente também são orientados nessa direção. O terceiro procura retomá-los para modificá-los e fundamentá-los. Além disso, se os dois primeiros estão fragilizados e incertos, na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade; esta, por outro lado, não cessa de se reforçar, tornando-se cada vez mais profunda e influente.

Foucault (1996) afirma que existem muitos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Entre procedimentos internos, há os exercidos pelas disciplinas, que o autor (1996, p. 30) define como sendo “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, uma espécie de “sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele”. Mas uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre dada coisa, nem o conjunto de tudo o que pode ser aceito a propósito de um objeto. Por exemplo, a medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre as patologias; do mesmo modo, a botânica não é definida pela soma de todas as verdades sobre as plantas. Ambas – medicina e botânica – são feitas tanto de erros e de verdades. Os erros são positivos e desempenham um papel muitas vezes indissociável daqueles das verdades. Mas, além disso, para que uma proposição pertença à medicina ou à botânica é preciso que responda a condições, em um sentido mais estritas e mais complexas do que a pura e simples verdade. Foucault (1996) explica:

Ela precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado: a partir do fim do século XVII, por exemplo, para que uma proposição fosse ‘botânica’ era preciso que ela dissesse respeito à estrutura visível da planta, ao sistema de suas semelhanças próximas ou longínquas ou à mecânica de seus fluidos [...]. Mas, sem pertencer a uma disciplina, uma proposição deve utilizar instrumentos conceituais ou técnicas de um tipo bem definido; a partir do séc. XIX, uma proposição não era mais médica, ela caía ‘fora da medicina’ e adquiria valor de fantasma individual ou de credence popular se pusesse em jogo noções a uma só vez metafóricas, qualitativas e substanciais. [...] Há mais ainda: para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico. (FOUCAULT, 1996, p. 32).

Sendo assim, no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas e repele, para fora de seus limites, tudo aquilo que considera excrescência – uma “teratologia do saber” (FOUCAULT, 1996, p. 33). Para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas, antes de

poder ser declarada verdadeira ou falsa. Ela deve, assim, encontrar-se deve inserir-se no que verdadeiro no contexto de uma dada disciplina. Portanto, as verdades produzidas segundo regimes discursivos especiais – os dos saberes ou os das ciências – exigem delimitações, métodos, sujeitos cognoscentes treinados etc. para que possam ser assim denominadas.

Partindo dessa leitura foucaultiana, em um artigo intitulado “Jogos de verdade: uma questão para a análise do discurso”, Sírio Possenti (2021) apresenta um exemplo que ilustra essa coerção imposta pela “vontade de verdade”, considerando uma instância que é especialmente importante para a hipótese proposta neste trabalho – a mídia. O autor propõe que, esfera midiática, a questão da verdade pode ser encarada de duas formas: uma envolve uma distinção óbvia entre verdade e mentira ou falsidade; outra diz respeito aos meios técnicos com base nas quais uma verdade é confirmada ou uma mentira é desmascarada. Em seguida, autor (2021) apresenta o seguinte exemplo: a imprensa noticia que um cidadão desferiu uma facada contra um candidato durante uma passeata (assumimos que se trata de uma “verdade”, isto é, que não estamos perante uma notícia falsa, mesmo que haja eventuais controvérsias sobre o acontecido). Os jornais noticiam o fato, e logo os repórteres investigam o passado do acusado. Há depoimentos de familiares e conhecidos que informam que o seu comportamento lhes parecia estranho. Trata-se de “verdades”. A notícia desaparece dos jornais, substituída por outros acontecimentos, mas volta novos elementos vêm à tona: laudos médicos e psiquiátricos fazem do preso uma avaliação específica, baseada em determinados tipos de saberes, os dos especialistas. Trata-se agora de outro tipo de “verdade”. De um lado, há depoimentos de familiares e conhecidos sobre o comportamento estranho do cidadão, que permitem hipóteses ou especulações “leigas” sobre a sua saúde mental; do outro lado, temos os pareceres técnicos dos especialistas, sob a forma dos laudos. Estabelece-se, assim, uma diferença fundamental, afinal um juiz não profere uma sentença com base nos depoimentos de parentes sobre a saúde mental do cidadão, mas o faz – ou pode fazê-lo – com base em laudos psiquiátricos. A máquina judiciária precisa de um perito que lhe chancele a “realidade”. Estamos perante uma diferença entre dois discursos: o do senso comum, que aceita os fatos tais como são os postos por meio de certos recursos, e o dos saberes, que confirmam ou lançam dúvidas sobre a realidade. Pode-se afirmar, assim, que a “verdade” não é acessada ou produzida sem mediações; ela é formatada por ditames disciplinares específicos, que moldam o que pode ser dito em uma determinada época e que influenciam decisivamente as concepções do senso comum e dos diversos agentes da esfera pública. Sendo assim, podemos afirmar que há interlocuções importantes entre o campo científico e o campo midiático. A grande mídia tem formas de objetivação, ou seja, formas de produzir “verdades objetivas” que



ecoam a da ciência (CESARINO, 2022, p. 227).

Na contemporaneidade, vários autores defendem que estaríamos vivendo sob um de novo regime de produção da verdade, que tem sido chamado de “regime de pós-verdade” (HARSIN, 2015) e que representaria um momento liminar de crise e de reorganização nas formas de produção de verdade anteriormente descritas. Como foge aos propósitos desta dissertação discutir a questão em profundidade, vamos primeiro abordar rapidamente e de forma resumida dois livros que são considerados importantes para a compreensão dos mecanismos tradicionais de “fabricação “da verdade por uma das principais autoridades epistêmicas, a ciência, que acaba por influenciar as demais autoridades. Trata-se de *Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn (2006), e *Vida de Laboratório*, de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997). Em seguida, apresentamos alguns comentários acerca desse novo regime.

Na descrição que faz à estrutura do desenvolvimento científico, Kuhn (2006) afirma que a forma pela qual a ciência se desenvolve – com períodos cumulativos, orientados por paradigmas estabelecidos, que eventualmente chegam à exaustão e entram em crise, dando lugar a outros, incomensuráveis, mas ao mesmo tempo englobando os anteriores – pode ser encontrada em escalas diversas no mundo social e natural. Da psicologia da Gestalt à epistemologia de Jean Piaget, existiriam processos análogos e inspirações transversais. Para Kuhn (2006), o conhecimento científico se baseia em certo tipo de organização (institucional, sociológica, cognitiva) que tem por fundamento o “tipo especial” de grupo, que é a comunidade científica. Esse grupo seria fechado e autônomo, com fronteiras demarcadas pelo chamado “processo de revisão por pares” e por uma pedagogia baseada na autoridade dos manuais que fixam o paradigma e de um praticante habilidoso e sensibilizado. Esses e outros processos contribuem para angariar a confiança, que é a base do conhecimento e da prática científicos. É precisamente a perda da confiança na capacidade de o paradigma orientar eficazmente os processos científicos, diante da proliferação de anomalias, que gera a crise que antecede os processos revolucionários de troca de paradigma (em inglês, *paradigm shifts*). Nesses contextos, ocorre a seguinte inversão: a estrutura rígida, que antes era responsável pelo sucesso da ciência normal, torna-se um fator de crise e de desestabilização; essa estrutura é suspensa até que seja substituída por outra, em um processo de transição. Nessa fase, pode haver novos aspirantes a um paradigma ou períodos em que os cientistas operam de forma fragmentada e individualizada e buscam acessar a realidade de forma menos mediada, sem um paradigma comum. A “verdade” científica é, pois, algo precário, provisório, em constante modificação.

Em *Vida de laboratório*, Latour e Woolgar (1997) descrevem um modo de produção do fato científico que ilustra a estrutura descrita por Kuhn. A descoberta científica é interpretada como um processo de produção de ordem a partir do caos – ou de informação a partir do ruído de fundo. Segundo essa perspectiva, a ciência “normal” opera intervenções sucessivas e ordenadas na “natureza” (ou, segundo a designação dos autores, em “cadeias de inscrição”) que fixam um pano de fundo – a rede sociotécnica composta no e em torno do laboratório – contra o qual o novo fato é “expelido” e sem o qual ele não existiria como tal. Trata-se de um sistema negentrópico: assim como nos paradigmas de Kuhn, a eficácia da “ciência em ação” está em sua capacidade de reduzir a entropia ou a tendência ao caos, à desordem. Esse circuito é operado por meio de um sistema organizado de mediações materiais e discursivas – desde os processos de inscrição burocrática dos controles experimentais até o processo de revisão por pares; do conjunto de equipamentos e outros seres não humanos envolvidos a uma ética da impessoalidade dos cientistas. O resultado é uma redução da equiprobabilidade dos enunciados produzidos pelo laboratório. De forma estável, eles são ajustados ao referente no mundo “natural”. O resultado é a “realidade” ou a “verdade”, definida pelos autores como “o conjunto dos enunciados considerados caros demais para serem modificados” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 278).

Cesarino (2021a) afirma que, assim como nos paradigmas de Kuhn, a objetividade não se refere a uma correspondência precisa e definitiva entre o enunciado do fato científico e um objeto no mundo natural. Isso, aliás, seria impossível, pois qualquer acesso ao mundo é sempre mediado, seja pelos nossos sentidos (da visão ao olfato), pela linguagem ou cultura, pelas mídias e por aparatos materiais. Além disso, a incompletude inerente ao processo científico sempre produz “sobras” e contradições. Então, a objetividade na ciência é uma relação estável e eficaz entre enunciados e inscritesores – ou mediações – de diversas ordens. Trata-se de uma relação de “controle” em uma acepção etimológica. Na Idade Média, esse termo dava nome a um “segundo rolo”, contra o qual se verificava a autenticidade de um registro escrito ou numérico. O que a ciência faz é estabilizar esse “segundo registro” contra o qual enunciados sobre o mundo (natural ou social) podem ser verificados. Em sociedades complexas como as nossas, a sua função seria a de produzir ordem, por meio da confiança social gerada no sistema de peritos que ela legitima.

A pós-verdade é uma crise de confiança que se instala a respeito desse sistema. Ela é resultado de uma mudança profunda nos tipos de mediação que organizam e reorganizam em novos paradigmas a produção de conhecimento considerado legítimo nas sociedades contemporâneas. Nessa nova condição epistêmica, não há “enunciados considerados caros

demais” para serem alterados – qualquer proposição pode ser potencialmente modificada por qualquer outra, e a um custo muito baixo. Suspende-se, assim, o controle e instala-se uma desorganização epistêmica profunda, no seio da qual o sistema de peritos deixa de ter a confiança social e a credibilidade de que antes fruía. É interessante neste ponto notar que Lewandowsky e Cook (2020) afirmam que uma característica importante das teorias da conspiração é o fato de elas serem inerentemente “autoajustáveis” ou “autoblindadas” (*self-sealing*) – ou seja, a evidência que contraria uma teoria é reinterpretada comumente como uma estratégia engendrada pela própria conspiração. Diferentemente da ciência, o conspiracionismo é impermeável ao confronto com novas evidências que contrariem determinada narrativa.

Cesarino (2021a) afirma que atualmente que essa crise de representação também tem relações com fatores extracientíficos, em especial com o avanço da neoliberalização. Com base em trabalhos como o de Oreskes e Conway (2010), a autora (2021, p. 78) afirma que a “abertura da ciência ao mercado e à financeirização tem levado ao esgarçamento dos seus consensos por influência de diferentes grupos de interesse, como aqueles por trás do negacionismo climático”. Nesse contexto, a Internet desempenha um papel essencial para a proliferação global dessa tendência, com o espraiamento de mediações digitais para todos os domínios da vida – desde a mídia e a esfera pública, passando pela infraestrutura da financeirização do capital, até o modo como cuidamos da saúde, nos relacionamos, elegemos nossos representantes e constituímos nossa sua subjetividade. Ainda segundo Cesarino (2021a, p. 79), assistimos a uma substituição gradual do arranjo moderno descrito por Kuhn (2006) e outros autores. A proliferação de mediações algorítmicas, com forte interesse mercadológico, com ciclos cibernéticos curtos, intensivos e que operam em uma espacialidade de rede, “produzem ruído constante e geram valor ao recircular, para os usuários, conteúdos produzidos por eles próprios”. Emerge, assim, uma temporalidade que Chun (2016) designou como sendo de “crise permanente”, marcada por constantes atualizações que exigem uma resposta imediata por parte do usuário e às quais, no entanto, é impossível responder completamente – basta pensar, por exemplo, na atualização infinita dos *feeds* das redes sociais, que nos interpelam a reagir aos acontecimentos em um ritmo alucinado. Essa temporalidade de crise propicia “discursos que forçam as fronteiras daquilo que é considerado aceitável ou dizível em uma sociedade” (CESARINO, 2021a, p. 83). Diferentemente do saber disciplinar, descrito anteriormente, esse modelo da Internet plataformizada prescinde do “controle” no sentido que também já expusemos, pois não há estrutura estável contra a qual contrastar os enunciados que aí circulam. A eficácia dos enunciados é apenas mercadológica,

orientada pelo modelo de negócios de grandes plataformas como o *Facebook* – ou seja, o valor está atrelado à capacidade de gerar interações; quanto mais interações, mais tempo de tela por parte do usuário e, conseqüentemente, mais receita para essas corporações.

Nesse contexto de pós-verdade, emerge o que Casarões e Magalhães (2021) chamam de “*alt-science*” ou “ciência alternativa”, em contraposição a uma “ciência normal”. Trata-se, segundo os autores (2021, p. 3), de um movimento fragmentário de supostos “caçadores da verdade” que promovem publicamente determinadas alegações de cunho científico mesclando “evidências parciais, pseudociência e teorias da conspiração”. Esse movimento é composto por grupos tão diversos quanto cientistas independentes, patrocinadores endinheirados, terraplanistas, ativistas antivacinas e negacionistas climáticos, todos unidos por uma forte desconfiança nas instâncias hegemônicas (ciência, Estado, mídia). Ao analisar o tema do tratamento precoce durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, Cesarino (2021b, p. 1) aponta que essa *alt-science* se diferencia da ciência “normal”, mas não se situa completamente fora do campo científico – e aí está, na visão da autora, “a sua potência desestabilizadora” e a sua principal fonte de sua eficácia”. Trata-se de um movimento que “parte das franjas do sistema científico para se opor ao seu *mainstream*, transformando o que era marginal em central e vice-versa- virando, assim, todo o sistema ‘do avesso’”. Por exemplo, a autora (2021b) nota que a maioria dos estudos usados como evidência científica desse tratamento não contou com ensaios randomizados controlados ou com a revisão por pares em bons periódicos. Muitos desses estudos eram *pre-prints*, ou seja, publicações preliminares ainda não submetidas à revisão por pares. Normalmente, os artigos científicos não são tomados evidências até que sejam efetivamente submetidos ao crivo de outros pesquisadores e publicados em periódicos respeitados. Apesar de terem explodido durante a pandemia, as plataformas de *pre-prints* já existiam antes dela, anunciando uma crise do modelo clássico de se fazer ciência, contaminado por uma lógica de mercado (CESARINO, 2022, p. 250). Algumas das alegações desses cientistas estão ancoradas na ideia de uma “conspiração global” contra os medicamentos baratos e sem patente por parte da grande indústria farmacêutica.

Ao discorrer sobre essa insegurança epistemológica no contexto de uma “cultura da conspiração” e sobre os desafios que ela coloca em relação ao conceito de “verdade”, Aupers (2012) começa por lembrar que, nos séculos XIX e XX, a maioria dos fundadores das ciências sociais previu um futuro em que a autoridade da religião seria desestabilizada pela ciência e que esta alcançaria o monopólio da verdade. O filósofo positivista Auguste Comte, por exemplo, imaginava um mundo no qual a ciência pudesse descobrir as leis universais da natureza e da sociedade e, como tal, proporcionar estabilidade social e existencial à

humanidade. Atualmente, tais alegações podem soar ingênuas. É certo que a “verdade religiosa” perdeu a sua plausibilidade na maior parte da Europa desde a década de 1960, mas isso não foi acompanhado de um reforço na crença na ciência, no método científico e nas alegações de verdade de especialistas científicos, sobretudo nos últimos anos. Isso pode ser explicado, segundo o autor (2012), pelo fato de a ciência ter duas faces: por um lado, ela depende da acumulação indutiva de provas e, por outro, do princípio metodológico da dúvida. Pelo menos desde o séc. XVI, o ceticismo radical sobre os fundamentos epistemológicos e sobre as regras metodológicas tem sido uma parte central do empreendimento científico moderno – e isso, segundo o autor, tem assombrado a sua legitimação desde então. Por outras palavras, para Aupers (2012), pode-se atribuir a perda do monopólio da verdade detido pelas comunidades epistêmicas tradicionais a questionamentos erigidos no próprio interior do campo científico. Há cerca de um século, particularmente por meio da filosofia do conhecimento de Kant, de Nietzsche e de outros pensadores, o ceticismo encontrou uma expressão radical no pós-modernismo. Os pós-modernistas profetizaram o fim de uma “grande narrativa” da ciência e da sua ambição de ser um “espelho da natureza”, uma vez que as alegações de verdade canceladas pela episteme científica não deixavam de ser também construções sociais, e estas, por sua vez, o produto de interesses ideológicos, de conflito e poder. As críticas à hegemonia da razão científica e da produção de conhecimento desenvolvidas por autores como Latour e Woolgar (1997) também podem ser incluídas nesse contexto. Sendo assim, o conhecimento científico deixou de ser considerado superior a outras formas de conhecimento e passou a ser tratado como um discurso entre muitos outros “jogos de linguagem” ou como uma “hiperrealidade” autorreferencial, sem relação com a realidade “autêntica”.

Para Aupers (2012, p. 26), essa deslegitimação do conhecimento científico objetivo – ou, como já vimos, a crise do sistema de peritos – não apenas abalou as “torres de marfim do mundo acadêmico – por meio da filosofia da ciência, das explicações construtivistas do conhecimento e da teoria pós-moderna – como também influenciou cada vez mais vida cotidiana”. Segundo o autor (2021), estudos empíricos mostram que há um crescente ceticismo em relação às autoridades científicas, ao conhecimento que produzem e às soluções que propõem. Essa perda do monopólio da verdade pela ciência abriu um mercado para especialistas disseminadores de um conhecimento que, embora massivamente assimilado pelo grande público atualmente, muitas vezes pode ser rotulado como “não científico”, irracional ou perigoso ou, conforme acabamos de referir, como *alt-science*. Para o autor (2012), as teorias da conspiração representam ainda outra consequência. A grande mídia e o seu

jornalismo tradicional são cada vez mais percebidos como manipuladores, e nesse contexto a Internet é que fornece aos cidadãos uma plataforma para desconstruir (inter)ativamente versões oficiais da “verdade”, consumir relatos alternativos e produzir suas próprias teorias em fóruns, *sites* e redes sociais. Os teóricos da conspiração são tipicamente “*prosumers*”, em vez de meros consumidores (*consumers*): eles leem, negociam e reescrevem a história. Em um ambiente de dúvida, onde “tudo é possível”, essa prática surge como que uma “vertigem de interpretações”. O mundo é, de fato, controlado por uma elite global, originalmente extraterrestre, de reptilianos humanoides? O cético clássico perguntaria: por que tal proposição seria verdadeira? No clima de dúvida da contemporaneidade, essa pergunta é muitas vezes invertida: por que ela *não* seria verdadeira? Por outro lado, todas essas tentativas de capturar a verdade real por meio de inúmeras teorias da conspiração só contribuem ainda mais para a insegurança epistemológica que motivou o surgimento da cultura da conspiração. O florescimento de teorias da conspiração mutuamente concorrentes, contraditórias e (parcialmente) sobrepostas, que aspiram a revelar a “verdade”, aumenta a dificuldade de estabelecer uma diferença entre fato e ficção, entre evidência real e evidência falsa e, por fim, descobrir a “verdade real” sob a pilha de interpretações e jogos de linguagem babilônicos. Por isso, para Aupers (2012), essa insegurança epistemológica na sociedade contemporânea é tanto a causa quanto a consequência de uma cultura de conspiração proliferante.

Harambam e Aupers (2014) estabelecem uma aproximação entre as narrativas conspiratórias e os procedimentos científicos do acúmulo indutivo de evidências e do princípio metodológico da dúvida. Os autores (2014) afirmam que o conspiracionismo se rebela contra um suposto dogmatismo da ciência moderna, contra a relação entre a produção de conhecimento e interesses ocultos e contra a exclusão do conhecimento leigo por especialistas científicos, formando uma “elite do poder” global. Assim, “mais do que mimetizar a ciência moderna como uma estratégia para aumentar a autoridade epistêmica, os conspiracionistas desejam purificar e reinstalar o livre espírito da investigação” (AUPERS; HARAMBAM, 2014, p. 12). Segundo os autores (2022), uma vez que as referidas críticas dialogam com abordagens sociais à ciência, pode-se concluir que os teóricos da conspiração competem com cientistas sociais em batalhas complexas por autoridade em um campo mais amplo de contestação do conhecimento. Contudo, julgamos importante contrapor que, se por um lado, o conspiracionismo carrega algumas virtudes em comum com as da produção do conhecimento científico, como a dúvida e a livre investigação, por outro lado, o fenômeno adere a valores típicos de um capitalismo neoliberal, tais como “o atomismo, a competitividade e uma estrita oposição à ordem social” (MELLEY, 2000, p. 57). O que está

em jogo é também a produção de uma “verdade” individual, liberta de quaisquer instâncias mediadoras, o que difere muito da produção científica, que é colaborativa em essência.

Em sua tese de Doutorado sobre as teorias da conspiração, a partir de uma abordagem pela AD, Pereira (2020, p. 19) endereça a relação do conspiracionismo com as versões ditas oficiais, definidas como narrativas elaboradas por um conjunto de autoridades e reconhecida pelo Estado e/ou por outras autoridades como legítimas, orientando e legitimando as ações estatais. São elas que ocupam os documentos e as produções midiáticas de Estado, o ensino escolar, as páginas dos livros de história de autoria de pesquisadores ligados às universidades. Nesse sentido, versões oficiais são discursos de tipo autoritário, que buscam unificar os sentidos naturalmente heterogêneos. Para isso, é necessário o exercício de um poder, o que pressupõe “uma legitimidade que sempre é atribuída de uma autoridade que se constrói para obter crédito e de potência como meio de agir” (CHARAUDEAU, 2019, p. 18).

Uma das formas de fabricar essa legitimidade é por meio da gestão da memória coletiva, com monumentos e documentos, que, especialmente após a ascensão do positivismo cientificista no séc. XIX, viram a sua importância aumentar, tornando-se pilares que sustentam a história (PEREIRA, 2020). Trata-se um procedimento básico de construção da memória individual e coletiva, alicerçado em um processo de retroalimentação: quem detém autoridade dá respaldo à própria autoridade tal como ela é; autoridade e legitimidade estão imbrincadas na sua relação com o poder, operando de maneira simbiótica com a figura do Estado. Documentos de identidade, certidões de nascimento e a outros modos de controle social praticados pelo Estado aliam-se ainda aos processos de individuação pela língua. Recorrendo a Orlandi para definir essa individuação, o autor (2020, p. 19) refere que ela se constitui como “resultado do modo como o Estado, em sua articulação simbólico-política, pelas instituições e discursos, individua o sujeito, ou melhor, a forma-sujeito histórica”. Todos esses processos criam a ilusão de uma unificação dos sentidos, uma impressão de estabilidade e de controle sobre o real. Já as teorias da conspiração, ao contraporem ao oficial, são a marca de um contrapoder. Segundo o autor (2020, p. 19), tais teoria aspiram a uma tentativa de refutação que faria ruir as versões oficiais, abrindo um espaço a ser ocupado por outras formas de poder.

Neste trabalho, defendemos que a problemática das teorias da conspiração deve ser inserida nesse contexto amplo de crise epistêmica, com uma visão mais nuançada que dê conta da complexidade do fenômeno. Não se trata aqui de apontar uma falta fundamental – a de “verdade” – aos discursos conspiratórios, descartá-los de pronto como “mentirosos” ou “paranoicos”. Isso, inclusive, colidiria com os próprios fundamentos da AD, a ferramenta

analítica que aqui adotamos, e, além disso, revelaria uma visão universalista e estanque da verdade, essa instância que sabemos cambiante e historicamente determinada. O fato de as teorias da conspiração aqui analisadas não serem (ainda – e provavelmente nunca virem a ser) chanceladas pelas autoridades epistêmicas, especialmente pela grande mídia, constitui mais um critério de seleção do *corpus* do que um julgamento prévio acerca do seu teor. Por outras palavras, importa menos que sejam ou não “verdade” e mais que esses discursos circulem e têm consequências importantes nas vidas das pessoas – especialmente considerando o contexto de uma crise sanitária sem precedentes nos últimos 100 anos. Em suma, essas teorias vicejam nesse novo regime de pós-verdade, que encontra na contemporaneidade os meios epistêmicos e, com a Internet, os meios materiais para a sua disseminação. É precisamente esse último aspecto que abordamos na próxima subseção.

### **2.3 O conspiracionismo na era digital**

Em obras como *Neuromancer*, de 1984, William Gibson descreve um mundo no qual grandes corporações, conectadas por meio de sistemas de computadores, criam redes gigantescas de informação invisíveis às pessoas comuns e aos governos locais. Com essas redes, tais corporações passam a deter poderes inauditos e extraordinários. Gibson (2016) chamou esse novo mundo de “*cyberspace*” (ciberespaço) e, a partir dele, descreveu um futuro distópico e assustador. Por estar livre de leis ou de qualquer forma de regulação estatal, esse mundo secreto, quase onipotente, atacaria quaisquer intrusos, destruindo o sistema nervoso central de oponentes – somente vigoraria aí um brutal poder corporativo.

Nessa mesma época, anos 1980, um grupo de visionários da costa oeste dos EUA começou a imaginar um ciberespaço bastante diferente desse retratado por Gibson na ficção científica. Em vez de um mundo secreto e assustador, dominado por grandes corporações, esses utopistas tecnológicos concebiam uma realidade alternativa, na qual sonhos radicais poderiam se tornar realidade (LÉVY, 2018). Assim como a contracultura dos anos 1960 almejava ampliar a percepção humana e permitir às pessoas enxergar novas realidades por meio de alucinógenos, esses novos ativistas pretendiam oferecer à humanidade uma forma de construir uma realidade alternativa por meio de uma rede de máquinas, uma interconexão mundial de computadores – não já uma realidade quimicamente induzida, mas um espaço que existiria em uma dimensão paralela à do mundo real, onde as pessoas poderiam se libertar de velhas e corruptas hierarquias de poder e explorar novas formas de subjetividade (LÉVY, 2018). A Internet era assim concebida não como uma rede controlada por grandes



corporações, mas como lugar mágico e totalmente livre, alternativo às instâncias hegemônicas. Um dos principais defensores dessa ideia de ciberespaço foi o ativista John Perry Barlow. Em 1996, na *Declaração de Independência do Ciberespaço*, ele escreveu:

Governos do Mundo Industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço, eu venho do espaço cibernético, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, eu peço a vocês do passado que nos deixem em paz. [...] Estamos criando um mundo onde todos poderão entrar sem privilégios ou preconceitos de raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento. Estamos criando um mundo onde qualquer um, em qualquer lugar, poderá expressar suas opiniões, por mais singulares que sejam, sem medo de serem coagidos ao silêncio ou conformismo. [...] Criaremos uma civilização da mente no ciberespaço. Ela poderá ser mais humana e justa do que o mundo que vocês, governantes, construíram antes. (BARLOW, 1996, on-line).

Passadas quase três décadas dessa expressão otimista acerca do potencial emancipatório da tecnologia digital, não é exagero afirmar que atualmente estamos mais próximos da distopia de Gibson do que de uma “civilização da mente” mais “humana e justa” mediada pela Internet. As infraestruturas sociotécnicas que possibilitam a circulação de informações e a interação on-line estão cada vez mais oligopolizadas e administradas sem transparência. Pouco (ou nada) submetidas a alguma forma de regulamentação e controle, o poder dessas infraestruturas parece ser hoje infinito. As chamadas “*big techs*”, grandes corporações de tecnologia norte-americanas, extraem e controlam quantidades imensas de dados e estão entre as mais valiosas do mundo. Juntas, seis delas valem quase US\$ 11 trilhões (CNN BRASIL, 2021) – para fins de comparação, vale referir que, em 2021, o Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) foi de R\$ 8,7 trilhões. Em 2017, a Meta Plataforms<sup>14</sup> controlava mais de 70% das redes sociais em celulares (EL PAÍS BRASIL, 2017) e, em 2020, integrava o conjunto de outras quatro empresas que, juntas, abocanhavam quase metade da fatia de mercado de publicidade on-line (GROUP M, 2021). Não é também exagero afirmar que a tecnologia e os dados controlados pelas *big techs* estão no epicentro do capitalismo neoliberal, resistindo às suas crises e inclusive desbancando o lugar ocupado pelo petróleo.

Desse ciberotimismo aos dias de hoje, a história da Internet pode ser dividida em quatro fases: a *web 1.0* ou estática, surgida nos anos 1990, conectava informações em *sites* e portais de notícias; a *web 2.0*, também chamada de “*web social*” ou “*web participativa*”, surgida no início dos anos 2000, conectava pessoas e baseava-se em uma interação de multiagentes; a *web 3.0*, dos dados ou semântica, que emerge no início dos anos 2010, privilegia a conexão móvel (por meio de um *smartphone*, por exemplo) e está assente na

<sup>14</sup> Meta Plataforms Inc. ou Meta é o nome do conglomerado de tecnologia, assim rebatizado em 2021, que inclui o *Facebook*, *Messenger*, *Instagram* e *WhatsApp*, entre outros produtos e serviços.

curadoria, isto é, na coleta e na organização de dados – é a Internet dos algoritmos (PAVEAU, 2021, p. 35). Teríamos ainda a *web* 4.0, que emerge a partir de 2020, integrando uma dimensão hiperconectada ao conjunto dos elementos do nosso ambiente de vida. Ao longo dessas evoluções estruturais, as empresas de tecnologia foram se transformando em grupos de mídia, de informação e de comunicação gigantescos e passaram também a estar no centro do debate sobre o futuro das ditas democracias liberais. Nas *web* 3.0 e 4.0, elas são as principais responsáveis pelo acesso filtrado a notícias, conhecimento e conteúdos em geral e, conseqüentemente, ao contato que temos com a realidade (EVANGELISTA, 2019). Refletir sobre a razão pela qual há tantos conteúdos conspiratórios em circulação na Internet – por outras palavras, refletir por que o conspiracionismo encontra nas redes sociais um ecossistema propício à sua disseminação e perpetuação na esfera pública – implica questionar os modelos de negócios dessas grandes corporações. É essencialmente o pretendemos fazer nesta subseção.

Apesar de guardarem diferenças fundamentais entre si, as *big techs* têm nos dados e na criação de conteúdo pelos usuários dois elementos centrais de sua atuação. Plataformas como o *Facebook* podem ser vistas essencialmente como uma ponte para o compartilhamento desse tipo de produção individual. Portanto, nesse chamado “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2017), a dinâmica de produção e circulação dos bens e serviços é da responsabilidade do próprio usuário. Ele é instado a não só consumir conteúdo (sendo um *consumer*), como também a produzi-lo (*prosumer*). Sendo assim, pode-se afirmar que, em comparação com meios de comunicação tradicionais, as plataformas digitais proporcionam uma abertura e um alcance muito maiores para os conteúdos produzidos pelos sujeitos à margem das esferas autorizadas de produção de conhecimento. A produção coletiva de conhecimento e de informações é, assim, deslocada para a esfera individual, fruto de um investimento solipsista. No caso do conspiracionismo, esse chamado à participação estimula a construção de uma explicação alternativa para fatos e eventos e oferece um espaço “para que as pessoas desconstruam ativamente os regimes autorizados de verdade, as versões oficiais dos fatos, e para que produzam suas próprias interpretações” deles (FALTAY FILHO, 2020, p. 96).

Faltay Filho (2020) nota que a promessa de uma Internet “livre”, sonhada pelos utopistas tecnológicos que referimos de início, foi logo se mostrando pouco lucrativa. Se inicialmente uma plataforma como o *YouTube* atuava como serviço de hospedagem de vídeos, a sua arquitetura cedo migrou para o formato de rede social, com o objetivo de maximizar o lucro a partir das dinâmicas de interação geradas pela produção de conteúdos. Assim,

surgiram novos recursos, como a lista de reprodução, que sugere vídeos para reprodução subsequente, aumentando o tempo de permanência do usuário na plataforma; e a página inicial, que sugere vídeos e canais ainda não conhecidos do usuário, com base no seu histórico de navegação e em outros critérios, que exploraremos adiante. Tal como estão arquitetadas hoje, as redes sociais descentralizaram a produção de dados, mas recentralizam a coleta deles. Os bancos de dados daí gerados não são um mero repositório de informações estático; eles apresentam uma performatividade responsiva, no sentido em que cada *site* visitado, cada interação registrada, cada fala perto de um dispositivo como o *smartphone* são monitorados e agrupados “em uma miríade de bancos de dados que, processados e analisados automaticamente e em tempo quase presente, retroagem e articulam os conteúdos que veremos a seguir” (FALTAY FILHO, 2020, p. 110).

Eis que emerge o algoritmo, conceito protagonista do ecossistema tecnológico, cultural e político contemporâneo. Ele pode ser definido um conjunto de “procedimentos codificados para transformar dados em um resultado desejável baseado em cálculos específicos” (GILLESPIE, 2014, p. 267). São os algoritmos que constroem uma vivência personalizada das redes sociais, projetadas a partir da suposta relevância do que o usuário deveria consumir. Esse monitoramento digital, mediado algorítmicamente, diz menos respeito aos agentes responsáveis por uma determinada ação já ocorrida do que a “um índice regido por um paradigma de cálculo futuro: o anseio em modular comportamentos, desejos e condutas” (FALTAY FILHO, 2020, p. 110). Um efeito dessa modulação é a chamada “homofilia de valor”, que considera que as pessoas se sentem mais confortáveis no convívio com aqueles com que partilham visões e atitudes semelhantes. Adotada pelas plataformas digitais, essa lógica tende a conectar públicos com base na intensidade de similaridades e de diferenças, formando uma “bolha” que apenas referenda as visões de mundo privilegiadas por cada grupo. Isso indica que, na esfera digital, o senso de identidade privilegiado é “sermos consistentes com práticas e atitudes que reforçam as identidades em gostos, preferências e valores já estabelecidos” (FALTAY FILHO, 2020, p. 148). A identidade deixa de estar associada a uma ideia de pertencimento mútuo a um mesmo universo, para se basear na relação do mesmo com o mesmo, do ser com o seu próprio espelho. Com esse excesso de *feedback* positivo, os usuários sentem-se “plenamente legitimados em suas opiniões e visões, e, assim, proativos e livres, distribuindo *follows*, curtidas ou *blocks* à vontade” em seus “pequenos microfeyudos digitais” (CESARINO, 2022, p. 135). A partir disso, as redes sociais mantêm os seus públicos engajados e continuamente extraem disso os dados necessários para os mais diversos fins, inclusive os mercadológicos. Por outro lado, poucos têm conhecimento

do modo como os algoritmos foram desenhados para gerar precisamente esse efeito de confirmação excessiva dos enquadres individuais. Trata-se de um grau de alienação técnica que é possibilitado por uma assimetria brutal entre os usuários e a forma de administração das plataformas: nós sabemos *quase nada* sobre elas, mas elas sabem *quase tudo* sobre nós – ou pelo menos sabem o que é bastante para gerarem valor a partir dos nossos comportamentos e da nossa atenção (CESARINO, 2022).

Vejam os casos específicos do *Facebook*. O principal recurso técnico da plataforma é a chamada “linha do tempo” (*timeline* ou *feed*). Nela, surgem conteúdos em texto, áudio ou vídeo produzidos, compartilhados ou que foram objeto de alguma interação por parte do usuário ou de sua lista de amigos (ou de amigos de amigos, a depender das configurações de privacidade de cada um). A plataforma também permite compartilhar *links* externos (por exemplo, para *sites* de notícias, *blogs*, outras redes sociais etc.). Ao contrário do que o nome sugere, essa linha do tempo não está organizada cronologicamente, e sim segundo os ditames algorítmicos. Um tipo especial de algoritmo aplicados às *timelines* são os de “*machine learning*”. Diferentemente dos algoritmos tradicionais, codificados por engenheiros, os algoritmos de *machine learning* são treinados para aprenderem correlações entre os dados e automatizarem decisões futuras. Por exemplo, um algoritmo treinado em dados de cliques em anúncios pode aprender que as mulheres clicam em anúncios de determinados produtos com mais frequência do que os homens. Assim, o *Facebook* exibirá mais desses anúncios para mulheres (MIT TECHNOLOGY REVIEW, 2021). Além de categorias amplas como “mulheres” e “homens”, esses modelos podem aprender categorias muito mais refinadas e específicas. Quanto mais refinada for essa segmentação, maior a chance de um clique para o anunciante e, portanto, mais retorno do investimento em anúncios na plataforma.

Nos últimos anos, o *Facebook* vem sendo acusado de promover discursos considerados extremistas e de ódio, com base nesse mesmo modelo de negócios – por exemplo, conteúdos ligados a movimentos xenófobos ou de “supremacia branca”. Muito do que se sabe sobre a gestão interna desse tipo de problemática pela plataforma vem do testemunho de ex-funcionários e de investigações jornalísticas conduzidas nos EUA. Destacamos a esse respeito o vazamento de um documento interno da empresa em setembro de 2021. Divulgado pela ex-gerente de produtos Frances Haugen, esse vazamento resultou em uma série de reportagens no *The Wall Street Journal* e em um consórcio de agências de notícias. As reportagens detalham que os algoritmos de *machine learning* usados pelo *Facebook* podem ser treinados para prever quem gostaria de determinado conteúdo ou compartilharia determinado *post* e, então, dar mais destaque a esses *posts* na linha do tempo

de determinados usuários (THE WALL STREET JOURNAL, 2021). Por exemplo, se o modelo aprendesse que uma pessoa realmente gosta de cachorros, as *posts* sobre cachorros apareceriam em uma posição superior no *feed* de notícias do usuário. Esse sistema cria um poderoso ciclo de retroalimentação – eles não apenas personalizam o que cada usuário vê, mas também continuam a evoluir com a mudança de preferências do indivíduo, sempre priorizando o que manterá o usuário mais engajado na plataforma (THE WALL STREET JOURNAL, 2021). Embora o *modus operandi* desse sistema não seja totalmente conhecido, sabe-se que não há no *Facebook* uma equipe responsável por um sistema de classificação de conteúdo em geral. As equipes podem treinar um novo modelo de *machine learning* para alterar a ordem de classificação das *posts* ou para detectar melhor o conteúdo que viola os padrões da comunidade. Contudo, se esse modelo reduz muito o engajamento, ele acaba sendo descartado (THE WALL STREET JOURNAL, 2021). Além disso, cada equipe desenvolve e adiciona seus próprios modelos à plataforma, segundo os seus próprios objetivos, que podem ser conflitantes entre si. Com isso, os sistemas ficaram tão complexos que se tornou difícil administrá-los na prática. O resultado é um conjunto algorítmico que prioriza a divulgação da chamada “desinformação” e de discursos de ódio, pois são precisamente esses que geram maior engajamento e tempo de tela por parte dos usuários (MIT TECHNOLOGY REVIEW, 2021). Trata-se de um modelo de negócios baseado na economia da atenção humana, entendida como um bem escasso que pode ser tratado como mercadoria. Assim, o que é comercializado não é o conteúdo em si mesmo, mas a atenção do usuário – essa atenção é que vendida aos anunciantes – e cerca de 90% da receita do *Facebook* vem de publicidade (INVESTIDOR 10, 2021). Por isso, a qualidade do que circula na plataforma migra para um plano secundário, e são priorizadas precisamente os enunciados “polêmicos”, capazes de sequestrar a atenção do público. Longe de ser algo novo, esse modelo é usado pelo menos desde o início do séc. XIX na mídia de informação (por exemplo, com os jornais sensacionalistas); contudo, na atualidade, a prática foi elevada a novos patamares em termos de impacto na esfera pública (WU, 2016).

Esse tipo de problemática não é exclusivo do *Facebook*. Em setembro de 2022, uma pesquisa do Netlab da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostrou que, em suas recomendações a usuários, o algoritmo do *YouTube* amplifica o alcance de conteúdos pró-Bolsonaro e da *Jovem Pan*, uma estação de rádio brasileira alinhada ao bolsonarismo que, na pandemia, se posicionou contra as medidas de contenção da Covid-19 e deu espaço a

conteúdos antivacina<sup>15</sup>. Para a pesquisa, o NetLab criou 18 perfis “virgens” no *YouTube*, que acessaram a plataforma em diferentes datas e horários, usando uma aba anônima do navegador e o VPN, uma ferramenta que oculta o verdadeiro endereço IP do usuário. Esses usuários receberam recomendações de vídeos do canal da *Jovem Pan* e conteúdos pró-Bolsonaro na maior parte das vezes. Conteúdos dos canais dessa emissora apareceram como a primeira recomendação em 55% das visitas (10 de 18), número bem superior ao de outros veículos (NETLAB UFRJ, 2022).

A pesquisa (2022) refere que esse favorecimento pelo sistema algorítmico do *YouTube* ocorre em dois níveis de mediação: como primeiro vídeo sugerido na página inicial do usuário e como recomendação de vídeos relacionados ao primeiro clique – ou seja, quando consome o conteúdo sugerido na primeira página do *YouTube*, o usuário é levado a mais vídeos da *Jovem Pan*, entrando em um ciclo de retroalimentação autorreferenciado. Estima-se que 70% do que os usuários consomem na plataforma é fornecido a eles por meio dessas recomendações (NETLAB UFRJ, 2022). Apesar de o *YouTube* declarar que apenas 1% de seu conteúdo é extremista ou de natureza conspiratória, os pesquisadores do NetLab (2022) referem que o problema não está no volume desse tipo de conteúdos, mas, sim, em sua amplificação, direcionada especificamente para novos usuários. Graças ao seu algoritmo de recomendação, a plataforma induz o usuário comum a caminhar cada vez mais em direção a determinados conteúdos, mesmo partindo de temas triviais. Tal como ocorre com o *Facebook*, a lógica financeira dita esse modo de gestão da plataforma, uma vez que a receita depende de recursos publicitários de vídeos mais acessados pelos usuários, e a atenção deles é mais facilmente cooptada por conteúdos “polêmicos” (NETLAB UFRJ, 2022).

É importante referir que tanto o *Facebook* como o *YouTube* afirmam publicamente que têm se esforçado para remover determinados conteúdos considerados “problemáticos” de suas plataformas – como as alegações sobre vacinas sob a forma de teorias da conspiração (OLHAR DIGITAL, 2020; JORNAL DA USP, 2020). Além disso, desde 2019, o *Facebook* afirma que sinaliza notícias e conteúdos falsos, com um aviso de que a informação foi checada por uma agência independente e não procede (TECNOBLOG, 2019). Apesar desses esforços, impulsionado pelos algoritmos, esse tipo de conteúdos continua em ampla

---

<sup>15</sup> Entre os vídeos encontrados no canal da *Jovem Pan* no *YouTube* relacionados à pandemia da Covid-19, destacamos aleatoriamente os seguintes títulos (acessos em setembro de 2022): “Jorge Serrão: Eficácia científica do uso de máscaras não foi totalmente comprovada” (disponível em: <https://bit.ly/3xC07IH>); e “Professor desfaz falácia sobre benefícios do *lockdown*” (disponível em: <https://bit.ly/3QTgis1>). No dia em 23 de setembro de 2021, no programa *Os Pingos nos Is*, uma jornalista da emissora afirmou erroneamente que cinco adolescentes brasileiros teriam morrido logo depois de se terem vacinado contra o Coronavírus. O vídeo atingiu 1 milhão de visualizações antes de ser removido da plataforma (ESTADÃO VERIFICA, 2021).

circulação nas plataformas digitais ou demora tanto a ser removido que os seus impactos de alcance já são bastante significativos. Vejamos dois exemplos. Nos estágios iniciais da pandemia, o vídeo “*Plandemic: the hidden agenda behind Covid-19*” (subtítulo que pode ser traduzido livremente como “o plano secreto por trás da Covid-19”), uma espécie de documentário de 26 minutos com várias alegações falsas ou de caráter conspiratório sobre a pandemia e as vacinas contra o Coronavírus, foi visto pelo menos 10 milhões de vezes antes de ser removido do *Facebook* e do *YouTube* (POYNTER, 2020). No levantamento realizado pela UPVacina, que citamos anteriormente, a marcação de conteúdo considerado falso no *Facebook* foi aplicada a apenas 7,6% das publicações antivacinas analisadas (JORNAL DA UPS, 2021). Na nossa pesquisa, realizada nessa mesma plataforma, apenas uma minoria dos enunciados analisados aparecia com essa marcação. Não referimos esse tipo de iniciativas para afirmar que elas constituem a “solução” efetiva para uma problemática bastante complexa, mas tão só para apontar para as limitações daquelas que podem ser consideradas as únicas respostas das plataformas a essa mesma problemática.

Conforme nota Faltay Filho (2020), pode-se afirmar que a disseminação de uma “cultura da conspiração” nas últimas décadas – migrando de algo exótico e marginalizado para um fenômeno que consegue disputar as produções de sentido dominante na esfera pública – é fruto do surgimento de condições materiais para a comercialização do fenômeno no ecossistema digital. Por isso, o autor (2020, p. 97) afirma que as plataformas digitais seriam “mercadoras da dúvida”. É importante notar que parte da grande mídia também tende lucrar com a dissidência e a privilegiar o polêmico, o chamativo, características presentes nos discursos conspiratórios. Contudo, o digital amplificou exponencialmente essa dinâmica, dando maior alcance a esse modelo que buscar lucrar com o dissenso. Além disso, uma cultura algorítmica, como é a das redes sociais – baseada na produção de dados, cálculos e métricas – tem o potencial de despoletar uma obrigação autoimposta de estar em constante estado de alerta, e isso pode desencadear nos usuários “sentimentos de ansiedade e mesmo interpretações fantasiosas e exageradas das dinâmicas de participação da vida midiática – como a manipulação, a hipnose e a lavagem cerebral –, que se alimenta das próprias informações produzidas por elas próprias” (FALTAY FILHO, 2020, p. 170).

Por sua vez, Chun (2018, p. 74) nota que esse modelo de negócios é inspirado em uma racionalidade neoliberal – ou, nas palavras da autora, “muitas das ideias que a ciência das redes produz atualmente estão profundamente entrelaçadas com o sistema neoliberal que eles pressupõem”. A ordem a que o neoliberalismo almeja é a de uma espécie de organização automática surgida do caos, principalmente com a eliminação das mediações estatais

(EVANGELISTA, 2019). A quase total ausência de qualquer tipo regulamentação dessas *big techs* ou de restrição ao monopólio por elas erigido garantem hoje a perpetuação de um poder quase irrestrito na produção de subjetividades e sociabilidades. Na esfera tecnológica, espera-se também que os conflitos se resolvam sozinhos, automaticamente, delegando o conseqüente ordenamento a sistemas autorregulados (algorítmicos), abdicando da intervenção externa e da medição direta, em uma espécie de tradução cibernética de premissas neoliberais. Além disso, a própria arquitetura das plataformas digitais pode ser considerada de inspiração neoliberal. Com a migração da *web* para o modelo de redes sociais de código fechado abdicou-se de uma Internet coletivista, baseada na construção de uma comunidade, para uma Internet plataformizada, centrada em perfis que competem entre si por *likes*, por visualizações, por relevância. Com base em uma causalidade circular, pode-se afirmar que se trata de um ambiente em que as interações entre a máquina e o usuário propiciam o crescimento do conspiracionismo e de outros fenômenos que têm desestabilizado as estruturas pré-digitais, que antes se apresentavam como um campo socialmente compartilhado de controle da entropia, fixando normativamente os organizadores do real, como público-privado e fatoficção (CESARINO, 2022).



### 3 ANÁLISE DO DISCURSO: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico-metodológico que guiará as análises. Em primeiro lugar, traçamos a genealogia da AD de linha francesa ou pêcheutiana e, em seguida, a diferenciamos brevemente da AD de base enunciativa, no seio da qual foram formulados os principais conceitos que mobilizaremos na seção 4. Daí se desdobra outra subseção, na qual discorremos sobre o conceito de semântica global e outras noções pertinentes para as análises. Por fim, em uma última subseção, apresentamos algumas características do discurso digital nativo, que são as características dos enunciados que integraram o nosso *corpus*.

#### 3.1 A AD de linha francesa: genealogia e conceitos fundamentais

Iniciada na França dos anos 1960 pelo filósofo e linguista Michel Pêcheux, a Análise de Discurso (ou a AD, retomando a sigla que apresentamos na introdução) é uma ferramenta analítica que leva em consideração as condições histórico-ideológicas das produções discursivas e a relação entre a língua e os sujeitos. Trabalhando na confluência de três domínios disciplinares – a linguística, o marxismo e a psicanálise, a AD rompe com uma visão conteudista, que vê o discurso como mero instrumento de transmissão de informação, e pretende antes desconstruir as evidências “naturais” que geram a falsa impressão da existência de um sentido literal nas palavras ou de uma total transparência no uso da linguagem (PÊCHEUX, 2008). Portanto, para Pêcheux, a ferramenta analítica em questão exige uma ruptura epistemológica que coloque o estudo do discurso em outro terreno, diferente do da lexicologia. A proposta é acolher uma opacidade entendida como inerente aos usos da língua.

O objeto de estudo da AD é o discurso, e uma compreensão de como esse objeto é encarado envolve a mobilização de várias outras noções importantes. Segundo Pêcheux (1988), o discurso pode ser definido como efeitos de sentido entre interlocutores. Podemos, então, afirmar que o discurso não é uma produção individual ou “adâmica”, que está sob total controle daquele que enuncia; essa produção se dá com base em um processo interlocutório, ou seja, entre sujeitos, e é atravessada pelo inconsciente. O inconsciente dissimula a sua própria existência no discurso, “produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, 1988, p. 152). Além disso, os sujeitos estão sempre situados em um tempo e em um espaço determinados, e isso também implica determinadas coações sociais e

históricas na produção discursiva.

Em relação à noção de “efeitos de sentido”, que é central para a AD e que mobilizaremos durante as nossas análises, Pêcheux (2008, p. 16) afirma que não há sentido em si mesmo; o sentido de “uma palavra, de uma expressão, de uma proposição [...] é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”. Sendo assim, o sentido não pode ser sistematicamente apreendido, pois é construído com base em uma complexa rede de significações que se entrecruzam na enunciação: sujeito, interlocutor, ideologia. Pode-se, portanto, falar de “efeitos de sentido” como efeito da enunciação praticada por um determinado sujeito que ocupa determinadas posições, sob determinadas condições de produção. Esse “sujeito” da AD não se refere ao sujeito empírico, mas ao sujeito discursivo, histórico e ideológico, que enuncia sempre a partir de um lugar social determinado. Por mais que esse sujeito tenha a ilusão de ser o dono do seu dizer e dos sentidos produzidos (trata-se do esquecimento número 1), ele, na verdade, está submetido às determinações da historicidade, da ideologia, das diferentes formas de exercício de poder. Já o esquecimento número 2 produz nesse sujeito a impressão de uma realidade para o pensamento, ou seja, de uma ilusão referencial, que o faz acreditar que há “uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2013, p. 35).

Orlandi (1988, p. 117), autora brasileira filiada à AD de linha pêcheutiana e muito importante para difusão e modificação dessa teoria no Brasil (que tem, por isso, sido por vezes chamada de “AD de linha franco-brasileira”), afirma que a AD procura precisamente compreender o funcionamento dos efeitos de sentido, uma vez que busca problematizar o valor do discurso, explicitar como certos sentidos ocultos são possíveis e “conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação”. Por meio da AD, o analista realiza uma análise interna – o que este texto diz? – e uma análise externa – por que este texto diz o que diz? Portanto, ao se analisar o discurso nessa perspectiva, mobiliza-se o campo da língua, estudada pelo viés da linguística, e o campo da sociedade, que é sempre marcado pela história e pela ideologia.

Outro conceito importante para a AD pêcheutiana é o de “formação discursiva” (ou FD, retomando a sigla que também já apresentamos), que engloba a tríade formação social, formação ideológica e formação discursiva. Para Pêcheux (1997), toda formação social é caracterizada por uma relação entre diferentes classes sociais e envolve posições ideológicas e políticas em confronto, aliança ou dominação. A formação ideológica “constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas

se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). A FD, por sua vez, determina “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166-167). Em 3.2.1, retomaremos a formulação desse conceito tal como ele é visto por Maingueneau (2021a, 2021b).

Na AD, os sentidos estão além do explícito, pois, na análise, devem ser considerados os sentidos que as palavras ganham quando empregadas no interior das diferentes FDs. Não se trata de desvelar os sentidos “ocultos” no discurso, o que apontaria para uma defesa de um significado fixo, codificado. A AD considera o que é dito e o que é “não-dito”, ou seja, um não dizer constitutivo em virtude das restrições de cada FD. Faz isso, não em busca de um suposto “sentido verdadeiro”, mas de uma compreensão de como se produzem determinados sentidos e não outros. O não-dito aponta para a incompletude do discurso e para a sua relação com a falta e o equívoco. Conforme afirma Orlandi (1992, p. 12), “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Desse modo, os sentidos não estão prontos e acabados; eles se reconstróem constantemente no movimento constante do simbólico e da história.

Para compreender mais uma noção importante para Pêcheux – a de “língua”, em primeiro lugar, é oportuno referir brevemente qual seja a concepção estruturalista desse conceito. Ao eleger a língua como objeto de estudo da linguística, a abordagem saussuriana – ou estruturalista – entende que é possível abordar esse objeto a partir de regularidades e, desse modo, apreendê-lo em sua totalidade, uma vez que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetam o sistema linguístico por não fazerem parte da estrutura interna. Nessa perspectiva, a língua não é estudada levando em consideração a sua relação com mundo, mas, sim, como sistema autônomo. De acordo com Pêcheux, essa abordagem saussuriana deixa a descoberto o estudo dos sentidos: “Que significação contém este texto?” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 63). Para o autor, um tratamento adequado a essa questão demanda um deslocamento teórico “que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual” (PÊCHEUX, 1997, p. 73). Sendo assim, na AD, a língua passa a ser concebida como condição de possibilidade do discurso que tem uma materialidade ao mesmo tempo linguística (interna) e histórica (externa). Esse deslocamento acarreta mudanças epistemológicas importantes. Ao abordar a oposição saussuriana entre a língua (sistema de signos, instância exterior ao indivíduo) e a fala (parte individual da linguagem), Pêcheux (1997) entende que é essencial questionar a concepção de que o extraindividual

corresponderia apenas à língua como sistema, uma vez que a ideologia, a história e o inconsciente são instâncias coercitivas que também atuam sobre o sujeito. Sendo assim, é necessário conceber um nível intermediário entre a língua e a fala – o discurso –, o qual só poderia ser estudado levando em consideração conceitos exteriores à linguística. Pêcheux (1997, p. 71) critica a concepção saussuriana de que a fala, enquanto uso da língua, seria um caminho para a “liberdade humana”, percorrido por um sujeito de intenções conscientes. O discurso é antes pronunciado sempre a partir de condições de produção dadas, às quais o falante está assujeitado (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Portanto, na perspectiva pêcheutiana, a língua é apenas relativamente autônoma. O estudo científico do discurso, entendido enquanto “efeitos de sentido entre interlocutores” (conforme já adiantamos), pressupõe, por um lado, o cotejo das estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas comuns aos diversos processos discursivos (PÊCHEUX, 1997, p. 74-75), e, por outro lado, das suas condições de produção desse mesmo discurso, historicamente situado. Por outras palavras, a língua é, para a AD, a condição de “fundo invariante” na qual os processos variados de produção do discurso exercem seus efeitos. Por isso, o autor afirma que o sistema da língua pode ser o mesmo para um revolucionário e um reacionário, mas isso não significa que esses dois sujeitos tenham o mesmo discurso (PÊCHEUX, 1988, p. 91). Para dar conta das especificidades em funcionamento em cada caso, o analista deve levar em conta as contradições sócio-históricas e ideológicas.

Dessa AD de linha francesa/pêcheutiana, desdobraram-se diversas outras vertentes, que apresentam especificidades, embora possam partilhar com aquela alguns dos pressupostos e conceitos que acabamos de referir. Neste trabalho, mobilizamos conceitos da AD de base enunciativa, à qual Maingueneau está filiado (BARONAS; PONSONI, 2019). Diz-se “enunciativa” porque essa tendência mantém uma relação privilegiada com as teorias da enunciação linguística e com a dimensão enunciativa do discurso. Sendo assim, nesse contexto teórico, ganham destaque noções como “enunciado” e “enunciador”. Vejamos algumas dessas noções mais em detalhe nas próximas seções.

### **3.2 A AD de base enunciativa**

Nesta subseção, abordamos brevemente alguns pressupostos da AD de base enunciativa, com o objetivo de mostrar algumas especificidades da linha de análise à qual esta pesquisa está filiada. Pois bem. Maingueneau (2018a) relembra que, muitas vezes, considera-se que o enunciado seja portador de um sentido estável – aquele que foi conferido pelo locutor

no momento da enunciação. Caberia ao enunciatário, que dispõe do mesmo código linguístico (ou seja, fala a mesma língua desse seu interlocutor), a tarefa de decifrar esse sentido estabilizado. Nessa concepção, o sentido estaria inscrito no enunciado, e a sua compreensão dependeria de um conhecimento gramatical da língua. Desse modo, o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo sobretudo os dados que permitem desfazer eventuais ambiguidades. A AD de base enunciativa – assim como outras tendências contemporâneas de reflexão sobre a linguagem – contrapõe-se a essas premissas, na medida em que defende que o contexto não circunda um enunciado que conteria um sentido parcialmente indeterminado que caberia ao enunciatário especificar. Nas palavras do autor:

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente **assimétrico**: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela *reconstrói coincida com as representações do enunciatário*. Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido estável. (MAINGUENEAU, 2018a, p. 22, grifos do autor).

Assim, a própria ideia de um enunciado que possui um sentido fixo fora do contexto torna-se insustentável. Isso não quer dizer que as unidades lexicais de uma sequência verbal não signifiquem nada *a priori*, mas, fora de contexto, não podemos falar do sentido do enunciado – quando muito, falaremos de coerções para que dado sentido seja atribuído a uma sequência verbal produzida em dado contexto.

Para melhor compreendermos essa problemática, Maingueneau (2018a) pede que imaginemos uma repartição pública onde, na parede da sala de espera, vemos uma pequena placa de plástico, na qual se lê em letras vermelhas: “NÃO FUMAR”. Trata-se de um enunciado muito simples, e a sua interpretação, por isso, nos parece imediata. Na verdade, isso só acontece porque não temos consciência de que estamos mobilizando várias instâncias para chegar a ela. Primeiro, consideramo-la como uma sequência de signos, uma sequência verbal – um enunciado. Isso implica atribuir-lhe uma fonte enunciativa, um sujeito que, valendo-se da língua, teria a intenção de veicular certo sentido a um enunciatário. É importante notar que as condições materiais da apresentação desempenham um papel essencial para que o enunciado receba de fato tal estatuto. Suponhamos que, no lugar da sóbria plaqueta que acabamos de descrever, estivesse a mesma mensagem, mas em uma placa toda colorida, protegida por um vidro, assinada no canto, com letras pouco elegíveis, de diversos tamanhos, multicoloridas. Os utentes poderiam pensar que se trata de um objeto decorativo. Nesse caso, certamente não haveria nenhuma necessidade de seguir a ordem ali

inscrita.

Segundo Maingueneau (2018a), falta ainda mostrar que esse enunciado constitui uma interdição: não se trata apenas de um enunciado verbal, pois ele apresenta certo valor pragmático – isto é, ele estabelece uma relação injuntiva com o seu destinatário. Para isso, é necessário que o enunciado demonstre esse valor pragmático. Se o leitor da placa não consegue determinar qual é esse ato, ele não adotará um comportamento adequado em relação ao enunciado. Nesse caso, as condições materiais intervêm de maneira decisiva na determinação do valor pragmático pertinente. Por exemplo, no caso dos sinais de trânsito, utilizam-se placas convencionais com uma determinada forma e uma determinada cor geralmente associadas às interdições. Além disso, não basta identificar esse enunciado como uma proibição regulamentar; é também preciso presumir que a instância que comunica tem realmente a intenção de significar o que ele significa. Por exemplo, se, justaposto a esse cartaz, estivesse outro com os dizeres “É proibido proibir”, é certo que os utentes duvidariam da seriedade do primeiro.

Além disso, notemos que o cartaz em questão é constituído por uma única frase, formando um texto completo, que não contém nem marcas de pessoa, nem de tempo. Maingueneau (2018a) pede que suponhamos que, em vez de “NÃO FUMAR”, os utentes lessem na parede a seguinte mensagem: “Esta sala é um espaço reservado a não fumantes”. Nesse caso, não se trata exatamente de uma interdição, mas de uma espécie de constatação, uma mera asserção que classifica um determinado lugar em uma dada categoria. Diferentemente da primeira mensagem, o enunciado desse novo cartaz tem marcas de tempo (presente) e de pessoa (terceira pessoa do singular), além de um determinante demonstrativo, o “esta”. Assim, o leitor deve prever uma duração indeterminada para a vigência dessa mensagem. Contudo, a situação seria diferente se a mesma mensagem fosse veiculada em um painel de informação digitalizada – suscetível de mudar, caso a sala fosse reservada em determinadas horas para os não fumantes e, em outras, para os fumantes. Por fim, a maioria dos enunciados tem marcas que a ancoram diretamente na situação de enunciação: “esta sala” ou “eu” são interpretáveis somente quando se sabe a quem onde e quando o enunciado foi dito.

Isso tudo nos mostra que não é o simples conhecimento da gramática e do léxico da língua que permite interpretar adequadamente um enunciado. Para a AD de base enunciativa – de forma semelhante ao que vimos na AD pècheutiana –, os sentidos são determinados pelo contexto e por várias outras instâncias que concorrem para essa determinação. Conforme afirma Maingueneau (2021b, p. 16), “as unidades do discurso constituem [...] sistemas

significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com semiótica textual; mas elas também têm a ver com a histórica que fornece a razão, as estruturas de sentido que elas manifestam”. Sendo assim, podemos afirmar que a linha teórica à qual nos filiamos nesta pesquisa não deixa de observar a relação constitutiva entre o funcionamento da língua e o funcionamento ideológico, que rege as produções discursivas à medida que os sujeitos se inscrevem em posicionamentos condicionados sócio e historicamente. Do mesmo modo, a materialidade não é encarada como mero suporte dos discursos, uma vez que se entende que a produção de sentidos é determinada pelo modo como essa materialidade se organiza.

O conceito de “semântica global”, que abordaremos em seguida, ilustra o modo como o enunciado e a enunciação são abordados na perspectiva da AD de base enunciativa. Segundo Maingueneau (2021b, p. 22), essa noção possibilita que nos libertemos “de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da significância, que domina toda a discursividade”, uma vez que o enunciado, a própria enunciação e mesmo elementos a ela contingentes podem ser integrados às análises. Como veremos, não há uma hierarquia entre esses elementos, ou seja, aspectos ligados à enunciação, como uma voz e uma compleição erigidas pelo discurso, não ocupam um lugar periférico em relação aos signos linguísticos.

Na subseção a seguir, começamos por discorrer sobre esse conceito, que será mobilizado durante as análises. Baronas e Ponsoni (2019) consideram essa uma das principais ideias-força desenvolvidas por Maingueneau ao longo de seu percurso acadêmico. Ela foi proposta como a terceira de sete hipóteses teóricas encontradas na obra *Gênese dos discursos*, publicada originalmente em 1984, retomando algumas discussões da pesquisa de doutorado do autor realizada nos anos 1970. Essas hipóteses foram formuladas a partir do estudo de dois discursos religiosos da França do século XVII: o discurso humanista devoto e o discurso jansenista. Uma vez que, no arcabouço teórico adotado nesta pesquisa, essas hipóteses estão interligadas (conforme se verá), discorreremos mais detalhadamente sobre a hipótese da semântica global, mas não deixamos de apresentar também um resumo das outras seis.

### 3.2.1 Semântica global e outras seis hipóteses de *Gênese dos discursos*

Na introdução de *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2021b, p. 19) esclarece que se opõe a qualquer “concepção estática e arquitetural” do discurso, não o encarando “nem como “um sistema de ‘ideias’”, nem como “uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente”, mas antes como “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação”. A partir disso, o autor distingue os conceitos de

“superfície discursiva” e de “formação discursiva”. A noção de formação discursiva pode ser encarada como um “posicionamento” ou como um sistema de restrições de boa formação semântica – “boa” na medida em que obedece a determinadas regularidades. A isso, opõe o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema, formando a superfície discursiva. O termo “discurso”, por sua vez, refere-se à relação que une os dois conceitos, remetendo a um conjunto virtual de enunciados produzidos de acordo com as restrições de uma formação discursiva.

Nessas informações introdutórias da obra, já se desenha uma concepção de “semântica global”. A partir desse conceito, Maingueneau (2021b, p. 19) propõe que o discurso pode ser analisado como um sistema de restrições globais de sentido. Essas restrições seriam “globais”, pois incidiriam sobre todas as dimensões de um discurso – ou sobre “o conjunto dos ‘planos’ discursivos”. Ao pensar assim globalmente e sem privilegiar ou estabelecer quaisquer hierarquizações entre esses planos, rejeita-se a concepção de que existiria um aspecto privilegiado no qual a especificidade do discurso estaria condensada, concepção essa que pode levar, por exemplo, ao que o autor (2021b, p. 75) chama de “monopólio das análises lexicológicas”. Do mesmo modo, rejeita-se a existência de uma “arquitetura” do discurso, um “fundo” por meio do qual se possa distinguir o que é essencial do que é acessório. Sendo assim, a proposta do linguista (2021b) é entender o funcionamento discursivo como um sistema, uma engrenagem regida por coerções semânticas que podem ser percebidas não só no plano do vocabulário, mas também no modo como um discurso trata determinados temas, nas obras que cita, no espaço e no tempo com os quais se identifica ou nos seus modos de enunciação e coesão, entre outros aspectos. O analista deve voltar a sua atenção para os diferentes planos da superfície textual, pois são eles que, mobilizados em conjunto, permitem identificar as especificidades de um discurso. Além disso, na medida em que esse sistema de restrições não gera enunciados, mas constitui apenas um filtro de enunciados, “esses esquemas e proposições não chegariam a constituir a representação direta de enunciados realizados. São estruturas que regem a conformidade dos enunciados realizados às restrições de sua formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 70).

Com base nessas premissas, no capítulo 3 de *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2021b, p. 77-97) exemplifica a análise de sete planos do discurso humanista devoto, cujo sistema de coerções foi estabelecido no capítulo anterior da obra: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão. O autor (2021b, p. 77) adverte, contudo, que a lista dos planos considerados não foi objeto de uma elaboração teórica que pretendesse definir um “modelo da



textualidade” – a intenção foi tão só ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global, e nada impede que se possam identificar e analisar outras. Vejamos cada um desses planos em seguida:

1) de acordo com Maingueneau (2021b, p. 77-78), a intertextualidade remete ao tipo de relações com outros discursos definidas como legítimas pelas coerções semânticas de um conjunto de FDs (ou de um campo discursivo). Ela deixa as suas marcas por meio do intertexto, compreendido como a totalidade dos fragmentos efetivamente citados por um discurso. Sendo assim, cada discurso constrói para si um “passado particular”, assumindo determinadas filiações no interior do mesmo campo e recusando outras (intertextualidade interna). A intertextualidade externa diz respeito à relação do discurso com outros campos, caso sejam citáveis ou não. Por exemplo, o discurso humanista devoto cita com frequência os naturalistas, uma vez que a natureza é, para esse discurso, a “Ordem” divina por excelência, na qual as obras de devoção devem continuamente se inspirar. Já o discurso jansenista, que postula uma “alteridade” absoluta entre o divino e o terreno, não cita autores naturalistas, defendendo que a intertextualidade deve rejeitar como “mistura” herética qualquer associação entre esses dois registros – só o *corpus* cristão é citável;

2) para Maingueneau (2021b, p. 80), não faz sentido falar em um vocabulário desse ou daquele discurso, ou da simples emergência de determinadas palavras, como se cada um apresentasse um léxico que lhe fosse próprio. O que o autor defende é antes a existência de diferentes explorações semânticas das mesmas unidades lexicais, dependendo dos posicionamentos de cada FD. Sendo assim, uma vez que pode ser explorada contraditoriamente por diferentes discursos, a palavra em si mesma não constitui uma unidade analítica pertinente. As análises lexicográficas podem, contudo, explicitar o funcionamento das restrições semânticas de um discurso e justificar o estatuto privilegiado atribuído a determinados termos;

3) na perspectiva da semântica global, os temas são abordados de forma ampla, concebidos como sendo “aquilo de que um discurso trata” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 82). A proposta, nesse contexto, não é estudar cada um dos temas isoladamente ou em estabelecer uma hierarquia entre eles, uma vez que a ação deles é perceptível em vários aspectos do texto. Do mesmo modo, entende-se que a especificidade de um discurso não decorre da abordagem de um ou de outro tema, mas do tratamento semântico que eles recebem em cada FD, de acordo com o sistema de restrições vigentes. Assim, é possível definir um novo modo de repartição das diferenças e das semelhanças: não diremos mais que dois discursos antagonistas partilham esse ou aquele tema, já que sua oposição é global – é o sistema de

restrições que se opõe a outro. É importante notar que dois discursos em conflito sobre um assunto qualquer partilham uma massa considerável de pressupostos, o que lhes permite oporem-se no interior de um mesmo campo. Os dois sistemas de restrições semânticas constroem os temas de maneiras divergentes, e essa divergência pode ser simplesmente relativa, já que eles estão imersos em um universo *a priori* amplamente aceito por ambas as partes. O autor resume em algumas proposições essa problemática complexa:

No espaço discursivo, (1) Um discurso dado *integra semanticamente todos os seus temas*; ou seja, eles estão todos de acordo com seu sistema de restrições. (2) Esses temas se dividem em dois subconjuntos: *os temas impostos e os temas específicos*. (2') Esses próprios temas impostos se dividem em *temas compatíveis* e em *temas incompatíveis*. Os primeiros convergem semanticamente com o *sistema de restrições*; os segundos, não, mas mesmo assim estão integrados, em virtude da proposição (1). (2'') Os temas específicos são próprios a um discurso. Sua presença se explica por sua relação semântica privilegiada com o sistema de restrições. (MAINGUENEAU, 2021b, p. 83-84, grifos do autor).

4) segundo Maingueneau (2021b, p. 87-88), para legitimar o seu dizer, há um estatuto particular que o enunciador deve se atribuir e um estatuto que deve atribuir ao seu destinatário (ou enunciatário), de acordo com determinada inscrição social. Por exemplo, o estatuto do enunciador do humanismo devoto está atrelado a uma dimensão “institucional”; integrado a uma ordem, membro de uma comunidade religiosa reconhecida, ele se dirige a enunciatários também inscritos em instituições socialmente bem caracterizadas. Isso está de acordo com a semântica global desse discurso, na medida em que o humanismo devoto defende a integração entre o divino e o mundano. Já o enunciador jansenista é frequentemente anônimo e não se atribui nenhuma inscrição social. Ele é, no máximo, um padre, “que se dirige a almas tomadas enquanto tais em sua unicidade” e “visa tornar seus destinatários /Idênticos/ a Deus e se apaga a si mesmo diante desse Enunciador único” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 87-88);

5) o modo de enunciação é definido pelo autor (2021b, p. 94) como sendo uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser” específica de um discurso. Segundo ele, por meio do corpo textual, o discurso constrói um tom, uma voz, uma corporalidade para o enunciador, o que é inseparável de um caráter ou de conjunto de traços psicológicos. Isso permite ao enunciatário construir uma certa imagem do enunciador. Esse plano antecipa algumas discussões relacionadas ao conceito de “*ethos* discursivo”, designação que o autor viria a adotar em obras posteriores. Em um trabalho intitulado “A propósito do *ethos*”, Maingueneau (2019) afirma que usar o termo “tom” para designar o *ethos* tem a vantagem de essa noção poder ser aplicada tanto aos textos escritos quanto orais. Além disso, falar em uma concepção “encarnada” do *ethos*, por meio da alusão a uma “corporalidade” construída pelo

discurso, permite abordar não só a dimensão verbal, mas também as características físicas e o caráter do enunciador. A corporalidade está associada a uma compleição física e a uma maneira de se vestir; já o caráter corresponde a um conjunto de traços psicológicos. Além disso, Maingueneau (2019, p. 18) afirma que o *ethos* também “envolve um modo de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento”. Isso acaba por dar acesso a um “mundo ético”, do qual o enunciador (ou fiador do discurso) é “parte prenante”;

6) a dêixis enunciativa é entendida como a construção espaciotemporal operada por um discurso, em função do universo de sentidos por ele erigido (MAINGUENEAU, 2021b, p. 88-89). Não se trata, assim, de datas e locais empíricos, mas de uma instância de enunciação legítima, uma configuração espaciotemporal instaurada pelo discurso que delimita uma cena e uma cronologia conformes às restrições de uma dada FD. Por exemplo, a dêixis privilegiada pelo enunciador jansenista é a da igreja primitiva, mais próxima das origens, e não a França do séc. XVII (local e tempo empíricos), graças a um movimento de “concentração” defendido por esse discurso;

7) o modo de coesão remete “a uma teoria da ‘anáfora’ discursiva, isto é, à maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 94). O discurso jansenista, por exemplo, privilegia os fragmentos e rejeita gêneros longos, como sumas, máximas e ensaios, em conformidade com a sua preferência pelo silêncio e pela concentração; já o discurso humanista devoto admite uma variedade maior de elementos, em acordo com a sua “flexibilidade” e “mansidão”.

Maingueneau (2021b, p. 137) propõe ainda que, por meio de um sistema de restrições, cada FD repousa sobre um conjunto de unidades de sentido mínimas, “pontos de cristalização semântica” designados como “semas”. Esses semas estão repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos” ou reivindicados; de outro, os semas “negativos” ou rejeitados. Longe de serem encarados como uma arquitetura estática, os discursos tratam esses semas de forma dinâmica no interior das relações com outros discursos (relações interdiscursivas). Vejamos dois exemplos. A FD jansenista reivindica a “consistência” e a “intensidade” durante a pregação da palavra de Deus; já o discurso humanista devoto interpreta esses semas como “dureza” e “excesso”, rejeitando-os. Do mesmo modo, o discurso humanista devoto reivindica a “moderação”, o que é interpretado pelo discurso jansenista como uma forma de esconder a “fraqueza” perante os fiéis. O estudo simultâneo dessas duas FDs está diretamente relacionado ao postulado teórico de que a unidade pertinente na análise não é propriamente o discurso, mas, sim, o espaço de trocas os discursos, a interação entre

duas FDs (MAINGUENEAU, 2021b). Rejeita-se, assim, a possibilidade de um discurso se constituir de forma isolada. Essa é a primeira hipótese apresentada por Maingueneau (2021b) em *Gênese dos discursos* – a do primado de interdiscurso sobre o discurso. Encarado como elemento central das condições de produção de qualquer discurso, o interdiscurso remete à concepção de que um discurso sempre está relacionado a outros e que a sua identidade se constitui por meio dessa relação.

A partir dessa tese, o autor (2021b) desdobra duas possíveis interpretações: uma fraca e outra forte. A primeira entende tão só que o discurso deve ser posto em relação com outros. Já a segunda afirma que os discursos não se constituem de forma independente uns dos outros, para, em seguida, serem colocados em relação; eles se constituem no próprio interior de uma rede interdiscursiva – por outras palavras, a despeito de qualquer ilusão adâmica que o sujeito possa nutrir, o discurso é sempre uma instância heterogênea, atravessada pela voz do Outro. Alinhando-se a essa interpretação forte, Maingueneau (2021b) concebe o interdiscurso como base de todo e qualquer enunciado. No capítulo 1 de *Gênese dos discursos*, onde desenvolve essa primeira hipótese, o autor começa por apresentar a oposição conceitual entre “heterogeneidade mostrada” e “heterogeneidade constitutiva”, a partir de Jacqueline Authier-Revuz (2004). Somente a primeira heterogeneidade evidencia a sua alteridade de modo explícito, por meio de marcas linguísticas (citação, aspas, discurso direto e indireto etc.). Já a heterogeneidade constitutiva é aquela “não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que elas não podem ser apreendidas por uma abordagem linguística *stricto sensu*” (2021b, p. 31). A hipótese do primado do interdiscurso filia-se a essa perspectiva constitutiva, pois defende uma relação inseparável entre o Mesmo e o Outro de um discurso.

De modo a precisar essa concepção radical da relação interdiscursiva, Maingueneau propõe a seguinte tríade teórico-metodológica: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Segundo o autor, o universo discursivo engloba o conjunto finito de FDs que interagem em uma dada conjuntura, mesmo que esse conjunto não possa ser apreendido em sua totalidade. Trata-se de um domínio de pouca utilidade para o analista, remetendo apenas a um “horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 33). Esses domínios mais operacionais são os campos discursivos, definidos como um conjunto de FDs que se encontram em concorrência em uma da região do universo discursivo. Por “concorrência” o autor (2021b) não entende, necessariamente, “confronto”, mas tão só “delimitação recíproca”, o que pode se incluir desde alianças a confrontos abertos entre discursos que têm a mesma função social. Pode-se falar,

assim, em campo político, filosófico, literário etc., mas é também importante notar que esses recortes não definem blocos monolíticos (ou “zonas insulares”, na formulação do autor) – trata-se apenas de uma abstração oportuna para as análises, que permite divisar diferentes redes de trocas. É no interior desses campos que um discurso se constitui e pode ser descrito sob a forma de “operações regulares” sobre FDs pré-existentes (MAINGUENEAU, 2021b, p. 34). Já os espaços discursivos são definidos como subconjuntos de FDs que o analista coloca em relação, dependendo dos seus objetivos. O estabelecimento desses subconjuntos é resultado de hipóteses, que poderão ser confirmadas ou não durante a pesquisa e que deverão estar fundamentadas no conhecimento de diversos textos e no saber histórico do analista. Esse terceiro elemento da tríade é mais “flexível”, no sentido em que depende das hipóteses e dos objetivos da análise. Em sua pesquisa de doutorado, Maingueneau considerou o campo religioso francês do século XVII e nele delimitou o espaço de trocas entre os discursos humanista devoto e jansenista. Outro pesquisador interessado pelo mesmo campo poderia nele isolar outro(s) espaço(s) discursivo(s). Conforme já referimos, nesta pesquisa, consideramos o espaço discursivo em que se instaura uma discussão em relação às vacinas contra o Coronavírus, no campo das mídias de informação.

Ainda a propósito da primeira hipótese, Maingueneau (2021b) adverte que as hesitações na definição dos componentes do espaço discursivo não são nada retóricas. Para o autor (2021b, p. 35-36), reconhecer o primado do interdiscurso implica construir “um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro”. Por outras palavras, o Mesmo do discurso e o seu Outro estão relacionados de forma inextricável. A interdiscursividade é anterior à própria discursividade, tendo a primazia como objeto de análise precisamente porque é nela que a identidade do discurso ganha forma, por meio da relação com a alteridade. Maingueneau (2021b) afirma que esse Outro não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro” do discurso, um fragmento localizável, como a citação, ou uma entidade exterior marcada por alguma ruptura visível na “solidez” do discurso. A relação com o Outro vai além da distinção que o autor menciona no início do capítulo 1, entre heterogeneidade mostrada e constitutiva; essa relação se revela independentemente de qualquer marca de alteridade, já que o Outro “se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 37). Dessa impossibilidade de dissociar a interação entre os discursos do funcionamento intradiscursivo é que decorre o caráter dialógico de todo enunciado.

A segunda hipótese apresentada em *Gênese dos discursos* é a da competência (inter)discursiva. Inspirado no conceito gerativista de “competência linguística”, Maingueneau (2021b, p. 54-55) propõe que, ao se filiar a determinado posicionamento, o enunciador é “capaz de reconhecer enunciados como ‘bem formados’, isto é, como pertencentes a sua própria formação discursiva”, “de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva”, de “reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro” e de “de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições”. Essa tradução é feita sob a forma de uma interincompreensão regulada, pois cada um traduz os enunciados do Outro nas categorias do Mesmo e, assim, a relação com esse Outro se dá sempre sob a forma de um “simulacro” que dele se constrói. Podemos afirmar que essa segunda hipótese é sustentada pela tese do primado do interdiscurso, pois é o caráter constitutivo da relação interdiscursiva que faz da interação semântica entre os discursos uma espécie de tradução. O conflito não é aqui entendido como algo externo, que vem somar-se a um discurso autossuficiente; o conflito está inscrito nas próprias condições de possibilidade de um discurso. Assim, a polêmica, “longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro, é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 21).

Bastante atrelada ao funcionamento da competência discursiva, está a quarta hipótese. Nela, o autor discorre sobre a noção de “polêmica” como uma incompreensão mútua entre os discursos. Segundo Maingueneau (2021b, p. 104), por um lado, enunciamos em conformidade com as restrições da nossa própria FD; por outro, não “compreendemos” o sentido dos enunciados do Outro. Na interpretação de um discurso sobre o outro há, pois, um desentendimento generalizado e recíproco. Não se trata de afirmar que um discurso interpreta o Outro de forma “errada”, mas, sim, que interpreta o Outro a partir do seu próprio sistema de restrições, o que resulta em uma interincompreensão, como a “própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas”, para as quais “não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 99). Vejamos um exemplo de *Gênese dos discursos* (2021b, p. 103). O jansenismo reivindica uma “intensidade” em relação às vivências religiosas; já o discurso humanista devoto é recoberto pelo sema “moderação”. No discurso dos jansenistas, essa “moderação” é rejeitada, sendo traduzida como uma dissimulação da “fraqueza”. Quanto aos pregadores humanistas devotos,

a “intensidade” é rejeitada, pois é traduzida como um “excesso”. Quando Maingueneau (2021b, p. 99-118) fala em “tradução” discursiva, não se trata, obviamente, de uma tradução interlíngua, mas da tradução de um discurso segundo os ditames de outro sistema de restrições. A polêmica a que se refere esta quarta hipótese também pode ser encarada como uma espécie de “homeopatia pervertida” (MAINGUENEAU, 2021b, p. 108), na medida em que “ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça”, mas esse Outro figura nesse domínio sempre como um corpo enfraquecido, sem voz real. Nessa “guerra de papel” – disputas por espaço travadas entre discursos concorrentes no interior do mesmo campo –, o discurso dá resposta precisamente aos enunciados que lhe parecem os mais ameaçadores. É também importante notar que essa interincompreensão não funciona como algo perfeitamente simétrico, uma vez que toda FD tem uma maneira própria de interpretar seu Outro. Maingueneau (2021b, p. 104) afirma que essa ideia colide, aliás, com as “representações espontâneas, para as quais o ‘antagonismo’ entre dois discursos é uma noção estável que não é mais necessário especificar”.

Na quinta hipótese, o autor propõe que o discurso possa ser pensado como uma “prática discursiva”, muito além de um conjunto de textos. Maingueneau (2021b) interessa-se, assim, pelos grupos que gerem os discursos e pela configuração institucional que garante a difusão desses discursos. A proposta teórica é articular discursos e instituições por meio de um sistema de restrições semânticas comum. Isso permite observar o funcionamento desse sistema em elementos muito diversos daqueles ligados estritamente à superfície do texto. Por exemplo, um enunciador humanista devoto privilegia a contemplação das maravilhas da natureza de modo a produzir reflexões devotas, de acordo com a intervenção de como semas “plasticidade”, “moderação” e “flexão”, que resultam em uma defesa da comunicação entre o divino e o terreno. Já ritos adequados ao jansenismo seriam o silêncio e a meditação sobre alguns poucos textos considerados essenciais. Nesse caso, entra em funcionamento uma operação de “concentração” nas estruturas tradicionais da igreja.

No capítulo dedicado à sexta hipótese – intitulado “Uma prática intersemiótica” –, a partir da tese de que o sistema de restrições de uma FD recai sobre a organização de sentidos de modo amplo, Maingueneau (2021b, p. 23) propõe que a “prática discursiva não define apenas a unidade de um conjunto de enunciados; ela pode também ser considerada como uma prática intersemiótica que integra produções pertencentes a outros domínios semióticos”, como o pictórico. Essa hipótese constitui uma interpretação radical da tese da semântica global: se o mesmo sistema de restrições semânticas é aplicado a diferentes planos discursivos e até mesmo à constituição da comunidade discursiva, esse mesmo sistema é válido não

apenas para enunciados verbais, mas também para textos de outras semioses. Para exemplificar essa hipótese, o autor analisa dois quadros que retratam ao mesmo episódio bíblico, a ceia de Emaús – um ligado ao jansenismo e o outro produzido sob o regime de restrições do humanismo devoto. É com base nessa premissa que, na seção 4, incorporamos às nossas análises algumas das imagens que acompanham os enunciados do nosso *corpus*.

Na sétima e última hipótese, Maingueneau (2021b) retoma a tese da semântica global da prática discursiva para propor o estabelecimento de homologias (correspondências ou isomorfismos) entre discursos de diferentes campos. Desse modo, ele se opõe a “uma dissociação entre a prática discursiva e outras séries de seu ambiente sócio-histórico” (2021b, p. 23), e “a formação discursiva revela-se, assim, como um esquema de correspondências entre campos à primeira vista heterônimos”. A proposta é aprofundar a questão da inscrição histórica dos discursos. Recorrendo aos estudos dos discursos humanista devoto e jansenista e evidenciando o funcionamento de semas como “ordem” (reivindicado pelo humanismo devoto) e “concentração” (reivindicado pelo jansenismo), o autor (2021b) estabelece alguns isomorfismos em discursos dos campos científicos e políticos da França do séc. XVII.

Maingueneau (2021b, p. 24) afirma que, com essas sete hipóteses, alinha-se ao “movimento de fundo que domina a reflexão sobre a linguagem há pelo menos uma década, o movimento da ‘pragmática’, que precisamente pretende articular no ato verbal enunciado e enunciação, linguagem e contexto, fala e ação, instituição linguística e instituições sociais”. Essa ponderação de 1984 ecoa uma fala mais recente do autor (2006, p. 2) durante uma entrevista, segundo a qual ele tende a ver “a AD como um espaço de pleno direito dentro das ciências humanas e sociais, um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e os métodos fundados sobre as propriedades empíricas das atividades discursivas”.

Por fim, retomamos brevemente algumas mais reflexões mais recentes que o autor desenvolveu acerca da noção de “formação discursiva”. Para isso, Maingueneau (2021a, p. 66) começa por distinguir as unidades tópicas das não tópicas, entendendo aquelas como formas dadas, pré-recortadas das práticas sociais, e estas como as construídas pelos analistas do discurso. As unidades tópicas se articulam em torno da categoria do gênero discursivo, entendido como instituição de fala ou dispositivo de comunicação socio-historicamente determinado (por exemplo, a consulta médica, o roteiro turístico, a reunião do conselho de administração etc.). A noção de FD, entendida como unidade não tópica que o pesquisador define em função dos seus pressupostos e dos objetivos do seu trabalho, permite constituir *corpora* heterogêneos, reunindo livremente enunciados originários de diversos tipos de unidades tópicas. Resulta disso que a FD recobre uma realidade homogênea e, em função do



critério em virtude do qual se reúnem textos que nela se integram, podem se distinguir diversos tipos de FDs (MAINGUENEAU, 2021a, p. 81-93). O primeiro tipo referido pelo autor, aquele que mais nos interessa aqui, remete às FDs de identidade. Fala-se, assim, na FD pós-colonial, liberal, patronal, racista etc. – ou, na designação aqui adotada, na “FD conspiratória”. Fazendo corresponder a essas FDs determinados *corpora*, podemos trabalhar com materiais heterogêneos, com base no postulado de que os enunciados decorrentes dessa FD convergem para um único foco – alguma “mentalidade” comum que, em graus e segundo estratégias diversos, regeia esses enunciados agrupados sob a noção de uma identidade.

### 3.3 Algumas características do discurso digital nativo

Entendemos aqui por “discurso digital nativo” ou “tecnodiscurso”, “o conjunto das produções verbais elaboradas on-line, quaisquer que sejam os aparelhos as *interfaces* as plataformas ou as ferramentas de escrita” (PAVEAU, 2021, p. 28). O *corpus* reunido neste trabalho é constituído integralmente por um conjunto de enunciados nativos da esfera digital, que apresentam características que os distinguem dos enunciados pré-digitais. Isso necessariamente acaba por modificar o olhar que o pesquisador projeta sobre esse tipo de objeto, e, por isso, dedicamos esta subseção a uma breve exposição acerca dessas características.

Começamos por notar que a Internet deu espaço a uma comunicação multimodal, na qual os enunciados escritos são acompanhados muitas vezes por elementos icônicos, o que afeta a própria noção corrente de “texto”. Por isso, falamos hoje em “íconotexto” para designar as produções semióticas da Internet, em que imagem e texto são indissociáveis (PAVEAU, 2021). Além disso, a própria noção de gênero assume particularidades na esfera digital. Abandonando uma noção clássica de “gênero”, com regras e limites mais ou menos estabelecidos, fala-se agora no “hipergênero” digital, no qual a cenografia – conceito que, como vimos na introdução, remete àquilo que o ato de enunciação mobiliza progressivamente como seu próprio dispositivo de fala a partir de um gênero específico (MAINGUENEAU, 2015) – é bem menos restritiva. De fato, enquanto a genericidade clássica está assente em uma cartografia das atividades verbais, a lógica on-line opera de uma “des-diferenciação” dos múltiplos domínios da fala. A partir dessas premissas, Paveau (2021, p. 58-60) destaca seis características do discurso nativo digital, que são também as características dos enunciados do nosso *corpus*:

1) composição: os discursos nativos são compósitos, ou seja, constituídos por uma matéria mista que combina o linguageiro e o tecnológico, de forma manifesta – por exemplo, com as *hashtags*, palavras ou conjunto de palavras que se deseja destacar e que, antecedidas por uma cerquilha (#), se transformam em *hiperlinks* no interior das redes sociais, indexáveis pelos mecanismos de busca –, ou de forma não manifesta (é o caso de todos os tecnodiscursos on-line, que dependem da tecnologia para a sua difusão). Desse caráter compósito, resulta um hibridismo semiótico: os tecnodiscursos podem ser plurissemióticos e mobilizar simultaneamente texto, elementos paralinguísticos (como os chamados “*emoticons*”, sequências de caracteres tipográficos ou imagem pequena que traduzem o estado psicológico do usuário ou apontam para determinado sentido) e imagem (fixa ou animada) – como veremos, é o caso de alguns dos enunciados que integraram o nosso *corpus*;

2) deslinearização: os discursos digitais nativos não se desenvolvem obrigatoriamente em um eixo sintagmático específico do fio discursivo, como se dá no universo pré-digital. Eles podem ser deslinearizados, por meio de *links* hipertextuais que direcionam o texto fonte e seu leitor para outro enunciado e outra situação de enunciação. Por exemplo, alguns enunciados do nosso *corpus* incluem *links* para lugares digitais externos ao *Facebook*, como *sites* de notícias, *blogs* e ainda outras redes sociais;

3) ampliação: os discursos digitais nativos estão baseados em uma enunciação ampliada, por causa da conversacionalidade das redes sociais – uma publicação em um *blog* pode ser ampliada pelos comentários, quando essa opção está ativada, e o mesmo acontece com as redes sociais, como o *Facebook*. Durante as análises, comentamos brevemente alguns comentários encontrados nas publicações analisadas. Há também as ferramentas de escrita ubíquas, como as de escrita colaborativa em um espaço enunciativo único, mas com a identificação de diferentes enunciadoreis;

4) relacionalidade: os discursos digitais nativos estão todos inscritos em uma relação – com outros discursos, devido à reticularidade da rede; com as máquinas, por causa da natureza compósita que referimos anteriormente, fazendo com que os enunciados sejam coproduzidos pela tecnologia; com os enunciadoreis e os enunciatários (ou “(escri)leitores”), o que remete à subjetividade da configuração das *interfaces* de escrita e leitura. Por exemplo, alguns dos enunciados que integram o nosso *corpus* circularam primeiro em outra plataforma antes de migrarem, ou seja, serem replicados para o *Facebook*;

5) investigabilidade: os discursos digitais nativos se inscrevem em um universo que pode ser rastreado por ferramentas de busca e redocumentação, as quais utilizamos para chegar aos enunciados que compuseram o nosso *corpus*. Por isso, podemos afirmar que esses

discursos são investigáveis, localizáveis e coletáveis para eventuais menções. Essa investigabilidade se dá devido à situação dos metadados: os metadados dos discursos pré-digitais são exteriores a eles (por exemplo, nos paratextos – conjunto de elementos que acompanham o texto principal – trazendo informações para a sua identificação e utilização); já os metadados dos discursos digitais nativos lhes são interiores (ou seja, estão inscritos no código). Notamos que, nas redes sociais, essa característica varia bastante de acordo com as funcionalidades de busca disponibilizadas por cada plataforma. Por exemplo, diferentemente do *Twitter*, o *Facebook* não disponibiliza o recurso de busca avançada, o que acaba por interferir no nível de investigabilidade dos enunciados que aí circulam;

6) imprevisibilidade: os discursos digitais nativos são parcialmente produzidos e/ou formatados por programas e algoritmos. Isso os torna imprevisíveis para os enunciadore humanos, tanto no que diz respeito ao plano da forma (passando automaticamente de um lugar de enunciação pré-digital a um lugar digital, o enunciado muda de forma), quanto no plano do seu conteúdo (algumas ferramentas, como os programas, podem redocumentar os discursos nativos, criando conteúdos originais).

A partir dessas características, Paveau (2021, p. 33) destaca que, durante as análises do discurso digital, a marginalização da máquina, considerada mero componente extralinguístico, muitas vezes leva o pesquisador a trabalhar com formas estereotipadas da língua, e a desconsiderar as formas singulares, compósitas, mistas, repletas de ruídos e de impulsos do mundo que acabamos de descrever. Por isso, ao lidar com esse tipo de discurso, é preciso que o pesquisador tanto seja um usuário da Internet quanto tenha conhecimento mínimo dos recursos técnicos e do funcionamento da esfera digital. A seguir, na seção 4, descrevemos alguns desses recursos técnicos que inclusive possibilitaram a constituição do nosso *corpus*.

## 4 DAS ANÁLISES: LINGUAGEM E CONSPIRAÇÃO – UMA SEMÂNTICA GLOBAL

Organizamos esta seção da seguinte forma: primeiro, apresentamos uma exposição acerca dos critérios de estabelecimento do *corpus* e de outros procedimentos metodológicos; em seguida, apresentamos as análises propriamente ditas. Para isso, abrimos cinco subseções, cada uma delas dedicada a um plano da semântica global que optamos por analisar: temas; vocabulário e estilização da escrita; intertextualidade; estatuto do enunciador e do enunciatário; e dêixis enunciativa.

### 4.1 Procedimentos metodológicos, estabelecimento do *corpus* e análises

Como já adiantado, os enunciados que integraram o *corpus* desta pesquisa foram coletados no *Facebook*. Criada em 2004 nos EUA, trata-se de uma rede social que conecta pessoas do mundo todo por meio de perfis digitais. A escolha dessa plataforma deveu-se essencialmente ao fato de essa ser a rede social com mais usuários ativos no mundo (dados de 2022) e a terceira mais acessada do Brasil (RESULTADOS DIGITAIS, 2022). Ao todo, são mais de 116 milhões de contas ativas no nosso país, o que representa aproximadamente 55% da população brasileira (RESULTADOS DIGITAIS, 2022). Apesar de ser considerada “obsoleta” ou “decadente” por alguns, ela ainda tem relevância no cenário nacional, sendo, por exemplo, a rede social que os brasileiros mais utilizam para se informarem sobre política atualmente, de acordo com uma pesquisa do Senado Federal (RADIO SENADO, 2022).

Conforme expusemos em 2.3, no *Facebook*, os usuários criam perfis e páginas e produzem conteúdos que podem ser curtidos, comentados e compartilhados pelos demais, dando origem a uma *timeline* personalizada. Além disso, a plataforma permite a criação grupos públicos ou privados, que constituem espaços de discussão direcionados a determinados temas, integrados por usuários que – pressupõe-se – têm interesses em comum. Os conteúdos dos grupos públicos ficam visíveis para todos e podem ser encontrados em pesquisas pelo motor de buscas da rede social. Além disso, a entrada nesses grupos se dá de forma automática, bastando ao usuário escolher a opção “Participar do grupo” ou “Seguir grupo” no topo da página inicial da comunidade (quando falamos da localização das diversas funcionalidades do *Facebook*, referimo-nos sempre à sua versão para computador). Já nos grupos privados, os conteúdos só ficam visíveis aos membros. Para entrar nesse tipo de grupo, é necessária a aprovação por parte dos administradores e, por vezes, é também exigido que o

usuário responde a algumas questões que, mais frequentemente, visam a avaliar a sua atuação em relação às regras da comunidade. Há também perfis e páginas que podem ser curtidos, seguidos ou assinados. As assinaturas pagas dão ainda direito ao acesso a conteúdos exclusivos – *posts*, vídeos, fotos, enquetes, tópicos de discussão e transmissões ao vivo que apenas assinantes podem ver. Doravante, neste trabalho, perfis, páginas e grupos são também referenciados como “comunidades”, frisando não só a relacionalidade desses ecossistemas digitais, mas também aludindo à noção de “comunidades discursivas” que expusemos anteriormente.

A plataforma em questão conta ainda com a ferramenta de busca “Pesquisar no *Facebook*”, localizada à esquerda, no topo da página. Ao usá-la, é possível aplicar filtros para retornar especificamente publicações, pessoas, fotos, vídeos, páginas ou grupos, entre outros elementos. Essa ferramenta foi essencial para a constituição do nosso *corpus*. Por meio dela, começamos por realizar um levantamento preliminar de *posts* sobre vacinas contra o Coronavírus, colocados em circulação a partir de março de 2020, marco oficial da pandemia, sobretudo em perfis, páginas e grupos públicos do *Facebook* que abertamente se opõem à vacinação. Chegamos a essas comunidades, principalmente, por meio da pesquisa, nesse motor de busca principal da plataforma, de *hashtags* (#) populares que indicassem uma oposição a esses imunizantes, à obrigatoriedade deles para diferentes públicos ou uma depreciação deles, tais como “VacinaNao”, “vaChina”, “naoapassaportesanitario” e “obrigatoriedadedavacinanao”. Partimos do entendimento de que tais comunidades constituíam um ecossistema privilegiado para a nossa coleta de dados, uma vez que, como vimos, o conspiracionismo tem sido apontado como um dos instrumentos de descrédito dos imunizantes por parte do movimento antivacinas e como um dos fatores que contribuem para a hesitação vacinal (INTRONE *et al.*, 2020; MACHADO; SIQUEIRA; GITAHY, 2020). Sendo a relacionalidade, como vimos, uma característica fundamental dos tecnodiscursos, nesse levantamento preliminar, um *post* foi nos levando a outro, uma comunidade foi nos levando à outra. É importante frisar, contudo, que o *Facebook* não é um lócus fácil de pesquisa. Por exemplo, diferentemente de outras plataformas, essa rede social não permite a busca avançada – podem ser usados apenas os filtros referidos anteriormente e podem ser feitas buscas por ano e/ou meses, mas é preciso percorrer a *timeline* passo a passo. Uma vez identificadas as comunidades com potencial para integrar a nossa coleta de dados, um recurso importante para o levantamento preliminar foi a ferramenta de busca interna a perfis, páginas e grupos. Trata-se de uma busca mais restrita, na qual é possível aplicar alguns filtros, como o do ano de publicação. A ferramenta retorna as ocorrências dos termos pesquisados nas

publicações e também nos comentários a elas. Com isso, realizamos buscas internas às comunidades identificadas preliminarmente, utilizando principalmente o termo “vacina” e seus derivados. Outra ferramenta útil foi o recurso “Salvos”. Disponibilizado no final de 2014 pelo *Facebook*, ele permite ao usuário agrupar em um só lugar conteúdos variados que circulam na plataforma, reunindo dentro dela uma verdadeira base de dados. Para posterior triagem, nesse levantamento preliminar, fomos arquivando na aba “Salvos” os *posts* sobre vacinas que íamos encontrando. Em seguida, realizamos uma leitura do material salvo, de modo a identificar as comunidades nas quais circulavam enunciados que, de fato, se enquadravam na noção de “teoria da conspiração” adotada nesta pesquisa.

Conforme já expusemos na introdução, a fim de resguardarmos a especificidade do nosso objeto de análise, nessa noção, privilegamos a identificação da presença de determinados elementos considerados essenciais para uma diferenciação desse nosso objeto de pesquisa de outros tipos de enunciados. Assim, fizemos um levantamento de comunidades nas quais circulam publicações que buscam associar a vacinação contra a Covid-19: a) a uma ação coordenada entre indivíduos, grupos ou instituições (os conspiradores); b) ação essa que é executada secretamente, escondida dos inocentes (as vítimas que não conspiram); c) e que tem por objetivo prejudicar ou manipular um personagem, uma instituição, grupos de pessoas ou populações inteiras (o plano secreto) (NICOLAS, 2016; INTRONE *et al.* 2020). Esse procedimento permitiu estabelecer, entre a miríade de discursos antivacínistas, uma especificidade para o nosso *corpus*, identificando um ecossistema digital no qual circulam enunciados que podem ser entendidos como “teorias da conspiração”, precisamente por apresentarem esses determinados elementos. Com isso em vista, a partir da leitura desse levantamento preliminar, fizemos a seleção de 25 (vinte e cinco) enunciados para uma análise mais detida. No apêndice único, sob a forma do quadro 2, apresentamos uma listagem das comunidades nas quais esses enunciados foram coletados, além de informações relativas à quantidade de membros, curtidas e seguidores, entre outros aspectos. Conforme se vê nessa sistematização, consideramos sobretudo perfis, páginas e grupos públicos, precisamente pela facilidade de acesso aos seus conteúdos – apenas um enunciado coletado em um grupo privado integrou o *corpus*. Algumas dessas comunidades são dedicadas especificamente à pandemia e às vacinas. Na maior parte, contudo, circulam teorias da conspiração e outros conteúdos sobre tópicos variados. Uma página admite assinantes pagos, e outra aceita contribuições por depósito bancário. Dos 25 enunciados selecionados, o mais recente foi publicado em março de 2022, e o mais antigo, em maio de 2020.

Nessa seleção, procuramos contemplar os quatro eixos temáticos mais abordados pelas teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus em circulação no Brasil, com base no levantamento realizado por Kalil *et al.* (2020), já referido em 2.1.1: 1) autoritarismo, vigilância e comunismo; 2) sexualidade, experimentos humanos e mutação genética; 3) difusão de doenças; e 4) aborto, contracepção, controle populacional e genocídio. Por outras palavras, priorizamos os enunciados que fizessem referências a pelo menos um desses grupos temáticos, que se revelaram os mais expressivos no referido levantamento. O *corpus* foi composto por 23 enunciados em formato de texto verbal, texto verbal e imagem ou apenas imagem; por um enunciado sob a forma de texto verbal e vídeo; e por um enunciado sob a forma de áudio (o áudio e o vídeo foram transcritos). Durante as análises, por vezes, trabalhamos com a reprodução do enunciado na íntegra e, outras vezes, devido à considerável extensão das publicações, optamos por destacar os recortes que julgamos mais pertinentes para cada plano discursivo. Sendo assim, não trabalhamos com *prints* (capturas de telas), o que constitui uma prática comum de citação na Análise do Discurso digital (PAVEAU, 2021, p. 339) – a forma pré-digital da citação mostrou-se mais viável, porque nos permitiu destacar apenas os trechos que julgamos mais pertinentes para as análises. De modo a preservar elementos tecnodiscursivos, replicamos a data e a hora da publicação de cada enunciado, além dos seus respectivos *links* de acesso<sup>16</sup>. Os enunciados que foram objeto de uma análise mais detida aparecem destacados do corpo do nosso texto e numerados de 1 a 25. Além desses 25 enunciados, também levamos em consideração dados (informações completares e recortes de outros enunciados) que fomos coletando durante o nosso processo de imersão nas comunidades pesquisadas.

Com base nas concepções acerca da relação interdiscursiva que Maingueneau (2021) propõe e que apresentamos na seção anterior, é importante neste momento retomar a hipótese de que o discurso conspiratório à volta das vacinas contra o Coronavírus que circula no *Facebook* pode ser considerado um discurso do campo das mídias de informação, na medida em que ele busca propor formas (alternativas) de dar sentido aos acontecimentos, reorganizando o modo como os sujeitos significam a realidade e se significam. Conforme também já adiantamos, para Charaudeau (2019), as mídias, englobando imprensa, rádio e televisão etc., têm precisamente o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espço público. Sobretudo no caso da mídia

---

<sup>16</sup> Incluímos o *link* direto para cada enunciado no *Facebook* e ainda o *link* obtido a partir da plataforma *Perma.cc*. Trata-se de um recurso que permite arquivar páginas da Internet, por meio de um *link* que preserva o conteúdo independentemente do que possa vir a acontecer com a fonte original (PERMA.CC, 2022).

corporativa, esse papel de “informar” resulta na fabricação de consensos, na construção da opinião pública dominante e, conseqüentemente, em modos interpretar e agir sobre o mundo. Sendo assim e retomando o entendimento de que cada campo estabelece uma concorrência entre discursos com funções sociais equivalentes, defendemos que o conspiracionismo, ao propor certa visada para fatos e eventos, disputa com a mídia corporativa tradicional esse papel de atuar como estabilizador de sentidos para a realidade.

Com a expressão “mídia corporativa” (ou “grande mídia”), reportamo-nos aos veículos de informação controlados por grandes corporações, que abocanham a maior parcela da audiência, movimentam vultuosas quantias, refletem correntes de pensamento dominantes e detêm forte poder de influência na sociedade (CHOMSKY, 2015). No caso da realidade brasileira, trata-se de um meio altamente oligopolizado. De fato, apenas cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no Brasil, de acordo com dados da *Media Ownership Monitor* (2017). A soma ponderada das audiências dos quatro maiores grupos de rádio, TV aberta e veículos impressos alcança quase 75% da audiência do país. Destaca-se, nesse contexto, o grupo Globo, alvo frequente da indignação das comunidades pesquisadas. Sozinha, essa corporação fica com 43% da audiência nacional na TV. Na Internet, ela detém o portal de notícias mais acessado do Brasil (o *GI*), com 60 milhões de visitantes únicos por dia<sup>17</sup>. Além de meramente reportarem informações, esses veículos participam dos debates políticos, influenciam a formação das agendas governamentais, intermediam relações sociais – em suma, atuam como “aparelho ideológico” em um sentido althusseriano (2022), pois atuam ideologicamente para fabricar os consensos que sustentam uma ordem hegemônica. Conforme discutimos na seção 2, isso é feito com base na interação com outras autoridades epistêmicas, das quais destacamos a ciência.

Ao afirmarmos que essa mídia chancela versões que passam a se constituir como “oficiais”, é importante frisar que não se parte aqui da ilusão de que essa instância transmite “o que ocorre na realidade” de forma direta; ela também impõe à realidade uma construção, com base em uma lógica econômica (pois não pode prescindir de um público consumidor para manter as suas atividades) e em uma lógica simbólica (pois informar pressupõe a construção da opinião pública, com uma determinada orientação ideológica). Charaudeau (2019, p. 19-20) nota também que “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”. Mesmo uma imagem que se pretende

---

<sup>17</sup> As informações foram retiradas do *Jornal O Beltrano* (2017), com base no levantamento da *Media Ownership Monitor*, e do portal *Semrush* (2022).



como mais apta “a refletir o mundo como ele é”, tem sua própria opacidade, e, como vimos em 2.2, a nossa relação com a realidade é necessariamente mediada. Por isso, o simples reportar de determinado acontecimento já projeta um posicionamento ideologizado, à revelia de qualquer pretensão indício de objetividade monolítica, que afastaria inclusive a possibilidade de outras versões. Contudo, seja pelos poderes simbólico e econômico que detém, seja pelo seu alcance, a grande mídia (ainda) é capaz de estabelecer os consensos que moldam uma dada percepção da realidade, atuando como centro organizador da esfera autorizada.

Entendemos que o discurso conspiratório à volta das vacinas contra o Coronavírus que circula em plataformas como o *Facebook* aspira a essa mesma função social de “informar” e de moldar a percepção que os indivíduos têm da realidade. Assim, esse discurso entra em confronto com a grande mídia, posicionando-se como antagonista às versões difundidas por ela em caráter oficial. Sabemos que, na realidade brasileira, essa mídia pode inclusive propagar versões que se alinham a uma mundivisão conspiratória, conforme referimos anteriormente a propósito do caso da *Jovem Pan*, uma das maiores estações de rádio do país, controlada pelo Grupo Jovem Pan. Contudo, considerando o espaço discursivo das vacinas contra o Coronavírus, podemos afirmar que a ampla defesa da vacinação foi a postura dominante adotada pela grande mídia brasileira – vide, por exemplo, a campanha de incentivo à imunização em massa intitulada “Vacina Sim”, promovida pelo Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI), uma parceria entre veículos como o *UOL*, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, o *G1* e a *Globo News*. Os objetivos dessa campanha, segundo os idealizadores, foram os de “vencer a desinformação”, “conscientizar a população da importância da vacina e reforçar que ela é uma decisão que protege a todos” (UOL, 2021). O caráter dominante dessa versão também se reflete no fato de que, passados praticamente dois anos do início da vacinação, a ampla maioria da população brasileira – cerca de 85% – foi vacinada com pelo menos uma dose dos imunizantes distribuídos pelo Ministério da Saúde (G1, 2022).

Sendo assim, partimos da hipótese de que a grande mídia pode ser considerada como o Outro do nosso objeto. É importante retomar a concepção radical de interdiscurso que expusemos na seção anterior (MAINGUENEAU, 2021b). Segundo essa concepção, a ipseidade discursiva se constitui a partir de uma relação com a alteridade. As restrições que caracterizam um discurso são inseparáveis do modo como ele ocupa seu espaço em um campo discursivo e, conseqüentemente, do modo como ele entra em concorrência com outros discursos que exercem a mesma função social. Ao serem colocados em relação e de modo a “protegerem” suas respectivas identidades, cada discurso interpreta o seu Outro sob uma

forma de um simulacro que dele constrói. No caso do nosso objeto, podemos afirmar que o discurso conspiratório opera uma rejeição às versões oficiais promovidas por essa mídia corporativa, em circulação no espaço discursivo em que se instaura uma discussão em relação às vacinas contra o Coronavírus. Chancelada pela ciência e pelas autoridades sanitárias e difundida pela grande mídia, a versão oficial a que temos aludido pode ser formulada do seguinte modo: as vacinas contra o Coronavírus são seguras, diminuem as mortes e os casos de desenvolvimento de formas graves da doença causada pelo patógeno em questão e foram desenvolvidas visando a essas intenções benéficas à coletividade. Os enunciados do *corpus*, que rejeitam essa versão, caracterizam a grande mídia como “globalista”, “vendida”, aliada de “médicos criminosos” e “políticos corruptos”, como instância que controla, manipula, mente, dissemina medo, mata ou ajuda a matar. Vejamos o que afirma o enunciado (E1) apresentado a seguir.

#### Enunciado 1 (E1)

Criaram um plano que vem em andamento há anos, a agenda 2030, que vem sendo executada pelos lunáticos mais ricos do planeta [...].

Com a **mídia comprada**<sup>18</sup> editaram a realidade e geraram uma falsa crise de saúde.

Com políticos comprados fizeram leis para obrigar comportamentos.

Com as bigfarmas em suas mãos apresentaram uma “solução” que agiliza os planos de redução populacional, item da agenda 2030.

É essa a farsa da pandemia, nada mais! E todos esse que a fabricaram vão pagar caro pelos crimes cometidos com o Nuremberg 2.0. (Pesquise!)



– Publicação de 12 fev. 2022, às 19h41. Disponível em: <https://bit.ly/3zq5MT9> (<https://perma.cc/Y3DW-ZK69>).

<sup>18</sup> Todos os negritos apresentados nas transcrições dos enunciados analisados são nossos. O texto foi transcrito fielmente, inclusive respeitando espaços e eventuais estilizações da escrita, como uso de caixa alta e números e símbolos para substituir letras em palavras (por exemplo, “V4CINAS” ou “V#CIN#S”).

O enunciado revela uma suposta relação de cooperação entre a mídia e diversos outros agentes conspiradores, fazendo remissão à Agenda 2030. Trata-se de um conjunto de ações propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2022, on-line), que, segundo a instituição, visam a “acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”. Nesse e em outros enunciados com que nos deparamos durante o levantamento de dados, essa iniciativa da ONU é interpretada como um plano de redução populacional, que teria como instrumento as vacinas contra o Coronavírus produzidas pela indústria farmacêutica (as “bigfarmas”, nos termos do E1). O adjetivo “comprada” caracteriza a grande mídia como uma instância corrupta que, por interesses econômicos, aceita ser porta-voz de agentes conspiradores e participe de um genocídio, uma espécie de reedição do holocausto judeu perpetrado em campos de concentração como os de Nuremberg (daí a referência a “Nuremberg 2.0”). Apresentado entre aspas, o vocábulo “solução” pode ser inclusive lido numa chave intertextual com o léxico nazista, mais precisamente como a proposta de “solução final” – expressão eufemística que remete ao plano de aniquilação total do povo judeu no contexto da Segunda Grande Guerra. Assim, essa mídia vai sendo associada àquilo que, no imaginário social, é comumente avaliado como o horror absoluto, como o maior crime já cometido contra a humanidade. Embora o enunciado refira diversos outros agentes conspiradores (os mais ricos, os políticos corruptos, a indústria farmacêutica), é o papel dos “meios de comunicação” que ganha destaque na imagem que ilustra o *post*. Metonimizadas por uma televisão que transmite uma programação de baixa (ou de nenhuma) qualidade, esses meios de comunicação seriam responsáveis por “distrair” a humanidade da emergência de uma “Nova Ordem Mundial”. No ideário conspiratório, essa expressão remete à orquestração de um governo global autoritário que estaria agora na iminência de ser implementado. Na imagem, a “nova ordem” é representada sob a forma de um redemoinho – uma força de evolução incontrolável e ameaçadora que, no folclore brasileiro, é inclusive associada a forças diabólicas.

Destacamos esse enunciado, pois o consideramos emblemático do modo como o discurso conspiratório vê a grande mídia: trata-se de uma instância que, por interesses econômicos, é capaz das maiores atrocidades e na qual a humanidade não pode confiar. Podemos afirmar que, no regime de verificação instaurado por esse discurso, a procedência da informação é que define se algo é “verdade” ou não: o teor dos relatos que circulam na esfera autorizada migra para um plano secundário, pois qualquer coisa que esse Outro afirme é lido como mentira ou pelo menos com suspeição. O conspiracionismo opera, então, sob um

reconhecimento bifurcado: ele reconhece apenas o endogrupo como legítimo, verdadeiro e “amigo” e rejeita a legitimidade do exogrupo, cujo porta-voz pode ser considerado a grande mídia. Esta passa a ser vista como “inimiga”, em uma topografia própria de guerra. À semelhança de autores como Cesarino (2022), identificamos esse antagonismo “amigo-inimigo” como eixo estruturador do discurso conspiratório. Esse reconhecimento dual opõe-se ao que podemos chamar de “reconhecimento multívoco”, característico de uma esfera que reivindica certo diálogo e busca pela convergência. Entendemos que essa operação de rejeição é fundamental para a constituição do nosso objeto de análise, incidindo sobre os diversos planos da sua semântica global.

É importante novamente frisar que, nesta pesquisa, o nosso objetivo não é “desmentir” ou “infirmar” as alegações propostas pelos enunciados que analisamos em seguida ou tampouco “descobrir” a “real” intenção dos enunciadores com esta ou aquela formulação. O que se pretende é dissecar seus possíveis efeitos de sentido e estabelecer as restrições que regulam o pertencimento desses enunciados a um determinado território semântico.

#### 4.1.1 Temas

Conforme já adiantamos, na perspectiva da semântica global de Maingueneau (2021b, p. 82), os temas são abordados de forma ampla, concebidos como sendo “aquilo de que um discurso trata”. Vimos também que a especificidade de um discurso não decorre da abordagem de um ou de outro tema, mas do tratamento semântico que eles recebem em cada FD, de acordo com o sistema de restrições aí vigente. Consideramos que a natureza das vacinas contra o Coronavírus e as razões para o seu desenvolvimento são temas impostos ao campo e ao espaço discursivos considerados. A reivindicação de uma ruptura em relação às versões oficiais hegemônicas, a que acabamos de aludir, funciona no sentido reinterpretar esses imunizantes como instrumento de diversos planos conspiratórios maléficos, conduzidos em segredo (plano secreto) da maior parte da população (as vítimas), envolvendo elementos diversos, como difusão de doenças, autoritarismo, vigilância, mudança da sexualidade, mutações genéticas, controle populacional, comunismo e genocídio, que podem inclusive aparecer de forma simultânea nos enunciados considerados no *corpus* – e, de fato, aparecem com frequência. Esses diversos planos maléficos aparecem atribuídos a diferentes agentes conspiradores (a China, o bilionário Bill Gates, o bilionário George Soros, o empresário e ex-governador de São Paulo João Dória, entre outros). No recorte do E2 apresentado a seguir, o

enunciador nega a existência do Coronavírus (o Sars-CoV-2) e identifica as vacinas como um instrumento de mutação genética, desenvolvido pela indústria farmacêutica (o presumido conspirador). Essas vacinas alterariam, de forma definitiva, a configuração do DNA humano – a alegação é a de que a mudança seria tão drástica que daria origem a “*ghouls*”. Originário do folclore árabe, esse termo designa um tipo de carniçal demoníaco ou de monstro morto-vivo, associado comumente ao consumo de carne humana em cemitérios. Essa referência destitui os vacinados de sua humanidade, atribuindo-lhes um caráter animalizado ao identificá-los com um monstro necrófago e, por isso mesmo, especialmente repugnante.

## E2

A vacina contra o vírus inexistente sars-cov-2 que se desenvolveu e se tenta implementar em todo o mundo, é um ARNM (Ácido Ribonucleico Mensageiro). Esta vacina REESCREVA Literalmente o ADN humano. Isso significa que a pessoa que recebe esta vacina **DEIXA DE SER UM SER HUMANO PARA SEMPRE!!!** Os efeitos deste procedimento são todos catastróficos e imprevisíveis. Se se reproduzir, a pessoa pode procriar ghouls monstruosos. **A vacina contra o covid-19 é um genocídio mundial programado.** Normalmente, o desenvolvimento de uma vacina eficaz leva **até 10 anos de pesquisa, experimentação, fases e verificações.** [...] Como primeira medida de proteção pessoal e familiar, **duvida da verdade da versão oficial nacional e internacional** sobre qualquer tema de saúde.

– Publicação de 23 fev. 2021, às 19h30. Disponível em: <https://bit.ly/3h15EDf> (<https://perma.cc/AXM4-759K>).

Conforme noticiado pela grande mídia, algumas das vacinas contra o Coronavírus, como as da Oxford/AstraZeneca e da Moderna, foram desenvolvidas com base no ácido ribonucleico mensageiro (o RNA) artificial, modificado em um processo biotecnológico pouco conhecido do público em geral e nunca antes oferecido ao mercado em grande escala (BBC NEWS BRASIL, 2021). Desenvolvido ao longo de 30 anos, segundo a imprensa, essa tecnologia teria sido central para uma produção célere de parte dos imunizantes contra a Covid-19, encurtando um processo moroso que poderia levar muitos anos (BBC NEWS BRASIL, 2021; G1, 2021b). Como vimos na seção anterior, cada discurso traduz as categorias do seu Outro de acordo com as suas próprias restrições. Ao reivindicar uma ruptura com a versão da grande mídia, a FD conspiratória interpreta o uso dessa tecnologia emergente como algo digno de suspeita, num simulacro da versão à qual se contrapõe – a celeridade da nova técnica, que, na versão oficial, constituiria uma vantagem e uma razão para a sua adoção, é ignorada (“uma vacina eficaz leva até 10 anos de pesquisa”); a técnica é, então, reinterpretada como instrumento mutagênico, em uma relação de compreensão intuitiva, tendo em vista a similaridade dos significantes “RNA” e “ADN” (ou “DNA”).

É oportuno também notar que, no E2, a dúvida em relação à “versão oficial nacional

e internacional” à volta das vacinas é identificada como uma “medida de proteção pessoal e familiar”. Não se trata, assim, simplesmente de aderir a outra “visão de mundo”; na adesão à versão proposta pelo enunciador, estaria implicada a própria sobrevivência do indivíduo e de seu núcleo familiar. Esse sentido de escolha vital é reforçado pela menção a outro plano conspiratório, além da mutação genética referida em primeiro lugar – o de “um genocídio mundial programado”. Portanto, no mesmo enunciado, coexistem diferentes intenções atribuídas às vacinas – em oposição a uma única intenção difundida pela grande mídia. Ainda a propósito desse contraste, consideremos agora o recorte do E3 apresentado a seguir. Trata-se da transcrição de um trecho de um áudio, produzido originalmente para circular no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, mas que posteriormente migrou para o *Facebook*.

### E3

[...] Eu falei: “Doutora, não vou tomar porque para mim isso daí é **para colocar a doença em nós, né?**”. Falei de uma forma bem simples. Ela falou: “Colocar doença? **Tem muito mais por trás**”. E ali ela começou a se abrir comigo, ela viu que talvez tenha sentido uma credibilidade e começou a se abrir comigo. [...] Ela falou que Bill Gates está, está por trás de tudo isso, está associado a todas as empresas de..., das vacinas, né? Que essa Coronavac é fichinha perto daquela que virá. Então, ela explicou que o plasma dessa vacina, que é o líquido, ele vem com uma codificação que traz uma leitura pra inteligência artificial. Então, **eles tenham controle, o nosso controle através disso**. Então, **o controle da sua, da sua saúde...** É como se fosse um *chip*, mas de forma líquida, né?, que é o plasma. Daí, ela estava explicando que através disso eles conseguem **controlar a humanidade**. [...] Então, eles conseguem, através dessa inteligência artificial, que tem uma ligação, né?, com os robôs jogar uma doença. “Vamos reduzir mais tantos por cento”, “vamos reduzir mais tantos por cento”... É, ela está explicando que já existe uma estação espacial, né?, e tudo está sendo é feito justamente para nos **dominar, calar nossa boca e nos encurralar**. **A proposta é reduzir a população**. [...] É muito triste tudo isso. Gente, **Jesus está voltando**. [...] Então, ideologia de gênero... É isso, né?, a gente sabe que homem com homem não faz filho, nem mulher com mulher. A proposta da, da aprovação do aborto também para que não **venha nascer mais ninguém**, tudo cercado para que a humanidade seja reduzida, e os robôs tomem conta.  
– Publicação de 25 jan. 2021, às 10h55. Disponível em: <https://bit.ly/3z53BVN> (<https://perma.cc/XFG9-KUBD>).

Nesse recorte, não apenas dois, mas diversos planos maléficos atribuídos às vacinas são integrados à cadeia discursiva: difusão de doenças (“para colocar doenças em nós, né?”), vigilância (“eles tenham controle, o nosso controle através disso [...] É como se fosse um *chip*”), autoritarismo (“existe uma estação espacial, né?, e tudo está sendo é feito justamente para nos dominar, calar nossa boca e nos encurralar”), controle populacional e genocídio (“Vamos reduzir mais tantos por cento”, ‘vamos reduzir mais tantos por cento’...). Esses elementos são associados ainda ao apocalipse cristão (“Jesus está voltando”) e a outros cenários escatológicos: a “ideologia de gênero” e a “aprovação do aborto” fariam com que “não nasça mais ninguém”; perto do final do áudio, a enunciativa afirma que “um meteoro

que está para bater na Terra, né?, [...] vai provar provocar muitos terremotos. [...] A Nasa está tentando se planejar em relação a isso, [...] tudo dentro de uma inteligência artificial”, a mesma aplicada às vacinas. A formulação “Tem muito mais por trás”, que antecede a enumeração desses elementos, dá sustentação a essa multiplicidade de cenários (“muito mais”) e simultaneamente sublinha o caráter secreto desses planos, que estariam escondidos “por trás” da “verdade” propagada pela grande mídia.

Esse enunciado é representativo do que designamos na seção 2 como uma “topologia não linear” ou “fractária” que caracteriza o conspiracionismo. Diferentemente de um conjunto coeso, trata-se de uma estrutura extremamente fragmentada, que se ramifica em diversas direções e que prolifera pela dispersão (CESARINO, 2020) – ou seja, pela capacidade de abarcar uma vasta gama de narrativas, o que aumenta as chances do seu apelo para diferentes públicos. As vacinas contra o Coronavírus são, então, integradas a uma teia de cenários conspiratórios muito diversos, alguns dos quais já previamente em curso, sempre ocultos da maior parte da população. Sendo assim, podemos identificar que um importante tema reivindicado pela FD conspiratória é o “holismo”. No plano discursivo dos temas, conforme ilustra o E3, esse traço semântico-discursivo opera um nível de integração macro, expressando uma totalidade sistêmica que vê relação direta entre todos os acontecimentos, os indivíduos e tudo que os rodeiam – *tudo está interligado, nada está isolado, tudo pulsa simultaneamente*. Por isso, no sistema de restrições aqui vigente, virtualmente qualquer acontecimento do passado – mesmo que relativamente longínquo – pode ser integrado à cadeia discursiva e influir na percepção dessas vacinas e dos propósitos para o seu desenvolvimento. Vejamos outro exemplo com o E4 apresentado a seguir.

## E4

AGORA TUDO FAZ SENTIDO. 🙏🙏🙏. Caros amigos... lembram-se da cerimônia de abertura dos jogos Olímpicos de Londres 2012, com a figura gigante da morte segurando uma agulha, enfermeiras dançando e todas as crianças em camas hospitalares? Tudo começa a fazer muito mais sentido agora, não? Isso já estava sendo planejado há muito tempo.



– Publicação de 10 jan. 2022, às 13h13. Disponível em: <https://bit.ly/3FIBG78> (<https://perma.cc/YVY9-T45D>).

No E4, uma passagem da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2012, realizada em Londres, 10 anos antes do início oficial da pandemia, é reinterpretada como uma prova de que “isso” – usar as vacinas contra o Coronavírus como um instrumento genocida – já estaria sendo planejado há muito tempo. Essa publicação ilustra o modo como o conspiracionismo vigia as superfícies mais banais para, em uma incessante varredura por sinais e detalhes dispersos, iluminar os elos ocultos e obter a solução do “quebra-cabeça”. Uma possível contraposição a essa alegação poderia apontar a contradição entre a intenção de desenvolver um plano maligno de forma secreta – o que certamente ajudaria na concretização desse plano – e a decisão de revelá-lo anos antes, em uma cerimônia vista por milhões de pessoas em todo o mundo. Conforme afirmamos na seção 2, o conspiracionismo pode não obedecer a princípios epistêmicos básicos, como o da não contradição, sem que isso coloque em risco a sua sustentação; pelo contrário, o que temos é um reforço da identidade desse discurso, quando ele rompe com a interpretação hegemônica de um grande evento midiático como a abertura dos Jogos Olímpicos.

Na imagem que acompanha o E4, segundo o enunciador, teríamos a “figura gigante da morte segurando uma agulha, enfermeiras dançando e todas as crianças em camas hospitalares”. Esse cenário distópico esquematizado nessa cerimônia mimetizaria o cenário pandêmico, o que enfatiza o caráter farsesco e teatral que a FD conspiratória atribui à crise



sanitária. Vestida de preto e com feições assustadoras, a “figura da morte”, destacada pelo enunciador, é associada às vacinas com base na semelhança entre o objeto empunhado por essa figura e o formato de uma agulha – em um silenciamento do vírus e do seu potencial letífero, os imunizantes é que assumem o centro da “trama” da pandemia e são identificados como os responsáveis pelas mortes. Para a produção de sentidos, é também significativa a menção a enfermeiras que dançam, o que nesse cenário sugere regozijo e indiferença em relação à dor e à tragédia alheias. O enunciado destaca ainda crianças ocupando camas hospitalares, em uma remissão ao tópico da violação de corpos infantis, que é uma preocupação ubíqua nas teorias da conspiração mais recentes (vide, por exemplo, o QAnon e as suas alegações de pedofilia por parte de uma elite satânica). É oportuno lembrar que a infância, mais do que um período definido biologicamente, é uma construção social que, em sua formulação contemporânea, não só é associada à inocência, à pureza, à bondade e à promessa de um “mundo melhor”, mas também à família unicelular de base heteronormativa. Por isso, a ideia de um corpo infantil, que deve ser cuidado e protegido por essa família, acabar adoecido por uma vacina e prostrado em uma cama de hospital, alvo de um conluio genocida arquitetado há anos, tem um potencial de causar indignação e revolta que suplanta o das vítimas adultas. Ao associar as vacinas contra o Coronavírus a um plano maligno que não poupa sequer crianças, o E4 pode igualar esses imunizantes ao mal absoluto.

Por sua vez, o E5 faz referência ao fato de Bill Gates ter, em 1999, supostamente criado um jogo cujo nome coincide com o de uma das variantes do Coronavírus, a ômicron, detectada em África em novembro de 2021. Esse dado é integrado ao discurso como prova de que o bilionário saberia da pandemia muito antes do seu início e como uma evidência do seu envolvimento em uma conspiração vacinista durante essa crise sanitária.

## E5

"Bill Gates criou um jogo para Windows chamado 'Omikron', em 1999, sobre demônios fingindo ser humanos para roubar suas almas.

Tudo vem sendo preparado há muito tempo, nessa agenda demoníaca. E Satanás, pai dessa elite criminoso, ainda ri de nós."



– Publicação de 12 dez. 2021, às 00h55. Disponível em: <https://bit.ly/3SK0sAH> (<https://perma.cc/L22H-H3AF>).

A imagem que acompanha o E5 apresenta a sobreposição de uma foto atual de Bill Gates ao que podemos supor ser o logotipo do jogo por ele criado. Essa foto reforça a imagem do conspirador perante os enunciatários, suas vítimas. O nome “*Omikron*”, por sua vez, é acompanhado de um subtítulo, que podemos traduzir como “A alma nômade”, mostrando relação com o enredo referido pelo enunciador. A imagem destaca ainda o logotipo da *Microsoft*, empresa criada por Gates (*Windows*, um grupo de sistemas operativos para computadores, é um dos produtos que ela comercializa). Esses elementos geram um efeito de verdade em relação às alegações apresentadas, ao “provar” para o enunciatário que o jogo existe de fato, tem um logotipo, uma identidade visual, um subtítulo, uma empresa ao qual está associada. Nesse enunciado, a alusão ao enredo do suposto jogo – “demônios fingem ser humanos para roubar suas almas” – sugere o estabelecimento de um paralelo com a “trama” da pandemia: em algumas teorias da conspiração (como veremos adiante), as vacinas figuram como um “signo da besta”, como a marca do demônio, entidade que tomaria o controle do corpo da vítima a partir da imunização. Coagido pelo sema do “holismo”, o discurso conspiratório assimila elementos heterogêneos, aparentemente aleatórios, distantes temporal e espacialmente, a uma explicação das vacinas e dos propósitos da sua criação. Essa assimilação forma uma rede intradiscursiva que, apesar do seu caráter fragmentado, cumpre a função de organizar a entropia, a profusão de agentes e de linhas narrativas. É sugestiva a reiteração do vocábulo “tudo” nos enunciados 4 e 5, reforçando a visão sistêmica: *tudo faz*

*sentido e tudo vem sendo preparado há muito tempo*; se tudo está interligado, é mais fácil de ser explicado – basta inserir a pandemia e as vacinas nessa cadeia de eventos que ao discurso conspiratório cumpre desvelar.

Outro sema reivindicado pela FD conspiratória é a “intencionalidade”. No sistema de restrições em questão, rejeita-se a coincidência como instância capaz de organizar o decorrer dos eventos. Na formulação de uma explicação para as vacinas e para os seus propósitos, percebemos a ação desse sema no estabelecimento de relações de causalidade entre uma vasta gama de acontecimentos. Nas comunidades pesquisadas, o lema “Nada é por acaso e não há coincidência” é reiterado. São também recorrentes as seguintes formulações irônicas após a apresentação de uma suposta correlação entre determinados fatos: “Que incrível coincidência, hein?”, “Que coincidência, não?” e “Qualquer semelhança é mera coincidência”. Essas formulações adiantam-se às interpretações que o Outro faz dessas correlações – por outras palavras, é a voz do Outro que aí emerge, traduzida sob a forma de simulacro como ingênua, como uma percepção defetiva que falha em enxergar uma conclusão tida como “óbvia”. Por exemplo, o fato de as pesquisas sobre a vacina contra o Coronavírus utilizarem um ingrediente chamado “luciferase” é tratado como *prova* de que o imunizante estaria ligado a Lúcifer (uma das designações do demônio ou da besta) e seria, portanto, instrumento de um plano maligno (“[...] quando disserem que é preciso ser vacinado com a vacina biométrica chamada luciferase, abstenha-se de fazê-lo, pois nela virá a marca da besta”, afirma um enunciado das comunidades pesquisadas). O E6 opera sob esse mesmo funcionamento.

## E6

#MidiaGlobalista

Caros teóricos da coincidência: Porque alguns fingem demência nesses casos ?



– Publicação de 18 ago. 2021, às 21h55. Disponível em: <https://bit.ly/3SFxjXy> (<https://perma.cc/CD52-NKF8>).

Esse enunciado alude ao fato de as pessoas aderirem às medidas sanitárias e tomarem não apenas uma, mas duas doses da vacina e morrerem “mesmo assim”. Segundo o enunciador, a “mídia globalista” (adjetivo cujos efeitos de sentido analisaremos adiante) interpreta esses casos como “coincidência” – trata-se do simulacro de uma explicação complexa, que mobiliza fatores como a taxa de eficácia vacinal (que não é de 100% para nenhum imunizante) e características intrínsecas ao hospedeiro (idade, genética, comorbidades etc.), entre outros aspectos, mas que não vê nisso prova de que as vacinas seriam propositalmente prejudiciais. Restringido pelo universo semântico do seu posicionamento, o discurso conspiratório só pode enxergar a evidência de intencionalidade maligna nesse tipo de ocorrências – a ausência do estabelecimento dessa correlação, apresentada como óbvia, é conotada com a loucura – neste caso, dissimulada e proposital (“fingem demência”).

Na imagem que acompanha o E6, a mídia é identificada com a figura de um personagem de um desenho animado infantil, cujo sorriso contrasta com a gravidade do assunto em questão, sugerindo indiferença em relação à tragédia da pandemia. Esse personagem, o Pica Pau, é muitas vezes trapaceado quando há dinheiro em jogo e, por isso, acaba sendo frequentemente retratado como uma figura ingênua – a sua postura na imagem, olhando para o alto com um semblante sonhador, suscita precisamente essa característica. Em suma, a mídia é associada a uma figura indiferente, gananciosa, interesseira e dissimulada. É oportuno notar também que o enunciado se dirige aos “teóricos da coincidência” – é como se

o enunciador se adiantasse ao Outro, devolvendo, sob a forma de um correlato negativo (de algo que se rejeita), o rótulo de “teórico da conspiração” que a mídia “globalista” atribui a quem é capaz de enxergar essas correlações. Vejamos agora o E7.

### E7

As máscaras começam a cair!

"O laboratório biológico chinês em Wuhan é propriedade da Glaxosmithkline, que **(acidentalmente)** é proprietária da Pfizer!" (aquele que faz a vacina contra o vírus que foi **(acidentalmente)** iniciado no Laboratório Biológico de Wuhan e que foi **(acidentalmente)** financiado pelo Dr. Fauci, que **(acidentalmente)** promove a vacina!

"A GlaxoSmithKline é **(acidentalmente)** administrada pela divisão de finanças da Black Rock, que **(acidentalmente)** gerencia as finanças da Open Foundation Company (Soros Foundation), que **(acidentalmente)** gerencia a francesa AXA [uma empresa de seguros]!

"Soros **(acidentalmente)** é dono da empresa alemã Winterthur, que **(acidentalmente)** construiu um laboratório chinês em Wuhan e foi comprada pela alemã Allianz, que **(por coincidência)** tem como acionista a Vanguard, que **(coincidentemente)** é acionista da Black Rock [uma empresa de investimentos], "que **(coincidentemente)** controla os bancos centrais e administra cerca de um terço do capital de investimento global.

A "Black Rock" também é **(coincidentemente)** uma grande acionista da MICROSOFT, de propriedade de Bill Gates, que **(coincidentemente)** é acionista da Pfizer (que - lembra? Vende uma vacina milagrosa) e **(coincidentemente)** é agora o primeiro patrocinador da 'WHO [Organização Mundial de Saúde]!

Agora você entende como um morcego morto vendido em um mercado úmido na China infectou TODO O PLANETA! "" .... copie e compartilhe rapidamente ....

– Publicação de 16 abr. 2021, às 15h05. Disponível em: <https://bit.ly/3fnhKGa> (<https://perma.cc/SWY8-LLB2>).

Começamos por notar que a maior parte do E7 está entre aspas. Como afirma Authier-Revuz (2004), um conjunto de palavras colocado entre aspas é uma marca da heterogeneidade mostrada, separando uma região de sentido pertencente a um discurso outro<sup>19</sup>. Uma busca no *Google* com parte desse enunciado revela-nos que ele também circulou em outras instâncias da Internet, como no *WhatsApp*, no *Instagram* e no *Twitter*<sup>20</sup>, inclusive em outros idiomas. Ao ser replicado no E7, o enunciador parece ter recorrido às aspas para demarcar a sua voz da desse discurso que não é de sua autoria. Esse sinal de pontuação só não é aplicado ao período que abre o enunciado (“As máscaras começam a cair!”) e à injunção final (“... copie e compartilhe rapidamente ...”). Esse tipo de situação aponta não só para a relacionalidade dos tecnodiscursos, devido à reticularidade das plataformas, mas também para o caráter viral dos *posts* conspiratórios, ou seja, para a sua disseminação rápida, abrangente e fora de controle. Qualquer enunciado on-line é materialmente relacional: uma mesma

<sup>19</sup> Obviamente, essa é apenas uma das possibilidades de uso das aspas; em outros momentos das análises, como a propósito do E1, foram mobilizadas outras funções desse sinal de pontuação.

<sup>20</sup> Cf. <http://bit.ly/3Ac8YSD> (AGÊNCIA LUPA, 2020a); e <http://bit.ly/3tstHOi> (ESTADO DE MINAS, 2020). Acesso em: 13 set. 2022.

publicação pode ser replicada infinitamente dentro e fora de uma mesma plataforma, usando ferramentas padronizadas para isso (PAVEAU, 2021, p. 311-321) – no caso do *Facebook*, com o recurso “Compartilhar” ou com o simples “copia-e-cola”, como no caso do E7 (o E5 é outro exemplo desse mesmo fenômeno). Trata-se de uma facilidade que não tem equiparação com a da difusão de informações nas estruturas pré-digitais, ajudando a formar um ecossistema conspiratório que viceja em grande parte devido a essa cultura do compartilhamento que é pregnante na Internet plataformizada.

Voltemos à análise do E7. Esse enunciado lista um fato inicial – a propriedade de um laboratório biológico em Wuhan, na China, onde a pandemia teria começado – e, em sequência, vai aglutinando um novo suposto fato relacionado ao item referido anteriormente. A insistente reiteração dos advérbios “acidentalmente” e “coincidentemente” e da locução “por coincidência” ironiza as vozes do discurso oficial e reforça o efeito de sentido de que a “coincidência” não pode ter lugar nessa profusão de elementos interconectados – um laboratório biológico chinês, as farmacêuticas GlaxoSmithKline e Pfizer, a Organização Mundial de Saúde, a Fundação Soros, o médico norte-americano Anthony Fauci, os bilionários Bill Gates e George Soros e empresas de diversos ramos e países, como a Black Rock, a AXA, a Winterthur, a Allianz, a Vanguard e a Microsoft. O enunciado estabelece, assim, uma cadeia de nexos causais entre instituições, empresas e agentes conspiradores que estariam tentando lucrar com uma “vacina milagrosa” e que, por isso, teriam “infectado todo o planeta” com um novo vírus. Embora esses supostos fatos sejam públicos, cabe à FD conspiratória evidenciar essas relações, estabelecendo os nexos causais que estariam ocultos (“As máscaras começam a cair!”) e que impediriam as pessoas de “entender” a pandemia e as vacinas (“Agora você entende”). Nesse sentido, nesta FD, a realidade é tratada como uma espécie de enigma a ser desvendado, com base em uma teleologia hipertrofiada. O E8, por sua vez, replica vídeo de 46 segundos no qual um narrador filma uma pesquisa que realizou no *Twitter* – o comentário que acompanha a postagem do vídeo aparece acima da sua transcrição.

### E8

Até parece que é coincidência 🙄

Triste e as pessoas não enxergam 😞

[Transcrição de um vídeo:] Hoje é sábado, 27 de novembro de 2021. Cê lembra que antigamente mal súbito só dava em pessoas mais idosas ou com problema de hipertensão, não é? Vai lá no Twitter agora e digita “CBMSC mal súbito”. “CBMSC” é “Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina”, tá? Olha quantos atendimentos de mal súbito nas últimas horas. Alguns casos aqui inclusive crianças, crianças com 12 anos. Os pais dizendo que foi após a vacina. Cês acham que é coincidência? Conte aqui mais de 90. Será mesmo só uma coincidência?

– Publicação de 10 dez. 2021, às 12h58. Disponível em: <https://bit.ly/3DiH8Fh>

(<https://perma.cc/TS6G-VDKB>).

No E8, o narrador do vídeo começa por referir a data da filmagem, o que pode ser lido como uma forma de dar credibilidade às suas observações, garantindo, tal qual em uma pesquisa que se pretende científica, a sua reprodutibilidade – o enunciatório poderia replicá-la nessa data para comprovar a “verdade” dos dados ou comparar com os resultados de uma pesquisa em outra data. Em seguida, como em um silogismo, esse narrador estabelece a premissa do raciocínio que o levou ao estabelecimento de uma causalidade entre os resultados da sua pesquisa e um suposto malefício da vacina: mal súbito só ocorre em dois casos específicos e, portanto, subentende-se que a sua ocorrência seria estatisticamente pequena; essa premissa permite estabelecer um contraste com os resultados – logo, os “mais de 90 casos” contabilizados nesse levantamento, nos quais se incluem crianças, só podem ser atribuídos à vacina. O termo “coincidência” é suscitado em duas perguntas que interpelam o enunciatório ao final do vídeo: “Cês acham que é coincidência?” e “Será mesmo só uma coincidência?”. Elas são atravessadas pelo dado “Contei aqui mais de 90”, que reforça o posicionamento desse enunciatário e reafirma a relação de causalidade para o enunciatório, em vez de simplesmente deixar a pergunta no ar. O comentário que acompanha a postagem também descarta a possibilidade do acaso, inscrevendo-a no domínio do absurdo, do descabido. Sob a rejeição do sema “coincidência”, os efeitos de sentido caminham em duas direções: por um lado, já que não há coincidências, a FD conspiratória pode estabelecer uma relação de causalidade entre a vacina e diversos cenários nefastos aleatórios (neste caso, um suposto aumento de casos de mal súbito); por outro, sugere também uma intencionalidade – não foi por acaso, foi um *plano*, foi *de propósito*. No caso do E8, o modo de reportar essa causalidade revela uma preocupação com a forma que se limita com o modo como se reporta um fato científico na grande mídia: com menção a métodos, premissas, resultados. Além disso, é oportuno notar que, em termos de narrativa midiática, as imagens atuam como prova cabal. Assim, ao reconstituir a pesquisa em formato de vídeo, produz-se um efeito de verdade que encena com certa transparência a obtenção dos dados perante o espectador.

Como vimos na seção 3, um sistema de restrições não funciona de forma independente no interior de um campo discursivo; é necessário sempre considerar as suas propriedades interdiscursivas. Ao afirmarmos que o discurso conspiratório reivindica os semas “holismo” e “intencionalidade”, entendemos que ele rejeita, interpretando negativamente, a forma como o seu Outro, a grande mídia, reporta os fatos de forma segmentada e estabelece relações de causalidade entre eles. A causalidade remete basicamente à relação entre um

evento A (a causa) e um segundo evento B (o efeito), desde que o segundo evento seja comprovadamente uma consequência do primeiro – ou seja, o fato de o evento B suceder ao evento A não implica, necessariamente, que A seja a sua causa. Em termos lógicos, a causalidade é identificada em “se não A, então não B”, dada a ocorrência empírica de ao menos um B. Existem diversos modelos de estabelecimento de causalidades, mas, de forma geral, podemos afirmar que a grande mídia – assim como o discurso científico, por ela reportado – não atribui à coincidência de dois fatos ou à sua sucedaneidade uma relação necessária de causa e efeito. Nesse sentido, os fatos podem ser reportados de forma isolada no tempo e no espaço, e admitem-se, sim, coincidências. Já o discurso conspiratório está fincado na assunção de que tudo está conectado e de que a coexistência de virtualmente quaisquer dois eventos pode ser usada para estabelecer relações de causalidade. O fato de a grande mídia não enxergar causalidade entre determinados eventos, reivindicando o sema “coincidência”, inclusive retroalimenta a certeza da conspiração. De acordo com o sistema de restrições aqui considerado, os eventos foram *intencionalmente* arquitetados de modo a criar a impressão de acaso, o que nos remete ao caráter autoblindado (*self-sealing*) das teorias da conspiração que referimos na seção 2.

Outro tema imposto ao campo e ao espaço discursivos considerados é o dos efeitos da vacinação em massa na evolução da pandemia. Em janeiro de 2021, com o início da imunização da população brasileira, a grande mídia passou a reportar boletins epidemiológicos com o número diário de vacinados, acompanhado pelo número de casos registrados de Coronavírus e de mortes por Covid-19. Por exemplo, segundo os portais de notícias, em setembro de 2021, com 40% da população elegível vacinada, o Brasil registrava uma média diária de 500 óbitos; em novembro, já com 60% da população vacinada, a média de óbitos diários caía para em torno de 250 (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2022). De acordo com o sistema de restrições vigente no discurso conspiratório, a reivindicação de uma ruptura com as versões oficiais tende a interpretar esses números como “mentirosos” ou “fabricados”. A própria alegação de uma suposta queda do número de mortes seria mais uma estratégia criminosa para enganar e levar as pessoas a aderirem à vacinação. Com isso, as vacinas podem continuar a ser encaradas como um instrumento-chave de diversos planos conspiratórios, mesmo passados praticamente dois anos do início da vacinação. O E9 apresentado a seguir é um recorte de uma publicação de 18 de janeiro de 2021, um dia após o início da vacinação em massa no país.



## E9

👉 NO INÍCIO, OS PRIMEIROS QUE SE V4CINAR3M RECEBERÃO PLACEBOS, PARA QUE O RESTANTE DA POPULAÇÃO RESISTENTE SE SINTA "SEGURA", QDO A MASSA "CONFIAR", AÍ SIM, RECEBERÃO A V4CIN4 COM O CHIP QUE ALTERA O DNA HUMANO, AÍ COMEÇARÃO AS MORTES, MAS JÁ SERÁ TARDE! [...]

– Publicação de 18 jan. 2021, às 22h22. Disponível em: <https://bit.ly/3DT1iXR> (<https://perma.cc/KG7V-99XS>).

No E9, o enunciador é capaz de predizer as etapas de um plano maligno por trás da vacinação: os primeiros vacinados receberiam meros placebos, ou seja, um líquido que não ofereceria proteção contra o vírus, mas também não causaria problemas; isso seria apenas um golpe para atrair a “população resistente” às vacinas, e só então começariam as mortes. *Nada é por acaso, tudo está interligado*: notamos nesse enunciado a ação dos semas que assinalamos anteriormente. O efeito de sentido é o de uma enunciação clarividente, capaz não só de estabelecer relações entre fatos no presente, mas também de projetar o futuro. Podemos afirmar que a listagem de supostos casos de “mortes por vacinas”, acobertadas pela grande mídia, e a menção a um suposto aumento de mortes numa relação de causalidade com o início da vacinação recobrem o tratamento semântico dado ao tema dos efeitos dos imunizantes na evolução da pandemia. Recortes de enunciados que circulam nas comunidades pesquisadas concentram-se em listar evidências episódicas de supostas mortes em decorrência das vacinas: “um homem de Nebraska que morreu pouco depois de receber a injeção [...], [j]untando-se a mais de 1.170 outros cadáveres”, “outro vacinado morre com as mesmas sequelas”, “na China dizem que houve 2034 mortes de cobaias por efeitos adversos” (E13). Sob a ação do sema “intencionalidade”, um enunciado lista, um por um, 55 casos de mortes súbitas entre jovens atletas de diferentes modalidades, todos supostamente vacinados – essas mortes seriam tão numerosas e tão disseminadas que mereceriam o rótulo de “pandemia de ‘mortes súbitas’”. A expressão é acompanhada dos *emoticons* representativos de uma caveira e de uma agulha, reforçando a correlação entre as mortes e a vacina. Notamos que, nos enunciados conspiratórios, há uma insistente ressignificação da forma como a pandemia é nomeada na esfera autorizada, com base no silenciamento do agente patogênico responsável pela crise sanitária segundo a grande mídia. Como vimos a propósito do E4, o potencial mortífero das vacinas – e não do vírus – é que acaba sendo ressaltado; do mesmo modo, nesse enunciado que acabamos de referir, a real pandemia seria a das “mortes súbitas” em consequência das vacinas. As aspas incluídas nessa expressão pelo enunciador podem ser lidas como uma sugestão de que essas ocorrências não seriam propriamente súbitas, no sentido de repentinas e inesperadas, mas, sim, já previstas por aqueles que sabem os “reais” efeitos das vacinas.

Por sua vez, o E10 alega que, no Distrito Federal, o número de mortes por Covid-19 teria sido 35 vezes maior em vacinados do que em não vacinados, com base em dados publicados diariamente em boletins informativos de um órgão oficial, nos quais a grande mídia também se baseia para a divulgação dos seus boletins epidemiológicos. É oportuno também assinalar que o enunciado em questão replica a estrutura de uma notícia na grande mídia: há aquilo que se pode considerar de “título”, uma chamada que resume o que é essencial no relato (“Número de mortes...”), seguida da menção à fonte, da lide (parágrafos iniciais que apresentam as principais informações do que se vai ler) e das informações complementares. A menção ao fato de ser “natural” que o número de mortes notificadas tenha sido maior em quem tomou duas doses da vacina, devido ao maior número de pessoas nessa situação em números absolutos, pode ser inclusive lida como uma preocupação de nuançar os dados apresentados, mostrando que o enunciador não teme fazer as devidas concessões. Isso tudo reforça um efeito de verdade para a conclusão apresentada (“os vacinados estão morrendo mais facilmente do que os não vacinados”).

#### E10

Número de mortes por Covid relatadas nos quatro primeiros dias de fevereiro no DF é **35 vezes maior em vacinados do que em não vacinados**.

Os números estão disponíveis nos Boletins Informativos sobre a Covid-19 no Distrito Federal – (Divep/SVS), cuja divulgação ocorre diariamente a partir das 17h. Em apenas 4 dias foram notificadas **35 mortes por covid de pessoas que haviam tomado pelo menos 01 dose da vacina, e apenas uma morte foi notificada como sendo de uma pessoa não vacinada**. [...] ou seja, **os vacinados estão morrendo mais facilmente do que os não vacinados**. [...].

– Publicação de 09 fev. 2022, às 15h46. Disponível em: <https://bit.ly/3NnM6VS> (<https://perma.cc/2NVK-43E9>).

Os cálculos apresentados foram realizados considerando as edições de quatro dias diferentes, o que pressupõe um acompanhamento das publicações. Contudo, o E10 silencia a diminuição progressiva do número de mortes após o início da vacinação, também reportada por esses mesmos boletins (há vários dias em fevereiro de 2022 sem ocorrência de mortes<sup>21</sup>). É oportuno retomar a ideia da “homeopatia pervertida” que preside ao funcionamento de uma polêmica, de acordo com Maingueneau (2021b, p. 108). Como vimos anteriormente, o discurso introduz o Outro em seu domínio para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro figura aí sempre como um corpo débil e sem voz real. À ideia de “vida salvas”, que acaba por ser enfatizada nesses boletins epidemiológicos de órgãos oficiais e da grande mídia, contrapõe-se a contagem de supostas “vidas perdidas” em função das vacinas: enquanto o seu Outro

<sup>21</sup> Cf. <http://bit.ly/3Et5EFh>. Acesso em: 13 set. 2022.

contabiliza a vida, o discurso conspiratório faz contas à morte.

Um tema imposto ao campo midiático é o da fonte – ou seja, o da procedência da informação. Ao reportar um acontecimento, as instâncias midiáticas recorrem a uma “origem” legitimadora do dizer, que pode ser uma pessoa, falando por si ou em nome de uma coletividade, instituição ou empresa, ou um documento (textual, iconográfico, sonoro, audiovisual etc.) (CHARAUDEAU, 2019; LAGE, 2003). Autores como Lage (2003) consideram a fonte a gênese do discurso jornalístico, uma necessidade intrínseca ao processo de relatar. De fato, “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos” (LAGE, 2003, p. 49). O recurso à fonte pode ser, assim, considerado um dos principais elementos mobilizados pelo discurso midiático no sentido de construir efeitos de verdade e de credibilidade à informação relatada. Por exemplo, a *Folha de S. Paulo* (2010, p. 37-38) distingue quatro tipos de fontes: as do “tipo zero” são enciclopédias e documentos, que prescindem de cruzamento com outras fontes; as do “tipo um” têm um “histórico de confiabilidade” e falam com “conhecimento de causa”, pois estão próximas do fato que relatam e não têm interesses imediatos na sua divulgação; as do “tipo dois” são as que têm os atributos da fonte “tipo um”, mas não o histórico de confiabilidade – por isso, a recomendação é de um cruzamento com pelo menos mais um tipo de fonte; e o “tipo três”, tido como a de menor “confiabilidade”, pois, embora “bem informada, [...] tem interesses (políticos, econômicos etc.) na divulgação dos fatos”. Essa tipificação aponta para uma preocupação com a confiabilidade e a pluralidade, segundo critérios determinados. Além disso, de acordo com Lage (2003), desde o fim da Segunda Guerra Mundial, assistimos a uma progressiva profissionalização das fontes no jornalismo, com o surgimento de formas de comunicação institucional, como gabinetes de imprensa, assessorias de comunicação e portavozes oficiais. Podemos afirmar, portanto, que, na grande mídia, existe uma padronização que tende a privilegiar fontes oficiais e a exigir o entrecruzamento de fontes para a checagem das informações. Nos termos da perspectiva teórica à qual nos alinhamos desta pesquisa, o sistema de restrições vigente no discurso da grande mídia reivindica a “mediação” no processo de relatoria de fatos e de construção de uma “verdade”.

Atentemos agora novamente para o E3. No recorte apresentado a seguir, a enunciativa discorre sobre uma consulta com a sua ginecologista, que lhe teria revelado o “muito mais” que haveria por trás das vacinas. A médica é apresentada como alguém que tem informações credíveis, porque é um membro do exogrupo. Ela mesma faz parte de uma organização internacional ligada ao conspirador, o bilionário Bill Gates, e desde 2018 saberia

das discussões acerca da “implantação” de uma futura pandemia, atuando como uma espécie de “delatora” ao revelar tudo a uma paciente. Trata-se, portanto, de uma fonte anônima – em um duplo sentido: o seu nome não é revelado e, a julgar pelo relato, é uma pessoa comum, que fala do lugar de pertencimento, como profissional da saúde, a uma organização internacional relacionada a uma conspiração vacinista – por isso, teria informações privilegiadas, mais credíveis. É oportuno destacar que a enunciadora se refere ao teor das alegações da médica com os termos “notícia” e “informação” (“eu fiquei estarecida com uma *notícia*” e “quando você lida com a *informação*”). Assim nomeadas, essas alegações são equiparadas a um relato jornalístico, o que não só aponta para a atribuição de relevância e de novidade aos dizeres da médica, mas também imprime um efeito de verdade ao teor desses dizeres.

### E3

Bom dia, queridos. Eu quero gravar esse áudio aqui e quero tentar ser breve, mas para alertar quem estiver ouvindo. [...] Hoje pela manhã, eu fiquei estarecida com uma **notícia**... Na verdade, parcialmente estarecida, porque nós já estamos sabendo tudo que vem por aí, né? Sabemos que Jesus está voltando, mas quando você lida com a **informação** de quem está envolvida no meio é de um choque muito mais, né? Hoje eu estive na minha consulta de rotina **com uma ginecologista que me acompanha há muito tempo aqui no ABC** e conversamos sobre a vacina com ela. Eu falei: “Doutora, não vou tomar porque para mim isso daí é para colocar a doença em nós, né?”. Falei de uma forma bem simples. Ela falou: “Colocar doença? Tem muito mais por trás”. E ali ela começou a se abrir comigo, ela viu que talvez tenha sentido uma credibilidade e começou a se abrir comigo. **Ela faz parte da Inteligência Artificial Internacional, dessas reuniões que vem lá da plataforma do Bill Gates**. Ela falou que Bill Gates está, está por trás de tudo isso, está associado a todas as empresas de..., das vacinas, né?  
 – Publicação de 25 jan. 2021, às 10h55. Disponível em: <https://bit.ly/3z53BVN> (<https://perma.cc/XFG9-KUBD>).

Na grande mídia, a identificação das fontes é tratada como um direito do público e como parâmetro da confiabilidade da informação. Embora admita-se que as fontes não sejam identificadas nominalmente – é comum ouvirmos, sobretudo em programas jornalísticos de debates e comentários, formulações do tipo “fontes ligadas ao Palácio do Planalto”, “alguém próximo ao presidente”, “um assessor” –, essa prática é desencorajada por determinados veículos, sobretudo no contexto do jornalismo investigativo. Muitas vezes, o anonimato é usado sob a justificativa de preservar a integridade física do informante, em situações específicas. Obviamente, não podemos afirmar se essa foi uma preocupação que se impôs ao relato da enunciadora. De todo modo, uma eventual “checagem” das informações é prejudicada (ou impossibilitada) por se tratar de alguém cujos dados biográficos partilhados com os enunciatários são bastantes vagos – sabemos apenas que se trata de uma

“ginecologista do ABC”, entre muitas outras. Se tivéssemos contato direto com a enunciativa, a médica estaria a dois graus de separação de nós. Contudo, ela mesma é para nós anônima, desconhecida; o seu relato foi inclusive produzido originalmente em outra plataforma, e só nos chegou como resultado de uma cadeia de milhares de compartilhamentos. Tudo é vago e longínquo – vemo-nos, assim, a muitos graus de separação da médica. Tratada individualmente como provedora de uma “verdade”, a fonte anônima produz um efeito de vaguidade no discurso, o que também é característico do boato (ORLANDI, 2008).

Podemos, então, afirmar que “individualidade” e “autonomia” são semas reivindicados pelo conspiracionismo e, no que tange à legitimação dos dizeres, coagem o discurso a privilegiar fontes individuais, anônimas. Em boa parte do *corpus*, as alegações ganham um caráter testemunhal, em que a fonte é o próprio enunciador (o usuário que redigiu o *post*). Desse modo, os relatos prescindem de quaisquer mediações, colocando o sujeito em evidência enquanto instância que legitima o que é dito. É oportuno notar que, muitas vezes, os médicos e cientistas alinhados à FD antivacinas tornam-se influenciadores digitais e são alçados a certa condição de estrelato – o caso do ex-médico e hoje ativista Andrew Wakefield, que referimos anteriormente, é disso exemplo<sup>22</sup>. Essa deserção, por seu caráter ainda minoritário, destaca-se contra um pano de fundo hegemônico e pode, por isso, ser vista como um ato de heroísmo. Ao estudar a semântica global de uma revista de divulgação científica especializada, ligada a uma agência de fomento à pesquisa financiada pelo governo do estado de São Paulo, Fossey (2006) mostra como as reportagens aí publicadas falam de ciência sem constantemente remeterem aos cientistas. Quando o fazem, os nomes são sempre associados à instituição de origem dos pesquisadores ou a eventuais agências financiadoras – eles falam menos individualmente do que de um lugar legitimado pelas estruturas do campo científico. Esse apagamento individual se dá em prol de uma comunidade de pares, de onde se reforça o posicionamento de que, na ciência “normal”, o conhecimento é construído de forma coletiva, sob regras específicas. Ainda sobre essa ênfase no indivíduo, é também interessante contrastarmos que, na grande mídia, o desenvolvimento das vacinas contra o Coronavírus não foi um feito atribuído a um único cientista, mas a uma equipe ligada a uma universidade, a um laboratório, a uma empresa farmacêutica. Embora possamos afirmar que certos cientistas ligados a esse feito tenham recebido alguma cobertura midiática, como a vacinologista Sarah

---

<sup>22</sup> No contexto brasileiro recente, destacamos o movimento “Médicos pela vida” (MPV), integrado por profissionais que se engajaram na defesa do chamado “tratamento precoce” e, depois, na detração às vacinas contra o Coronavírus. Cf., por exemplo, o trabalho de Ferrari *et al.* (2022), que traçou o perfil de 276 médicos ligados ao MPV. As análises mostraram uma prevalência das especialidades de homeopatia e acupuntura entre esses médicos, quando comparada ao conjunto dos especialistas do Brasil. Alguns deles têm milhares de seguidores nas redes sociais. Rondônia é um dos estados da Federação mais representados no movimento.

Gilbert, da Universidade de Oxford<sup>23</sup>, é razoável afirmar que a maioria do público não saberia associar determinado imunizante a determinado cientista. A cobertura midiática, na esfera autorizada, fez com que as vacinas ficassem conhecidas como “vacina da Sinovac”, “vacina da Pfizer”, “vacina da Oxford-AstraZeneca” etc., designações que enfatizam a ideia de um feito coletivo.

Retomando as nossas discussões, é necessário frisar que, apesar da predominância de um caráter testemunhal nos relatos, o discurso conspiratório, no espaço discursivo e nas condições de produção aqui consideradas, pode admitir uma grande variedade de fontes, desde as referenciadas de forma bastante vaga, com sujeito indeterminado e verbos *dicendi* (por exemplo, “dizem que”, fórmula típica do boato), até as tomadas em sua extensão universal (determinado fato está de acordo com “toda a ciência”, com “todos os laboratórios do mundo”, com “todos os médicos”, com “mais de 1.000 estudos e publicações científicas” (sem especificar quais)). Tem-se, assim, um conjunto muito mais heterogêneo do que as possibilidades aceitas pelo Outro do nosso objeto, e isso também pode ser lido como um índice da estrutura holística (fragmentada, fractária) a que aludimos anteriormente. Em relação às fontes tomadas em sua extensão universal, pode-se afirmar que elas geram um efeito entrópico no discurso. Trata-se do oposto de uma função neguentrópica que se atribui à ciência (como vimos na seção 2) – função de redução da desordem, de “economia enorme na manipulação de dados” ou de “diminuição espetacular do ruído” de fundo para se chegar a uma purificação do fato científico, nos termos de Latour e Woolgar (1997, p. 141). Além disso, essa extensão universal é em certo sentido desestabilizadora: encontrada uma única ocorrência que infrinja a relação estabelecida, a proposição é refutada, ou seja, basta haver um único médico que discorde do fato relatado para que o enunciado possa ser considerado falso.

Nos constantes encorajamentos a que o enunciatário pesquise por si mesmo e “chegue às suas próprias conclusões” também podemos identificar um reforço dos semas “individualidade” e “autonomia”: “Pesquise!”, “Informe-se, investigue, estude, contraste a informação” e “pare e pense”, ordenam enunciados do *corpus* – o vídeo com a pesquisa que analisamos no E8 é exemplo de uma resposta a essas injunções. “Não irei apontar cabe a todos olhar e prestar atenção”, afirma outro enunciado. Com isso, não estamos mais em uma esfera mediada ou regulada, com regras e procedimentos de controle; a própria noção de uma autoridade à qual os indivíduos se submetem é suprimida. Cada um constrói a sua *própria* “verdade”, com base em sua *própria* “pesquisa”, por meio de uma interação entre perfis e

---

<sup>23</sup> Cf., por exemplo, a reportagem do *Jornal Nacional* “Líder da equipe que criou vacina AstraZeneca é ovacionada em Wimbledon”. Disponível em: <http://glo.bo/3TIIebs>. Acesso em: 02 out. 2022.

ditames algorítmicos que, como vimos, tende a privilegiar a homofilia, apenas referendando – raramente ou nunca contradizendo – visões de mundo já estabelecidas. É oportuno retomar o conceito de uma “eu-pistemologia”, que referimos na seção 2 – estamos perante uma racionalidade na qual os sujeitos privilegiam a experiência individual como fonte do conhecimento e da “verdade”.

Por último, analisemos agora um tema que consideramos ser específico à FD conspiratória – ou seja, cuja presença se explica por uma relação semântica privilegiada com o sistema de restrições em questão. Com regularidade, as vacinas contra o Coronavírus são apresentadas como instrumento de um cenário de “fim do mundo”, mais frequentemente com uma feição cristã. Sendo assim, em vez de uma continuidade, o discurso conspiratório reivindica uma “escatologia” centrada na ação desses imunizantes. Nessa regularidade enunciativa, podemos também identificar a reivindicação de um “secretismo” na orquestração da realidade – de um lado, teríamos uma realidade oficial, mas superficial, e, de outro lado, o seu oposto, uma realidade mais profunda, oculta e ameaçadora, não oficial, mas essa, sim, efetivamente real.

Desse modo, podemos afirmar que a FD conspiratória se ocupa muitas vezes de um conhecimento do oculto, em preterição de um conhecimento do mensurável, e rejeita a ideia de que os fatos se apresentam de forma ostensiva aos indivíduos. Os enunciados aludem, por exemplo, a um “governo das sombras” e a um “Sistema Ocultista” que realmente mandaria no mundo. Para que essa realidade oculta seja revelada, é necessário ler os “sinais” e estabelecer as correlações necessárias (ou “ligar os pontos”). Trata-se de uma restrição semântica que se limita com interpretações e procedimentos do texto bíblico. A palavra “apocalipse”, um dos principais livros do Novo Testamento, significa precisamente “revelação” – trata-se de um modo de escrever que deixa à mostra fatos e mensagens que estariam escondidas. Nesse contexto, a ideia de “revelação” remete ao ato pelo qual Deus dá a conhecer aos homens os seus mistérios e a sua vontade, entre os quais se destaca um plano salvífico para a humanidade, centrada na volta de Jesus Cristo. As vacinas são incluídas nesse cenário milenarista, de expectativa da segunda vinda de Cristo e do estabelecimento de um reino de Deus na terra que durará um milênio, de acordo com interpretações de profecias do Apocalipse. No E3, a enunciadora repete sete vezes que “Jesus está voltando” – por isso, segundo ela, é tempo de “rasgar as nossas vestes, olhar para o alto, esquecer das coisas terrenas”. Como regularidade enunciativa, a ideia de um momento de “revelação” aparece em diversos recortes do *corpus*: “E ali ela começou a se abrir comigo”, “Agora tudo faz sentido”, “Agora você entende”, “As máscaras começam a cair”. Também a ideia de que um *chip* que teria sido

inserido na vacina, presente em vários enunciados, é lida em uma chave intertextual com a Bíblia – o *chip* seria a “marca da besta”, marca essa que, mesmo adquirida involuntariamente, assinalaria a “escolha” de um dos lados no final dos tempos: o do anticristo ou o de Jesus Cristo. No E11, cujo recorte é apresentado a seguir, essa relação é mobilizada.

### E11

#### **É a marca da besta sim**

A vacina não é a marca certo?

**Não é a marca, mas** obrigou a todos.

**Não é a marca, mas** precisa provar que tomou.

**Não é a marca, mas** em alguns lugares já não pode comprar e o comerciante não pode vender.

Não é a marca, porque o anti-cristo não se revelou.

Não é a marca, porque é um teste para o que está por vir.

Não é a marca, porque não é na mão ou na testa.

Não é a marca, porque etc, etc, etc. [...]

**Falam que não é na mão ou na testa, mas pare e pense...** A picada está em seu corpo, o líquido vai espalhar por ele, será que, ao tomar a picada o líquido ficando no corpo não precisa somente de algum scanear para ver se vc tem a marca?

Exemplo: Vc toma a picada, o líquido se espalha, quando vc for entrar em algum lugar, vão usar um scanner na mão ou na testa, ou seja; a mão e a testa são lugares mais comuns para aferir se vc tem febre, como é feito hoje para entrar em shoppings, então, vai existir um scanear que vai conseguir detectar se vc tem a picada, ou marca.

[...]

O texto: Enganaria até os escolhidos é porque?

Porquê hoje os escolhidos não estão vendo do que realmente se trata essa picada, então eles acham que não é a marca, estão sendo enganados, certo?

Se o anticristo se revelou e fala pra vc levar a picada, ou qualquer outra coisa, vc não vai tomar, ou seja, não será enganado, pra ele enganar só sendo marcado antes dele aparecer, correto?

"Foi o que pensei, ficou grande, mas estou tentando ligar os pontos de tudo que está acontecendo."

– Publicação de 03 nov. 2021, às 14h34. Disponível em: <https://bit.ly/3TOjt6D> (<https://perma.cc/YQV3-ZREB>).

Começamos por notar que o E11 é iniciado de forma críptica, sem o sujeito da oração. O efeito de sentido é o da simulação de um diálogo, iniciado com a resposta à pergunta não materializada do enunciário – “as vacinas são a marca da besta?”. Embora a pergunta que se siga tenha um valor concessivo (“A vacina não é a marca certo?”), admitindo por instantes a hipótese que se rejeita, os três períodos seguintes, com base na estrutura anafórica “não é a marca, mas...”, enfatizam a absoluta rejeição à voz agonística do Outro, rebatendo os seus presumidos argumentos. O discurso conspiratório adota frequentemente essa postura proativa, que rebate as “acusações” das quais presume que será alvo, o que pode ser lido como uma assunção do caráter disruptivo e marginal desse discurso – os enunciadores enunciam como quem está constantemente sob ataque. Os quatro períodos seguintes continuam a dar voz a esse Outro sob a forma de discurso indireto livre, sem a presença de



verbo ilocutório ou *dicendi*, cuja função seria a de chamar a atenção para uma nova voz que entra no discurso. Com isso, o enunciador encena um controle não só sobre o seu próprio dizer, mas também sobre o dizer do Outro – por outras palavras, ele simula um discurso que não teme dar voz ao Outro ou sequer demarcar explicitamente a sua voz da voz do Outro, precisamente porque mostra ter sobre esta pleno domínio. Um dos argumentos rebatidos no E11 é o de que a vacina não seria a marca da besta, pois, segundo a Bíblia, essa marca seria feita na mão direita ou na testa (Ap, 13:16-18), e a vacina é administrada no braço (na maior parte do país foi assim). Para o enunciador, essa alegação é invalidada pelo argumento de que o líquido da vacina se espalha pelo corpo, sendo detectado também na mão e na testa. É também interessante notar que, em campanhas de incentivo à vacinação contra o Coronavírus que circularam na grande mídia, como a já referida campanha “Vacina Sim”, promovida pelo CVI, a marca da vacina na região do braço é tratada como uma espécie de troféu, que o vacinado pode depois exibir orgulhosamente<sup>24</sup>. No E11, essa marca é traduzida como sinal indelével de uma escatologia, capaz de definir o destino do sujeito no fim dos tempos. Nesse contexto, a reiteração do termo “picada”, que remete a ferimento, sendo, por exemplo, sinônimo de mordida de inseto ou de cobra, reforça um efeito de sentido ameaçador. Por fim, o enunciatário enfatiza a ideia de que os “escolhidos” de Deus estariam sendo enganados ao serem obrigados a tomar a vacina e, assim, ao receberem a marca do anticristo antes da sua vinda. O único modo de se desviar desse destino terrível seria tomando conhecimento da “verdade” *oculta revelada* por enunciados como esse. Com isso, podemos afirmar que o discurso conspiratório reclama para si um estatuto demiúrgico e profético, representando ele mesmo um plano salvífico para aqueles que a ele aderem.

#### 4.1.2 Vocabulário e estilização da escrita

Conforme já foi adiantado, consideramos nesta pesquisa que uma operação fundamental para a constituição do discurso conspiratório à volta das vacinas contra o Coronavírus é a da rejeição de uma versão oficial chancelada pela mídia; essa versão é, então, “lida” por esse discurso, acordo com as suas próprias categorias, como intencionalmente mentirosa e manipuladora. Nesse reconhecimento bifurcado, a FD em questão reclama para si a autoridade de dizer a “real verdade dos fatos”, desvelando o que estaria propositalmente

---

<sup>24</sup> Conferir, por exemplo, o segundo 39 do vídeo da segunda fase da campanha “Vacina Sim”, divulgado em fevereiro de 2021. Nele, uma participante da campanha (a atriz Fernanda Montenegro) aparece virada de lado para a câmera e aponta sorridente com o dedo indicador para a região do braço onde a agulha é inserida. Disponível em: <https://bit.ly/3lkeWkr>. Acesso em: 02 out. 2022.

oculto das vítimas (os que não conspiram). Desse modo, podemos afirmar que a manifestação da certeza em relação aos seus próprios enunciados deve ser um dos traços semânticos desse discurso. Por outras palavras, o discurso que analisamos reivindica o sema “certeza”, ao passo em que rejeita a “dúvida” na formulação das suas alegações. Uma análise dos vocábulos associados a modalizadores discursivos pode revelar dados importantes para confirmar essa nossa hipótese.

Dall’Aglío-Hattner (1996) define a modalidade epistêmica como sendo conjunto de recursos linguísticos por meio dos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade de uma proposição. Para estudar a modalização, podem ser considerados fatores como um efeito (des)comprometimento do falante e a explicitação ou ocultação da fonte do conhecimento. Conforme nota a autora (1996), a língua portuguesa dispõe de uma grande variedade de meios para expressar uma gradação entre os extremos “certo” e “possível”. Além disso, é importante notar que a modalização é um fenômeno que se processa em vários níveis da organização da linguagem, ou seja, em diversos itens lexicais modalizadores (substantivos, verbos, adjetivos, advérbios e locuções). A mobilização dessas considerações, próprias de uma abordagem funcionalista da língua, pode ser vista como uma incongruência teórica em uma pesquisa alinhada à AD. Contudo, não julgamos ser esse o caso, uma vez que tais considerações não nos levam a perder de vista os demais conceitos aqui mobilizados. Tomemos, então, como exemplo outro recorte do E2. Ele foi publicado em fevereiro de 2021, mas, conforme se lê alhures, foi redigido antes, em 28 de julho de 2020.

## E2

Mais de 90 % das receitas hospitalares em **todo** o mundo de casos respiratórios agudos (incluindo **todos** os catalogados como covid-19), correspondem a pessoas que tinham sido administradas a vacina antigripal nos meses anteriores. Isso inclui as mortes produzidas em casa de idosos.

O chamado vírus sars-cov-2 ainda não foi isolado e sequenciado em **nenhum** laboratório do mundo, de acordo com o único procedimento científico usado e autorizado para isso; ou seja, o “protocolo de Koch”. Nem foi isolado e sequenciado no famoso laboratório de Wuhan, China. **Tudo o que lida com a ciência do mundo** em torno deste patogênico, é um “suposição de vírus”, pois a sua existência só foi comprovada hoje (**28 de julho de 2020**).

Se existe um vírus capaz de produzir a patologia chamada “covid-19”, a **evidência científica esmagadora** (mais de 90 % dos casos registrados e das mortes produzidas) indica, **sem dúvida**, que esse suposto vírus foi inoculado através da vacina antigripal. E, se o **suposto** vírus não existe como tal, o que se chama de covid-19, é simplesmente a reação adversa à vacina antigripal, que é, em si, um efeito intencionalmente projetado por meio da engenharia farmacêutica e genética.

A vacina antigripal é uma vacina **totalmente** desnecessária. Os vírus da gripe mutam permanentemente de estação na estação. Vacinar contra vírus que já não existem, não faz sentido nem efeito imunitário.

Porque o sars-cov-2 ainda não pôde ser isolado e sequenciado, é **impossível** desenvolver uma vacina que imunize contra um vírus que nenhum laboratório do mundo possui. Pela mesma razão, também não é possível desenvolver um teste que

o detecte. Os testes utilizados possuem uma **ineficácia de 100 %** (ou uma eficácia de 0 %). O teste PCR (Polymerase Chain Reação) não mede carga viral. Este teste reage positivo a dezenas de milhares de organismos, substâncias, elementos e presenças diferentes. **Nenhum** resultado positivo pode ser considerado real. Porque a sua eficácia é de 0 % e que o **suposto** sars-cov-2 ainda não foi isolado e sequenciado, **todos** os resultados " positivos " produzidos no mundo, devem ser rejeitados.

A vacina contra o vírus inexistente sars-cov-2 que se desenvolveu e se tenta implementar em todo o mundo, é um ARNM (Ácido Ribonucleico Mensageiro). Esta vacina REESCREVA Literalmente o ADN humano. Isso significa que a pessoa que recebe esta vacina DEIXA DE SER UM SER HUMANO **PARA SEMPRE!!!** Os efeitos deste procedimento são **todos** catastróficos e imprevisíveis. Se se reproduzir, a pessoa **pode** procriar ghouls monstruosos. A vacina contra o covid-19 é um genocídio mundial programado. Normalmente, o desenvolvimento de uma vacina eficaz leva até 10 anos de pesquisa, experimentação, fases e verificações. [...] Os médicos, virologistas, infectólogos, epidemiologistas e cientistas mais proeminentes do mundo, concordam todos que não existiu nenhuma pandemia global de sars-cov-2 / covid-19. [...]

– Publicação de 23 fev. 2021, às 19h30. Disponível em: <https://bit.ly/3h15EDf> (<https://perma.cc/AXM4-759K>).

Esse enunciado está redigido integralmente no modo indicativo (“Mais de 90 % das receitas hospitalares [...] *correspondem* [...]”, “A vacina antigripal é uma vacina totalmente desnecessária”, “o chamado vírus sars-cov-2 ainda não *foi* isolado”), um modo verbal geralmente associado à expressão de um fato em sua certeza, quer se reporte ao presente, ao passado ou ao futuro. Ao afirmar que “mais de 90 % das receitas hospitalares em todo o mundo de casos respiratórios agudos (incluindo todos os catalogados como covid-19), correspondem a pessoas que tinham sido administradas a vacina antigripal nos meses anteriores”, a possibilidade de ocorrência desse estado de coisas não é descrita como provável ou possível, mas como certa, um padrão que se estende por todo o enunciado. Também não encontramos marcas modalizadoras do comprometimento do enunciador com relação à verdade das proposições que ele apresenta, o que poderia ser feito com predicados adjetivais como “é possível” ou “é provável” ou com formas verbais como “eu creio”, “eu acho”, “eu penso que”, formulações que diminuiriam o grau de assertividade do enunciado. As proposições constituem a descrição de situações externas que o enunciador apresenta como objetivas e certas – ou seja, não se diz “é possível que o vírus não exista” ou “eu acho que o vírus não existe”, mas sim “o vírus não existe”. Predomina, desse modo, uma modalidade epistêmica assertiva, com expressões que reforçam a certeza da verdade (em relação enunciados do endrogrupo) e da não verdade (enunciados do exogrup): “*sem dúvidas*”, o vírus foi inoculado através da vacina antigripal; e “*é impossível*” desenvolver uma vacina contra esse vírus. Por outras palavras, não há manifestações de comprometimento do falante em relação à verdade do seu enunciado, o que gera um efeito de sentido de distanciamento e, com isso, dá-se autoridade maior às declarações. Modalizadores do possível, que indicam uma

tentativa do enunciador de diminuir a responsabilidade do que é dito, aparecem apenas em “Se se reproduzir, a pessoa *pode* procriar ghouls monstruosos” e no adjetivo “suposto” (“suposto vírus”, “suposto sars-cov-2”). O uso desse adjetivo pode ser visto como o modo possível de admitir, no discurso do Mesmo, esse corpo estranho que é o Outro e, simultaneamente, distanciar-se dele. O “suposto” inverte a legitimidade das versões: ao ser tratada como mera especulação, a versão oficial é infirmada, o que reforça a versão do enunciado (segundo a qual o vírus não existe). Chama também a atenção o caráter categórico das afirmações, com o uso de vocábulos e expressões como “tudo”, “todos”, “totalmente”, “nenhum”, “evidência científica esmagadora”, “ineficácia de 100 %” e “para sempre”. Trata-se de uma forma de enunciar que, a todo momento, desconhece relativizações, reafirma certeza e convicção incondicionais e parece esgotar as possibilidades de sentidos outros.

Em relação aos meios de justificativa da modalização, entendidos como o tipo de evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado, é necessário notar que o falante pode, por um lado, indicar a fonte do saber, oferecendo ao seu enunciatário a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade da proposição, ou, por outro, pode não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for de domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que se trata um conhecimento compartilhado por todos (DALL’AGLIO-HATTNER, 1996). No recorte apresentado, o falante se assume como a fonte da informação, apresentando as proposições como verdades compartilhadas ou evidentes. A remissão a terceiros como meio de justificativa ocorre em apenas dois momentos: quando o enunciador assevera que toda “a ciência do mundo” à volta do Coronavírus trabalha com a hipótese de que o vírus não existe e quando afirma que os “médicos, virologistas, infectólogos, epidemiologistas e cientistas mais proeminentes do mundo” concordam que a pandemia não existiu. Em ambos os casos, estamos perante formulações que podem ser consideradas vagas ou “caóticas” (vide o efeito de sentido da extensão universal discutido anteriormente). A primeira formulação dificulta a avaliação da confiabilidade das proposições – não sabemos quem seriam esses profissionais que o enunciador considera os “mais proeminentes do mundo”. Nesse sentido, o efeito de distanciamento suscitado pelo baixo número de modalizadores epistêmicos não anula o caráter testemunhal do relato – a fonte implícita de boa parte das alegações é o enunciador, o que pode ser lido como um reforço do sema “individualidade” a que já aludimos em 4.1.1.

Em outros enunciados das comunidades pesquisadas, encontramos um funcionamento semelhante ao do E2. A coerção do sema “certeza”, reivindicado pelo discurso conspiratório, dá vazão a poucos registros de dúvida e a enunciadores bastante convictos de

seus relatos, inclusive quando estes assumem um caráter preditivo, situando acontecimentos em um futuro mais ou menos longínquo – por exemplo, um enunciado do *corpus* (o E25, que analisaremos adiante) começa por afirmar que “Eles vão nos matar até 2030”, uma referência à Agenda 2030 da ONU. Não queremos, com isso, afirmar que, no discurso do Outro – a grande mídia –, não possamos também identificar construções semelhantes, no que se refere, por exemplo, ao uso do modo indicativo e à ocorrência de modalizadores epistêmicos. Conforme afirma Maingueneau (2021b), no estudo do vocabulário, concebido como plano da semântica global, não se trata de identificar um léxico que seria específico de um discurso, nem de tomar as palavras em seu estrito valor semântico, mas, sim, de considerar os sentidos suscitados pelas unidades lexicais no interior de cada posicionamento, tendo em vista as restrições semânticas aí vigentes. Podemos afirmar que a “certeza” constitui como que o ideal semântico do conspiracionismo no espaço discursivo aqui em questão em virtude do reconhecimento bifurcado a que aludimos de início – trata-se de um discurso que reconhece apenas o endogrupo como legítimo e verdadeiro e que assume a tarefa de desvelar as mentiras do seu Outro, anunciando, assim, a “real de verdade dos fatos”. Nesse contexto, tudo que possa falsificar as alegações do endogrupo é visto como instrumento da própria conspiração, cujos elos causais estariam ocultos. Já a grande mídia, no espaço discursivo aqui considerado, convive melhor com a dúvida e com o estabelecimento de nuances. Grandes veículos como a *Folha de S. Paulo* mantêm seções como “erramos” e “cartas dos leitores”, que podem inclusive pôr em xeque os enunciados desse jornal. Ao reportar um estudo científico sobre determinada vacina, um jornalista de um veículo como esse pode referir que os dados obtidos apontam em determinada direção, mas não são suficientemente conclusivos, sendo necessários mais estudos para sanar as dúvidas. Por exemplo, em uma matéria de dezembro de 2020, ao responder à pergunta “As vacinas contra Covid-19 não acabarão com a pandemia?”, esse jornal afirma que ainda não se sabe “quanto tempo a imunidade conferida pela vacina vai durar” (FOLHA DE S. PAULO, 2020, on-line). Em outra pergunta da mesma matéria, o veículo refere ainda que “toda vacina tem riscos e causa reações adversas”. Todos esses procedimentos estão de acordo com o sistema de restrições desse Outro, pois, embora também reivindique para si a tarefa de reportar a “verdade” no espaço discursivo aqui considerado, a mídia corporativa ainda opera sob um reconhecimento multívoco e na interlocução com o sistema de peritos da ciência, que integra a dúvida e a incerteza ao próprio fazer científico.

Conforme acabamos de referir, na perspectiva teórica aqui adotada, não se fala em vocabulário desse ou daquele discurso, como se cada um apresentasse um léxico que lhe fosse

próprio. Segundo Maingueneau (2021b, p. 80), “o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais”. Tomemos, por exemplo, o vocábulo “pesquisa”. Conforme já adiantamos, nos enunciados do *corpus*, o enunciatário é frequentemente interpelado a fazer a sua própria pesquisa (“pare e pense”, “pesquise!”, “investigue”, “estude”, “questione-se sempre!”). Na ciência dita “normal”, que circula esfera autorizada e na qual em grande parte a grande mídia se baseia para fundamentar as versões oficiais relativas ao espaço discursivo aqui considerado, “pesquisa” remete a uma prática altamente regulada, formalmente documentada e sujeita a procedimentos metodológicos compartilhados. Por exemplo, conforme explica Cesarino (2021b), no contexto das ciências naturais, um ensaio experimental deve obedecer a uma série de regras: deve ter controle das variáveis, de modo a separar os efeitos da substância sendo testada dos efeitos de qualquer outro fator (medicamentoso, genético, ambiental etc.); deve ser randomizado, para separar o efeito placebo dos efeitos da substância-alvo; deve ser duplo-cego, para que os pesquisadores não saibam quem recebeu o princípio ativo e quem recebeu um placebo; deve ser revisado por pares, de uma maneira em que tanto o autor do artigo não saiba o nome dos revisores (ou pareceristas), quantos estes também não saibam quem redigiu o texto sob avaliação; depois dessa revisão, deve ser publicado em periódicos reconhecidos pela comunidade da especialidade em questão, para garantir a reprodutibilidade e a validação social do estudo. Trata-se de uma empreitada coletiva<sup>25</sup>, em que fatores como o risco de vieses e a qualidade das evidências são levados em consideração. Já no universo de sentidos instaurado pelo discurso conspiratório, podemos afirmar que “pesquisa” é entendida como uma prática individual, que prescindem da mediação por terceiros e abarca *quaisquer procedimentos* que permitam aos indivíduos “despertar” para a “verdade” sufocada pela mídia tradicional. Nesse contexto, um espírito questionador e inquieto é validado positivamente como a postura ideal para não cair na manipulação midiática. Emerge disso uma epistemologia personalizada, centrada na experiência pessoal e nos sentidos imediatos (a visão e audição, por exemplo) como formas de verificação. Por exemplo, em certa passagem do E13, cujo recorte analisamos em seguida, o enunciador afirma: “Tem todas as informações [sobre um projeto global de redução populacional via vacinas] na internet, *pesquise* vídeos dublados de David Eick, Dr. Andrew Kaufman, Flavio Valle”. Os procedimentos do vídeo que analisamos no E8, a respeito de supostas mortes súbitas em decorrência das vacinas contra o Coronavírus,

---

<sup>25</sup> Ao tentar responder à pergunta “por que confiar na ciência?”, Naomi Oreskes (2019) afirma que a força da ciência não está no método científico (pois não existe um infalível), mas no fato de a construção do conhecimento científico ser coletiva – a ciência é confiável, na medida em que os seus resultados advêm dos esforços de uma comunidade aberta à crítica e à correção mútuas.

constituem outro bom exemplo do que ora estamos definindo como “pesquisa”. Trata-se de um “experimento” que pode ser replicado imediatamente, em tempo real (“Vai lá no *Twitter* agora”, ordena o enunciador), por qualquer pessoa com acesso à Internet, prescindindo de quaisquer mediações – diferentemente da ciência dita “normal”, em que a pesquisa é um processo lentificado, que passa por inúmeras etapas e procedimentos padronizados.

Na FD em questão, o termo “pesquisa” está, portanto, positivamente associado à autonomia intelectual em atividades como assistir a determinados vídeos, fazer buscas na Internet ou simplesmente ler a *timeline*. Não por acaso, a frase “A alienação é em massa, mas o despertar é individual” é um dos lemos das páginas e dos grupos de *Facebook* nos quais imergimos. Trata-se, ainda, de um processo dirigido e orientado pela deferência ao endogrupo – quando os enunciadores do *corpus* instam os indivíduos a fazerem as suas próprias pesquisas, subentende-se que eles estejam plenamente convictos de que as conclusões obtidas serão aquelas que chanceladas pelos seus próprios enunciados, em virtude de uma concepção monolítica projetada sobre *a sua própria verdade*. O que se pretende, então, é *confirmar* as alegações conspiratórias. Nesse aspecto, o tratamento semântico que o termo “pesquisa” recebe nessa FD também difere substancialmente do tratamento que lhe dá o Outro. De fato, com base no princípio popperiano da falseabilidade, a pesquisa “normal” procura não apenas evidências de que uma dada proposição ou teoria esteja certa, mas sobretudo de que ela esteja errada. Além disso, não se pode descartar o viés de confirmação de uma pesquisa conduzida no ecossistema da Internet plataformizada, feita para produzir algoritmicamente realidades personalizadas e homofílicas. Essa interpretação do que seja “pesquisa” (ou do que se admite como tal) mostra um alinhamento aos semas “individualidade” e “autonomia”.

Atentamos agora para o termo “globalismo” (e seus derivados, como “globalista”). Podemos considerar esse lexema um ponto de cristalização semântica do discurso conspiratório, no espaço discursivo aqui considerado. Trata-se do correlato negativo de “globalização”, o que estabelece uma dicotomia semelhante à existente entre vocábulos como “homossexualidade” e “homossexualismo”. Na primeira palavra, o sufixo “-dade” designa um comportamento, enquanto, na segunda, o sufixo “-ismo” remete a uma enfermidade, uma doença psíquica que esteve registrada no Código Internacional de Doenças (CID) até 1990 – não à toa, o termo é ainda hoje usado em posicionamentos homofóbicos. Na esfera autorizada, podemos afirmar que “globalização” remete a uma integração econômica, política, social e cultural entre os diversos países. No discurso conspiratório, em termos gerais, essa “integração” é traduzida como “dominação” – o globalismo faz, assim, referência a uma dominação em escala global que culminaria na emergência de uma Nova Ordem Mundial,

centrada na imposição de governo único e ditatorial. No discurso do Outro, a “integração” pode ser lida como resultado de uma interação entre fatores múltiplos e complexos, desde o desenvolvimento dos meios tecnológicos propícios para tal até a defesa do livre mercado em um contexto de hegemonia capitalista em escala mundial; no discurso conspiratório, essa “integração” é interpretada como um projeto de dominação, como algo deliberado, associado a um conjunto de intenções maléficas. Essa percepção isola, de um lado, uma elite conspiradora, um “governo das sombras” com poderes ilimitados, e, do outro, os inocentes, vítimas indefesas desse plano de dominação totalizante, do qual as vacinas contra o Coronavírus seriam apenas mais um instrumento. Podemos afirmar que, nos enunciados do *corpus*, “globalismo” figura como um lexema guarda-chuva para *tudo que há de mal no mundo* ou que represente uma ameaça às crenças e às tradições defendidas pelo indivíduo, podendo aparecer associado ao comunismo, à perseguição religiosa, à supressão dos “valores da família”, à redução populacional etc. Nessa polissemia, é possível identificar a ação de um reconhecimento bifurcado do mundo, de uma visão escatológica do destino da humanidade e dos semas “holismo”, “intencionalidade”, “individualidade”, “secretismo” e “certeza” – trata-se, por isso, de um ponto de cristalização semântica. Vejamos, por exemplo, o E12.

#### E12

Essas milhares de luzes no céu escuro que a humanidade viu pela tv ou nas redes sociais não são alienígenas. O **globalismo vai fazer a humanidade acreditar que são seres de outros planos**, enquanto à população fica procurando disco voador, há 6 meses, estão colocando satélites em órbita na atmosfera, são do empresário, bilionário Elon Musk, esses serão os roteadores das antenas da internet 5G.

Há muitos anos, os Chemtrails, pra quem não sabe, aviões que espalham rastros químicos, pulverizando alumínio, mercúrio, contaminando o ar e a água.

Seremos atacados por guerras nucleares biológicas e nanotecnológicas pelos globalistas satânicos!

O Projeto de Redução Populacional já tem mais de 50 anos de planejamento, o palco está sendo montado. Enquanto distraem o povo, discutindo se tomarão a cloroquina ou tubaína, nosso coração não aguentará essa carga energética radioativa.

A agenda 2030 será cumprida. **A redução populacional já está sendo colocada na prática.**

Não existe vírus, o resultado do exame é uma farsa, esse sintoma de gripe que à população já tem ou vai ter será por causa dessa radiação.

Essas vacinas financiadas pelo Bill Gates juntamente pela OMS, bem como George Soros, Rockefelleres Rothschildes, família Real, esses reptilianos pedófilos (pesquise a vida desses idiotas) eles financiam esses venenos que serve para dizimar à população.

– Publicação de 24 maio 2020, às 10h13. Disponível em: <https://bit.ly/3gRxmlT> (<https://perma.cc/29WB-HA96>).

Nesse recorte, a ação do globalismo aglutina aspectos tão diversos quanto alienígenas, roteadores de antenas da Internet 5G, aviões que pulverizam alumínio e mercúrio, carga energética radioativa, genocídio programado há mais de 50 anos e vacinas contra o



Coronavírus. Trata-se de um modelo capaz de prover uma explicação totalizante para a realidade (“holismo”), estabelecendo correlações entre uma multiplicidade de cenários e agentes (“intencionalidade”) e, assim, desvelando os elos que foram ocultados (“secretismo”) das vítimas pela grande mídia. É oportuno notar que, nos minutos iniciais de um vídeo sobre o globalismo, que acompanha o E25 do *corpus*, o narrador afirma: “Estou trazendo agora uma informação *global*, uma informação *total*, uma informação *ampla* sobre o que está acontecendo neste planeta Terra” (grifos nossos). Essa explicação, por ser totalizante, gera um efeito de “certeza” que estabiliza um mundo incrivelmente complexo e heterogêneo e é capaz, assim, de aplacar as inquietações de cada indivíduo. Segundo o E12, os globalistas seriam “satânicos”, um adjetivo que os associa à figura personificadora do mal no ideário cristão. No livro do Apocalipse (12,9), Satanás é caracterizado como “o que lubridia o mundo inteiro”, aquele, no fim dos tempos, “será liberto da sua prisão e sairá para enganar as nações nos quatro cantos do mundo” (Ap, 20,7-8). Com base em versículos como esses, em alguns enunciados, a Nova Ordem Mundial (ou o globalismo) pode ser interpretada como a concretização de uma profecia bíblica. Ainda a respeito do tratamento semântico de determinados vocábulos, atentemos agora para outro recorte do E2 apresentado a seguir.

## E2

Estes são os componentes das vacinas antigripais, de acordo com todos os laboratórios do mundo que as analisaram:

- Timerosal (Mercúrio).
- Etanol (anticongelante).
- Polissorbato 20 e 80.
- Tintura de alumínio.
- Formaldeído.
- Alumínio.
- Acetona.
- Álcool.
- Bário.
- Bactéria E. Coli.
- Culturas pulmonares de fetos humanos abortadas.
- Culturas de Células Diplóides de fetos humanos abortadas (WI 38 e MRC-5).
- Proteína de galinha.
- Albumina humana.
- Soro Fetal Vacino.
- Tecido muscular bovino.
- Albumina de soro Vacino.
- Proteína de Ovo de Galinha.
- Células de Rim de Macacão.
- Gelatina suína.
- Arginina suína.
- Soro e proteína de bezerro.
- Células embriônicas de Cobayo.
- DNA de Coronavírus de Porco.
- Bacteriana Celular e Proteína Viral de Insetos.
- Proteína e DNA Celular de Rins de Cachorro.

- Solução de Extratos Vacinos.
- Dextrosa.
- Cloreto de sódio, potássio e magnésio.
- Gelatina.
- Caseína.
- Glicose.
- Frutose.
- Detergente.
- Proteína de fermento.
- Sacarose (açúcar).
- Você sai e açúcares.
- Fosfato de sódio.
- Outros elementos estranhos vários não identificáveis.

Mais de 90 % das receitas hospitalares em todo o mundo de casos respiratórios agudos (incluindo todos os catalogados como covid-19), correspondem a pessoas que tinham sido administradas a vacina antigripal nos meses anteriores. Isso inclui as mortes produzidas em casa de idosos. [...]

– Publicação de 23 fev. 2021, às 19h30. Disponível em: <https://bit.ly/3h15EDf> (<https://perma.cc/AXM4-759K>).

O enunciado lista uma série de supostos ingredientes que comporiam as vacinas antigripais, de acordo com “todos os laboratórios do mundo” que as analisam. Em primeiro lugar, chama a atenção o caráter heterogêneo dos itens listados – que inclui desde compostos químicos a células e tecidos de diversos animais (boi, galinha, inseto, macaco, porco), tecidos humanos e uma bactéria. Ao leitor leigo e não especializado, a maior parte desses itens é desconhecida e soa estranha e enigmática – o que seriam, por exemplo, “polissorbato”, “formaldeído”, “dextrosa”, “solução de extratos vacinos”, “álbumina de soro vacino” ou “células diplóides” do tipo “WI 38 e MRC-5”? Alguns desses significantes são inclusive de difícil pronúncia, quer pela sua extensão quer pela combinação inusual de grafemas. Já os ingredientes cuja natureza/procedência o enunciatário consegue identificar soam repulsivos e podem gerar medo e asco ou ainda suscitar questionamentos éticos. De fato, a inclusão, em uma vacina antigripal, de uma bactéria, que o senso comum associa a doenças, pode ser recebida com receio. O mesmo acontece com a presença do próprio Coronavírus na lista. Um ingrediente como a gelatina suína, extraída da pele do porco – um animal comumente associado à pouca higiene –, pode gerar nojo. O uso de cobaias animais na ciência é um alvo perene de debates, visto por alguns como uma prática cruel e repreensível. Já a alusão ao uso de “fetos humanos abortados” mexe em um “vespeiro”, um assunto particularmente sensível na sociedade brasileira, país que tem uma das legislações mais restritivas do mundo em relação ao aborto. Todos esses elementos reforçam a associação das vacinas não só a algo repulsivo e perigoso, mas também reprovável do ponto de vista ético. Em algum momento, o leitor pode se perguntar: para que servem tais compostos?, como age cada um deles?, por que e como são utilizados nas vacinas antigripais? O enunciador não esclarece essas questões – o

que poderia talvez atenuar o estranhamento, o medo, o nojo etc. –, limitando-se a listar os componentes em uma ordem aparentemente aleatória – o que contribui para reforçar a impressão de uma heterogeneidade esdrúxula. Se esses mesmos itens fossem referidos em um veículo da grande mídia, em uma reportagem sobre vacinas, é razoável supor que o uso de pelo menos alguns deles fosse explicado de forma acessível ou contextualizado para um público médio que se supõe leigo. No caso do E2, pode-se afirmar que os termos são listados sem explicação, pois a ênfase está naquilo que eles presumidamente despertam no enunciatário (medo, repulsa, reprovação etc.); é esse desconhecimento que ajuda a reforçar certos efeitos visados. Por isso, a afirmação “Outros elementos estranhos vários não identificáveis” soa quiçá ainda mais amedrontadora (o que não é passível de sequer ser nomeado suplanta em ameaça o que é conhecido).

Enquanto regularidade enunciativa, a menção a uma profusão de termos técnicos ou de uso menos corrente sem um esclarecimento do seu significado ou sem uma contextualização gera uma obscuridade que se opõe a um ideal de clareza perseguido pelo discurso midiático tradicional. O uso de “cobayo” no E2, um vocábulo espanhol para o qual há um correspondente de uso comum em português (porquinho-da-Índia), aponta precisamente para essa falta de compromisso com a inteligibilidade do enunciado – adiante nesse mesmo enunciado, “*ghouls*” é outro termo estrangeiro usado sem tradução ou esclarecimento do seu significado. Assim, consideramos que esse tratamento semântico que o vocabulário recebe é um índice do funcionamento do sema “secretismo” reivindicado pelo discurso conspiratório – uma assimilação, no plano vocabular, do “mistério” que orchestra a realidade. Por outras palavras, o conspiracionismo não só atribui à realidade um caráter oculto, rejeitando a “ostensividade”; ele incorpora o mistério ao seu próprio modo de enunciar. O recorte do E9 a seguir é outro exemplo do uso termos e expressões pouco comuns sem esclarecimento ou contextualização.

#### E9

👉🇧🇷 NÃO TOMEM V4C1N4S.. NENHUMA! 🇧🇷

👉 ESTÁ TUDO NA NOSSA CARA: CH1N4 FABRICOU O VÍRUS, MANDARAM FORJAR MUITAS MORTES PARA C0V1D > TRÁFIC0 DE ÓRGÃ0S (AUMENTO DAS ESTATÍSTICAS, ASSALTO AO DINHEIRO DA NAÇÃO), VENDEU A V4C1N4 PARA ACABAR COM MAIS UMA LEVA DA POPULAÇÃO > R3DUÇÃO P0PUL4CI0NAL (AGENDA DA NOM NAS PEDRAS GUIAS DA GEÓRGIA), A EL1T3 MUND14L QUER O OURO E PEDRAS PRECIOSAS DO BRASIL (RAT4N4BÁ), QUER A NOSSA ÁGUA POTÁVEL, QUER AS NOSSAS TERRAS RICAS EM MINERAIS..

👉 DÓRIA, É O PORTA VOZ E SECRETÁRIO CH1N3S NO BRASIL, MONTOU UM ESCRITÓRIO EM XANGAI, PERTINHO DE WUHAN, EM AGO DE 2019, JÁ SABIA DE TUDO, TUDO FOI COMBINADO COM O PC C CH1N3S,

COMUNIST4S, GL0B4L1ST4S = EL1TE MUNDI4L (C4B4L4 N3GR4, ILLUM1S, ETC), ORDENOU O LOCKDOWN (QUEDA DA ECONOMIA, CHIN4 COMPRANDO BARATO PROPRIEDADES DE PESSOAS QUE QUEBRARAM DURANTE O LOCKDOWN, DÓRIA VENDENDO TERRENOS ESTADUAIS AOS CHINESES, OU SEJA, ENFIAR OS CHINESES AQUI LEGALMENTE > IMPLANTAR O COMUNISMO NO BRASIL NA MARRA!) [...]

🔴🔴🔴 QUEREM NOS MATAR !!! 🔴🔴🔴 [...]

– Publicação de 18 jan. 2021, às 22h22. Disponível em: <https://bit.ly/3DT1iXR> (<https://perma.cc/KG7V-99XS>).

Antes de voltarmos a nossa atenção para a exploração semântica do vocabulário no E9, comecemos por notar que o recorte lista uma profusão de supostos fatos, aglutinados por uma sucessão de sinais de “>”, que fazem as vezes de uma espécie de seta, “desenhando” as correlações estabelecidas (“disso decorreu isto”) e substituindo conjunções. Essa sucessão de fatos correlacionados culminaria na implantação forçada (“na marra”) do comunismo no Brasil, o que aponta para uma crença na infalibilidade das ações dos agentes conspiradores também encontrada em outros enunciados do *corpus* – ou seja, trata-se de uma regularidade enunciativa. Essa crença ativa a verossimilhança da alegação de que um governador de estado teria, sozinho, a capacidade de instaurar uma nova ordem socioeconômica (a comunista) no nosso país, por meio da venda de terrenos a cidadãos estrangeiros. Na FD em questão, os semas “intencionalidade” e “secretismo” recobrem a interpretação acerca da atuação dos conspiradores, no sentido de considerá-la algo investido por uma força oculta infalível, orientado de forma implacável à concretização do plano maligno. Em outros momentos, vemos que as teorias analisadas não hesitam em atribuir erros básicos aos conspiradores, como referimos a propósito da análise do E4 – em vez de desenvolver o plano maligno de forma secreta, o que ajudaria na sua execução, os conspiradores escolhem revelá-lo em uma cerimônia vista por milhões de pessoas, permitindo que os enunciados analisados nesta pesquisa “desvelem” a “real verdade dos fatos” e possivelmente até atrapalhem a plena concretização desse plano.

Conforme adiantamos, o E9 faz a referências a termos e expressões pouco comuns, tais como “AGENDA DA NOM”, “PEDRAS GUIAS DA GEÓRGIA”, “RAT4N4BÁ”, “ILLUM1S” e “C4B4L4 N3GR4”. Essas referências pressupõem um enunciatário iniciado na “gramática conspiratória” para dar sentido a essas alusões que podem soar estranhas e enigmáticas a um leigo, reforçando o sema “secretismo”. Apenas a menção a “pedras guias da Geórgia” é explicada em duas figuras que acompanham o *post*. Esse enunciado está também integralmente escrito em caixa alta (letras maiúsculas), o que constitui de uma regularidade enunciativa no *corpus*. Na etiqueta da Internet, o recurso a esse tipo de estilização da escrita

está associado ao ato de gritar. O efeito de sentido, neste caso, é o de uma enunciação exaltada, o que se justifica pela urgência em dar a conhecer esta “verdade”: “querem nos matar!!!”. O uso de pontos de exclamações triplos e de elementos paralinguísticos, como o *emoticon* representativo de sirenes de polícia, também contribui para reforçar esse efeito. Podemos também notar que o enunciado alterna entre frases nominais curtas e orações coordenadas assindéticas (sem conjunções), muitas das quais com sujeito elíptico. O sinal de “=”, usado para substituir um verbo, é outra marca de uma preocupação com a brevidade do enunciado. Essa escrita telegráfica impõe um ritmo acelerado ao texto, simulando uma enunciação ofegante, que também suscita um efeito de sentido de urgência. Todos esses elementos estão de acordo com o sistema de restrições vigentes no discurso conspiratório, que opera segundo um reconhecimento bifurcado: há pressa em desmentir as “mentiras” da grande mídia, instância cuja legitimidade não se reconhece, e em difundir a “verdade” (da qual o enunciador tem plena “certeza”), pois o que está em jogo é a própria sobrevivência da humanidade. Nesse e em outros enunciados do *corpus*, como o E13 apresentado a seguir, chama também a atenção a predominância de vocábulos e expressões disfóricos.

### E13

Doria impõe obrigatoriedade das vacinas para covid a todos os cidadãos do estado de São Paulo. Uma vacina a qual não sabemos seus efeitos colaterais, na Inglaterra um jovem está **tetraplégico**, na China dizem que houve 2034 mortes de cobaias por efeitos adversos [...]. Ninguém sabe o efeitos a longo prazo; **cânceres, esterilidade, aceleração do mal de Alzheimer** são alguns dos efeitos colaterais que alguns cientistas já citaram, Essa vacina é um tiro no escuro. Pra mim essa vacina é **eugenista** e como a idéia é essa mesma os primeiros escolhidos serão os da 3 idade ,pra dar uma enxugada na previdência. Em uma palestra para um pequeno público Bill Gates discursa: "sim no início das primeiras vacinações para o covid haverá algumas mortes isso será normal"....[...] O Brasil virou campo de testes para vacina infelizmente. Quem puder **fujam para as montanhas para os campos para as praias para lugares mais isolados do Brasil .A GUERRA COMEÇOU. AS VACINAS COM TODA CERTEZA SERÃO LIGADAS AO CPF ,QUEM NÃO TOMAR NÃO VAI CONSEGUIR FAZER MAIS NADA, NEM PASSAPORTE, NEM CONTA EM BANCO ,NEM SACAR FGTS ,NEM PRESTAR CONCURSOS E MUITAS OUTRAS COISAS .FUJAM ENQUANTO É TEMPO.**

– Publicação de 16 out. 2020, às 20h20. Disponível em: <https://bit.ly/3SKDWYx> (<https://perma.cc/D9JH-TJ4D>).

Termos como “mortes”, “genocídio”, “cadáveres”, “doenças”, “Satanás”, “fim dos tempos”, presentes em outros enunciados, harmonizam-se com a menção a “tetraplégico”, “cânceres”, “esterilidade”, “mal de Alzheimer”, “eugenista” e “guerra” pelo E13. Enquanto regularidade enunciativa do discurso conspiratório, esse vocabulário essencialmente disfórico e o tom alarmista dão expressão à grandeza do mal que se denuncia. Em virtude das vacinas,

emerge um cenário de uma absoluta catástrofe, exigindo que se “fuja enquanto é tempo”. Ainda nesse enunciado, os imunizantes são reiteradamente associados à ideia de um experimento irresponsável, com a menção a “tiro no escuro” e a “campo de testes”. Existe aí uma exploração semântica contraditória: no discurso midiático hegemônico, o termo “vacina” remete a um feito científico acabado, resultado de ensaios clínicos rigorosos para comprovar que se cumprem todas as normas de segurança e de eficácia de sua aplicação em seres humanos; no discurso conspiratório, o termo é lido, de acordo com as categorias desse mesmo discurso, como um “produto experimental”, algo feito às pressas, visando a interesses escusos, e que, por isso, não seria seguro (o E19 também exemplifica essa diferença). Como consequência, quem adere às vacinas passa a ser visto como “cobaia” por esse discurso, termo que novamente animaliza os vacinados, destituindo-os de sua humanidade.

Ainda a respeito do E9, é oportuno notar que a palavra “V4C1N4S” e várias outras do mesmo segmento estão escritas com uma alternância entre letras, números e símbolos. Compósitos de caracteres alfabéticos e não alfabéticos, trata-se de um tipo de escrita que pode ser rastreada ao advento de grupos de discussão on-line dos 1980 e que ficou conhecida como “*leet talk*” ou apenas “*leet*” (PAVEAU, 2021; TECH NEWS WORLD, 2005). Essa espécie de neografia, alternando símbolos e números no lugar de letras, era usada para contornar mecanismos de autocensura nesses grupos, que proibiam, por exemplo, o uso de palavrões. Recorrendo ao *leet*, os usuários esquivavam-se de serem encontrados pelos sistemas de buscas baseados na escrita convencional e de possivelmente serem banidos das discussões (TECH NEWS WORLD, 2005). O termo “*leet*” constitui uma corruptela de “elite”, aludindo à ideia de que aqueles que conseguissem escrever e compreender textos escritos nessa linguagem particular eram considerados membros de uma elite de usuários. Em vários enunciados das comunidades pesquisadas, à semelhança do que vemos no E9, encontramos palavras-chave escritas em *leet*, tais como “vacina” e seus derivados (“V4C1N4”, “b@ssin4”, “V-a-c-i-n-a-s”, “V@C1NΔCÃO”, “v,@c,i,n,a,d,o,s”, “vay,xi,ney”, “v@©inēi”) e outros vocábulos de uso corrente durante a pandemia (“p@ndemi@”, “c0r0n6@”, “C.o.v.i.d”, “>1rus”, “døse”, “c0m0rbidades”, por exemplo). Assim como nos anos 1980, essa prática pode ser lida hoje como uma forma de driblar os sistemas de busca do *Facebook*, se baseados na escrita convencional. Uma queixa dos usuários das comunidades pesquisadas é a de que os conteúdos que não seguem “a narrativa oficial” sobre vacinas seriam censurados, ou seja, removidos da plataforma. É o que afirma o E14 apresentado a seguir. Trata-se um *print* (captura de tela) de uma matéria de 09 de fevereiro de 2021, cuja fonte não foi identificada, replicada em um grupo sem comentário por parte do enunciador.

**E14**  
**O Facebook proíbe todas as informações de que as vacinas são perigosas**

2021-02-09



O Facebook continua a levar a censura a novos níveis. Uma postagem no blog agora anuncia que os usuários podem ser suspensos da plataforma se mencionarem que a vacina corona ou outras vacinas são perigosas ou ineficazes.

No passado, as chamadas "falsas alegações" sobre as vacinas corona foram proibidas na plataforma, mas agora o gigante da mídia social opta por lançar um ataque ainda mais duro contra aqueles que não seguem a narrativa oficial.

– Publicação de 16 fev. 2021, às 13h55. Disponível em: <https://bit.ly/3SJK17v> (<https://perma.cc/G78Q-8P27>).

Nesse contexto, o uso do substantivo “narrativa”, que acompanha o adjetivo “oficial”, ecoa a memória discursiva da acepção ficcional do termo – trata-se de uma *história*, de algo fantasioso ou não verídico, *contado* para enganar e encobrir a responsabilidade de certos *protagonistas*. A publicação alerta que os usuários podem ser suspensos se “mencionarem que a vacina corona ou outras vacinas são perigosas ou ineficazes” e que “o gigante da mídia social” optou “por lançar um ataque ainda mais duro” contra esses conteúdos. Nos comentários, em 17 de fevereiro de 2021, um usuário afirmou: “VOCÊ NÃO PODE MOSTRAR A VERDADE”. Essas formulações sublinham o caráter assimétrico e injusto da disputa: de um lado, um “gigante” com poderes irrestritos e, do outro, pessoas comuns empenhadas em uma luta para mostrar uma “verdade” que pode salvar a vida de seus semelhantes. Daí a necessidade de a comunidade discursiva desenvolver formas partilhadas de driblar a “censura injusta”. Também nos comentários, em 16 de fevereiro de 2021, o usuário responsável pela publicação do E14 propõe: “CENSURA. Vamos escrever em códigos”. O uso do *leet* pode, então, ser lido como uma assunção do caráter marginal do discurso antivacinas, como algo que deve circular na surdina, na clandestinidade, sob pena de deixar de existir. Essa “marginalização” é reivindicada com certo orgulho por essa comunidade discursiva, como um atestado da recusa de um alinhamento a uma força mentirosa e maligna. Além disso, o fato de que as alegações desse discurso incomodam a instância hegemônica é visto como “prova” de que ele enuncia a “verdade” – conforme já adiantamos, uma característica importante das teorias da conspiração é o fato de elas serem

“autoblindadas”: tudo que contraria e desabona esse discurso é reinterpretado como uma estratégia engendrada pela própria conspiração.

Vejamos outros exemplos. O *Telegram* é um serviço de mensagens instantâneas, conhecido por virar “rota de fuga” para públicos que sofreram sanções em outras plataformas digitais, devido à quase total ausência de moderação. Ao comentar um vídeo com a logotipo do grupo de *Telegram* do movimento “Médicos pela vida”, ao qual aludimos na nota de rodapé 21, o E15 afirma:

**E15**

O GENOCÍDIO DAS VACINAS SEGUE DE VENTO EM POMPA. O TELEGRAM É O TERROR QUE A IMPRENSA E O STF QUER DERRUBAR, POIS TODA VERDADE ESTÁ LÁ!

– Publicação de 25 mar. 2022, às 00h04. Disponível em: <https://bit.ly/3sX2Cmh> (<https://perma.cc/P87C-9SZ5>).

No vídeo legendado, um médico norte-americano associa as vacinas contra o Coronavírus a “casos de trombocitopenia, coágulos no sangue e uma variedade de derrames, hipertensão, infartos do miocárdio e uma variedade de outras síndromes letais”, reforçando o sucesso do empreendimento genocida perpetrado pelas vacinas (“segue de vento em pompa”). Nesse contexto, ser o “terror” da imprensa e do Supremo Tribunal Federal (STF) constitui uma “prova” que retroalimenta a “certeza” de que todas essas alegações que circulam nessa plataforma constituem “a verdade”. Ao comentar um vídeo sobre a construção dos estádios da Copa de 2014 no Brasil, um enunciador afirma: “O herege e louco irmão Rubens ,em 2013 mostrando as macas já instaladas nós estádios de futebol, ele já estava mostrando o real uso desses campos de concentração ,ops futebol”, em uma alusão à transformação de estádios em hospitais temporários para tratar doentes durante a pandemia. A propósito de outro vídeo nesse mesmo grupo, um comentário semelhante: “vídeo de 4 anos atrás o herege irmão Rubens já avisava das vacinas nos estádios”. A referência aos epítetos “herege” e “louco”, atribuídos pelo Outro, pode ser lida como uma forma de, ao aceitar esses “xingamentos” e passar a utilizá-los, transformá-los em algo positivo, em uma espécie de emblema, mostrando que as alegações interpretadas como desviantes ou lunáticas pela instância hegemônica são afinal as mais lúcidas e as que provam ter razão. Recorremos a esses exemplos com o objetivo de ilustrar como o discurso conspiratório reclama para si um estatuto marginal. No nível da estilização da escrita, o funcionamento desse sema pode ser percebido no uso do *leet talk*. Além disso, podemos considerar que a “escolha” por essa neografia também ajuda a selar uma identidade de grupo, ao se constituir como uma forma de expressão partilhada por um grupo



seleto de usuários.

Outra regularidade enunciativa no que diz respeito ao vocabulário do *corpus* é o que designaremos aqui por “jogos de palavras”, um conjunto de procedimentos paródicos que sugere uma recusa em assimilar o léxico do Outro ou assinala a intenção de identificar nele significados ocultos. Emerge, assim, o que podemos chamar de uma espécie de “novilíngua” do conspiracionismo aplicado à crise sanitária. Um enunciado escreve “pandemia” como “Pan De Mia”, esvaziando o signo original do seu significado e da sua seriedade. Em outro, encontramos o neologismo “plandemia”, que pode ser lido como uma aglutinação de “plano” e “pandemia”, denunciando o caráter intencional, forjado da crise sanitária. “Fraudemia”, aglutinação de “fraude” e “pandemia”, produz efeitos de sentido semelhantes, associando essa crise a um esquema ilícito e proposital, criado de má fé para alguém obter determinados ganhos. Em vez “coronavírus” e “Covid-19”, encontramos designações alternativas, como “fake v.í.r.u.s”, “Fauci Flu” e “covidiota”. Em “C0v@rd3-91”, uma possível leitura para a paranomásia envolvendo “covid” e “covarde” é a de que “covarde” remeteria ao fato de o plano maligno secreto, perpetrado por meio da doença causada pelo Coronavírus, ter como alvo vítimas inocentes, incapazes de se defender. Trata-se, assim, de uma hipálage – a “covardia”, que é dos conspiradores, é transferida para o instrumento da conspiração. Chama igualmente a atenção a inversão da ordem dos números da designação oficial, de “19” para “91”, o que reforça a ideia de que ao discurso conspiratório cumpre a tarefa de virar a esfera hegemônica do avesso, pois tudo o que dela provém não é confiável – essa inversão é, simultaneamente, um gesto de recusa e de correção da mentira pela verdade. Por sua vez, o uso de “bichinho-19” subverte a lógica informativa da onomástica científica, ao substituir “Covid” por “bichinho”, um substantivo comum. Explicamos melhor: “Covid-19” é um nome que carrega em si mesmo informações importantes para a caracterização da doença que designa. O numeral “19” antecedido por um hífen faz menção ao ano em que a doença foi identificada (2019), situando-a temporalmente. Em relação à sigla “Covid”, trata-se da junção de letras que integram a expressão “(Co)rona (vi)rus (d)isease”, o que, em português, pode ser traduzido como “doença do Coronavírus”. Essa designação oficial carrega, portanto, informações importantes, provenientes do conhecimento de categorias (vírus e doença) e subcategorias (Corona) científicas. “Bichinho” não só subverte essa lógica informativa, ao substituir um nome carregado de conceitos científicos por um substantivo comum, mas também, com o diminutivo, infantiliza a designação, ecoando uma possível forma de explicar a uma criança o que é um vírus. Nesse caso, o efeito de sentido é o de algo inofensivo, irrisório, digno de deboche. Além disso, a combinação da menção ao vírus (“bichinho”) com

um resquício da designação da doença que ele causa (“-19”) acentua a entropia desinformativa da designação, mesclando categorias distintas, em um embaralhamento da forma como a ciência nomeia a realidade. Outro termo significativo para a produção de sentidos na FD aqui analisada é “vaChina” (ou “vachina”). Trata-se de um trocadilho, uma brincadeira morfológica que aglutina “vacina” e “China”. Com isso, o neologismo subverte diretrizes da OMS para designar novos vírus e doenças, as quais desincentivam a menção à origem geográfica do que se nomeia, devido à possível atração de estigma social para o local mencionado – a ausência do topônimo sublinha o caráter natural e biológico das categorias científicas nomeadas. O termo também ecoa a alegação segundo a qual o Coronavírus teria sido identificado primeiro em Wuhan, na China, pois teria sido criado lá artificialmente pelas autoridades locais, com o objetivo de destruir as economias ocidentais e impor uma hegemonia econômica comunista ao mundo. A aglutinação alerta precisamente para a procedência do imunizante – trata-se, assim, de chamar a atenção para a “vacina do inimigo”. Ao analisar o uso desse termo em um trabalho também com base na AD, Silva e Baalbaki (2021, p. 8) consideram que ele produz um efeito de infantilização dos adeptos da imunização contra o Coronavírus, “encenando” o processo de formação fonológica da criança, por vezes marcada pela troca da fricativa alveolar [s] pela palatal [ʃ]. A vacina é chamada ainda pelas alcunhas “produto experimental”, “picada experimental”, “picada do veneno”, “picada da serpente”, “picada lucifereiser”, “vacina de Lúcifer”, “vacina luciferase 666”, “agulhada maldita”, designações pejorativas e potencialmente amedrontadoras. Conforme nota Pereira (2021, p. 220), o discurso conspiratório não economiza adjetivos e outros termos qualificativos para sinalizar a “grandeza do mal” que denuncia. Esses “jogos de palavras” também indicam o funcionamento de um reconhecimento bifurcado: de um lado, a instância hegemônica que se rejeita e que se parodia; do outro, a instância alternativa, vista como a que nomeia a realidade de um modo “verdadeiro”, mostrando o que está “por trás” da falsa realidade oficial.

Conforme já referimos anteriormente, algumas vacinas contra o Coronavírus são produzidas com base na tecnologia de mRNA modificado, produzido artificialmente para induzir a produção de uma proteína desejada em certas células (BBC NEWS BRASIL, 2021). Uma das vacinas que se vale dessa tecnologia é a da farmacêutica norte-americana Moderna. Oficialmente, em seu *site*<sup>26</sup>, a empresa informa que esse seu nome comercial “combina as palavras ‘modificado’ [*modified*] e ‘RNA’, que por acaso contêm a palavra ‘moderna’”.

---

<sup>26</sup> Cf. <https://bit.ly/3sygUtg>. Acesso em: 10 out. 2022.

Vejam agora o que afirma o E16.

**E16**  
**VACINA DA M.O.D.E.R.N.A.**  
**MOD= MODIFICAÇÃO**  
**RNA = RNA**

Resumindo: Modificação do DNA humano por um RNA criado em laboratório.  
 – Publicação de 09 out. 2020, às 21h11. Disponível em: <https://bit.ly/3fxLC2T>  
 (<https://perma.cc/P9FZ-G2QH>).

Nesse enunciado, a designação “Moderna”, interpretada de acordo com o sistema de restrições do discurso conspiratório, é tratada como uma espécie de enigma. O vocábulo seria um acrônimo de “modificação RNA”, o que significaria, na verdade, “Modificação do DNA humano por um RNA criado em laboratório”, comprovando a intenção da empresa de reprogramar o DNA humano por meio RNA contido incluído no líquido imunizante. A forma verbal “Resumindo” introduz uma conclusão condensada, obtida a partir das proposições iniciais e supostamente nelas contida, simulando uma espécie de estrutura silogística que produz um efeito de verdade. Portanto, o nome da empresa em questão esconderia, em si mesmo, um enigma que, resolvido, escancararia os propósitos maléficos da vacina. Esse tipo de enunciado pode ser lido como uma materialização do sema “secretismo” – a “realidade oficial” esconde relações que precisam ser desvendadas pela clarividência do discurso conspiratório.

#### 4.1.3 Intertextualidade

Na fundamentação teórica, vimos que, enquanto plano da semântica global, a intertextualidade remete ao conjunto de relações intertextuais que um discurso determina como legítimas, de acordo com o seu sistema de restrições. Não se trata de quaisquer referências intertextuais, mas daquelas que efetivamente contribuem para a construção da identidade discursiva, que admite determinadas filiações e recusa outras. Maingueneau (2021b, p. 77-78) distingue ainda uma intertextualidade interna, entendida como “certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo”, e um intertextualidade externa, que remete à relação com os discursos de “outros campos, segundo sejam citáveis ou não”. Considerando que o discurso conspiratório relativo às vacinas contra o Coronavírus aqui analisado foi situado no campo das mídias de informação, podemos afirmar que, quanto à intertextualidade interna, esse discurso privilegia a citação de veículos de mídia alternativos. Com essa designação, reportamo-nos ao conjunto de veículos posicionados de forma “marginal” em

relação à esfera midiática hegemônica, em termos de audiência, linha editorial, critérios de noticiabilidade, estilo, infraestrutura, métodos e práticas jornalísticos. Nesse conjunto, incluem-se *blogs*, *sites*, canais de vídeos no *YouTube*, grupos no *Telegram*, páginas em redes sociais etc. Por outras palavras, a intertextualidade interna definida como legítima pelo nosso objeto preserva um caráter antiestrutural, com base em um reconhecimento bifurcado que, como vimos, é determinante para a constituição desse discurso. Vejamos o exemplo de um recorte do E17.

#### E17

Saiba tudo sobre a Vachinaa  e A Nova Ordem Mundial.

Grupos Telegram:

0- EFEITO COLATERAL VACINAS

Nosso canal trata da desinformação da nossa mídia e efeitos colaterais a longo prazo das novas vacinas. QUESTIONE-SE SEMPRE !!

– Publicação de 10 jun. 2021, às 11h49. Disponível em: <https://bit.ly/3WpoowD> (<https://perma.cc/6ZJ7-PP56>).

O enunciador lista uma série de grupos no *Telegram* que tratam da “desinformação” da grande mídia e revelam os “efeitos colaterais” das novas vacinas. Optamos por não reproduzir os *links* citados, que levam a grupos como “A mídia não é sua amiga”, “Derrubando as pedras guias da Geórgia” e “Despertar inevitável”. Há também *links* para perfis no *Instagram*, com os nomes “A verdade sobre as vacinas” e “Liberte sua mente”; para um canal no *YouTube* intitulado “Canal do Rómulo”; e para um grupo de *WhatsApp* atualmente inativo. Contrapondo-se abertamente à grande mídia, essas menções tratam o caráter marginalizado dos “canais de informação” como algo positivo, digno de ênfase. Por meio deles, o enunciatário poderá não só saber “*tudo* sobre a Vachinaa e a Nova Ordem Mundial”, mas também “questionar-se” sempre. Essa formulação insta o enunciatário a questionar-se a si mesmo continuamente. Contudo, o que parece estar sendo colocado em questão não são tanto as percepções do indivíduo, mas antes a mídia – afinal, o indivíduo *saberá tudo* depois de entrar nesses canais alternativos. Questionar-se *em relação à mídia*, a instância que mente e manipula, emerge desse enunciado como condição essencial para esse almejado espírito inquieto, valorado positivamente pela FD conspiratória. Vejamos agora o E18.

#### E18

BICHINO-19 AINDA NÃO FOI ENCONTRADO E NEM ISOLADO- SUA IMAGEM ARREDONDADA E REPLETO DE TENTÁCULOS É APENAS FRUTO DUMA IMAGINAÇÃO CRIATIVA, POIS ATÉ SUA APARÊNCIA É DESCONHECIDA...

<https://www.stylourbano.com.br/vacinacao-o-coronavirus.../>

PRÊMIO DE MAIS DE UM MILHÃO DE EUROS PARA QUEM PROVAR A EXISTÊNCIA DO BICHINHO-19 E O ISOLAR...

<https://www.stylourbano.com.br/premio-de-1-milhao-de.../>

– Publicação de 05 maio 2021, às 22h58. Disponível em: <https://bit.ly/3TX6X4m> (<https://perma.cc/7YL6-YN4S>).

O enunciado em questão faz referência a duas “matérias” (ou *posts*) publicadas no *blog Stylo Urbano*. Elas afirmam que o Coronavírus (alinhado de “bichino-19” ou “bichinho-19” pelo E18, cujos efeitos de sentido analisamos em 4.1.2) não existe e colocam a vacinação em xeque. A primeira matéria citada intitula-se “Vacinação? O coronavírus nunca foi fisicamente isolado e comprovado”, e a segunda, “Prêmio de 1 milhão de euros para quem provar que o vírus SARS-CoV-2 foi isolado e existe”<sup>27</sup>. Ambas foram publicadas na seção “Curiosidades” e assinadas pelo criador do *blog*, um estilista que se define como “curioso e inquieto”. Ele afirma que criou a página “para apresentar aos leitores o que existe de mais interessante no mundo da moda, artes, *design*, sustentabilidade, inovação, tecnologia, arquitetura, decoração e comportamento”. No *blog*, há uma *tag* intitulada “fraudemia”, na qual foram classificadas mais de 100 matérias, a maior parte das quais da autoria do próprio criador da página. Um desses títulos afirma que “Os globalistas criaram a operação terrorista do Covid”. Ressaltamos esses elementos, pois eles apresentam características afins ao sistema de restrições da FD conspiratória, de acordo com o que vimos até agora: trata-se de um *blog*, um formato, desde a sua origem, mais aberto à visão pessoal de quem o escreve; a maior parte dos *posts* é da autoria de uma só pessoa, que sequer enuncia da posição de “jornalista”, pois se apresenta como estilista, algo menos usual na mídia corporativa, ligada a uma maior profissionalização do jornalismo; os *posts* rejeitam versões oficiais acerca da pandemia chanceladas pela grande mídia, propondo explicações alternativas para o propósito do desenvolvimento das vacinas; esses conteúdos estão publicados na seção “curiosidades”, o que sugere uma abordagem mais generalista, não especializada do assunto. Associados a esses elementos, os adjetivos “curioso e inquieto” (que constituem um *ethos* dito) soam também conformes ao núcleo de possibilidades que rege o discurso conspiratório. Os efeitos de sentido dessa caracterização constroem a imagem de um enunciador que tem vontade de saber, que pensa por si mesmo, que não se satisfaz facilmente o que lhe é dado a conhecer. Atentemos agora para outro recorte do E19 apresentado a seguir.

<sup>27</sup> Disponíveis em: <https://bit.ly/3gRuwgs>; <https://bit.ly/3FqDI5Q>. Acesso em: 20 set. 2022.

**E19**

SERÁ QUE VOCÊ, PAI, MÃE, AVÓS, etc, CRISTÃOS, AGNÓSTICOS, ATEISTAS, etc; NÃO ESTÃO VENERANDO O deus PAGÃO MOLOQUE, DANDO A ele SEUS FILHOS COMO SACRIFÍCIO HUMANO? ... SERÁ!?

Recebi uma postagem relatando o falecimento de mais 29 crianças e adolescentes de até 17 anos de idade após terem sido “pi ka d0s com o Pr0dut0 Essperim3nt4I”. Mundialmente o número DESSA CLASSE chega às centenas de milhares, sem se falar nas Classes de adultos, idosos, gestantes, pessoas acometidas por c0m0rbidades, empregados das empresas aéreas, etc. – As FONTES-  
<https://www.aliadosbrasiloficial.com.br/.../bomba-29...>

<https://www.aliadosbrasiloficial.com.br/.../medicos-se...>

– Publicação de 17 out. 2021, às 21h09. Disponível em: <https://bit.ly/3TZi0KQ> (<https://perma.cc/EZ45-6N8Z>).

Os *links* são para duas matérias do *site Aliados Brasil*. A primeira afirma: “Bomba: 29 crianças e adolescentes de até 17 anos morreram após receberem vacina contra o Covid, na Europa”; no título da segunda, lemos: “Médicos se voltam contra vacinas na Suíça”<sup>28</sup>. Ambas estão atribuídas ao mesmo autor. O *site* tem uma seção inteiramente dedicada à pandemia da Covid-19, a maior parte da qual relativa a conteúdos sobre vacinas, com manchetes como “Massacre: quase metade das mulheres grávidas nos testes da Pfizer abortou”. Além dessa, há também as seções “Notícias”, “Política”, “Mundo”, “Futebol”, “Vídeos” e “Opinião”. Na página dedicada a informações sobre o portal, lemos que se trata de “um grupo formado por pessoas comuns, brasileiros que foram tragados para o mundo político nas redes sociais. Pessoas simples, cada qual com seu universo próprio [...]. Entenderam que era necessário expressarem suas indignações e fazerem suas reclamações diante do cenário político que se apresentava e se estabelecia no Brasil. E, num segundo momento, por circunstâncias e até mesmo por experiência adquirida numa militância digital, ainda em formação, resolveram se unir para fazer algo mais organizado e efetivo. Nós somos o Aliados Brasil Oficial”. Com a intenção de não nos estendermos na análise dessa apresentação, o que fugiria aos propósitos da nossa pesquisa, é importante sobretudo reter que o *site Aliados Brasil* é composto por “pessoas comuns”, “ainda em formação”, que expressam no portal suas “indignações” e “reclamações”, a partir de um “universo próprio” de interesses. Assim como o *blog* analisado anteriormente, trata-se de um veículo que não hesita em assumir certo amadorismo e que enfatiza a proposta de uma visão individual dos relatos.

Outros *sites* de mídia alternativa citados são *Apocalypse Urgente*, *Crítica Nacional*, *Pleno News*, *Revista Oeste* e *Terra Brasil Notícias*. Entre os veículos estrangeiros, temos o *blog* norte-americano intitulado *The Covid Blog*. Na seção relativa às informações dessa página, lemos que “A verdade sobre as vacinas contra a Covid e seus sérios efeitos adversos

<sup>28</sup> Disponíveis em: <https://bit.ly/3Nc5o08>; <https://bit.ly/3TIQYHq>. Acesso em: 20 set. 2022.

são censurados na mídia *mainstream* e nas redes sociais. Fazemos o nosso melhor para cobrir o maior número possível dessas histórias da maneira mais objetiva possível. As vacinas são a principal causa de coincidências”<sup>29</sup>. Em todos esses veículos alternativos, as vacinas contra o Coronavírus são associadas a mortes e a doenças e, por isso, angariam resistência por todo o mundo. Vemos emergir um universo de sentidos semelhante ao do instaurado pelos enunciados do *corpus*, que analisamos até aqui – identificamos o mesmo reconhecimento bifurcado, a assunção de uma “marginalidade” e uma ênfase na “individualidade”, na “autonomia” e na “certeza” dos relatos. Em relação ao espaço discursivo aqui considerado, podemos considerar, portanto, que eles integram um ecossistema digital homofílico.

É importante frisar que a *Jovem Pan*, uma das rádios de maior audiência no Brasil, com forte presença também na Internet, é também frequentemente citada nas comunidades pesquisadas. Trata-se de um veículo que se diferencia dos citados anteriormente pela sua audiência e alcance, mas não tanto pela sua linha editorial. Conforme já referimos anteriormente, durante a pandemia, a *Jovem Pan* adotou uma posição de dissidência em relação à versão oficial propagada pelo restante da grande mídia, ajudando a dar voz a conteúdos antivacina e contrários a medidas sanitárias de contenção da Covid-19. Portanto, assim como no caso dos *sites* e *blogs* da mídia alternativa analisados anteriormente, a citação desse veículo se dá precisamente pela produção de enunciados semanticamente próximos daqueles que são autorizados pela FD conspiratória.

Ainda a respeito da intertextualidade interna, essa predominância de veículos alternativos não descarta a possibilidade de citação de veículos da grande mídia. Embora não tão frequentes, essas citações são admitidas quando se trata de notícias que colocam as vacinas sob uma luz negativa. Vejamos um *post* de 09 de dezembro de 2021, que cita uma matéria publicada no dia anterior pelo portal *UOL*, veículo ligado ao CVI durante a pandemia.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://bit.ly/3O40B19>. Acesso em: 20 set. 2022.

**E20**  
**ESSA É A VACINA QUE QUEREM APLICAR EM NOSSAS CRIANÇAS**



NOTÍCIAS.UOL.COM.BR

**Saúde de bebês que tomaram vacina da covid por engano piora, dizem mães**

Piorou o estado de saúde dos dois bebês que na semana passada receberam por engano uma...

Publicação de 09 dez. 2021, às 09h47. Disponível em: <https://bit.ly/3DEkxmO> (<https://perma.cc/H8PJ-3FZQ>).




Na manchete citada pelo enunciado, lê-se: “Saúde de bebês que tomaram vacina da covid por engano piora, dizem mães”<sup>30</sup>. Com isso, o E20 alude à violação das fronteiras do corpo infantil, um tópico caro ao conspiracionismo, como vimos a propósito do E4. A imagem que ilustra o *link* para a matéria apresenta o que podemos supor que seja uma das famílias retratadas pelo *UOL*. Nessa foto, podemos identificar a figura de uma mãe que, com uma bebê ao colo, ocupa uma posição central no retrato; atrás dela, temos a figura paterna, assumindo uma postura protetora, e ainda uma criança mais velha. O semblante sorridente dos retratados permite supor que se trata de um registro anterior aos fatos a que a manchete alude. O contraste gerado entre a foto e o teor da manchete ajuda a reforçar um sentimento de pena e de indignação, compondo um cenário em que a vacina seria a responsável por arruinar a felicidade das famílias. No corpo da matéria, a piora na saúde dos bebês não é atribuída diretamente ao imunizante, relação essa que estaria sob investigação. A reportagem refere, contudo, que a dosagem aplicada foi três vezes maior do que a recomendada inclusive para crianças dos cinco aos 11 anos. Esses elementos silenciados na publicação poderiam nuançar a afirmação do enunciador, contrapondo especificamente a alegação de que a vacina aplicada nos bebês doentes (supostamente em virtude dessa mesma vacina) não será aplicada na mesma dose em outros bebês. Esse tipo de silenciamento protege o conspiracionismo de qualquer elemento que gere dúvidas sobre a verdade dos seus próprios enunciados – nesse sentido, tudo pode ser considerado suspeito ou digno de dúvida, menos a própria explicação conspiratória.


<sup>30</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3W0uR0y>. Acesso em: 20 set. 2022.



Vejamos outro exemplo da citação de um veículo da grande mídia brasileira. Uma publicação de 16 de dezembro de 2021 cita uma matéria do portal *GI*, do dia anterior, com o seguinte título: “Cantor Maurílio está sedado, teve três paradas cardíacas e tem quadro gravíssimo, diz médico”<sup>31</sup>.

**E21**

No print atenção à pessoa  /mote  /data  !

E 

"Cantor Maurílio (28 anos, VINTE E OITO) está sedado, teve três paradas cardíacas e tem quadro gravíssimo, diz médico"

– Publicação de 16 dez. 2021, às 19h44. Disponível em: <https://bit.ly/3DEYA8g> (<https://perma.cc/6VAX-7MQD>).

O E21 apresenta uma captura de tela (ou um *print*) da postagem de uma foto atribuída ao *Instagram* do cantor a que a notícia do *GI* alude. Nela, um homem de máscara aparece recebendo uma vacina. Na legenda da foto, lemos: “Tô bagunçado mas tô imunizado! 2 dose tá no braço! VACINEM-SE!!! Vacinas salvam vidas”. Além da ênfase reiterando em caixa alta a idade do cantor (“28 anos, VINTE E OITO”), o enunciado destaca com círculos e sublinhado nas cores vermelha, amarelo e roxo alguns elementos da captura de tela: o endereço da conta que fez a postagem (“@mauriliolem”), que traz um sinal de verificado, atestando a suposta autenticidade do perfil<sup>32</sup>; um trecho da legenda (“Vacinas salvam vidas”); e a data da publicação da foto (“17 de novembro”). A reportagem traz detalhes sobre o estado de saúde do cantor e afirma que, de acordo com um exame médico, ele teve um tromboembolismo pulmonar. Não há qualquer menção ao fato de o cantor ter recebido a vacina contra o Coronavírus. Os destaques à captura de tela, com uma cor diferente para cada elemento destacado, as quais ganham uma legenda no enunciado, encenam um olhar detetivesco para a situação apresentada, que é típico do discurso conspiratório, em um alinhamento ao sema “secretismo”. O destaque ao mote “Vacinas salvam vidas” estabelece um contraste com o teor da manchete, sugerindo um sentido oposto por sua relação com o não-dito – “vacinas *não* salvam vidas”. A relação de causalidade entre a adesão à vacina e o estado de saúde do cantor é reforçada pelo destaque à data da vacinação, ocorrida menos de um mês da publicação da foto – como já vimos, o sistema de restrições do discurso conspiratório traz em sua constituição a rejeição da coincidência.

Nas comunidades pesquisadas, há várias outras citações, provenientes de diversos

<sup>31</sup> Disponível em: <http://glo.bo/3Dhgkoy>. Acesso em: 20 set. 2022.

<sup>32</sup> Comum em várias plataformas digitais, a verificação existe para que os usuários saibam que contas notáveis — como as de políticos, celebridades ou empresas — pertencem de fato a essas entidades. A conta ganha, então, um selo confirma a sua autenticidade, diferenciando-a de perfis falsos.

veículos, de casos de mortes aos quais se atribui uma relação de causalidade com as vacinas. Cesarino (2022, p. 223) nota que conteúdos repetitivos em públicos conspiratórios da Internet plataformizada treinam a cognição dos usuários a completar histórias de forma automática, estabelecendo correlações de forma imediata. Sendo assim e de acordo com o sistema de restrições do discurso conspiratório, como mostra o E21, a simples justaposição de uma matéria anunciando a morte de alguém por tromboembolismo pulmonar e um *print* dessa mesma pessoa se vacinando é suficiente para estabelecer uma relação de causalidade entre os dois fatos. Nos comentários dessa publicação, no dia 16 de dezembro de 2021, um usuário escreveu: “Vão dizer que e [é] só um caso aleatório”.

Tal como no exemplo anterior (E20), a filiação a um veículo da grande mídia é admissível na medida em que a matéria citada traz elementos que permitem uma visada negativa das vacinas. Em ambos os casos, para que essa filiação se sustente, é necessário silenciar determinados elementos das matérias ou sugerir correlações que elas mesmas não ratificam. Nesse sentido, como afirma Maingueneau (2021b, p. 37), o Outro “é aquela parte de sentido que foi necessário sacrificar para constituir a própria identidade” discursiva – desse modo é que podemos explicar em que medida essa filiação a veículos da grande mídia é admissível no sistema de restrições do nosso objeto. Contudo, uma vez que a rejeição a essa autoridade epistêmica – caracterizada como criminosa, manipuladora e mentirosa – é central para a constituição do discurso conspiratório, essas citações podem ainda assim soar como um contrassenso. Conforme já assinalamos anteriormente, estamos perante um objeto que pode não obedecer ao princípio da não contradição. Essa intertextualidade “omnívora”, que assimila qualquer elemento que permita estabelecer correlações conspiratórias, mesmo a de fontes tidas como “problemáticas”, inclusive reforça a sustentação desse discurso, no sentido de *mostrar* que até a instância hegemônica, por vezes, desabona as vacinas e mostra os seus “verdadeiros” efeitos colaterais. Além disso, é oportuno considerar que, ao ocorrerem no meio digital, essas citações limitam-se muitas vezes ao mero destaque ao título de matérias compartilhadas – uma pesquisa estima que o usuário médio de *Facebook* clica em apenas 7% das matérias que aparecem em sua linha do tempo (ANSPACH *et al.*, 2019). Em grupos já homofílicos, isso também ajuda a silenciar potenciais elementos do Outro que desestabilizam com as alegações do Mesmo, isolando-o do contraditório e reforçando o sema “certeza”.

Em relação à intertextualidade externa, destacamos as alusões ao filme *Matrix* (1999), das cineastas norte-americanas Lana e Lilly Wachowski, e as citações a passagens da Bíblia, principalmente do livro do Apocalipse. Vejamos como exemplo o E22, publicado em 17 de dezembro de 2020.

**E22**

Também obrigou todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, a receberem certa marca na mão direita ou na testa, para que ninguém pudesse comprar nem vender, a não ser quem tivesse a marca, que é o nome da besta ou o número do seu nome.

Aqui há sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Seu número é seiscentos e sessenta e seis.

E aí? O quê acham que esta passagem da bíblia se refere??? **A VACINA "ANTI COVID-19"**. O Criador já deu a letra, ou você vai tomar a **blue pill (vacina) e continuar na Matrix de controle?**

– Publicação de 17 dez. 2020, às 07h53. Disponível em: <https://bit.ly/3Wey5he> (<https://perma.cc/ZN47-PY4F>).

Esse enunciado mescla alusões ao filme e a passagens do texto bíblico. *Matrix* está entre um dos mais influentes filmes de ficção científica já feitos – trata-se, na verdade, de uma franquia, uma série de quatro filmes, o último dos quais lançado em dezembro de 2021. Em síntese, a obra retrata um futuro no qual a Terra é dominada por uma estirpe de máquinas autoconscientes, resultado da criação da inteligência artificial no início do século XXI. A certa altura, surge um conflito entre criador e criatura: as máquinas se rebelam contra a humanidade. Depois de uma guerra massiva entre os dois adversários, as máquinas vencem e, para a obtenção de energia, passam a manter os seres humanos presos em cápsulas, controlando as suas mentes por meio de implantes cibernéticos conectados a uma realidade simulada chamada “Matrix”. Depois de uma série de peripécias, o protagonista, um *hacker* chamado “Neo”, é convidado a escolher entre tomar uma pílula vermelha (*red pill*) e tomar uma pílula azul (*blue pill*). A vermelha revela a ele o mundo como ele realmente é – a tal construção artificial de máquinas que escravizaram a humanidade. Já a azul permite que o protagonista permaneça em uma confortável ilusão, poupado de enfrentar os horrores da “real verdade”. Portanto, o filme está centrado na ideia de uma conspiração universal – de que a própria vida e tudo o que conhecemos e assumimos como certezas são mentiras; de que existe uma instância manipuladora e maligna que nos priva da realidade. As referências a *Matrix* pelo discurso conspiratório constituem uma relação intertextual legítima na medida em que existe entre ambos uma mundivisão confluyente, marcada por um mesmo reconhecimento bifurcado da realidade, com base na identificação de um inimigo X – não à toa, o filme é popular também entre a cultura *incel*, a dos celibatários involuntários que enxergam um mundo ameaçado por uma supremacia feminina. Podemos afirmar que o enredo de *Matrix* foi tomado como estrutura da realidade por públicos conspiratórios, o que faz com a alusão a aspectos do filme prescindir de maiores elaborações, provendo motes e palavras de ordem. Por exemplo, o E13 afirma que “A população sempre foi enganada e emburrecida pela matrix!”. Nas comunidades pesquisadas, também é comum que os enunciadores, ao final de um *post*,

peçam para que o público compartilhe a sua “*red pill*”. Reinterpretada pelo discurso conspiratório, a dicotomia “pílula vermelha” e “pílula azul” faz referência a um certo tipo de despertar político e de ruptura epistemológica em relação à ordem hegemônica. No contexto de um sistema axiológico estritamente bifurcado, a pílula vermelha representa a mudança para o registro cognitivo considerado correto, para a escolha pela verdade corajosa, mas estigmatizada pela Outro; já a pílula azul representa o engano reconfortante, a continuidade de uma condição subalterna, escravizada.

No E22, o enunciador mobiliza essa dicotomia das pílulas. A pílula azul é associada à adesão às vacinas e, conseqüentemente, à submissão do corpo a um controle maligno, alinhado ao demônio; já a pílula vermelha é igualada à recusa da vacina, em virtude de uma obediência tida como legítima (ao Criador, aos preceitos bíblicos). A pílula azul é um ato (tomar a vacina); a pílula vermelha é um não fazer (não tomar a vacina) – portanto, a primeira é um gesto afirmativo, conotado com a submissão; já segunda é uma postura típica da rebelião, da oposição à autoridade instituída. Temos, então, uma sobreposição de pares dicotômicos, em um alinhamento a um reconhecimento de mundo bifurcado: Deus e demônio; fazer e não fazer; controle e autonomia. Os efeitos de sentido encaminham-se na direção de associar a vacina à passividade, à covardia, à anulação da autonomia do indivíduo, ao engano; e a sua recusa, à coragem, à libertação do controle, à comunhão com Deus.

Em relação à intertextualidade com a Bíblia, conforme já afirmamos, a maior parte das citações são do Apocalipse, que, para os cristãos, trata do Juízo Final e da revelação dos acontecimentos relacionados à volta do filho de Deus. Podemos afirmar que se trata do “livro de cabeceira do conspiracionismo”, um texto que dá sustentação à visão escatológica de boa parte das teorias da conspiração sobre as vacinas contra o Coronavírus em língua portuguesa, as quais incluem esses imunizantes em um cenário milenarista. É interessante notar que, na nota introdutória que faz à sua tradução (direto do grego) desse livro, o filólogo Frederico Lourenço (p. 549-552) destaca as muitas dificuldades de compreensão que o texto suscita, em virtude do seu código simbólico, do seu caráter profético e da sua imagética caleidoscópica “mais perturbadora do que muitos pesadelos”. Podemos, então, afirmar que se trata de um diálogo legítimo para com o discurso conspiratório, devido a um alinhamento entre os respectivos modos de enunciação. Além do já referido caráter escatológico, a ideia de uma “revelação” arrebatadora, que provê a “verdade” sob forma de uma explicação totalizante, só pode soar atrativa ao conspiracionismo, discurso fundado na alegação de que um “secretismo” orchestra a realidade, o que dá vazão a um tom profético, clarividente, obscuro, como vimos em alguns enunciados analisados anteriormente. Devido à reivindicação do “holismo”, de um

nível de integração macro, o discurso conspiratório também assume uma feição “caleidoscópica” (ou fractária), que aglutina elementos múltiplos e dispersos espacial e temporalmente.

No E22, os versículos citados (Ap, 13:16-18) fariam referência às vacinas contra o Coronavírus – elas seriam a marca da “besta” (como já vimos, trata-se de uma designação alternativa para “demônio”). Portanto, segundo o enunciado, quem tomar a vacina escolherá o lado do anticristo no fim dos tempos. Para a produção de sentidos, é significativa ênfase gerada pelo uso de aspas em “anti Covid-19” e pela caixa alta em “A VACINA ‘ANTI COVID-19’”. O prefixo “anti” em “anti Covid-19” seria um sinal inequívoco (“O Criador já deu a letra”) da identificação da vacina com o anticristo. Nesse jogo de palavras, de encontrar pistas e estabelecer elos ocultos para chegar à conclusão de que “*anti Covid-19 = anticristo*”, identificamos um alinhamento aos semas “secretismo” e “intencionalidade”. Para enxergar o que está por trás de tudo, é necessário tomar a pílula certa – ou seja, aderir ao discurso conspiratório, que, no enunciado em questão, se confunde com a obediência ao próprio texto bíblico.

Em relação a citações do discurso científico primário, entendido como o conjunto de textos de divulgação de pesquisas direcionado a um público altamente especializado, ou seja, a outros cientistas, destacamos a ocorrência do E23 a seguir.

### E23

É aquilo que já falávamos há bastante tempo.

Durante o último surto de coronavírus nos Estados Unidos, impulsionado pela variante delta, as pessoas que não foram vacinadas, mas sobreviveram à covid-19, estavam mais protegidas do que aquelas que foram vacinadas e não infectadas anteriormente, indicou um novo estudo.

O estudo envolveu pacientes em Nova York e Califórnia entre 30 de maio e 30 de novembro de 2021.

[...] **É mais uma vez o tão desprezado senso comum tendo razão!**

– Publicação de 21 jan. 2022, às 21h20. Disponível em: <https://bit.ly/3sVj5r4>  
<https://perma.cc/V4TW-MB75>).

No E23, o enunciador afirma que, de acordo com um “novo estudo”, “as pessoas que não foram vacinadas, mas sobreviveram à covid-19, estavam mais protegidas do que aquelas que foram vacinadas e não infectadas anteriormente”. O enunciado não identifica ou traz o *link* para o estudo, mas fornece alguns elementos que permitem a sua identificação (“O estudo envolveu pacientes em Nova York e Califórnia entre 30 de maio e 30 de novembro de 2021”). Trata-se de um artigo científico divulgado em janeiro de 2022, ligado ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA e replicado pelo Centros de Controle e Prevenção de

Doenças norte-americanas, instâncias ligadas à esfera autorizada<sup>33</sup>. No corpo do estudo, os autores (Léon *et al.*) desincentivam a infecção pelo Coronavírus como estratégia de imunidade, devido a um maior risco hospitalização e morte, especialmente para os não vacinados, e impactos de longo prazo (a chamada “Covid longa”). Sendo assim, de acordo com os autores, a vacina continua sendo a estratégia mais segura de proteção contra a Covid-19. Essas ponderações são silenciadas no E23, e os elementos destacados são apenas aqueles alinhados à FD conspiratória, o que permite retratar as vacinas como algo descartável, inútil, em oposição à superioridade da imunidade natural. O enunciado termina afirmando que “É mais uma vez o tão desprezado senso comum tendo razão!”, apontando para um enquadre alternativo que substitui a ciência dita “normal” por uma eu-pistemologia, baseada nos sentidos imediatos e nas experiências subjetivas como formas de verificação.

Nos comentários do E23, um usuário afirma: “Concordo!!!! Estou recebendo vídeos todos os dias de pessoas que morreram por consequências desse experimento!!”, ao que autor do *post* aquiesce: “É a dura realidade”. É significativo que, na FD considerada, uma reação possível de um enunciador confrontado com um estudo científico seja o verbo “concordo”. Podemos afirmar que se trata de um alinhamento ao sema “individualidade”, mostrando que, no regime epistêmico *personalizado* instaurado pelo conspiracionismo, a opinião pessoal tem o mesmo valor de qualquer proposição de caráter científico, obtida, por contraste, com base em “procedimentos lentos, institucionalizados em normas impessoais (manuais, revisões por pares etc.), [...] que sempre forçam o retorno do argumento de cada cientista para a *mesma* base epistêmica comum” (CESARINO, 2022, p. 236, grifo da autora). Ainda nos comentários, um usuário agradece ao enunciador pela “luta constante em defesa da vida”. Nesse contexto, “lutar pela vida” se confunde com a divulgação de estudos incentivando as pessoas a não se vacinarem, de onde se conclui que “vacinas matam” ou são perigosas. Trata-se de uma inversão do discurso da grande mídia, instância na qual as campanhas de incentivo à vacinação tinham por objetivo declarado “salvar vidas”.

A alusão a estudos científicos, como no enunciado que acabamos de analisar, e outros aspectos que referimos anteriormente – como a preocupação em fundamentar determinada alegação com base em “1.000 estudos científicos” e o uso de uma profusão de termos técnicos e científicos – sugerem que o conspiracionismo opera uma ressignificação das práticas da ciência “normal”, também ela vista como agente um conspirador, personificado pela indústria farmacêutica bilionária (*big pharma*) no caso das vacinas contra o Coronavírus.

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3DMviEV>. Acesso em: 20 set. 2022.

Nesse sentido, os *pre-prints* (artigos científicos não revisados por pares e não publicados) constituem outro exemplo de possível referência intertextual externa legítima na semântica global instaurada pelo discurso em questão.

#### 4.1.4 Estatuto do enunciador e do enunciatário

Como vimos na seção 3, para legitimar a enunciação, cada discurso atribui, a um enunciador e a um enunciatário, determinado estatuto, ligado a papéis sociais ou a uma organização institucional – não se trata de reconhecer pessoas do mundo real, mas de entender como representações são percebidas pelo discurso. Enquanto plano da semântica global, esse estatuto também está de acordo com o núcleo de possibilidades que rege o funcionamento de uma FD. No espaço discursivo e nas condições de produção consideradas neste trabalho, podemos perceber o funcionamento dos semas “individualidade” e “autonomia” na constituição de uma comunidade discursiva de hierarquias e autoridades diluídas – cada enunciador fala primordialmente de um lugar anônimo, de quem fez a sua *própria* pesquisa, tomou conhecimento da “verdade” sufocada pela grande mídia e decide partilhá-la com os demais. Cabe a cada enunciatário refazer essas operações e, com base em um entendimento monolítico dessa “verdade”, todos chegarão individualmente a uma conclusão partilhada. Conforme já referimos, não por acaso a frase “A alienação é em massa, mas o despertar é individual” é um dos lemas dos grupos e páginas pesquisados. Essa formulação suscita uma visão do indivíduo como unidade isolada, livre de vinculações no corpo social – cada um mais átomo do que molécula. Aderir à verdade que circula nessas comunidades equivale a abandonar de forma autônoma de um estado de dormência ou anestesia. Por sua vez, a “alienação”, associada negativamente à ignorância, fruto da manipulação exercida pelo Outro, é um ato coletivo, no qual o sujeito é destituído de sua singularidade, anulando-se entremeio à massa de alienados que pensam do mesmo modo. Por isso, o “despertar” pode ser percebido como um processo de subjetivação, permitindo um resgate da individualidade e fazendo com que o sujeito se sinta especial, único. O E24 ilustra a constituição desses estatutos.

#### E24

"Cerca de UM EM CEM MIL adolescentes saudáveis são hospitalizados com o vírus, e seis vezes mais desenvolvem miocardite com a picada" - Vocês foram AVISADOS, de resto lavo totalmente as minhas mãos.

[...]

**Quem se recusa a saber, ver ou ouvir, terá que saber também lidar com as consequências das suas decisões.** Não há desculpa para não saber. É obrigação de todo o ser humano.

E apenas posto isto por sentir o dever moral, pois vontade nem tenho nenhuma.  
– Publicação de 23 set. 2021, às 17h. Disponível em: <https://bit.ly/3SUZ8LH>  
(<https://perma.cc/K8ZJ-DLLA>).

Começamos por destacar o período entre aspas que abre esse enunciado. Conforme já adiantamos, um conjunto de palavras colocadas entre aspas isola uma região de sentido que pertence a um outro discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004). Com a sua heterogeneidade mostrada, esse período sinaliza que o enunciador fez a sua “pesquisa”: há um vídeo sobre a vacinação de crianças acompanhando o enunciado, e uma espécie de resumo do que importa reter é replicado entre aspas. O hífen (“-”) que inicia o período seguinte estabelece uma unidade de sentido com o anterior. Mais do que mera “informação”, o período inicial constitui um alerta, o que é explicitado no segundo período (“Vocês foram AVISADOS”), com “AVISADOS” em caixa alta sublinhando um tom de urgência e de ameaça. O uso do verbo no passado (“foram”), a construção na voz passiva e a omissão do seu agente sugerem que os enunciatários inclusive já saberiam desse aviso previamente: cabe agora reagir. A formulação “lavo totalmente as minhas mãos” é uma alusão ao texto bíblico, à passagem em que Pôncio Pilatos teria se isentado da responsabilidade pela crucificação de Jesus Cristo, enquanto lavava as mãos e dizia: “Estou inocente deste sangue. Lavo as minhas mãos”. A memória discursiva dessa formulação sugere um protesto de inocência por parte do enunciador em relação ao *sangue derramado* pelas vacinas. Essa transferência de ônus reforça a agência do enunciatário – o enunciador afirma que se vê no “dever moral” de alertar sobre as mortes em virtude dos imunizantes, mas frisa a responsabilidade individual daqueles que se recusam a “saber, ver ou ouvir” a *sua* (do enunciador) verdade – esses terão “que saber também lidar com as consequências” dessa decisão.

Podemos também perceber o funcionamento desse estatuto autônomo na menção a termos técnicos ou de uso menos corrente sem que os seus sentidos sejam esclarecidos ou sem uma contextualização, o que pressupõe um enunciatário já iniciado na gramática conspiratória ou que seja capaz de fazer a sua “própria pesquisa” para entender de forma autônoma. Do mesmo modo, o estímulo a que os enunciatários “pesquisem” e “cheguem às suas próprias conclusões” sugere um investimento na inteligência e na autonomia desses indivíduos por parte dos enunciadores: *confrontado com as informações corretas, confio que você chegará lá (à minha verdade) sozinho*. Aliás, pode-se afirmar que esse é um dos motivos pelos quais as teorias da conspiração são tão sedutoras para determinados públicos – à volta delas, constitui-se uma comunidade discursiva que pode se considerar uma elite intelectual de livres pensadores, pois entendeu e sabe coisas que os demais não entenderam e não sabem.



Como vimos na seção 3, a perspectiva teórica aqui adotada permite pensar o discurso como uma “prática discursiva”, que, muito além de um conjunto de textos, engloba o funcionamento dos grupos que gerem os discursos. Essa noção inclui os grupos no interior dos quais são gerados os enunciados de determinada FD. Além disso, na perspectiva radical do interdiscurso, cada discurso se constitui de maneira regulada a partir da relação com um Outro. Com base nessas premissas, podemos afirmar que a comunidade discursiva conspiratória está fundada na afirmação de uma diferença fundamental ou de uma superioridade em relação ao exogrupo – de forma vaga, identificados como “os defensores da vacina”. Um enunciador se pergunta: “Quantos de nós fomos julgados, ridicularizados por nossos familiares e amigos por sermos *diferentes*??? [...] Enfim, somos muitos e estamos DESPERTOS!”. O uso do pronome “nós” atenua a alteridade do enunciatário e sela uma identidade de grupo cimentada por uma rejeição partilhada à ordem hegemônica. Pela relação com o não-dito e a partir da oposição ao adjetivo “despertos” enfatizado em caixa alta, os que não pertencem a esse “nós” estariam destituídos de agência, “adormecidos”, “zumbificados” (termo encontrado em uma das comunidades pesquisadas). Cada um lê o Outro de acordo com as suas próprias categorias: o exogrupo julga (diferencia) os membros do endogrupo, tratando-os como “ridículos”; o endogrupo, por sua vez, interpreta essa diferença de forma positiva, atribuindo-a a um esclarecimento (“despertar”) que faltaria ao exogrupo.

A ideia de uma superioridade é também mobilizada na expressão “os sangue puro”, a forma como se autodesignam alguns enunciadores das comunidades pesquisadas. A expressão contrasta o sangue daqueles que se vacinaram contra o Coronavírus – e supostamente foram infectados por doenças, tiveram seu DNA alterado, estão na iminência de falecer ou faleceram –, com o sangue intacto dos não vacinados. Um enunciador pergunta: “Que tal começar a pensar num encontro dos sangue puro, não vax?!”, o que sugere uma reorganização das relações sociais com base na adesão às vacinas. Trata-se de uma forma organizacional que reverbera padrões dos meios cultícos, baseados no afastamento físico do indivíduo da sociedade dominante e no seu isolamento no interior do endogrupo, reforçando a ideia de um reconhecimento de mundo bifurcado. A expressão “sangue puro” também ecoa uma longa tradição de valores sociais atribuídos ao sangue, especialmente no seio do discurso eugenista, que busca justificar práticas segregadoras com base na atribuição de características biológicas consideradas negativas a determinados grupos sociais – na FD conspiratória, no espaço discursivo aqui considerado, o critério para a segregação seria o sangue “maculado” pelas vacinas contra o Coronavírus, ao qual faltaria “saúde”, um dos pilares axiológicos da eugenia. Em seu estudo antropológico sobre os significados da “sujeira”, Mary Douglas (2019)

defende que as culturas humanas operam rituais de higiene tanto simbólica quanto material – assim, padrões classificatórios com base nos códigos de “pureza” e de “impureza” fazem parte da dinâmica própria de estruturação social, tanto coletivamente quanto individualmente. Aquilo que os seres humanos designam como “sujo” ou “impuro” remete a coisas fora do lugar em um mundo conforme se imagina que ele deve ser. Podemos considerar que, no discurso conspiratório, o reconhecimento bifurcado em “sangue puro” e “sangue impuro” reverbera esses padrões, dando origem a um processo de exclusão social com base em um ideal de “limpeza” corporal.

#### 4.1.5 Dêixis enunciativa

Conforme vimos na seção 3, enquanto plano da semântica global, a dêixis enunciativa não se refere às datas e aos locais em que foram produzidos os enunciados de determinada FD. Trata-se, antes, uma configuração espaciotemporal ideológica, de acordo com o sistema de restrições de um discurso. Com base nessa perspectiva, podemos afirmar que o discurso conspiratório erige uma configuração espacial típica de guerra. Devido ao reconhecimento bifurcado, a identidade do nosso objeto de pesquisa constitui-se segundo uma demarcação entre dois campos: o do amigo (endogrupo) e o do inimigo (exogrupo). Estabelece-se, a partir disso, um território típico de guerra, no qual o Outro é percebido não como mero elemento externo ao endogrupo, mas como verdadeira ameaça existencial, justificando sentimentos de rejeição, medo, ódio; já os membros do endogrupo são unidos por laços de amizade e confiança. Uma das consequências dessa topografia “nós contra eles”, a procedência do relato é que passa a definir se algo é encarado “verdade” ou não: o teor dos enunciados migra para um plano secundário, pois qualquer coisa que o inimigo – a grande mídia – afirme é lido como mentira ou com suspeição e como algo a ser combatido; somente os enunciados do “amigo” são confiáveis. Segundo o E13, na conspiração engendrada por Bill Gates e pela elite por meio dos imunizantes contra o Coronavírus, os não vacinados não poderão “fazer mais nada”, como ter passaporte ou conta em banco, sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou prestar concursos públicos. Emerge desse discurso uma espécie de estado de exceção típico de guerra, que se traduz na total perda de direitos pelas vítimas da conspiração. É oportuno notar que, talvez excetuando o ato de tirar passaporte, todas as outras ações mencionadas são marcadores de classe social no Brasil, ajudando a opor um “povo trabalhador” a uma elite endinheirada e maligna da qual esse povo seria vítima.

## E13

Ninguém sabe o efeitos a longo prazo; **cânceres, esterilidade, aceleração do mal de Alzheimer** são alguns dos efeitos colaterais que alguns cientistas já citaram, Essa vacina é um tiro no escuro. Pra mim essa vacina é **eugenista** e como a idéia é essa mesma os primeiros escolhidos serão os da 3 idade ,pra dar uma enxugada na previdência. Em uma palestra para um pequeno público Bill Gates discursa: "sim no início das primeiras vacinações para o covid haverá algumas mortes isso será normal".... Vejam como a elite encara a vacinação. O Brasil virou campo de testes para vacina infelizmente. Quem puder **fujam para as montanhas para os campos para as praias para lugares mais isolados do Brasil .A GUERRA COMEÇOU. AS VACINAS COM TODA CERTEZA SERÃO LIGADAS AO CPF ,QUEM NÃO TOMAR NÃO VAI CONSEGUIR FAZER MAIS NADA, NEM PASSAPORTE, NEM CONTA EM BANCO ,NEM SACAR FGTS ,NEM PRESTAR CONCURSOS E MUITAS OUTRAS COISAS .FUJAM ENQUANTO É TEMPO.**

– Publicação de 16 out. 2020, às 20h20. Disponível em: <https://bit.ly/3SKDWYx> (<https://perma.cc/D9JH-TJ4D>).

No E13, chama ainda a atenção o uso de vocabulário bélico (“eugenia”, “mortes”, “tiro”, “fuga”, “guerra”). Podemos considerar “campo” em “campo de testes” como outro exemplo disso, uma vez que a expressão ativa a memória discursiva de “campo de batalhas”. Esse cenário de catástrofe obriga as vítimas a deixarem suas casas e fugirem para lugares isolados, tal como ocorre nas guerras. A menção à “fuga para as montanhas” pode ser lida em uma chave intertextual com o texto bíblico, mais precisamente com versículos que integram o sermão escatológico de Jesus Cristo no Monte das Oliveiras. Exortando os discípulos sobre o fim do mundo, o pregador recomenda que, “quando virdes a abominação da desolação”, “os habitantes da Judeia que fujam para as montanhas” (Mt, 24,15-16; Lc, 21,21). A menção à fuga para as montanhas recupera essa memória discursiva bíblica e presentifica um cenário de desolação.

Essa guerra do sistema contra os inocentes gera como réplica uma resistência, que se traduz, por exemplo, em espalhar a *red pill*, a “verdade” do discurso conspiratório ou interagir em comunidades como as pesquisadas. Em uma publicação de um dos grupos, de 06 de maio de 2022, um enunciador compartilha um *link* para um vídeo no *YouTube* de aproximadamente 30 minutos, com o título “Sobrevivência: 10 Itens que você precisa ter!<sup>34</sup>”, acompanhado do seguinte comentário: “Não adianta ter a informação e não estar preparado”. A ideia de que seria necessário ter conhecimentos sobre itens de sobrevivência reforça a constituição de um cenário em que a vida dos indivíduos estaria sob constante ameaça. Trata-se de outro exemplo que reforça a representação de uma topografia bélica como sendo a instância de enunciação legítima para o discurso conspiratório.

A essa coordenada espacial, articula-se uma temporalidade escatológica,

<sup>34</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3U5c5n2>. Acesso em: 29 out. 2022.

predominantemente de matriz cristã, que insere as vacinas contra o Coronavírus em um plano apocalíptico já profetizado no texto bíblico – diferentemente da grande mídia, que vê esses imunizantes como um aspecto fundamental para a *continuidade* da vida e para um retorno à normalidade. No E3, cujos recortes analisamos anteriormente, a ideia de que “Jesus está voltando” é repetida sete vezes em um áudio com a duração de 06min06s – na contagem, incluímos o termo aramaico “*Maranata*”, que pode ser traduzido como “Nosso Senhor vem”. Essa repetição, enquanto recurso de ênfase que trava a linearidade da fala, ecoa o mesmo tom de súplica incessante que preside às ladainhas religiosas. Ao estudar esse tipo de enunciados, Prak-Derrington (2019, p. 171, grifos da autora) afirma que a repetição obedece a uma intenção de amplificação que estabelece uma relação motivada entre os significantes repetidos e o restante do enunciado: “MAIS SIGNIFICATIVO vale MAIS do que X”. Por isso, a fraqueza informativa da repetição é inversamente proporcional ao seu poder performativo – aquilo que se repete é *realizado* solenemente por meio do discurso. Sendo assim, podemos afirmar que a fórmula “Jesus está voltando”, repetida sete vezes, adquire um valor profético e encantatório, dando substância ao que está ausente e presentificando o que se anuncia.

### E3

**Sabemos que Jesus está voltando**, mas quando você lida com a informação de quem está envolvida no meio é de choque muito mais, né? [...] E ali ela começou a se abrir comigo [...]. Ela faz parte da Inteligência Artificial Internacional, dessas reuniões que vêm lá da plataforma do Bill Gates. Ela falou que o Bill Gates tá... tá por trás de tudo isso, tá associado a todas as empresas de..., das vacinas, né? Que essa Coronavac é fichinha perto daquela que virá. [...] **Gente, Jesus está voltando**. De fato, comentou sobre um meteoro que está para chocar com a Terra, né?, que ele vai passar pela Terra, vai provocar muitos terremotos. [...] Vai destruir tudo. Então, é... é... é... é.. **Maranata! Vem, Jesus**. É só isso que eu posso falar. Então, a gente precisa alertar as pessoas com relação a essa vacina, alertar as pessoas sobre o final dos tempos. **Jesus Cristo está voltando mesmo**. Tempo da gente se humilhar, jejuar, rasgar as nossas vestes, olhar para o alto, esquecer das coisas terrenas. É tempo de buscar o reino de Deus, **porque Jesus está às por... tá à porta, né?, tá à porta, tá chegando**. E quando você lida com..., com a situação de fato, com uma pessoa que está no meio, que nem é convertida... E eu percebi que, na hora que eu comecei a falar da Bíblia pra ela..., falei: “Doutora, tá tudo isso, tudo está na Bíblia, **Jesus está voltando, a gente precisa entregar a vida pra Ele**”. [...] Gente, Deus abençoe. [...] **Jesus está voltando**, está às portas. Deus abençoe, fica na paz.  
– Publicação de 25 jan. 2021, às 10h55. Disponível em: <https://bit.ly/3z53BVN> (<https://perma.cc/XFG9-KUBD>).

A ideia de uma segunda vinda de Cristo é central para diversas denominações cristãs. Com base nos evangelhos canônicos, particularmente no evangelho segundo Mateus, essa volta do Messias é identificada com o julgamento final e eterno de Deus sobre o povo de todas as nações, resultando no fim do mundo, na salvação de alguns e na punição de outros. No E3, o genocídio perpetrado por meio das vacinas é integrado a um plano mais amplo de

Juízo Final, mesclado com outros elementos, como a vinda de um meteoro que irá “destruir tudo”. Esse plano já seria do conhecimento da enunciadora, pois estaria previsto no texto bíblico. Desse recorte do enunciado, destacamos ainda a frase “É só isso que eu posso falar”. Essa formulação sugere que há mais coisas a serem reveladas, que há coisas que não podem ser ditas. A frase aparece logo após a menção a um termo em aramaico (“*Maratana*”), o que ajuda a instaurar uma atmosfera de mistério. Trata-se de um modo de enunciação hesitante e obscuro, que é coerente com o universo de sentidos instaurado pelo discurso conspiratório, na medida em que mostra um alinhamento ao sema “secretismo”. Esses elementos aguçam a curiosidade do enunciatário à volta de uma realidade parcialmente inefável e que, por isso, pode causar mais medo – conforme comentamos a propósito do E2, o que não pode sequer ser nomeado tem um potencial mais desestabilizador do que é conhecido. O mesmo efeito é gerado com a formulação “Que essa Coronavac é fichinha perto daquela que virá”. Com ela, a enunciadora sugere a existência de um horror mais intenso, sem, contudo, esmiuçá-lo; assim, o enunciado descreve apenas o cenário mais brando, deixando o pior à imaginação do enunciatário, alimentando um mistério que é possivelmente ainda mais amedrontador.

As teorias da conspiração à volta da Nova Ordem Mundial, da qual as vacinas seriam apenas mais um instrumento, também podem ser lidas na chave da escatologia cristã, como um tempo de “grande tribulação” em que o demônio (ou o anticristo) teria o domínio mundial, com base em profecias do Apocalipse (12,9; 20,7-8). No E25, essa temporalidade apocalíptica aparece associada à alegação de que “bilhões irão morrer até 2030” e de que as vacinas seriam “da besta”, assinalando, em quem a elas aderisse, a “escolha” de um dos lados no final dos tempos – o do anticristo.

## E25

Eles vão nos matar até 2030

MORTES FARÃO DA TERRA UM GRANDE SARCÓFAGO DO REINADO DA BESTA.



Bilhões irão morrer até 2023. As substâncias das vacinas foram criadas em 2005 para serem usadas como armas biológicas pelos militares americanos. [...]

Cânceres se espalham e matam mais rápido do que uma bomba relógio. [...]

Irá morrer de infecções e de doenças comuns, morrerão de cânceres, trombozes, derrames e infartos.

SEJA A RESISTÊNCIA! NÃO TOME AS VACINAS DA BESTA!

– Publicação de 12 dez. 2021, às 19h18. Disponível em: <https://bit.ly/3Tb21YN> (<https://perma.cc/F3XW-ZB2B>).

O E25 faz duas previsões, ambas com base em uma suposta ação maligna perpetrada por meio das vacinas – “eles vão nos matar até 2030” e “bilhões irão morrer até 2023”. O

cenário que daí emerge é de total devastação: a alegação de que a terra será transformada em um “grande sarcófago” sublinha o caráter apocalíptico dessas previsões, abrindo a visão de um mundo onde a morte, metonimizada pela menção a um túmulo gigantesco, se tornou onipresente. Na menção aos militares e à ideia de “arma biológica”, na comparação de cânceres a uma bomba relógio e no apelo a que os enunciatórios sejam a “resistência”, podemos também identificar a constituição de um cenário bélico. É significativo poder contrastar essas duas previsões que referimos de início com o ceticismo em relação às mortes em decorrência do próprio Coronavírus, presente em enunciados que circulam nas comunidades pesquisadas. Como vimos a propósito do E2 e do E18, a própria existência desse patógeno é colocada em xeque pelo discurso conspiratório. Esse contraste reforça a ideia de que a procedência do relato é que define o estatuto de “verdade” que se atribui a determinado fato nesta FD – contabilizadas pela grande mídia, as mortes em decorrência da Covid-19 são silenciadas ou contestadas; já as mortes em decorrência das vacinas é que ganham centralidade em enunciados como o E25 e são tratadas como a real expressão do cenário pandêmico.

Na primeira previsão desse enunciado, cuja concretização foi apontada para o ano de 2030, a função de objeto direto é ocupada pelo pronome oblíquo da primeira pessoa do plural (“nos”). Como nota Freda Indursky (1997, p. 66), “nós” não é exatamente um plural, mas “um eu” ampliado, que permite ao enunciador integrar, de forma vaga, outros enunciadores, lexicalmente não nomeados, ao seu dizer. Essa vaguidade torna admissível a ideia de que esse “nós” abrange tão só o enunciador e a comunidade constituída à volta da adesão ao discurso conspiratório. Já na segunda previsão, projetada para um prazo muito mais curto, a marca da primeira pessoa desaparece – o sujeito da frase é “bilhões”. Com tais estruturas sintáticas, essas duas formulações têm efeitos para a produção de sentidos. Na primeira previsão, o “eles vão nos matar” admite uma paráfrase mais próxima da voz passiva (“seremos mortos por eles”), o que sublinha o caráter de “vítimas indefesas” partilhado por essa coletividade. Na segunda previsão, qualquer resquício de passividade desaparece, e o efeito de uma ação externa sobre as pessoas é silenciado (o enunciado diz apenas que “bilhões irão morrer”). Essas duas previsões contrastam um “nós”, formado pela comunidade discursiva integrada pelo enunciador, e um “eles”, no qual se imiscuem os agentes conspiradores e aqueles que presumidamente não aderem ao discurso conspiratório. A primeira previsão tem um prazo estendido; já a segunda deve se concretizar em cerca de um ano (atendendo à data da publicação do E25). A formulação também vaga da coletividade abrangida por essa segunda previsão, que tem um prazo bem mais curto, protege-a de uma possível contestação. O próprio enunciado já se adianta ao possível não cumprimento dessa segunda profecia, adiando o

desenlace final para 2030. Nessa cronografia, os eventos futuros são entendidos como fixos e determinados, mesmo os relativamente longínquos, como o das alusões ao ano de 2030 que acabamos de analisar (e que também aparecem no E1 e no E12). São esses eventos futuros que determinam a forma e o significado dos eventos no presente – a pandemia e as vacinas.

Em sintonia com o discurso religioso, o discurso conspiratório permite ler, interconectar e interpretar os sinais da desgraça iminente de um fim do mundo. A promessa de concretização dos eventos predestinados na Bíblia, apregoada por esse discurso, leva os enunciadores a uma experiência transcendente, em que praticar uma fé, aderir a determinados princípios morais e consumir interpretações proféticas se interconectam, marcando a incorporação de uma ordem superior no cotidiano dos sujeitos e suspendendo o tempo cronológico (cf. HARDING; STEWART, 2021). Essa temporalidade apocalíptica, devido ao seu respaldo no texto bíblico, traz consigo uma promessa de redenção e arrebatamento contra uma ordem maligna (a dos conspiradores). O cenário bélico, por sua vez, anima os sujeitos à luta e à resistência, mantendo mobilizados os públicos das comunidades discursivas que pesquisamos. Nessas coordenadas da dêixis discursiva, identificamos a ação de um reconhecimento bifurcado do mundo, de uma visão escatológica e da defesa de um secretismo que orchestra a realidade, em conformidade com a semântica global do discurso em questão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos estudar como se dá a relação entre linguagem e conspiração na pandemia da Covid-19. Mais especificamente, voltamos o nosso olhar para teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus para estabelecer as especificidades e as regularidades desse discurso. Para isso, mobilizamos, principalmente, o conceito de semântica global desenvolvido por Maingueneau (2021b). Iniciamos o nosso percurso de pesquisa aludindo a uma inquietação gerada pela simples designação do nosso objeto. Diferentemente de um pesquisador que se dedique a analisar o discurso de uma figura pública, de um determinado grupo de pessoas ou de uma obra específica, pesquisas nas quais o gesto de designar os objetos que decorrem de cada caso não implica a atribuição de um rótulo, mas tão só a nomeação de uma realidade empírica, previamente estabelecida, no nosso caso, designar como “teorias da conspiração” os enunciados que analisamos projeta um posicionamento acerca de um modo de encarar esses objetos, tendo em vista a carga semântica pejorativa que a expressão em questão carrega. Conforme afirmamos na introdução, não há uma resposta fácil para lidar com a complexidade aqui envolvida, o que talvez também ajude a explicar a quase inexistência de pesquisas acerca do discurso conspiratório no campo das ciências da linguagem. Encarar os riscos teóricos e metodológicos de um estudo como o que propomos neste trabalho passa também por assumir que a AD não pode ter a pretensão ingênua de reinar soberana sobre a “totalidade do dizível” e deve admitir, inclusive, que ela possa ser criticada por aquilo que pretende tomar por objeto (MAINGUENEAU, 2012, p. 54).

De todo modo, ao longo da pesquisa, fizemos esforços no sentido de adotar uma postura menos axiologizada – na maior parte do tempo, fora da “fratura discursiva” que apontamos inicialmente. Para isso, foram importantes as suposições 1) e 2) que referimos na introdução: 1) existe uma visão oficial sobre as vacinas contra o Coronavírus, que é aquela que circula na grande mídia e que influenciou quase 90% da população brasileira a se vacinar; 2) existem discursos, denominados de “teorias da conspiração” pela literatura especializada, que contrariam essa versão oficial, ao associar tais vacinas a diversos “planos secretos malignos”, conduzidos por agentes “conspiradores”, visando prejudicar determinadas “vítimas”, de acordo com a definição de autores como Nicolas (2016) e Introne *et al.* (2020). Na seção 2, procuramos mostrar como essas teorias foram sendo estudadas pelas mais diversas áreas do conhecimento, o que também ajudou a caracterizar o nível da complexidade do objeto em questão. Ao distinguimos essencialmente duas abordagens que emanam dessa



literatura, alinhamo-nos àquela que se distancia de uma chave de leitura patologizante para estudar o conspiracionismo como uma forma de expressão ligada ao impulso humano fundamental de impor significados ao mundo, que, por isso mesmo, esteve presente ao longo da história e cuja relevância atual pode ser, em grande parte, explicada pelas convergências entre o neoliberalismo, as estruturas privilegiadas por esse sistema e a emergência dos meios tecnológicos que possibilitaram uma plataforma de amplo alcance a esses discursos, conectando e organizando públicos outrora desarticulados. No contexto da pandemia da Covid-19, este trabalho ajudou a retratar um ecossistema digital onde vicejam teorias da conspiração a respeito dos imunizantes contra o Coronavírus, as quais ajudam a moldar a adesão dos indivíduos a uma importante medida de controle da crise sanitária, com base em uma postura antissistêmica que rejeita as versões oficiais propagadas pela grande mídia.

Partimos da hipótese de que o discurso conspiratório, no espaço discursivo delimitado a essas vacinas, aspira à mesma função social do discurso midiático tradicional, ou seja, ele pretende “informar” e, com isso, fixar normativamente uma organização alternativa para o real. A partir disso, propusemos que a grande mídia pode ser considerada o Outro do nosso objeto e que uma operação de rejeição às versões oficiais que circulam nessa autoridade epistêmica seria fundamental para a constituição da identidade do discurso conspiratório, incidindo sobre alguns eixos semânticos primitivos (MAINGUENEAU, 2021b, p. 58). A partir dessas premissas e das análises que apresentamos na seção 4, podemos propor uma sistematização para os semas reivindicados e rejeitados pelo discurso em questão, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Semas reivindicados e rejeitados pelo discurso conspiratório.

| <b>Eixos primitivos</b>    | <b>Semas reivindicados</b>     | <b>Semas rejeitados</b>   |
|----------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Reconhecimento             | +bifurcação                    | –multivocidade            |
| Episteme                   | +certeza                       | –dúvida                   |
| Construção do conhecimento | +individualidade<br>+autonomia | –coletivismo<br>–mediação |
| Acontecimentos             | +intencionalidade              | –coincidência             |
| Integração                 | +holismo                       | –segmentação              |
| Realidade                  | +secretismo                    | –ostensividade            |
| Destino                    | +escatologia                   | –continuidade             |
| Estatuto                   | +marginalização                | –institucionalização      |

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com base no conceito de semântica global, mobilizado durante as análises, foi possível mostrar como essas unidades mínimas de sentido, reivindicadas e rejeitadas, incidem sobre diversos aspectos do discurso em questão. Por exemplo, a respeito dos temas,

mostramos que o sema “holismo”, reivindicado pela FD conspiratória, dá lugar a uma estrutura fractária que aglutina elementos dispersos temporal e espacialmente a uma percepção das vacinas contra o Coronavírus e dos propósitos do seu desenvolvimento. Vimos também que a rejeição da “coincidência” permite estabelecer uma relação de causalidade entre as vacinas e diversos cenários conspiratórios, alguns dos quais já previamente em curso. No plano do vocabulário, vimos que o sema “certeza” dá vazão a poucos modalizadores epistêmicos e, conseqüentemente, a enunciadores bastante convictos de seus relatos. Coagida pelo sema “marginalização”, a intertextualidade tida como legítima pelo nosso objeto é, sobretudo, aquela estabelecida com veículos da mídia alternativa, que estão à margem da esfera autorizada. No quarto plano analisado, apontamos a ação dos semas “individualidade” e “autonomia” na constituição de uma comunidade discursiva de hierarquias e autoridades diluídas. No plano dêixis enunciativa, analisamos a constituição de uma topografia típica de guerra, com base em um reconhecimento bifurcado do mundo, e de uma temporalidade apocalíptica, coagida por uma visão escatológica do destino da humanidade, que rejeita a noção de continuidade a partir da adesão em massa às vacinas. Em geral, os efeitos de sentido analisados se encaminham para um estilçamento da noção de “verdade” compartilhada na esfera pública, associando os imunizantes ao mal absoluto, em uma inversão da interpretação hegemônica.

É interessante notar que, em seu estudo do conspiracionismo, Pereira (2021) aponta como regularidades enunciativas desse discurso o uso de verbos no futuro do pretérito e de outras construções que não ressoam um efeito de certeza. Segundo o autor (2021, p. 137, grifo nosso), esses recursos expressivos aludem a cenários que os autores das teorias da conspiração analisadas consideram *quase* certos ou sugerem “uma tensão entre o dado empírico e a *possibilidade*”. Podemos afirmar que esses dados contrariam resultados que obtivemos na análise do nosso *corpus*, no qual a dúvida ou a relativização (em relação aos próprios enunciados) são, em geral, repelidas. Julgamos que essa diferença pode ser explicada pela natureza do que foi analisado em cada pesquisa. De fato, considerando diversos campos e espaços discursivos, Pereira (2021) analisou mídias pré-digitais – um livro publicado no Brasil pela editora Record, uma das maiores do país, e um programa da TV a cabo de um canal ligado à Warner Bros. – e quatro vídeos publicados no *YouTube*, dos quais três possuem autoria determinada e dois pertencem a perfis verificados. Esse *corpus*, embora também dê voz a versões que estão à margem da esfera autorizada, está mais submetido a certos mecanismos de controle e de regulação – inclusive os jurídicos –, comuns nessa mesma esfera, do que o nosso *corpus*, composto por enunciados de um nicho mais restrito, que

circulam mais “livremente”, inclusive por poderem estar sob anonimato. Por outras palavras, há diferentes graus de distanciamento dessa esfera hegemônica nos *corpora* de uma e de outra pesquisas, diferentes graus de “regulação” e, conseqüentemente, de preocupação com uma modulação do discurso. Isso aponta para uma especificidade do conspiracionismo que circula anonimamente em outras esfera da Internet plataformizada e, simultaneamente, para os efeitos que a infraestrutura técnica acaba tendo no sistema de restrições de um discurso.

Conforme frisamos ao longo do nosso percurso de análises, esse sistema não funciona isoladamente no interior de um campo discursivo. A hipótese de que o nosso objeto pode ser considerado um discurso do campo das mídias de informação e de que grande mídia seria o seu Outro mostrou-se produtiva na maior parte do tempo, no sentido em que conseguimos foi possível mostrar que ambos os discursos aspiram a uma mesma função social e que o discurso conspiratório opera um simulacro desse Outro. Contudo, em alguns momentos, notamos que o conspiracionismo adota uma postura de rejeição também em relação aos pressupostos da ciência dita “normal”. Por exemplo, no plano do vocabulário desse discurso, vimos que a noção de “pesquisa”, coagida pelos semas “individualidade” e “autonomia”, assume uma feição bastante diferente do significado que detém no discurso científico. Isso só reforça a complexidade do discurso conspiratório e aponta que a operação de rejeição, que referimos anteriormente, se estende a outras autoridades epistêmicas, sublinhando o caráter antissistêmico desse discurso.

Em diversas áreas do conhecimento, pesquisas sobre teorias da conspiração à volta de vacinas que circulam nas plataformas digitais, como o artigo de Melo, Broietti e Salvi (2021, P. 128), deparam-se com o imperativo ético de, ao dissecar esse objeto, proporem um “método de contenção” para essas narrativas, assumindo explicitamente um dos lados da fratura discursiva. Esse não foi um dos objetivos desta pesquisa, mas se alguma contribuição podemos lançar nesse sentido é a de reforçar que não estamos perante um discurso compromissado com a “verdade” que ele mesmo erige – ou seja, o discurso conspiratório pode não obedecer a princípios epistêmicos básicos, como o da não contradição. Além disso, esse discurso se protege do contraditório por seu caráter autoblindado: tudo o que possa contradizer as alegações do endogrupo é interpretado como um elemento que reforça a certeza da conspiração. Vimos, por exemplo, que a própria moderação dos conteúdos conspiratórios pelas plataformas digitais tem um efeito rebote na percepção de censura. Sendo assim, talvez a ideia de “rebater” teorias da conspiração sobre vacinas com métodos de argumentação tradicionais, como pretendem os autores mencionados (2021), seja apenas “enxugar gelo” na maior parte dos casos. Na AD pêcheutiana, diz-se que o esquecimento número 1 faz com que

tenhamos “a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2013, p. 35). Na esfera digital, podemos afirmar que esse esquecimento é muitas vezes exacerbado por uma alienação técnica dos usuários comuns, que têm a ilusão de operar ainda mais livremente no ecossistema digital, em parte porque não detêm acesso à escala global de como ele funciona. Uma vez que identificamos o conspiracionismo como um fenômeno que viceja precisamente em virtude desse ecossistema, entendemos que é necessária uma reforma no viés algorítmico das grandes plataformas e no seu modelo atual de negócios para endereçar essa problemática de forma efetiva.

Nesta pesquisa, concentramos as análises em apenas cinco planos discursivos da semântica global. Em trabalhos futuros, outros planos podem ser considerados – por exemplo, o do *ethos* discursivo, que atualmente constitui um conceito bastante importante para o campo da AD. Inicialmente, pretendíamos incluir o estudo desse plano nas análises, mas acabamos por descartar essa intenção, devido à extensão deste trabalho e à percepção de que esse estudo pode render uma pesquisa autônoma, centrada nesse conceito e em outros correlacionados, como o de “cenografia”, aos quais aludimos apenas brevemente ao longo das análises.

Na seção 4, afirmamos que o discurso conspiratório engendra uma forma de enunciar que desconhece relativizações, reafirma certeza e convicção incondicionais e parece querer esgotar as possibilidades de sentidos outros. Essa afirmação remete-nos a uma questão teórica não abordada nesta dissertação, mas que também pode vir a ser objeto de elaborações futuras. Trata-se da possibilidade de considerar o discurso conspiratório como um “discurso constituinte”, na acepção de Maingueneau (2012; 2018b) – ou melhor, de analisar detidamente os meios expressivos pelos quais se simula esse estatuto. Segundo o linguista (2012, p. 37), esse tipo de discurso tende a não reconhecer “outra autoridade além da sua própria” e a “não admitir quaisquer outros discursos acima deles”, fundando-se a partir da ideia de contato direto com uma fonte legitimadora. O autor dá como exemplos de discursos constituintes o discurso religioso, o científico e o filosófico. Uma possível reflexão seja a de considerar que o discurso conspiratório reivindica para si mesmo um acesso privilegiado à “verdade” sufocada pela esfera autorizada e pelo próprio secretismo que, segundo esse discurso, orquestraria a realidade.

Outra possível reflexão para trabalhos futuros está relacionada à noção de “atopia”, também formulada por Maingueneau (2015). Segundo o autor (2015, p. 145), a atopia remete ao lugar clandestino, parasitário, escondido, que determinados discursos ocupam na sociedade, devido às suas características específicas. Um exemplo de um discurso que detém essa condição atópica seria o discurso pornográfico, que é relegado a espaços sociais bastante

restritos, pois, “se pudesse circular sem a menor restrição, então não haveria sociedade possível”. A respeito desse tópico, vale referir que, em seu estudo sobre o *death metal*, um objeto situado no campo artístico-musical, Khalil (2017, p. 236-237) defende a tese de que esse discurso não tem, efetivamente, uma natureza atópica, mas encena esse estatuto “de si/para si – e para o outro”. Por exemplo, segundo o autor (2017, p. 232), o embate com o cristianismo funciona como um recurso da cenografia do *death metal* para “instaurar a aparência de uma enunciação atópica; e é justamente por parecer atópico que esse discurso afronta o *mainstream*”. Portanto, trata-se de mais *encenar* uma transgressão que *simula* uma fala interdita. Essa relação hesitante com a atopia, na perspectiva do pesquisador (2017), justifica-se pela especificidade problemática do seu objeto de análise. Esse gênero musical, ao mesmo tempo em que se insere no mercado fonográfico e em sua rede de gravação, distribuição e divulgação, rejeita esse pertencimento, pois entende que a “verdadeira música” não deve ceder ao apelo popular. Em relação ao nosso objeto de estudo, podemos igualmente nos perguntar, por exemplo, se ao adotar o *leet talk* (a escrita taquigráfica que analisamos em 4.1.2) como estratégia de driblar os mecanismos de “censura” do *Facebook*, o discurso conspiratório sobre vacinas contra o Coronavírus não engendraria para si essa mesma existência atópica. Apontamos, aliás, que a marginalidade é um dos semas reivindicados pela FD em questão, que rejeita a instância hegemônica ao interpretá-la como maligna e corrupta. No nosso caso também se trata de uma “especificidade problemática”, uma vez que esse discurso também circula com certo alcance na sociedade atualmente, não só na esfera digital, mas também inclusive em espaços de grande audiência, como vimos a propósito da *Jovem Pan*. Por outro lado, podemos também nos perguntar se, caso viesse a ganhar um estatuto, de fato, *mainstream*, o discurso conspiratório não perderia parte fundamental da sua ipseidade. Quanto à alegação de que, “se pudesse circular sem a menor restrição, então não haveria sociedade possível”, talvez seja possível afirmar que, à medida em que ganha mais adesão e espaço e deixa de ser um fenômeno que viceja nas franjas, o conspiracionismo parece alterar profundamente a noção de esfera pública compartilhada tal como a conhecemos.

## REFERÊNCIAS

A CONSPIRAÇÃO antivacina. Direção: Colette Candem. Produção: Flora Bagenal. Londres: Caravan Media, Quicksilver Media e Channel 4 Television, 2021. 68 min, cor, 2.35 : 1. Disponível em: <https://bit.ly/3SDWvy4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

AGÊNCIA FAPESP. **Pesquisadores analisam avanço de grupos antivacina em plena pandemia**. Por Maria Fernanda Ziegler, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mI67cL>. Acesso em: 09 out. 2021.

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. **A Revolta da Vacina**. 25 abr. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3LK1yuG>. Acesso em: 30 jul. 2022.

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. **Covid-19: balanço de dois anos da pandemia aponta vacinação como prioridade**. Por Camile Duque Estrada e Lidiane Nóbrega, 09 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3RE2rpY>. Acesso em: 30 ago. 2022.

AGÊNCIA LUPA. **É falso que Instituto Viroológico de Wuhan e Pfizer são de propriedade da GlaxoSmithKline**. Por Chico Marés, 09 dez. 2020a. Disponível em: <http://bit.ly/3Ac8YSD>. Acesso em: 13 set. 2022.

AGÊNCIA LUPA. **EUA, Brasil e Espanha lideram desinformação contra vacinas da Covid-19**. Maurício Moraes, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3o3YJrV>. Acesso em: 18 out. 2020.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

ALVES, W.; PIMENTA, D. N.; ANTUNES, M. N. Cenas discursivas da pandemia de Covid-19: o discurso sobre o isolamento social na imprensa. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 18-32, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3J8X0N4>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ANSPACH, N. M. *et al.* A little bit of knowledge: *Facebook's* news feed and self-perceptions of knowledge. **Research & Politics**, 6(1). Disponível em: <https://bit.ly/3f1o8CZ>. Acesso em: 28 ago. 2022.

AUPERS, S. “Trust no one”: Modernization, paranoia and conspiracy culture. **European Journal of Communication**, 27(1), 22-34, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3z1YJ26>. Acesso em: 23 jul. 2022.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004. p. 11-80.

AYTO, J. **Twentieth century words**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BAALBAKI, A.; SILVA, L. F. ANDRADE (org.). **Discursos sobre pandemia: entre dores e certezas**. Campinas: Pontes, 2020.

BALE, J. M. Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus

conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. **Patterns of Prejudice**, 41 (1): 45-60. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3IZVGfp>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BARKUN, M. **A culture of conspiracy**: apocalyptic visions in contemporary America. Berkeley: University of California Press, 2003.

BARLOW, J. P. **A declaration of the independence of cyberspace**. Davos, 08 fev. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3C6MxD>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BARONAS, R.; PONSONI, S. Uma análise de discurso de base enunciativa: notas de leitura sobre o percurso epistemológico de Dominique Maingueneau. **Revista Heterotópica**, v. 1, n. 1. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cRFdxI>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BBC NEWS BRASIL. **A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo**. Por Paula Adamo Idoeta, 24 jul. 2017. Disponível em: <https://bbc.in/3R57Erd>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BBC NEWS BRASIL. **Analistas rejeitam boatos sobre intervenção dos EUA no impeachment**. Por João Fellet. 22 maio 2016. Disponível em: <https://bbc.in/3vgMmhF>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BBC NEWS BRASIL. **Como as vacinas de RNA que nos salvaram da Covid-19 podem derrotar outras doenças**. Por Tim Smedley, BBC Future, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://bbc.in/3SXMID5>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BBC NEWS BRASIL. **Da varíola à covid-19, a história dos movimentos antivacina pelo mundo**. Por George Erman, Serviço ucraniano da BBC, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://bbc.in/3dIApvs>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BEVINS, V. **O método Jacarta**: a cruzada anticomunista e o programa de assassinatos em massa que moldou o nosso mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

BÍBLIA. Novo testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. 1. ed. Tradução do grego, apresentação e notas: Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BÍBLIA. Novo testamento: os quatro evangelhos. 1. ed. Tradução do grego, apresentação e notas: Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BOLTANSKI, L. **Enigmas y complots**: una investigación sobre las investigaciones. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2016.

BOULLIER, H.; KOTRAS, B.; SILES, I. Uncertain knowledge: studying “truth” and “conspiracies” in the digital age. **Reset**, 10, 2021, Savoirs incertains. Disponível em: <https://bit.ly/3zk15to>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRONNER, G. Pourquoi les théories du complot se portent-elles si bien? L'exemple de Charlie Hebdo. **Diogène**, n. 249-250, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cyzX1R>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BROTAS, A. M. P. *et al.* Discurso antivacina no *YouTube*: a mediação de influenciadores.

**Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 72-91, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fib37W>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BROTHERTON, R. **Measurement issues and the role of cognitive biases in conspiracist ideation**. 2013. 188 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Goldsmiths, University of London, London, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cxv60V>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politéia, 2019.

BUTTER, M.; KNIGHT, P. (eds.). **Routledge handbook of conspiracy theories**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2020.

BUTTER, M.; KNIGHT, P. Comblér le fossé. L'avenir des recherches sur les théories du complot. **Diogène**, 249-250 (1), 2015, p. 21-39. Disponível em: <https://bit.ly/3zEEgld>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BUTTER, M.; KNIGHT, P. The history of conspiracy theory research: a review and commentary. In: USCINSKI, J. E. **Conspiracy theories and the people who believe them**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 33-46.

BYFORD, J. **Conspiracy theories: a critical introduction**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

CAFIERO, F. Quem são, o que pensam e como atuam os movimentos antivacinas. [Entrevista concedida a] Marcos Principi. **Revista IHU On-line**, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Q1osxQ>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CARMO, A. S. do; ALMEIDA, C. D. de. Não são apenas números: análise dos obituários na cobertura da pandemia de Covid-19 na *Folha de S. Paulo*. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 31-44, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3b2Owud>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARREON, R. O. Presidência acima de tudo, economia acima de todos? Notas sobre o discurso presidencial de banalização das mortes por Covid-19. **Linguagem**, v. 35, n. 1, 2020: Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das Ciências da Linguagem. Disponível em: <https://bit.ly/3PEEoHh>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CASSAM, Q. The (real) point of Conspiracy Theories. In: CASSAM, Q. **Conspiracy Theories**. Cambridge, UK; Medford, MA: Polity Press, 2019. p. 9-30. Disponível em: <https://bit.ly/3hlx4Ux>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CAYCHO-RODRÍGUEZ, T. *et al.* What is the support for conspiracy beliefs about Covid-19 vaccines in Latin America? A prospective exploratory study in 13 countries. **Front. Psychol.**, 2022, Sec. Health Psychology. Disponível em: <https://bit.ly/3Sv5EZH>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE (CCDH). **Pandemic profitters: the business of anti-vaxx**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fewwXa>. Acesso em: 30 ago. 2022.



CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3OwrLfK>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CESARINO, L. **Teorias da conspiração na Internet**. Podcast Antivírus 13. Apresentadores: Mariana Valente e Francisco e Brito Cruz. [S. I.]: Sérgio Motta, 18 set. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://spoti.fi/3vco1cN>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CESARINO, L. Tratamento precoce: negacionismo ou *alt-science*? **Blog do Labemus**, 27 de julho de 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3MITI4K>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CIÊNCIA VIVA. **Breve história de medo e desinformação**: os movimentos anti-vacina. Fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dHG70E>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CHUN, W. H. K. Querying homophily. *In*: APPRICH, C.; CHUN, W. H. K.; CRAMER, F. **Pattern discrimination**. Lüneburg: Meson Press, 2018. p. 59-97. Disponível em: <https://bit.ly/3BTz7Wq>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CHUN, W. H. K. Crisis, crisis, crisis, or sovereignty and networks. **Theory, Culture & Society**, vol. 28(6), p. 91-112, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3gQsCgg>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CNN BRASIL. **Veja quais países iniciaram a vacinação contra a Covid-19; Brasil está fora**. 24 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yLygq7>. Acesso em: 16 out. 2022.

CNN BRASIL. **A corrida de US\$ 3 trilhões**: *big techs* valem cada vez mais na bolsa dos EUA. Por Paul R. La Monica, CNN Business, 07 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xOUdUN>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COADY, D. Conspiracy theories and official stories. **International Journal of Applied Philosophy**, 17(2), 197-209. Disponível em: <https://bit.ly/3MEFQst>. Acesso em: 30 set. 2022.

COMPARATIVE ANALYSIS OF CONSPIRACY THEORIES IN EUROPE (COMPACT). **Home – Introduction and About this project**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3rYPsEJ>. Acesso em: 30 set. 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro insinua que China pode ter criado vírus para guerra química**. Por Ingrid Soares, 05 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UFIDFn>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, G. dos S.; MADEIRA, K. M. L.; MARTINS, P. F. M. C.; MARTINS, P. F. M. C. Teoria da conspiração antivacina: uma análise à luz das situações retóricas. *In*: COSTA, M. T. de A. (org.). **X Congresso Internacional de Línguas e Literatura**: tendências em pesquisa e inovações no séc. XXI. Campina Grande: Realize Editora, 2022. *E-book*.

Disponível em: <http://bit.ly/3UCyLMj>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A.; MATOS, C. C. de S. A. Considerações sobre o impacto da Covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde Soc.**, 30 (1), 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3C6a43K>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. **Alfa**, São Paulo, 40: 151-173, 1906. Disponível em: <https://bit.ly/3shikbH>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DAVIES, H. The gamification of conspiracy: QAnon as alternate reality game. **Acta Ludologica**, vol. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3bc32jw>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DEAN, J. **Conspiracy cultures from outerspaces to cyberspace**. New York: Cornell University Press, 1998.

DOBRACHINSKI, L. Aspectos básicos de imunização. In: MALAGUTTI, W. **Imunização, imunologia e vacinas**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. p. 3-5.

DOUGLAS, K. M. *et al.* Understanding conspiracy theories advances in Political Psychology. **Advances in Political Psychology**, vol. 40, suppl. 1, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JdXfWU>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabus. Lisboa: Ed. 70, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3ULDAll>. Acesso em: 25 set. 2022.

EL PAÍS BRASIL. **Quando as empresas são mais poderosas que os países**. Cristina Galindo, 07 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3R5Ux8h>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ESTADÃO VERIFICA. **Comentarista da Jovem Pan cita mortes de adolescentes para desencorajar imunização, mas dois deles nem sequer haviam sido vacinados**. Por Pedro Prata e Alessandra Monnerat, 27 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3C6LWxT>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ESTADO DE MINAS. **Checamos**: quem são os donos do laboratório de Wuhan e da Glaxo. Agence France-Presse, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3tstHOi>. Acesso em: 13 set. 2022.

EVANGELISTA, R. Mentiras lucrativas: modelos de negócio da web exploram radicalismos e ameaçam democracias. **COMCIÊNCIA**, Unicamp, v. 210, p. 1, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3r5WFCy>. Acesso em: 30 ago. 2022.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. São Paulo: Zahar, 2005.

FALTAY FILHO, P. **Máquinas paranoides e sujeito influenciável**: conspiração, conhecimento e subjetividade em redes algorítmicas. 2020. 212 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estética)) – Universidade Federal do

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3osTxiR>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FERRARI, I. W. “Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil?. **Ciênc. saúde coletiva**, 27 (11), 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Sp3Elb>. Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, E. D.; AGNOLETTI, A. C.; TISCHER SERAGLIO, M. K. O discurso bolsonarista sobre o viés ideológico na pandemia da COVID-19. **Revista Heterotópica**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 301-327, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3cPeykY>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FIVE THIRTY EIGHT. **Most people believe in JFK conspiracy theories**. Por Harry Enten, out. 2017. Disponível em: <https://53eig.ht/3rd73bL>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Beatles surgiram para implantar o comunismo, diz novo presidente da Funarte**. Por Lucas Brêda e Manoella Smith, 02 dez. 2019a. Disponível em: <http://bit.ly/3Ulho1U>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Para criador do Corredor Triplo A na Amazônia, preservação se sobrepõe à soberania brasileira**. Por Patrícia Campos Mello, 10 out. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3SCdFvJ>. Acesso em: 26 set. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Veja verdades e mentiras sobre a vacina contra Covid-19**. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yMmbB8>. Acesso em: 01 out. 2022.

FONSECA, P. de O.; KHALIL, L. M. G. A nação pró-tratamento precoce: cenas de enunciação e a constituição do discurso. **ANTARES**, v. 14, n. 32, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LN9ifh>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FOSSEY, M. F. **A semântica global em duas revistas de divulgação científica: Pesquisa Fapesp e Superinteressante**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3oI4xZH>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FRANKS, B.; BANGERTER, A.; BAUE, M. W. Conspiracy theories as quasi-religious mentality: an integrated account from cognitive science, social representations theory, and frame theory. **Front. Psychol.**, Sec. Personality and Social Psychology, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3zBdVVc>. Acesso em: 27 jul. 2022.

G1 BA. **Bolsonaro diz que não tomará vacina e chama de ‘idiota’ quem o vê como mau exemplo por não se imunizar: ‘Eu já tive o vírus’**. 17 dez. 2020. Disponível em: <http://glo.bo/3U0N7Ge>. Acesso em: 03 mar. 2022.

G1 SP. **Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1.ª dose**

**de vacina contra Covid-19 no Brasil.** Por Livia Machado, Alessandro Feitosa Junior, Paula Paiva Paulo e Rodrigo Rodrigues. 17 jan. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3zcyjVck>. Acesso em: 03 mar. 2022.

G1. **Governo Bolsonaro e as vacinas contra a Covid:** veja a cronologia e entenda as polêmicas. Por Fernanda Calgare, 17 jul. 2021a. Disponível em: <https://glo.bo/3ArmY8C>. Acesso em: 09 ago. 2022.

G1. **Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil.** Dados atualizados às 20h14, 01 nov. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3h8cneR>. Acesso em: 02 nov. 2022.

G1. **Tecnologia de vacinas de RNA mensageiro não é nova, diz pioneiro da técnica.** Por RFI, 19 jan. 2021b. Disponível em: <http://glo.bo/3V7Qmw8>. Acesso em: 03 set. 2022.

G1. **Vacinas contra a Covid-19:** veja comparativo das candidatas em estágio mais avançado. 10 dez. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3tBy3T5>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GIBSON, W. **Neuromancer.** 5. ed. São Paulo: Aleph, 2016.

GILLESPIE, T. The relevance of algorithms. *In:* GILLESPIE, T.; BOKZCOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. **Media technologies:** essays on communication, materiality and society. Cambridge: MIT Press, 2014.

GINOSSAR, T. Cross-platform spread: vaccine-related content, sources, and conspiracy theories in *YouTube* videos shared in early *Twitter* Covid-19 conversations. **Human Vaccines & Immunotherapeutics**, 2022, vol. 18, n. 1, e2003647. Disponível em: <https://bit.ly/3dAJMgQ>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GOLDBERG, Z. J.; RICHEY, S. Anti-vaccination beliefs and unrelated conspiracy theories. **World Affairs**, 2020, 183(2):105-24. Disponível em: <https://bit.ly/3vtRz5x>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GROUP M. **Global mid-year forecast.** Jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3dJkNlc>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HARAMBAM, J. **Contemporary conspiracy culture:** truth and knowledge in an era of epistemic instability. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. Contesting epistemic authority: conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, 24(4), 466-480, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r2tnVl>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HARDING, S.; STEWART, K. Ansiedades de influência: teoria da conspiração e cultura terapêutica na América do milênio. Tradutor: Bruno Reinhardt; revisora: Vânia Z. Cardoso. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 214-239, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3NzqwOl>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HARSIN, J. Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies. **Communication, Culture & Critique**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 1-7, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3JgGpXw>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HAYWARD, T. “Conspiracy theory”: the case for being critically receptive. **J. Soc. Philos.**, 2021, 00:1-20. Disponível em: <https://bit.ly/3MFgJWl>. Acesso em: 30 set. 2022.

HOFSTADTER, R. The paranoid style in American politics. **Harper’s Magazine**, nov. 1964. Disponível em: <https://bit.ly/3PMYH4P>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HOLMES, E. C. *et al.* The origins of SARS-CoV-2: A critical review. **Cell**, Elsevier Public Health Emergency Collection, National Library of Medicine, set. 2021, 16;184(19):4848-4856. Disponível em: <https://bit.ly/3X4DB6C>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário Houaiss**. On-line. Disponível em: <https://bit.ly/3RQBInS>. Acesso em: 24 jul. 2022.

INTRONE, J. *et al.* Mapping the narrative ecosystem of conspiracy theories in online anti-vaccination discussions. **SMSociety’20: International Conference on Social Media and Society**, Jul. 22-24, 2020, Toronto, ON, Canadá. Disponível em: <https://bit.ly/3RpOrQB>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

INVESTIDOR 10. **Entenda de onde vem o faturamento do Facebook**. Por Ruan Carlos, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3D3Wte1>. Acesso em: 20 set. 2022.

ISLAM, M. S. *et al.* Covid-19 vaccine rumors and conspiracy theories: the need for cognitive inoculation against misinformation to improve vaccine adherence. **PLoS ONE**, 16(5): e0251605, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3RbgoLB>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JORNAL DA USP. **Desinformação sobre vacina da Covid-19 aumenta com o início da imunização**. Por Thais Cardoso 23 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3SF9yz6>. Acesso em: 16 ago. 2022.

JORNAL DA USP. **Vídeos antivacina: desinformação gera lucro e coloca saúde pública em risco**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y0s6lI>. Acesso em: 16 ago. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Líder da equipe que criou vacina AstraZeneca é ovacionada em Wimbledon**. 28 jun. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3TIEbs>. Acesso em: 02 out. 2022.

JORNAL O BELTRANO. **Quem controla a mídia no Brasil**. Por Lucas Simões, [2017]. Disponível em: <https://bit.ly/3CkjCs8>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KALIL, I. *et al.* Politics of fear in Brazil: far-right conspiracy theories on Covid-19. **Global Discourse**, vol 11, n. 3, Bristol University Press, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Pwwsrq>. Acesso em: 23 jul. 2022.

KANAAN, G. L. Imperialismo e guerra híbrida: uma análise da participação dos EUA no golpe de 2016 a partir dos telegramas da embaixada norte-americana no Brasil vazados pela *Wikileaks*. ANPUH-Brasil – 30.º Simpósio Nacional de História. **Anais [...]**, Recife, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cjYfwD>. Acesso em: 16 jul. 2022.

KEELEY, B. L. Of conspiracy theories. **J. Philos**, 96, 109-126, p. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3SbUeL6>. Acesso em: 28 jul. 2022.

KHALIL, L. M. G. **Ethos, cenografia e voz “demoníacos”**: o funcionamento discursivo do Death Metal. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3E3O4aS>. Acesso em: 20 out. 2022.

KNIGHT, P. **Conspiracy culture**: from Kennedy to the X files. London: Routledge, 2000.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACLAU, E. **On populist reason**. London: Verso, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3Wf688U>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LANTIAN, A.; WOOD, M.; GJONESKA, B. Personality traits, cognitive styles and worldviews associated with beliefs in conspiracy theories. *In*: BUTTER, M.; KNIGHT, P (ed.). **Routledge handbook of conspiracy theories**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2020. p. 155-180.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LEMAN, P. J.; CINNIRELLA, M. A major event has a major cause: Evidence for the role of heuristics in reasoning about conspiracy theories. **Social Psychological Review**, vol. 9, n. 2, 2007, p. 18-28. Disponível em: <https://bit.ly/31o8veQ>. Acesso em: 18 out. 2020.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2017.

LEWANDOWSKY, S.; COOK, J. **O manual das teorias da conspiração**. Universidade de Bristol, Conselho Consultivo da ciência e da Indústria, Oceanos e Atmosfera, Hobart, Tasmânia, Austrália, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y2T6kk>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MACHADO, D. F. T.; SIQUEIRA, A. F. de.; GITAHY, L. Natural stings: selling distrust about vaccines on Brazilian *YouTube*. **Front. Commun.**, Sec. Science and Environmental Communication, 26 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3r6jE0k>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MAHL, D.; SCHÄFER, M. S.; ZENG, J. Conspiracy theories in online environments: An interdisciplinary literature review and agenda for future research. **New Media & Society**, 0(0), 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3WfmGxu>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MAINGUENEAU, D. A análise do discurso diante da crise do Coronavírus: algumas reflexões. **Bakhtiniana**, São Paulo, 16 (4): 140-156, out./dez. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3BiWv0Z>. Acesso em: 10 jun. 2022.

- MAINGUENEAU, D. **A Análise do Discurso e a crise do Coronavírus**. 03 jun. 2020a. 1 vídeo (01h 42min). Transmitido ao vivo pelo canal Abralín. Disponível em: <https://bit.ly/2T8MM69>. Acesso em: 18 out. 2020.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018a.
- MAINGUENEAU, D. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, vol. 4, n. 6, março de 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3RNMVrG>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. 2. ed. 3. reimp São Paulo: Parábola, 2012.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Parábola, 2021b.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Uma fratura discursiva preocupante. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 28, p. 29-45, jan./jun., 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3SQ2DDE>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MAXMEN, A.; MALLAPATY, S. The COVID lab-leak hypothesis: what scientists do and don't know. **Nature**, News Explainer, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://go.nature.com/3EJxSMk>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- MARWICK, A.; BOYD, d. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, [s.l.], v. 13, n. 1, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3b9umyy>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- MATRIX. Direção: [Lana] e [Lilly] Wachowski. Produção: Bruce Berman, Dan Cracchiolo *et al.* Intérpretes: Keanu Reeves, Laurence Fishburne, Carrie-Anne Moss *et al.* Roteiro: [Lana] e [Lilly] Wachowski. Música: Don Davis. Los Angeles: Warner Bros, 1999. 1 DVD (144 min.), *widescreen*, cor.
- MCCARTHY, M. *et al.* Examining the relationship between conspiracy theories and Covid-19 vaccine hesitancy: a mediating role for perceived health threats, trust, and anomie? **Analyses of Social Issues and Public Policy**, vol. 22, issue 1, 2021. Disponível em: <https://https://bit.ly/3SwIxxI>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- MELLEY, T. **Empire of conspiracy: The Culture of Paranoia in Postwar America**. Ithaca,

NY: Cornell University Press, 2000.

MELO, L. W. S.; BROIETTI, F.; SALVI, R. F. Análise do discurso de uma publicação ‘antivacina’ no *YouTube* e algumas reflexões para a educação em Ciências. **Alexandria Revista de Educação em ciência e Tecnologia**, 14(2):111-131, nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3dHKFUM>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MIER, B. EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil. 09 mar. 2018. **Revista IHU online**. Disponível em: <https://bit.ly/3Iijsfw>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MIT TECHNOLOGY REVIEW. **Entenda por que a delatora do Facebook diz que os algoritmos da plataforma são perigosos**. 05 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UAoHDA>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. Vol. II, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-52.

NAGLE, A. **Kill all normies**: on-line culture wars from *4chan* and *Tumblr* to Trump and the alt-right. Londres: Zero Books, 2017.

NETLAB UFRJ. **Recomendação no YouTube**: o caso Jovem Pan. Especial Eleições 2022. 05 set. 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3dJhlxe>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NICOLAS, L. As teorias da conspiração como espelho do século: entre a retórica, a sociologia e a história das ideias. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dKCJOe>. Acesso em: 18 out. 2020.

NOEBEL, D. A. **Communism, hypnotism and The Beatles**: an analysis of the communist use of music, the communist master music plan. Tulsa, Oklahoma: Christian Crusade Publications, 1965. Disponível em: <https://bit.ly/3WICwGW>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLHAR DIGITAL. **Covid-19: Facebook** vai remover informações falsas sobre vacinas. Por Luiz Nogueira, editado por Eduardo Nuvens, 03 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3LNc0Bo>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OPAS. Departamento de Evidência e Inteligência para ação em saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. Página informativa n.º 5, 06 jul. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2H3jy6o>. Acesso em: 18 out. 2020.

OPAS. **OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia**. 11 mar. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3obWdQH>. Acesso em: 18 out. 2020.

ORESQUES, N. **Why trust Science?** Princeton; Woodstock: Princeton University Press, 2019.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. New York: Bloomsbury Press, 2010.



ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. São Paulo: Pontes, 2013.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. P. **Volatilidade da interpretação**: política, imaginário e fantasia. 18 maio 2020. 1 vídeo (01h 55min). Transmitido ao vivo pelo canal Abralin. Disponível em: <https://bit.ly/2Tcj4x1>. Acesso em: 18 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3CztLzV>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PAVEAU, M.-A. **Análise do Discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 13-38.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A língua inatingível** – o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

PEREIRA, I. V. Análise do funcionamento *online* de teorias da conspiração em sua relação com os boatos. In: IX Colóquio Internacional Leitura e Cognição. **Anais [...]**. Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3a4Oyxq>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PEREIRA, I. V. **Teorias da conspiração**: funcionamento discursivo e efeitos de verdade. 2021. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BdzNYa>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PERMACC. **About Perma.cc**. Disponível em: [bit.ly/3V1Od4m](https://bit.ly/3V1Od4m). Acesso em: 15 nov. 2022.

PIPES, D. **Conspiracy**: how the paranoid style flourishes and where it comes from. New York: Free Press, 1997.

POYNTER. **Fact-checking ‘Plandemic,’ a documentary full of false conspiracy theories**

**about the Coronavirus.** Por Alex Mahadevan, 08 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3r9QqOa>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PONSONI, S.; FIRMIANO, F. D. O discurso destrutivo do capital e a crise da pandemia. **Linguasagem**, v. 35, n. 1, 2020: Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das Ciências da Linguagem. Disponível em: <https://bit.ly/3J9jygy>. Acesso em: 10 jun. 2022.

POSSENTI, S. Jogos de verdade: uma questão para a análise de discurso. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 59-71.

POSSENTI, S.; MUNIZ, C. R. Rindo da/na pandemia. **Linguasagem**, v. 35, n. 1, 2020: Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das Ciências da Linguagem. Disponível em: <https://bit.ly/3PZ1Sq7>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PRAK-DERRINGTON, E. La litanie à travers les genres de discours: une iconicité de l'extraordinaire. *In*: PAISSA, P.; DRUETTA, R. **La répétition en discours**. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 2019. p. 171-198. Disponível em: <https://bit.ly/3sQjEm8>. Acesso em: 05 out. 2022.

PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3z912Bw>. Acesso em: 16 jul. 2022.

RADIO SENADO. Data Senado. **Facebook é a rede social mais usada por brasileiros para se informar sobre política**. Por Rodrigo Resende, 14 mar. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3EJ2r4R>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RÄIKKÄ, J.; RITOLA, J. Philosophy and conspiracy theories. *In*: BUTTER, M.; KNIGHT, P (ed.). **Routledge handbook of conspiracy theories**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2020. p. 56-66.

RAUEN, F. J. **Roteiros de iniciação científica**: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

RESULTADOS DIGITAIS. **Ranking**: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais. Por Bruno Volpato, 23 maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3SH4V7c>. Acesso em: 30 jun. 2020.

REZENDE, A. T. *et al.* Teorias da conspiração: significados em contexto brasileiro. **Estud. Psicol.**, vol. 36, Campinas, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2T4CnIq>. Acesso em: 18 out. 2020.

REZENDE, A. T. Por que será que as pessoas acreditam em teorias da conspiração? **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2HerZLG>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROMER, D.; JAMIESON, K. H. Conspiracy theories as barriers to controlling the spread of Covid-19 in the US. **Social Science & Medicine**, 2020, 263(113356):1-8. Disponível em: <https://bit.ly/3bghQO7>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SEMRUSH. **Top 100 sites mais acessados no Brasil [Edição 2022]**. Por Erich Casagrande, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3dPT9ta>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, E. E. S.; MARTINS, Á. C. M.; FERMOSELI, A. F. O. Os efeitos das teorias da conspiração acerca do Covid-19 e da imunização vacinal. *In: SemPesq – Semana de Pesquisa da Unit, Alagoas, (9). Anais [...]*, nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3RcvrVw>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, L. F. A.; BAALBAKI, A. C. F. Saúde, ciência e política na encruzilhada de discursos: outra guerra da vacina. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 63, p. e021017, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3N3l8Cx>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, W. T. DA S.; SUGAMOSTO, A; ARAÚJO, U. I. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cult. relig.**, vol. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3cOsQCB>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SIMONE, L. Mistrust and beliefs in conspiracy theories differently mediate the effects of psychological factors on propensity for Covid-19 Vaccine. **Front Psychol.**, 2021, 7;12:683684. Disponível em: <https://bit.ly/3dD46xU>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOARES, M. J. de O. Mary Montagu e a inoculação da varíola na Inglaterra no século XVIII. **Khronos**, (5), 12. Disponível em: <https://bit.ly/3C7Ly2b>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES (SBIM). **O vírus foi criado por laboratórios interessados em vender vacinas?** Disponível em: <https://bit.ly/3tz1hCd>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Malden: Polity Press, 2017.

STANTON, Z. You're living in the golden age of conspiracy theories: how the Coronavirus pandemic primed America for a new pandemic of misinformation. **Político**, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://politi.co/3PEf8AB>. Acesso em: 28 jul. 2022.

TAGUIEFF, P.-A. **Hitler, Protocoles des Sages Sion et Mein Kampf**: antisémitisme apocalyptique et conspirationnisme. Paris: Presses Universitaires France, 2020.

TECNOBLOG. **Facebook e Instagram vão sinalizar notícias falsas em posts e stories**. Por Felipe Ventura, 20 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3LOcSWs>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TECH NEWS WORLD. **A leet primer**. Por Anthony Mitchell, E-Commerce Times, ECT News Network, 06 dez. 2005. Disponível em: <http://bit.ly/3DVTyUM>. Acesso em: 27 ago. 2022.

THE GUARDIAN. **Anti-vaxxers making 'at least \$2.5m' a year from publishing on Substack**. Por Dan Milmo, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3xXlHrt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

THE NEW YORK TIMES. **Bill Gates, at odds with Trump on virus, becomes a right-wing target**. Por Daisuke Wakabayashi, Davey Alba e Marc Tracy, 17 abr. 2020. Disponível

em: <https://nyti.ms/3Cc1uAE>. Acesso em: 30 ago. 2022.

THE WALL STREET JOURNAL. **The Facebook files**: A Wall Street Journal investigation. Set. 2021. Disponível em: <https://on.wsj.com/3fgoOnU>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TV GLOBO. **Jornalistas, atores, colunistas e apresentadores estão na segunda fase da campanha ‘Vacina Sim’**. 14 fev. 2021. 1 vídeo (46 segundos). Disponível em: <https://bit.ly/3lkeWkr>. Acesso em: 01 out. 2022.

ULLAH, I. Myths and conspiracy theories on vaccines and Covid-19: potential effect on global vaccine refusals. **Vacunas**, 2021, 22(2):93-97. Disponível em: <https://bit.ly/3r5jx53>. Acesso em: 30 ago. 2022.

UOL. **Consórcio de imprensa faz campanha para conscientizar sobre vacinação**. 29 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Atd2uY>. Acesso em: 09 ago. 2022.

USCINSKI, J. E. *et al.* Have beliefs in conspiracy theories increased over time? **PLoS ONE**, 17(7). Disponível em: <https://bit.ly/3zDCiBR>. Acesso em: 24 jul. 2022.

VAN PROOIJEN, J.-W.; ACKER, M. The influence of control on belief in conspiracy theories: Conceptual and applied extensions. **Applied Cognitive Psychology**, 29(5), 753-761, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3dDuqDw>. Acesso em: 18 out. 2020.

VAN PROOIJEN, J.-W.; DOUGLAS, K. M. Belief in conspiracy theories: Basic principles of an emerging research domain. **European Journal of Social Psychology**, 48(7), dec. 2018, p. 897-908. Disponível em: <https://bit.ly/3nXCZxQ>. Acesso em: 18 out. 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. GRIEP, R. H. A sociedade de risco mediatizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciênc. saúde coletiva**, 20 (2), fev. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3BGfzVC>. Acesso em: 30 ago. 2022.

VIGNAUD, L.-H. Bolsonaro é provavelmente o primeiro líder político da história a desencorajar vacinação, diz especialista francês. [Entrevista concedida a] Daniela Fernandes. **BBC News Brasil**, 05 fev. 2021. Disponível em: <https://bbc.in/3Dhzc8S>. Acesso em: 05 ago. 2022.

WALKER, J. **The United States of Paranoia**: a conspiracy theory. New York: Harper Perennial, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus Disease (Covid-19) Dashboard**. 31 jan. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Report of the Sage working group on vaccine hesitancy**. Geneva, nov. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3SepIVK>. Acesso em: 29 ago. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ten threats to global health in 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/3Tol4jz>. Acesso em: 05 ago. 2022.

WU, T. **The attention merchants**: the epic scramble to get inside our heads. New York: Knopf, 2016.

YAHOO NEWS. **New Yahoo News/YouGov poll shows coronavirus conspiracy theories spreading on the right may hamper vaccine efforts**. Por Andrew Romano, 22 maio 2020. Disponível em: <https://yhoo.it/3ULOfO8>. Acesso em: 30 ago. 2022.

YANG, Z.; LUO, X.; JIA, H. Is it all a conspiracy? conspiracy theories and people's attitude to Covid-19 vaccination. **Vaccines (Basel)**, 2021 Oct; 9(10): 1051. Disponível em: <https://bit.ly/3DSdFDU>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ZOONEN, L. van. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3PPsgCH>. Acesso em: 24 jul. 2022.

## APÊNDICE ÚNICO

Quadro 2 – Grupos, páginas e perfis pesquisados

|   | <b>Perfis (P), Grupos (G) e páginas (Pg)</b>  | <b>Enunciados</b>                            | <b>Membros, curtidas ou seguidores</b> | <b>Sobre/Apresentação</b>  |
|---|---|--|--|--|
| 1 | PASSAPORTE SANITÁRIO E VACINAS<br>(G público) | E1 e E23                                     | 1,3 mil membros                        | --   |
| 2 | Verdade Oculta – Tempo Final<br>(G público)   | E2, E4, E9, E10, E11, E14,<br>E18, E19 e E25 | 8,3 mil membros                        | “Aqui você acompanha todas as atualizações da NOM, Escriturais e muito mais sob a ótica do Irmão Rubens e irmão Maximus”   |
| 3 | P público                                     | E3   | 2,5 mi seguidores                      | --   |
| 4 | P público                                     | E5   | 708 seguidores                         | --   |
| 5 | Mídia Globalista<br>(Pg pública)              | E6   | 48 mil seguidores                      | “ Quanto mais a sociedade se distância da verdade, mais ela odeia aqueles que a revelam.”<br><br>{ GEORG<br><br>Obs.: Admite assinaturas pagas.  |
| 6 | Lado Oculto Nova Ordem Mundial<br>(G público) | E7   | 5,6 mil membros                        | “Se informe e fique por dentro dos acontecimentos que estão dando forma para uma NOVA ORDEM MUNDIAL. Fique atento aos sinais.....”   |
| 7 | Não vacinados<br>(G público)                  | E8   | 727 membros                            | “Grupo de apoio para aqueles que se sentem oprimidos e coagidos pelo Estado a fazer uso de uma substância experimental. Aqui você vai encontrar a verdade sobre a ‘picadinha’ e os seus efeitos colaterais.” |
| 8 | ANTI Nova Ordem Mundial<br>(G privado)        | E12  | 8,4 mil membros                        | “Assuntos vídeos e documentos relacionados a nova ordem 9mundial”  |
| 9 | INTERVENÇÃO MILITAR CONSTITUCIONAL JÁ !       | E13  | 40,9 mil membros                       | “10ATENÇÃO TODOS OS  |

|    |   |           |                  |  |
|----|---|-----------|------------------|--|
|    | (G público)   |           |                  | <p>INTEGRANTES DESSE GRUPO</p> <p>Esse grupo defende a implantação das 40 Medidas de Força Intervencionista já; pois, somente elas salvarão a Previdência Social, sem mexer com o trabalhador e o funcionário público, como também erradicarão o desemprego, a falta de moradia, dentre outros males sociais, e levarão o Brasil a nível de País de 1º mundo Já, FIQUEM COM DEUS!”</p> |
| 10 | STOP NOM - CONTRA A NOVA ORDEM MUNDIAL<br>(G público) | E15 e E16 | 2,9 mil membros  | <p>“Grupo para compartilhar informações à respeito da pauta da agenda GLOBAL. A inteligência usada contra o sistema, a favor da humanidade e em honra do Verdadeiro Criador o Eterno Yahu. ‘Quanto mais a sociedade se distancia da VERDADE, mas ela odeia aqueles que a REVELAM’ GEORGE ORWELL”</p>   |
| 11 | Fraudemia - A FARSA do COVID-19<br>(G público)        | E17 e E20 | 395 membros      | <p>“Grupo destinado a desmascarar essa que é a maior farsa da história da humanidade. Convido os membros a trocar informações e a esclarecer dúvidas no tópico aberto no fórum Politz por ser um lugar livre de censura.”</p>  |
| 12 | Diga Não picadinha de Abelha<br>(G público)           | E21       | 388 membros      | <p>“ONDE ESTAO AS 144 MIL QUE NAO IRÃO SE 13CONTAMINAR”</p>  |
| 13 | Você escolhe sair da Matrix                           | E22       | 20,3 mil membros | <p>“Ninguém se torna iluminado</p>   |

|    |  |     |                                       |   |
|----|--|-----|---------------------------------------|---|
|    | (G público)                              |     |                                       | por imaginar figuras de luz, mas sim por tornar consciente a escuridão'.<br>Carl Jung”  |
| 14 | Embaixada da resistência<br>(Pg pública) | E24 | 231.619 curtidas e 320.462 seguidores | <p>“Pretendemos servir de veículo entre o movimento de direita internacional e a língua portuguesa, tal como reportar um cenário alternativo (e verdadeiro) dos eventos globais.</p> <p>O tipo de cenário que encontra eco na realidade, como por exemplo, o cenário de vitória do Trump que antevíamos com moderado optimismo.</p> <p>Vivemos em tempos críticos onde a mentira se tornou hegemónica e se sobrepôs confortavelmente à verdade que tem cada vez mais dificuldades em subsistir.</p> <p>É tempo de resistir reagir e tentar reverter este processo de idiotização em massa.</p> <p>Junte-se a nós e colabore na medida da sua disponibilidade na construção desta resistência.</p> <p>Pela moral, pela liberdade, pela justiça, 1001% anti-comunista.”</p> <p>Obs.: Admite contribuições por meio de depósito instantâneo (PIX).</p> |

Fonte: Dados da pesquisa (nov. 2022).